

PESQUISAS

ANTROPOLOGIA, N° 76

Ano 2021

OS PILARES DA ARQUEOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (1870-1958)
Natália Machado Mergen

ANÁLISE DOS REMANESCENTES DE PINÍPEDES (CARNIVORA -
OTARIIDAE) EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA PLANÍCIE COSTEIRA
DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL
*Suliano Ferrasso, Larissa Rosa de Oliveira, Pedro Ignácio Schmitz, Pedro
Volkmer de Castilho & César Jaeger Drehmer*

APONTAMENTOS SOBRE A OCUPAÇÃO GUARANI NO LITORAL SUL
DE SANTA CATARINA: O CASO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO
BAIXO RIO D'UNA 1
*Raul Viana Novasco, Alessandro De Bona Mello, Jedson Francisco
Cerezer, Valdir Luiz Schwengber, Lindomar Mafioletti Júnior, Thiago Vieira
Torquato & Josiel dos Santos*

OCUPAÇÃO DO LITORAL NORTE DE SANTA CATARINA POR GRUPOS
DE CAÇADORES COLETORES DO HOLOCENO INICIAL.
Marco Aurélio Nadal De Masi, Ph.D.

A VOLTA DOS TAPAYUNAS (KAJKWAKRATXI)
Aloir Pacini

INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS - UNISINOS

Av. Unisinos, 950 - Bloco B05 108 - Bairro Cristo Rei
93022-000 - São Leopoldo, RS – Brasil - Caixa Postal 275
www.anchietano.unisinos.br anchietano@unisinos.br

PESQUISAS PUBLICAÇÕES DE PERMUTA INTERNACIONAL

Comissão Editorial

Josafá Carlos de Siqueira, S.J.
Pedro Ignácio Schmitz, S.J.
Carlos Alberto Jahn, S.J.
Maria Salete Marchioretto
Marcus Vinícius Beber

Conselho Editorial

Luis Fernando Medeiros Rodrigues, S.J.
Maria Gabriela Martin Ávila
Ana Luiza Vietti Bitencourt
Aloir Passini
Paulo Günter Windisch

Conselho Científico de Antropologia

Maria Gabriela Martin Ávila (UFPE)
Ana Luiza Vietti Bitencourt (UNIFESP)
Tânia Andrade Lima (Museu Nacional - UFRJ)
Paulo De Blasis (MAE - USP)
André Prous (UFMG)
José L. Peixoto (UFMS)
Jairo H. Rogge (UNISINOS)

PESQUISAS publica trabalhos de investigação científica e documentos inéditos em línguas de uso corrente na ciência.

Os autores são os únicos responsáveis pelas opiniões emitidas nos trabalhos assinados.

A publicação de colaborações espontâneas depende da Comissão Editorial.

Pesquisas aparece em 2 secções independentes: Antropologia e Botânica.

PESQUISAS publishes original scientific contributions in current western languages.

The autor is response for his (her) undersigned contribution.

Publication of contributions not specially requested depends upon the redactorial staff.

Pesquisas is divided into 2 independent series: Anthropology and Botany.

Pesquisas / Instituto Anchietano de Pesquisas. - (2021). São Leopoldo :
Unisinos, 2021

210p. (Antropologia, nº 76)

ISSN: 2594-5645

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

PESQUISAS

ANTROPOLOGIA, N° 76

Ano 2021

Sumário

OS PILARES DA ARQUEOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (1870-1958).....5 <i>Natália Machado Mergen</i>	
ANÁLISE DOS REMANESCENTES DE PINÍPEDES (CARNIVORA - OTARIIDAE) EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA PLANÍCIE COSTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL.....81 <i>Suliano Ferrasso, Larissa Rosa de Oliveira, Pedro Ignácio Schmitz, Pedro Volkmer de Castilho & César Jaeger Drehmer</i>	
APONTAMENTOS SOBRE A OCUPAÇÃO GUARANI NO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA: O CASO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO BAIXO RIO D'UNA 1.....129 <i>Raul Viana Novasco, Alessandro De Bona Mello, Jedson Francisco Cerezer, Valdir Luiz Schwengber, Lindomar Mafioletti Júnior, Thiago Vieira Torquato & Josiel dos Santos</i>	
OCUPAÇÃO DO LITORAL NORTE DE SANTA CATARINA POR GRUPOS DE CAÇADORES COLETORES DO HOLOCENO INICIAL.....143 <i>Marco Aurélio Nadal De Masi, Ph.D.</i>	
A VOLTA DOS TAPAYUNAS (KAJKWAKRATXI).....163 <i>Aloir Pacini</i>	

APRESENTAÇÃO

Pesquisas, Antropologia 76 (2021) apresenta cinco trabalhos: dois resultaram de trabalhos acadêmicos, sendo um de tese de doutorado, outro de dissertação de mestrado; dois vêm de arqueologia preventiva, o último de Antropologia indígena. Os quatro primeiros referem-se predominantemente a sítios costeiros do Atlântico Sul, o quinto é de indígenas do Mato Grosso.

O trabalho de Natália Machado Mergen, *Os pilares da arqueologia sul-rio-grandense (1870-1958)* mostra como eram as incursões individuais na arqueologia do Rio Grande do Sul feitas por intelectuais de diversa formação, origem e profissão, e os problemas, métodos e conceitos com que trabalhavam. Ele já não chega aos trabalhos do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), 1965-1970, coordenado por Betty J. Meggers e Clifford Evans, nem ao programa de amostragem das culturas indígenas sul brasileiras do Instituto Anchieta de Pesquisas, 1965-1972, coordenado por Pedro Ignácio Schmitz. Ambos tinham enfoque histórico-cultural e tendência neo-evolucionista e produziram importante documentação e acervo.

Depois do período abordado por Mergen se intensificaram os estudos costeiros, especialmente com os denominados sambaquis e surgiram problemas específicos. Suliano Ferrasso, em seu trabalho *Análise dos remanescentes de pinípedes (Carnivora - Otariidae) em sítios arqueológicos da planície costeira do Rio Grande do Sul, Sul do Brasil*, aborda este aspecto.

Embora o número e tamanho dos sambaquis na planície costeira do Sul de Santa Catarina chame muita atenção, havia também considerável ocupação ceramista Tupiguarani. Raul Viana e outros, em *Apontamentos sobre a ocupação guarani no Litoral Sul de Santa Catarina: o caso do sítio arqueológico baixo rio d'Una 1*, estuda um desses sítios e discute a ocupação local do grupo.

Na planície costeira meridional não havia somente sambaquis e populações ceramistas Tupiguarani. Havia também caçadores, como mostra Marco Aurélio Nadal De Masi em *Ocupação do Litoral Norte de Santa Catarina por grupos de caçadores coletores do Holoceno Inicial*.

Por último, Aloir Pacini, com *A volta dos Tapayunas (Kajkwakratxi)* retorna a uma temática muito presente em números iniciais de Pesquisas, Antropologia, que são os indígenas do Mato Grosso do território da antiga Missão de Diamantino, ou Missão Anchieta.

O Editor

OS PILARES DA ARQUEOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (1870-1958)¹

Natália Machado Mergen²

Ao meu avô Adão Batista Machado (in memoriam).

RESUMO

O trabalho propõe uma análise sobre as primeiras pesquisas arqueológicas realizadas no estado do Rio Grande do Sul. O objetivo principal é reunir e caracterizar os estudos e os pesquisadores que produziram arqueologia entre os anos de 1870 e 1958, reconhecendo os fatores norteadores dessas pesquisas e os contornos que moldaram o desenvolvimento da disciplina arqueológica no estado. A análise das fontes revelou três grandes movimentos no contexto estadual. O primeiro ocorreu entre o final do século XIX e ao início do século XX e esteve ligado à atuação de estrangeiros, principalmente de origem alemã, cujas pesquisas aproximavam-se das problemáticas enfrentadas no âmbito europeu e pelas grandes instituições nacionais. O segundo percebeu-se entre os anos de 1920 e 1950 e esteve associado às atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), onde a arqueologia aproximou-se e adaptou-se das concepções historiográficas defendidas pela instituição. O terceiro se estendeu até o prelúdio do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas em 1965 e fundamentou-se, principalmente, na construção de sínteses e revisões sobre as antigas pesquisas, com objetivo de expor novas problemáticas de pesquisa.

Palavras-chave: História da Arqueologia. Rio Grande do Sul. Intelectuais. IHGRS.

ABSTRACT

The paper proposes an analysis of the first archaeological researches carried out in the State of Rio Grande do Sul. The main objective is to bring together and characterize the studies and researchers that produced archeological knowledge between the years 1870 and 1958, recognizing the factors that guided these researches and the outlines that shaped the development of archeological discipline. The analysis of the sources revealed three major movements in this context. The first one occurred between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century and was linked to the work of foreigners, mainly of German origin, whose research approached the problems faced at the European ambient and by the large national institutions. The second was perceived between the 1920s and 1950s and was associated with the activities of the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, where archeology approached and adapted to the historiographic conceptions defended by the institution. The third one extended to the prelude of the Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas in 1965 and was mainly based on the construction of syntheses and reviews of old research, with the aim of exposing new research problems.

Keywords: History of Archaeology. Rio Grande do Sul. Intellectuals. IHGRS.

¹ O texto é a adaptação da tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em História da América Latina da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

² Doutora em História. E-mail: natalia.mergen@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O conhecimento sobre o passado brasileiro, produzido através da ótica arqueológica, está relacionado, principalmente, a uma busca das raízes indígenas pré-coloniais formadoras do país. Assim, historicamente, os objetivos almejados pela pesquisa arqueológica foram constantemente se transformando ao longo do tempo, sendo permeados, por exemplo, pelas concepções coloniais ou pós-coloniais e pela necessidade, imperial ou republicana, de construção de uma identidade nacional. Conjuntamente, existem trabalhos que buscam compreender, de forma mais significativa, a progressiva institucionalização das práticas de pesquisa arqueológica e os critérios de validação dos resultados alcançados. Entretanto, essas categorias de trabalho não são rígidas, ao contrário, elas estão mutuamente presentes nos esforços dos pesquisadores em interpretar o panorama arqueológico estudado.

No Brasil, entretanto, o número de trabalhos que buscam, especificamente, construir uma história da disciplina é limitado e essa escassez torna-se mais notória quando analisamos as produções regionais sobre o tema. Tradicionalmente, segundo Prous (1992), o desenvolvimento da arqueologia no Brasil é associado a quatro períodos cronológicos distintos, aceitos pela maioria dos arqueólogos do país, onde as pesquisas desenvolvidas correspondem a anseios e objetivos inerentes a cada contexto histórico relacionado. O primeiro período, reconhecido como o início da arqueologia, está localizado entre 1870 e 1910 e corresponde ao surgimento significativo de obras e discussões específicas sobre o tema. O segundo, entre 1910 e 1950, é considerado um período intermediário, no qual ocorre uma relativa diminuição das pesquisas. O terceiro período, considerado o formativo da pesquisa moderna, foi caracterizado pela atuação de pesquisadores amadores³ e pelo surgimento de instituições oficiais que buscavam criar, com colaboração de profissionais estrangeiros, centros universitários. O quarto período, iniciado em 1965 e que se estende até hoje, corresponde ao início da implantação de grandes projetos de campo, do surgimento de centros de pesquisas em várias regiões, além da utilização de métodos científicos mais precisos e das tentativas de padronização de termos e conceitos. (PROUS, 1992). Essa periodização habitual é problematizada por pesquisadores como Ferreira (2007), que acredita que essa divisão temporal, além de ser ahistórica e positivista, está atrelada às concepções vigentes entre os anos de 1930 e 1940, que reconheciam a existência de ciência apenas em países com capitalismo avançado, como os Estados Unidos.

Em um quadro regional, no atual contexto acadêmico rio-grandense, os trabalhos produzidos buscam referenciar seus projetos, essencialmente, a partir de estudos produzidos por grupos de pesquisas institucionalizados, como, por exemplo, universidades, ou pesquisas teórica e metodologicamente já interpretadas e reconhecidas, como o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA)⁴.

³ No contexto brasileiro, o termo “amador” envolve uma conotação negativa e representa um período de antagonismos, produzido tanto pelos novos profissionais quanto pelas novas legislações da época. Esta negatividade do termo, segundo Prous (1992), não existe em outros países, onde os indivíduos sem formação “recebem um treinamento adequado e são integrados às pesquisas oficiais”. (p. 11).

⁴ O PRONAPA, coordenado pelo casal norte-americano Clifford Evans e Betty Jane Meggers foi um projeto de âmbito nacional, desenvolvido entre os anos de 1965 e 1970, organizado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e pela *Smithsonian Institution* (Washington, EUA). O Programa agrupou, com patrocínio do Conselho Nacional de Pesquisas e coordenação nacional do Museu Paraense Emílio Goeldi, um pequeno grupo de pesquisadores que realizaram trabalhos nas regiões nordeste, sudeste e sul do Brasil. Paralelamente ao PRONAPA, ocorreram outros levantamentos de sítios, onde pesquisadores ligados às Universidades de diversas regiões do Brasil recebiam do SPHAN e do CNPq um auxílio financeiro individual para a realização das pesquisas.

Pesquisas anteriores, produzidas em contextos diferentes, com metodologias consideradas desatualizadas, costumam ser consideradas de menor importância e quando citadas coincidem apenas para fins de revisão bibliográfica. Talvez esse fato decorra do caráter diverso dessas publicações, o que dificulta o pesquisador tanto em se posicionar frente à pluralidade e à historicidade das informações quanto em traduzir e validar esses dados em relação aos atuais critérios almejados pelo espaço acadêmico.

Baseado nesta regionalização do desenvolvimento da arqueologia gaúcha e na dificuldade metodológica dessas primeiras publicações, a problemática da presente pesquisa busca reconhecer quais foram os critérios, tanto históricos quanto arqueológicos, que os estudiosos utilizavam para alicerçar seus temas, recortes e hipóteses. Para isso, definimos como marco temporal inicial o final do século XIX, em que já se identifica uma bibliografia específica sobre arqueologia, produzida ou influenciada, principalmente, por autores estrangeiros. O limite final da tese é o ano de 1958, quando ocorre a publicação das últimas pesquisas antecessoras ao PRONAPA, textos que marcam a consolidação das pesquisas arqueológicas modernas no estado. Apesar de ser um recorte cronológico amplo, este, quando associado ao recorte regional, se torna mais limitado, visto que o número de trabalhos sobre Rio Grande do Sul é modesto se comparado com outras regiões do Brasil.

Assim, a presente tese tem como objetivo, a partir da análise de textos publicados em periódicos, caracterizar e identificar os estudos arqueológicos e estabelecer os fatores que delinearão as pesquisas desenvolvidas no intervalo cronológico estudado. Além disso, se busca identificar quais são as dinâmicas, não só de permanência, mas também de ruptura que tais produções representaram e como essas atividades moldaram o desenvolvimento da pesquisa arqueológica no Rio Grande do Sul.

Essa proposta de investigação torna-se necessária, tanto no âmbito nacional quanto regional, pois os estudos sobre o desenvolvimento da arqueologia no Brasil ainda são pouco frequentes, principalmente se comparados com a quantidade produzida sobre outros enfoques da disciplina. Entre outros, destacamos os trabalhos de Schaan e Bezerra (2009); Ferreira (2007, 2002); Robrahn-González (1999/2000); Barreto (1999/2000); Langer (2000), Prous (1992) e Mendonça De Souza (1991).

No contexto do sul-rio-grandense, esses trabalhos são mais escassos, pois praticamente não existem pesquisas produzidas nas últimas décadas sobre este tema. A única obra existente com enfoque no período inicial da arqueologia foi produzida por Brochado (1969), sendo uma síntese sobre o histórico de pesquisas e a atuação dos principais estudiosos. Esse trabalho foi primordial para a construção e orientação dos objetivos almejados por essa pesquisa. Foi ele, assim como a escassez de outros, que revelou as concretas necessidades da arqueologia gaúcha.

No estado, estes trabalhos e discussões pioneiros nunca foram tratados como fontes históricas, na maioria das vezes, são citados pela bibliografia apenas como referências descritivas, nunca como narrativas influenciadas por momentos históricos específicos e relacionadas com o desenvolvimento da disciplina arqueológica em termos brasileiros e mundiais. Em oposição a essa ausência, nos trabalhos arqueológicos produzidos, é recorrente a necessidade de referência aos sítios e aos materiais identificados e recuperados pelos pesquisadores anteriores. Entretanto, estas constatações feitas pelos arqueólogos são, na maioria das vezes, simplórias e acríticas, sendo utilizadas apenas para estabelecer os momentos originários da pesquisa num determinado local, fornecendo uma moldura inicial da posterior revisão bibliográfica, esta que passa a ser mais discutida e problematizada somente a partir das ações do PRONAPA. A ausência de manuseio primário destas fontes provoca uma relativa

desorganização das informações arqueológicas e uma desconexão histórica de seu contexto de produção. Por isso, se deseja organizar um quadro conjuntural de referências primárias sobre esses trabalhos pioneiros, passível de ser utilizado pelos colegas pesquisadores.

Outro ponto importante para justificar a pesquisa é que, muitas vezes, os apontamentos sobre essas fontes se resumem apenas à relativização dos métodos empregados ou ao questionamento de seus resultados. Apesar do reconhecimento da necessidade destes cuidados metodológicos, não se pode deixar de considerar o valor destas pesquisas precursoras, visto o caráter não renovável dos sítios arqueológicos e da progressiva destruição destas evidências ao longo do tempo, intensificadas a partir do século XX. Assim, a relevância social deste trabalho também está relacionada ao esgotamento, cada vez mais intenso, do patrimônio arqueológico brasileiro.

A elaboração de uma compreensão mais ampla sobre os processos históricos que nortearam essas pesquisas iniciais preencherá uma lacuna de pesquisa, construída a partir dos horizontes revelados pelo trabalho de Brochado (1969). Segundo o autor, o desenvolvimento da pesquisa científica arqueológica gaúcha ocorreu em três momentos principais. O primeiro relacionado à atuação de estrangeiros, principalmente de origem alemã, o segundo vinculado às grandes sínteses e com a diminuição dos trabalhos de campos e o terceiro ligado com a atuação de indivíduos sem formação acadêmica, que se dedicaram à disciplina de forma amadora.

Durante este percurso temporal, a arqueologia sul-rio-grandense assumiu características peculiares de desenvolvimento, como, por exemplo, a formação, por entusiastas ou comunidades locais, de coleções arqueológicas, o surgimento de museus, mantidos por colégios ou públicos e a existência de diferentes tipos de publicações. Segundo Brochado (1969), as primeiras especulações científicas sobre a classificação cultural da pré-história no estado foram produzidas no final do século XIX em várias regiões e representam trabalhos pioneiros na arqueologia na região. Após este momento inicial, ocorreu um período de “renascimento das pesquisas”, inaugurado com trabalhos do argentino Antonio Serrano. Nesta época, ocorreu uma renovação das pesquisas, com a abertura de novos campos de estudo, como, por exemplo, os aterros do Sul, atualmente conhecidos como cerritos. Segundo Brochado (1969, p.16), os trabalhos de Serrano modificaram “completamente a visão dos problemas arqueológicos da região, dando vida nova às pesquisas arqueológicas, não só no estado do Rio Grande do Sul, como em todo o sul do País”.

Sobre um momento próximo ao recorte final da nossa pesquisa, Barth (2014) estudou as características de uma arqueologia comunitária na formação da coleção do Museu do Colégio Mauá, fundado em 1966, que reuniu materiais arqueológicos resgatados em sua maioria pelos membros da comunidade e sua posterior transformação no Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul, criado em 1974. O foco do trabalho foi a transição das pesquisas arqueológicas efetuadas pelos membros da comunidade para a institucionalização da pesquisa no Vale do Rio Pardo, assim como o posterior surgimento da arqueologia voltada ao licenciamento ambiental.

Com intuito de alcançar regionalmente essa diversidade das circunstâncias e considerando a organização cronológica de desenvolvimento proposta por Brochado (1969) e Barth (2014), escolhemos uma amostra de três conjuntos de fontes documentais sobre o estado. O primeiro grupo, discutido no segundo capítulo, são os diversos textos publicados, entre 1870 e 1910, por autores como Theodor Bischoff, Hermann von Ihering, Carlos von Koseritz, Edgard Roquette-Pinto, Ambrósio Schupp, Carlos Teschauer e João

Paldaoff. O segundo, tratado no terceiro capítulo, são as fontes arqueológicas, produzidas entre 1921 e 1950, publicadas pela Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O terceiro grupo, mencionado no quarto capítulo, é formado por textos publicados entre 1925 e 1965 por diferentes instituições oficiais e com autoria, por exemplo, de Ascânio Frediani, Ruy Rubem Ruschel e Pedro Ignácio Schmitz⁵.

Essas fontes serão analisadas sob a ótica de três pressupostos teóricos e metodológicos básicos: a noção de que a história da arqueologia é uma história de ideias, a necessidade do contexto histórico para construir uma história da arqueologia e a percepção de buscar construir um estudo histórico sobre a cultura material, formada tanto pelo dado arqueológico quanto pelo documento textual, produzida no início da arqueologia rio-grandense.

O pressuposto teórico principal da nossa pesquisa é fornecido por Robrahn-González (1999/2000), que propõe que a história da disciplina arqueológica é uma história de ideias, de descobertas, de discussões teóricas e de formas diferentes de olhar o passado. Para a autora, a história da arqueologia é também uma história do desenvolvimento dos métodos de pesquisa, utilizados com o objetivo de desenvolver as ideias e teorias sobre a mais antiga história da humanidade. É através desta história que conseguimos compreender melhor a maneira com que as populações pré-históricas foram percebidas pela arqueologia e de que forma estas pesquisas e perspectivas foram se desenvolvendo e modificando ao longo do tempo, pois “cada olhar do passado é um reflexo ou produto de seu próprio tempo: ideias e teorias estão em constante mudança, sendo cada uma delas um degrau na trajetória da arqueologia, como resultado da natureza dinâmica que a disciplina possui”. (Robrahn-González, 1999/2000, p. 11). Portanto, é esta dinamicidade histórica e metodológica que permite realizarmos uma análise do passado das pesquisas e compreendermos de forma mais ampla todas as minúcias que norteiam ou nortearam uma investigação arqueológica. Este é o elemento chave que respalda nossa pesquisa.

Além desta percepção de uma arqueologia passível de ser compreendida historicamente, também se utiliza a perspectiva teórica e metodológica proposta por Trigger (2004). Segundo o autor, a história da arqueologia pode ser compreendida e construída através da comparação dos modos como o pensamento arqueológico se desenvolveu em várias partes do mundo. Neste sentido, ele estabelece duas dimensões de análise, o diálogo interno e o externo. O diálogo interno está relacionado ao modo de como os arqueólogos desenvolvem seus métodos a fim de realizar inferências, a partir dos dados, sobre o comportamento humano. O diálogo externo é produzido por aquele que utiliza as descobertas anteriores para esclarecer questões mais genéricas sobre o comportamento humano e a história. A pesquisa pretende utilizar estes dois âmbitos de análise, mas se acredita que esta separação não é completamente clara, pois ambas, em muitas situações, se encontram juntas na nossa problemática. Esta união torna mais completa a função da pesquisa arqueológica, que é justamente contemplar tanto o estudo de uma população local quanto fornecer dados para a construção mais ampla, por exemplo, a ocupação de um território. Neste sentido, o próprio Trigger (2004, p.2) fornece uma alternativa, afirmando que “o diálogo interno envolve os interesses que distinguem a arqueologia como uma disciplina particular, ao passo que o diálogo externo representa a contribuição da arqueologia às ciências sociais”. Assim, desejamos atingir também estes dois aspectos do diálogo. A história da arqueologia, com maior ou menor recorte de

⁵ A consulta de outras fontes foi prejudicada pelo fechamento das instituições de pesquisa devido à pandemia de Covid-19, período que coincidiu com a conclusão dessa tese.

análise, não pode ser compreendida sem sua contextualização histórica de surgimento, pois a disciplina sempre esteve intrinsecamente relacionada a contextos históricos e políticos específicos.

No âmbito da pesquisa histórica, o estudo da cultura material através da arqueologia esteve relacionado às mudanças que a História passou no decorrer do século XX. Neste período, ocorreram mudanças conceituais importantes que permitiram uma ampliação do conceito de fontes históricas, provocando transformações importantes para a História e para arqueologia, sendo que esta última passou a ser mais valorizada pelo historiador. A Escola dos Annales reconheceu a importância das fontes materiais desde sua fundação, já que propunha uma renovação frente ao Positivismo, baseada na renovação teórica e na abertura das possibilidades de fontes. (Funari, 2011). Segundo Bloch (2001), o conhecimento dos fatos ocorre através do estudo de diferentes tipos de vestígios, como, por exemplo, documentos, ossadas, palavras, arqueologia. Neste sentido, “o passado é [...] um dado que nada mais modificará”, porém o conhecimento sobre o passado é algo que está sempre em progresso, que “incessantemente se transforma e aperfeiçoa.” (p. 75). Estas modificações ocorrem pela assimilação e pelo estudo dos diferentes tipos de vestígios e não exclusivamente através de documentos ou relatos de alguns poucos personagens. Esta grande diversidade de testemunhos existentes, por sua vez, torna ilusório o fato de que cada categoria de problema histórico deve ser respondida com um único tipo de documento; ao contrário disso, cada tipo de documento deve ser tratado através de diferentes técnicas. Nesta situação, o historiador deve possuir um “verniz” de todas as principais técnicas envolvidas em seu ofício e exercer os princípios da crítica, aceitando as imperfeições existentes nos documentos, a partir deste aceite, buscar identificar e desvendar estas limitações. (Bloch, 2001).

No Brasil, até a década de 1980, os estudos de cultura material permaneceram ofuscados nas ciências sociais, já que as teorias renovadoras do pensamento social, até então, permaneceram ligadas de forma mais profunda à imaterialidade dos sistemas socioculturais. O desenvolvimento do pós-estruturalismo despertou um renovado interesse pela cultura material. Atualmente, os estudos de cultura material formam um campo disciplinar mais amplo e transdisciplinar, que estuda a produção material humana e as relações dessa com o social. Estes estudos são conduzidos por arqueólogos e pesquisadores em ciências sociais e humanas sobre diferentes temas. Assim, a arqueologia pode ser compreendida como o estudo da cultura material, entretanto, os estudos de cultura material excedem a prática arqueológica. (Lima, 2011). O estudo destas fontes documentais produzidas sobre dados arqueológicos será norteado pela concepção de que a cultura material é algo concreto que carrega produções e reproduções da vida social. A cultura material possui um duplo aspecto, pois é tanto um produto quanto um vetor de relações sociais, tornando-se uma disciplina que pode conviver, sem problemas, com as demais ciências sociais. Deste modo, a arqueologia pode ser considerada a História da cultura material. (Meneses, 1983). As possibilidades de relações entre a sociedade e a cultura material também possuem uma dupla dimensão, pois esta interação “o conjunto de representações e práticas que constituem a ação social não é concebível sem sua dimensão física”. (Rede, 2012, p. 147). Portanto, no nosso contexto de trabalho, acreditamos que os dados arqueológicos (vetor) observados pelos pesquisadores e sua escrita (produto) representa perspectivas moldadas por padrões e ações sociais que podem ser recontextualizadas e resignificadas em diferentes momentos. Além disso, é interessante perceber que, através desses conceitos, a materialidade pode ser identificada nos dois elementos de análise, no dado arqueológico e no documento textual, pois ambos são formados e atuam socialmente de

forma semelhante. Desse modo, podemos arriscar a dizer que pretendemos realizar um estudo arqueológico e histórico sobre a cultura material produzida no início da arqueologia rio-grandense.

Esses pressupostos apontam para a necessidade de compreender o contexto histórico que moldou os diferentes momentos da história da arqueologia. Sobre a cronologia que buscamos analisar na realidade arqueológica sul-rio-grandense destacam-se, principalmente, dois grandes panoramas históricos, o evolucionismo cultural e o histórico-culturalismo. Essas compreensões serão sinteticamente referenciadas e, posteriormente, retomadas ao longo do trabalho.

A criação da arqueologia como disciplina científica foi influenciada diretamente pela Ilustração e ocorreu no início do século XIX, na Europa, principalmente na Dinamarca, Inglaterra e França. Foram nessas áreas que a pré-história foi considerada pela primeira vez como o estudo da evolução do homem. Nas décadas de 1860 e 1870, o enfoque evolucionista aproximou, na Europa e nos Estados Unidos, a arqueologia pré-histórica da etnologia, união essa baseada na ideia de evolução cultural linear. Assim, a explicação para as diferenças entre as sociedades baseava-se nas diferenças ambientais de cada região. Neste período, conhecido como a época das grandes “sínteses imperiais”, várias regiões do mundo foram estudadas e inseridas no modelo de evolução cultural que seguia uma linha de estágios e etapas rumo ao progresso, sendo a Europa a meta civilizacional mais almejada. (Trigger, 2004; Perry, 2002; Renfrew; Bahn, 1998). Este contexto histórico coincide com o início do recorte temporal da nossa proposta de trabalho, podendo ser percebido na atuação dos primeiros pesquisadores que atuaram no Rio Grande do Sul. Estes pioneiros são, predominantemente, de origem alemã e discutem temas muito próximos aos que são abordados fora do país. São exemplos de temas a origem natural ou artificial de sítios arqueológicos e a antiguidade do homem pré-histórico americano.

A partir do final do século XIX, o evolucionismo cultural passou a ser contestado na Europa, devido ao crescente nacionalismo e à industrialização, assim, os “países em face do conflito social crescente, estimulavam o nacionalismo, culpando estados vizinhos por seus problemas econômicos e sociais” (Trigger, 2004, p. 145). Este período histórico permitiu o surgimento da arqueologia histórico-cultural, que buscava identificar espacialmente materiais arqueológicos, cronologicamente relacionados e os associar aos antepassados de grupos étnicos conhecidos ou nacionais, influenciando o mundo todo. (Trigger, 2004, p. 145). No contexto brasileiro, o histórico-culturalismo foi utilizado como aspecto teórico principal para o desenvolvimento, a partir de 1965, do PRONAPA. Deste modo, a influência do histórico-culturalismo, apesar de ser um enfoque gestado ainda no final do século XIX, moldou todo o início das pesquisas arqueológicas modernas, além de seus resultados ainda formarem a base de dados principal da arqueologia brasileira.

Esses dois grandes panoramas históricos, o evolucionismo cultural e o histórico-culturalismo, podem também ser interpretados e aperfeiçoados frente ao contexto de desenvolvimento da arqueologia americana, ainda mais próximo da realidade que estudamos. O intervalo compreendido entre 1840 e 1914 é classificado por Robrahn-González (1999/2000) como um período descritivo e classificatório, considerado o “berço da arqueologia sistemática, resultando em sua definição formal enquanto disciplina”. (p. 17). Foi, nesta época, que se iniciaram as descrições e classificações criteriosas; os extensos trabalhos de campo, a tipologia e o mapeamento geográfico se desenvolveram. No início do século XX, a arqueologia começou a ser ensinada em várias universidades do mundo, e a aliança entre a arqueologia e a antropologia tornou-se mais estreita, bem como a necessidade de classificar a grande quantidade de material que havia sido

coletado nas escavações tornou abundantes as publicações voltadas à classificação. Assim, os esforços de pesquisas se concentraram na organização de sistemas cronológicos regionais e na descrição, a partir da ideia de tipos culturais, de característica de desenvolvimento cultural de cada área estudada.

Os anos entre 1914 e 1960 são classificados por Willey e Sabloff (1980) como um período classificatório-histórico. Entre 1914 e 1940, o estabelecimento de cronologias tornou-se o tema central da arqueologia americana. Esta busca cronológica já era utilizada anteriormente, entretanto, depois de 1940, a escavação estratigráfica começou a ganhar mais espaço, tornando-se o método na chave para organizar as cronologias recuperadas, assim, os princípios estratigráficos se espalharam por várias porções da América. A partir de 1960, a arqueologia ficou em segundo plano, pois a etnologia e a antropologia social passaram a ser consideradas disciplinas mais relevantes. Como uma espécie de resposta a esta marginalização da arqueologia, surgiram novas ideias e perguntas teóricas que conduziram a um reexame crítico dos objetivos e dos procedimentos arqueológicos. Este surgimento instigou novas tendências experimentais as quais caracterizaram esta segunda fase do período classificatório-histórico. Desta maneira, surgiram as primeiras inferências sobre a funcionalidade arqueológica, sobre os padrões de assentamento e sobre as relações existentes entre a cultura e o ambiente natural. Assim, tornaram-se importantes para os estudos arqueológicos as relações entre o homem e a paisagem, sua relação com recursos naturais e, também, com outros homens, além de uma melhor compreensão sobre adaptações socioeconômicas e organizações sociopolíticas humanas. (Willey; Sabloff, 1980).

Na conjuntura brasileira, este desenvolvimento, ocorre de forma semelhante, apenas em ritmo menos acelerado. Segundo Barreto (1999/2000), o final do século XIX representou um período de efervescência na produção arqueológica, provocado pelo intenso levantamento de dados primários através de inúmeras expedições, escavações e formação de coleções de materiais e pela elaboração de hipóteses e teorias explicativas sobre a origem e a filiação cultural dos indígenas brasileiros. Nesta época, os museus tornaram-se os centros de referência de produção destas pesquisas, frente ao contexto de implantação tardia de centros universitários no Brasil.

No enquadramento das pesquisas arqueológicas, o surgimento dos museus esteve relacionado aos paradigmas evolucionista, positivista e naturalista que começaram a influenciar o país a partir de 1870, junto do surgimento de uma elite intelectual que passou a se organizar ao entorno do debate romântico sobre os fundamentos de uma “cultura nacional”. Segundo Prous (1992), nesta época os cientistas estavam focados em estudar o máximo possível as populações consideradas “primitivas”, visto que estas estariam prestes a desaparecer frente ao avanço da “cultura superior ocidental”. Os cientistas, entre 1920 e 1945, passaram a se dedicar mais à formação do povo brasileiro moderno, discutindo uma mistura racial que envolvia mais negros e brancos, não considerando tanto os indígenas. Neste período, as culturas indígenas apenas mereceram “um lugar marginal na obra dos grandes antropólogos então formados pelo Museu Nacional, como Roquete Pinto ou Bastos d’Ávila”. (Prous, 1992, p. 11).

O desenvolvimento do Museu Paulista, em São Paulo; do Museu Paraense, em Belém e a reforma do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, foi um fator determinante para a arqueologia brasileira, não apenas na “forma como a pesquisa foi institucionalizada, mas também ao definir os modelos científicos de produção de conhecimento”. (Barreto, 1999/2000, p. 37). A formação e a institucionalização do Museu Botânico do Amazonas, do Museu Paraense e do Museu Paulista foram estudadas de forma consistente por Ferreira (2007).

Em outro trabalho, Ferreira (2002) estudou a institucionalização da arqueologia no Brasil Imperial, analisando o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Museu Nacional. Segundo Schwarz (1989), a criação destes museus brasileiros foi reflexo dos novos ideais do período que estavam se contrapondo aos legados metropolitanos e à ótica colonial. Nestes museus, a arqueologia e a etnologia obtiveram espaços de pesquisa próprios, entretanto, estes ainda eram considerados inferiores se comparados com a botânica, zoologia e geologia, consideradas as “verdadeiras” ciências naturais. Assim, “a ciência do homem era exercida mais como uma arte classificatória, na qual vestígios arqueológicos eram coletados e organizados enquanto ilustração material empírica da evolução humana”. (Barreto, 1999/2000, p. 38). No período entre guerras, ocorreu uma considerável diminuição da produção arqueológica, causada tanto pelo período de decadência dos grandes museus quanto pela transformação de interesse sobre a antropologia, a qual gerou um isolamento da arqueologia e um consequente desinteresse dos intelectuais da época pelas pesquisas. (Barreto, 1999/2000).

Entretanto, no contexto gaúcho, essa dinâmica ocorreu de forma diferenciada, revelando categorias mais flexíveis de desenvolvimento da disciplina arqueológica. São as características regionais desse processo que desejamos apontar. Para nos aproximarmos desse objetivo, dividimos a Tese em cinco capítulos, sendo que quatro deles tratarão, especificamente, de um conjunto de trabalhos arqueológicos.

O primeiro capítulo consiste na presente introdução. O segundo versará sobre textos de autorias variadas, publicados em periódicos entre o final do século XIX e início do XX, em que se destacam os trabalhos de estrangeiros, principalmente de origem alemã. O terceiro capítulo tratará dos trabalhos arqueológicos, publicados entre 1921 e 1950 pela Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pouco conhecidos pelos arqueólogos gaúchos. O quarto capítulo será formado pela análise de textos variados, publicados até 1958, pesquisas que marcaram o início das atividades arqueológicas modernas no estado. O quinto e último capítulo realizará uma síntese conclusiva dos dados obtidos ao longo da pesquisa, buscando completar as perspectivas apontadas no primeiro capítulo.

UM PRINCÍPIO PARA A ARQUEOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (1870-1910)

Não foi um trabalho científico; quisemos apenas, na acanhada esfera de alguns artigos para a imprensa diária, reunir os dados principais sobre os usos e costumes dos primitivos habitantes desta região e indicar os problemas mais salientes, que lhes são relativos. (Koseritz, 1928, p. 45).

O nascimento da Arqueologia, como uma prática sistemática de rastrear nos artefatos informações sobre o passado, ocorreu ainda na época em que a crença na origem bíblica do ser humano prevalecia. No medievo, os dados considerados confiáveis e verídicos sobre o passado eram provenientes das escrituras sagradas e de algumas informações provenientes do mundo clássico greco-romano. À vista dessa concepção medieval, conforme Trigger (2004), floresceu e se constituiu uma visão cristã sobre o passado, baseada em proposições fundamentais. Entre as principais alegações dogmáticas, destacam-se a crença que a origem do mundo era algo recente e sobrenatural, possuindo ele poucos milhares de anos e a compreensão de que a criação

divina original estava em degeneração⁶. Assim, as transformações naturais representariam essa decadência, existia também a convicção que o gênero humano foi criado por Deus no Jardim do Éden, situado no Oriente Próximo, dispersando-se⁷ para outras regiões, e uma confiança que os comportamentos culturais, intelectuais e sociais praticados no medievo europeu eram fieis aos existentes no passado bíblico. Decorrente dessa visão, os interesses pelos vestígios materiais eram restritos à coleta e preservação, em especial, de relíquias sagradas, fato que não favoreceu o desenvolvimento de estudos sistemáticos. Contudo, essa consciência de passado instituiu a “base conceitual sobre a qual a arqueologia havia de desenvolver-se, na Europa, com a mudança das condições sociais”. (Trigger, 2004, p. 35).

O paradigma medieval começou a ser alterado no século XVIII com o progressivo avanço das concepções filosóficas decorrentes da Ilustração, quando a práxis se desenvolveu, gradativamente, como disciplina científica. Conforme Trigger (2004), o “século das luzes” trouxe, especialmente à Europa, um novo olhar sobre o mundo, filtrado por uma confiança cada vez mais intensa no desenvolvimento econômico e cultural dos seres humanos. Para os filósofos⁸ ilustrados, essa confiança no humano estava assentada na compreensão naturalística sobre os processos sociais e na crença consolidada do progresso. Esses elementos, quando combinados, produziram um conjunto de práticas conceituais que buscavam explicar a mudança social e criar uma metodologia capaz de esclarecer o percurso geral do desenvolvimento humano.

O entendimento ilustrado sobre essa trajetória humana foi pautado pela concepção da existência de uma unidade psíquica entre todos os grupos humanos, representados pela ausência de obstáculos biológicos para o progresso. A partir dessa inexistência de barreiras, o progresso cultural era considerado dominante na história humana e a mudança aconteceria continuamente por causas naturais e não de modo episódico por razões sobrenaturais. No julgamento ilustrado, a ação do progresso é derivada do pensamento racional, que permite a melhoria da condição humana através do aumento da capacidade de controlar o ambiente e, por sua vez, é gerador de riqueza. Outra característica pertinente é que o progresso não se limitava apenas ao avanço tecnológico, mas envolveria todos os aspectos humanos, inclusive a sociedade, a política, a moralidade e as crenças religiosas, assim, ele aperfeiçoaria a natureza humana, através da eliminação progressiva da ignorância, da paixão e da superstição e do rompimento com a necessidade medieval de combate ao pecado como forma exclusiva de alcançar a salvação. (Trigger, 2004).

⁶ Segundo a narrativa bíblica, Adão e seus descendentes eram agricultores e pastores e a siderurgia passou a ser praticada no Oriente Próximo em poucas gerações, assim, os primeiros humanos estavam diretamente ligados à revelação de Deus a Adão. Posteriormente, esse conhecimento divino foi mantido e aperfeiçoado por meio de sucessivas outras revelações, firmadas pelos patriarcas e profetas hebreus e, depois, pelo Novo Testamento. Todas essas manifestações constituíram-se propriedade da Igreja Cristã, assim, a instituição tornou-se responsável pela elevação dos padrões de comportamento humano. Em oposição, os grupos que se distanciaram do Oriente Próximo tenderam à degeneração, pois deixaram de ter sua fé renovada pela revelação divina e pelos ensinamentos de Cristo. Na mentalidade medieval, essa decadência era evidenciada pelas práticas politeístas, idólatras e imorais e foi utilizada também para a elucidação das tecnologias primitivas no momento em que essas sociedades eram contatadas pelos europeus. (Trigger, 2004).

⁷ Essa dispersão teria ocorrido em dois grandes movimentos: o primeiro verificou-se após a expulsão dos ancestrais humanos do Jardim do Éden e o segundo decorreu após o dilúvio de Noé. (Trigger, 2004).

⁸ Entre os filósofos mais importantes nesse movimento, Trigger (2004), destaca, entre outros, os franceses Montesquieu, Turgot, Voltaire e Condorcet. Além deles, o inglês John Locke e os escoceses William Robertson, John Millar, Adam Ferguson e James Burnett também desempenharam um papel importante nesse processo de construção do “paradigma da Ilustração” na Arqueologia mundial.

Esse novo olhar sobre a condição humana proporcionou o fortalecimento de uma percepção evolutiva sobre a história humana, ampla o suficiente para confrontar o anterior entendimento medieval sobre o mundo. Entretanto, como destaca o mesmo autor, esse desenvolvimento evolucionista sobre o passado foi mais influenciado pela paulatina mudança, iniciada no século XVII, das mentalidades do que necessariamente pelo avanço no corpo de conhecimento propriamente arqueológico.

No século XIX, o cenário de transformação, pensado pela Ilustração, estava assentado e a Arqueologia pré-histórica passou a assumir maior autonomia em relação aos estudos do passado clássico. O conhecimento sobre o remoto passado humano sofreu uma gradual e contínua sistematização dos dados, fato que permitiu um rompimento metodológico com as antigas práticas de antiquários. Essa consolidação passou a agregar outras proposições teóricas que se espalharam por várias partes do mundo através do influxo imperialista. Logo, ao longo do século XIX, principalmente entre as décadas de 1860 e 1870, os pesquisadores “continuaram a acreditar nas origens evolutivas da sociedade europeia”, entretanto, “nesse período eles estavam inclinados a dar explicações raciais para o fracasso de outras sociedades em evoluir tanto quanto a sua”. Assim, era destaque a concepção de que as “sociedades nativas eram estáticas” e que por isso as mudanças, quando evidenciadas no registro arqueológico, eram explicadas através dos processos migratórios e não devido ao dinamismo interno da sociedade estudada. (Trigger, 2004, p. 56).

No Brasil, esse movimento foi percebido mais claramente a partir da segunda metade do século XIX, quando as publicações, produzidas durante os grandes levantamentos arqueológicos, tornaram-se mais frequentes e revelaram a necessidade de conhecer o “exótico” passado indígena brasileiro. O grande interesse do imperador D. Pedro II pelas questões antropológicas contribuiu tanto para a implantação das “primeiras entidades oficiais”, incumbidas de uma atuação relevante no desenvolvimento da arqueologia brasileira, quanto para o fortalecimento do Museu Nacional⁹. Posteriormente, após a Proclamação da República, o Museu Paulista¹⁰ tornou-se o “grande rival” do Museu Nacional. Nesse mesmo período, o Museu Paraense¹¹ estava se reorganizando e, no futuro, se destacaria nos estudos arqueológicos amazônicos. O “antagonismo entre estas instituições (a primeira, monárquica, e a segunda, republicana) iria logo comprovar-se” pela discussão sobre a origem natural ou artificial dos sambaquis do litoral brasileiro, debate em que cada instituição adotou um posicionamento. (Prous, 1992, p. 7).

No Rio Grande do Sul, esse panorama apontado pelo contexto nacional alterou-se, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX. Apesar das características vagarosas dessa transformação, ela revelou um horizonte diversificado de personagens que alinhavavam os ensaios iniciais da construção sobre o passado pré-colonial gaúcho. Essa diversidade também se refletia nas temáticas estudadas e nas características da formação dos primeiros pesquisadores que se arriscavam a formular as hipóteses iniciais dessa compreensão. Para alcançar essa pluralidade de trabalhos e compreender de forma mais clara como esse processo ocorreu no contexto rio-grandense, neste capítulo, serão analisados textos escritos por diferentes autores, escritos e publicados em variados periódicos ao longo dos anos de 1881 e 1906.

⁹ O Museu Nacional foi criado no ano de 1818, através de decreto promulgado por D. João VI.

¹⁰ Foi criado no dia 7 de setembro de 1895, homenageando a data da Independência brasileira.

¹¹ Foi fundado no ano de 1866, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará.

Tabela 1 – Fontes analisadas no segundo capítulo

	Título	Autor/Referência
01	Subsídios ethnographicos	Koseritz (1928)
02	Bosquejos ethnologicos	Koseritz (1884b)
03	Sambaquis de Conceição do Arroio	Koseritz (1884a)
04	Sobre os Sambaquis no estado do Rio Grande do Sul	Bischoff (1928)
05	A Lagoa dos Patos	Ihering (1969)
06	Os índios do Rio Grande do Sul	Ihering (1895a)
07	A civilização pré-histórica do Brasil Meridional	Ihering (1895b)
08	Relatório de excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul	Roquette-Pinto (1962)
09	Os aborígenes do Brasil sob o ponto [...] ethnologico	Schupp (1903a)
10	As bolas dos bugres	Schupp (1903b)
11	[...] Achados índios no Museu do Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo	Teschauer (1929)
12	Archeologia Rio-grandense	Paldaoff (1900)
13	Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul	Luedeke (1928)

Fonte: dados organizados pelo autor.

A escolha dessa amostra documental, assim como as analisadas nos demais capítulos, foi pautada pela inclusão dos autores e dos trabalhos mais referenciados nas pesquisas arqueológicas produzidas sobre o estado. Durante a análise, se buscará descrever alguns aspectos essenciais desses estudos e, na medida do possível, balizar os fatores externos e internos que influenciaram sua produção.

Uma Trincheira de Estrangeiros

Em praticamente todas as investigações arqueológicas produzidas sobre o Rio Grande do Sul, é habitual a referência a estudos desenvolvidos durante a segunda metade do século XIX. Esses textos são identificados pelos pesquisadores como representativos das primeiras pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região e constituem-se, essencialmente, de atividades produzidas por pesquisadores de origem estrangeira. Assim, esse conjunto documental marca o surgimento de uma bibliografia mais especializada sobre a arqueologia, consistindo, segundo Brochado (1969), no primeiro momento da história da disciplina no estado.

Entretanto, apesar do aspecto inaugural e fecundo desses trabalhos, eles foram pouco problematizados e permanecem sendo vagamente interpretados pela produção arqueológica. Para contemplar essa perspectiva e fornecer algumas informações mais aprofundadas sobre esse grupo documental, foram analisados textos, resultados das pesquisas desenvolvidas por Carlos von Koseritz, Theodor Bischoff e Hermann von Ihering. O exame mais detalhado dessas obras, consideradas as principais realizadas na segunda metade do século XIX no estado, poderá preencher uma pertinente lacuna de pesquisa, construída tanto pelos horizontes revelados pelo trabalho inaugural de

Brochado (1969) quanto pelas referências bibliográficas expostas nas pesquisas arqueológicas produzidas na atualidade.

Na conjuntura estadual, as primeiras publicações arqueológicas mencionadas são atribuídas ao alemão Carlos von Koseritz¹², personagem cuja atuação foi notória, principalmente, no cenário político e intelectual gaúcho das últimas décadas do século XIX. Segundo Grützmann (2007), ele fez parte de uma geração de intelectuais de pensamento liberal que emigram do continente europeu após as derrocadas das revoluções liberais de 1848, movimentos em que também participaram a Alemanha. Koseritz chegou¹³ ao Brasil em 1851. Durante o período que permaneceu na cidade de Pelotas, fundou, em 1856, um colégio e aderiu às atividades jornalísticas, principalmente na redação do jornal “O Noticiador”, posteriormente, em 1858, fundou seu próprio jornal, “O Brado do Sul”, lembrado como o primeiro jornal diário de Pelotas. Além disso, envolveu-se no cenário político local, colocando-se, através de enftamentos diários na imprensa, contra os políticos progressistas, partido dominante no município. Devido a esses conflitos, Koseritz mudou-se para a cidade de Rio Grande, onde continuou atuando na imprensa local através da redação do jornal “O Povo”, prestando colaborações no “Eco do Sul” e fundando o Ateneu Rio-Grandense, uma instituição de ensino primário e secundário.

Novamente, segundo Grützmann (2007), decorrente de novos conflitos locais e acusações, chegou, em 1864, a Porto Alegre, onde atuou como jornalista, advogado e filiou-se à maçonaria. Por um convite do governo, tornou-se uma espécie de “agente-intérprete” da colonização alemã e concentrou-se em atividades ligadas à história, economia, filosofia, etnografia e literatura. Foi membro da Assembleia Provincial entre 1883 e 1889. Sua representatividade, conforme Grützmann (2007), ocorreu devido à sua destacada atuação como jornalista na imprensa em língua portuguesa e alemã publicada no Rio Grande do Sul, envolvendo um período de mais de três décadas consecutivas. Essa atuação,

Engloba as funções de colaborador, redator e dirigente/redator. Na função de redator, Koseritz trabalhou para os seguintes periódicos: O Povo, de Rio Grande; Jornal do Comércio; A Ordem, folha conservadora; O Mercantil; e A Reforma, órgão do Partido Liberal, todos editados em Porto Alegre. Sua atividade mais significativa nesta área ocorre de 1864 a 1881, época em que esteve à frente da redação do bissemanário *Deutsche Zeitung* (Folha Alemã), jornal noticioso, criado, em 1861, por um grupo de comerciantes alemães de Porto Alegre, então o principal periódico em língua alemã na Província, no qual também divulgou uma grande parte de sua produção intelectual, permitindo a Koseritz, durante vários anos, um acesso expressivo e privilegiado ao público leitor de fala alemã. (Grützmann, p. 129-130)¹⁴.

Entre as convicções políticas e filosóficas expostas em seus trabalhos, Koseritz difundia o “ideário liberal, o evolucionismo darwiniano e a filosofia monística”, tinha uma

¹² Karl (ou Carl ou Carlos) Julius Christian Adalbert Heinrich Ferdinand von Koseritz foi filho do barão de Koseritz. Nasceu, em 3 de fevereiro de 1830, em Dassau, capital do ducado de Anhalt, na Alemanha; faleceu no dia 30 de maio de 1890, em Porto Alegre (Carneiro, 1959).

¹³ Ele entrou no Brasil na “condição de grumete (marinheiro de graduação inferior), no veleiro Heinrich, que transportava parte dos mercenários da Legião Alemã, contratada pelo governo imperial para lutar contra Rosas. No Rio de Janeiro, engajou-se no 2º Regimento de Artilharia da Legião Alemã, da qual desertou em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, no ano de 1852. Passou a viver na cidade de Pelotas, onde trabalhou como guarda-livros e professor e onde, no ano de 1855, casou-se com Zeferina Maria de Vasconcelos, filha de um estancieiro da localidade, com quem teve quatro filhas”. (Grützmann, 2007, p. 129).

¹⁴ A reprodução das fontes, presente nas citações diretas, foi atualizada, na medida do possível, conforme as normas atuais da língua portuguesa.

postura “anticlerical, antifrancesista e antipositivista”. Além disso, debatia questões cruciais na segunda metade do século XIX, como, por exemplo, a “educação” e a “participação política dos imigrantes alemães e de seus descendentes”, assim como a “manutenção da germanidade” e da sua “inserção na sociedade brasileira”. (Grützmann, 2007, p. 129).

A partir dessa ampla rede de atuação e desse panorama de influências, Koseritz publicou um dos primeiros textos da arqueologia gaúcha. O trabalho “Subsídios etnográficos” (1928), originalmente publicado em 1881, na Gazeta de Porto Alegre, realiza apontamentos sobre uma coleção etnográfica de cerca de 2000 objetos, sendo ela fruto de um paciente trabalho de 15 anos e formada tanto de artefatos recolhidos pelo próprio autor quanto de doações vindas de diversas regiões do estado. Esses artefatos formaram a Exposição Antropológica, vinculada à “Exposição Brasileira-Allema”, realizada em 1881. Infelizmente, a coleção reunida por Koseritz foi destruída devido ao incêndio ocorrido no pavilhão principal da exposição. Assim, o objetivo principal desse trabalho foi o de compilar e reunir informações sobre os materiais perdidos.

Além disso, esse esforço de congregar dados perdidos revela uma preocupação de Koseritz de efetivar um compromisso anterior, firmado com um antropólogo alemão. A ligação do pesquisador com Philipp Wilhelm Adolf Bastian (1826-1905) demonstra a proximidade existente entre as pesquisas iniciais no estado com membros de instituições estrangeiras de pesquisa, especialmente, as de origem alemã. Adolf Bastian é reconhecido como um dos responsáveis pela institucionalização da disciplina antropológica na Alemanha. Sua figura tornou-se de grande importância, entre outras situações, no cenário de viajantes e cientistas alemães que percorreram várias regiões do mundo. (Baldus, 1966).

O trabalho de Elaine Calça (2020), que estudou, especificamente, a atuação de Bastian no cenário alemão e mundial sob o aspecto do imperialismo, demonstrou que muitos dos objetos e registros etnográficos obtidos pelo pesquisador e atrelados à Sociedade de Antropologia, Etnologia e Pré-História de Berlim revelam a existência de uma rede transnacional de expedicionários e cientistas.

Segundo a autora, tanto os “crânios, cabelos, peles e outras partes do corpo” quanto os “objetos denominados etnográficos”, constituintes das coleções do Museu de Etnologia de Berlim, são objetos, hoje classificados como pertencentes à cultura material, que foram utilizados nos trabalhos de alemães, cientistas ou não, que criaram uma rede de atuação transnacional durante o século XIX. Essa rede desenvolveu-se simultaneamente com o avanço do capitalismo e do imperialismo, sendo “fruto da sociabilidade existente em torno de três espaços metropolitanos: as reuniões das sociedades científicas, o Museu de Etnologia de Berlim e a Revista de Etnologia”. (Calça, 2020, p. 100). Provavelmente, o interesse de Koseritz em comunicar Bastian das características dos artefatos arqueológicos e etnográficos, mesmo após sua destruição, existentes no Rio Grande do Sul, está vinculado a essa rede transnacional de atuação pretendida pelo imperialismo alemão ao final do século XIX.

Sobre as coleções arqueológicas, Koseritz (1928) afirma que o conjunto – formado por machados, pontas, bolas, cachimbos, tembetás e cerâmica – perdido durante o incêndio da Exposição era o primeiro e o maior existente naquela época no estado. Entretanto, o pesquisador afirma que existiam ainda outras, como, por exemplo, a coleção que,

[...] O Parthenon Literário por sua vez reuniu no pequeno Museu que tentara organizar, uma coleção regular, que deve ainda existir; o Sr. Dr. Hermann von Ihering fez uma pequena coleção, que cedeu ao Museu Nacional; o Sr. João Schroeder tinha outra, que nos cedeu para

a reconstrução da nova coleção que estamos organizando e para a qual temos recebidos subsídios de todas as partes da província. Reunidos esses objetos, que agora recolhemos, cremos que pouco ficará em ser e o futuro só poderá contar com os achados que forem feitos no seio da terra. (Koseritz, 1928, p. 46).

Essas informações, relacionadas à existência ou ao interesse de criação de outras coleções expõem outra faceta do início da arqueologia no estado, a aproximação com as atividades da “Sociedade Parthenon Litterario”, criada em 1868.

Segundo Kohlrausch (2018), O Parthenon Literário foi um marco importante para o desenvolvimento da literatura e da cultura no Rio Grande do Sul. A Sociedade foi instituída em Porto Alegre em 18 de junho de 1868 e tinha como objetivo principal a organização da vida literária do estado. Originalmente, a agremiação foi movida pelo ideal republicano e abolicionista¹⁵ de jovens, sendo eles liderados pelo médico, jornalista e escritor José Antonio do Vale Caldre Fião e pelo professor, jornalista e também escritor Apolinário Porto Alegre. Assim, a instituição formou uma biblioteca que chegou a reunir 6000 obras, principalmente relacionadas com as áreas de Filosofia, História e Literatura. (Moreira; Moreira; Póvoas, 2018).

Vinculado a essa biblioteca os membros criaram um museu de ciências naturais, incluindo objetos minerais, arqueológicos, numismáticos e de zoológicos. Aquiles Porto Alegre¹⁶, na revista do Parthenon de maio de 1875, comenta sobre a criação desse museu de ciências naturais e solicita aos sócios o envio de objetos que pudessem interessar ao empreendimento do museu,

É de esperar, pois, que toda a alma patriótica, interessada na grandeza deste abençoado país, avaliando os dignos esforços do Parthenon o secunde na realização desse novo tentame, remetendo á sua diretoria qualquer produto da nossa variada e rica natureza. (Porto Alegre, 1875, p. 229).

Além desse destaque sobre a organização de uma nova coleção pelo Parthenon Literário, a organização do passado em idades também é uma preocupação do trabalho de Koseritz (1928). O autor, em diversos momentos, destaca e compara as características do desenvolvimento cultural das populações pré-históricas gaúchas com outras regiões do mundo e da América, principalmente a mesoamericana e andina. Segundo ele, o Rio Grande do Sul era “uma das poucas regiões em que a idade de pedra pertenceu aos tempos históricos e mesmo ainda a este século” (Koseritz, 1928, p. 19); essa constatação é baseada na ideia de que não há evidências que os “nossos indígenas hodiernos usem ainda de machados e outros instrumentos de pedra”, mas existem provas que utilizavam “ainda há meio século porque muitos desses instrumentos que possuíamos foram achados sob tenuíssima camada de húmus, que não podia exceder a 50 anos”. (Koseritz, 1928, p. 20). Assim, conclui que com “exceção de algumas terras australianas, não cremos que haja região no mundo, cujo homem indígena seja tão atrasado como o nosso, principalmente nas províncias do centro e Sul do Brasil”. (Koseritz, 1928, p. 21).

Por sua vez, esse período “estendeu-se para os nossos indígenas por muitas dezenas de milênios e que dela passarão diretamente para idade do ferro, em que vivem

¹⁵ Sob os aspectos políticos, a agremiação esteve envolvida “na campanha em prol da libertação dos escravos, com a realização de espetáculos no Theatro São Pedro, em Porto Alegre, quando negros cativos eram alforriados muitos anos antes da assinatura da Lei Áurea”. Além disso, a questão republicana também era defendida pela maioria dos associados. A “tríade, portanto, sobre a qual repousava a agremiação podia ser expressa, preferencialmente, pela forma Abolição e República, na questão política, e Romantismo, no plano literário”. (Moreira; Moreira; Póvoas, 2018, s/p).

¹⁶ O texto é assinado por “Manfredo”, segundo Lazzari (2004), pseudônimo de Aquiles Porto Alegre.

ainda hoje”. O autor, seguindo essa mesma lógica, afirma que não existe grande diferença nos trabalhos executados pelos diferentes grupos pré-históricos, assim, o “machado do Sambaqui é igual ao do húmus dos matos” e, por esse motivo, “não há entre nós distinção a fazer entre o período da pedra lascada e da pedra polida”. (Koseritz, 1928, p. 22). Essa proposta de organização, seguindo características do Paleolítico e do Neolítico, aproxima-se da teoria classificatória publicada em 1865 pelo inglês John Lubbock.

Outro ponto de destaque no texto de Koseritz (1928) é a preocupação em estabelecer, através de avaliações sobre as mudanças no nível do mar e comparações com sítios de outras regiões do mundo, uma cronologia para o período de construção dos sítios sambaquianos na região. Segundo ele, a idade dos Sambaquis é de menos de 7.000 anos, esse período “parece acertado pela comparação com os *kyokkenmoddings* da Dinamarca”, e estava relacionada à “idade provável da emersão de nossas costas”. (Koseritz, 1928, p. 20).

O aspecto artístico dos artefatos analisados também é questionado por Koseritz (1928), que afirma que os raros objetos considerados de caráter artístico são de procedência estrangeira. Para exemplificar, ele descreve um cachimbo com uma “fisionomia bem esculpida de índio”, que revelava um “perfeito tipo dos Astecas, o que prova que fora importado no Norte.” (Koseritz, 1928, p. 21). Esse objeto foi destruído no incêndio da Exposição,

Entre os diferentes cachimbos que perdemos no incêndio da Exposição, havia um, cuja perda é verdadeiramente irreparável, porque constituía a única obra de arte indígena, jamais achada na província. Era um cachimbo de grés duro e a parte do foco apresentava, esculpida com verdadeira arte, as feições de um indígena. A escultura era perfeita, os traços fisionômicos haviam sido apanhados por mão de mestre [...] Talvez não apareça um só similar na exposição etnográfica que o nosso ilustre amigo Dr. Ladislau Netto vai inaugurar no Museu Nacional, que dirige com tanto zelo e alta inteligência. (Koseritz, 1928, p. 35-36).

Sobre a arte rupestre, Koseritz (1928) é categórico em afirmar que dos indígenas que ocuparam o Rio Grande do Sul “não se encontra vestígios de arte”. Segundo ele, a única exceção é de uma inscrição existente “num rochedo do morro da Fortaleza, no Mundo Novo”, registro muito semelhante aos encontrados em “Itacoatiára (no Amazonas) de que nos dá notícia o Sr. Rodrigues Barbosa”. (Koseritz, 1928, p. 22).

O convívio entre as populações humanas e a extinta megafauna, assim como as mudanças no nível do mar, também são referenciadas para explicar o cenário pré-histórico rio-grandense,

Desaparecerão as preguiças gigantes, os mastodontes, os tatus de estatura colossal, que viviam com o homem primitivo dos pampas; a serra do mar, que em seus cumes ainda conserva conchas do oceano, surgiu; recuarão as águas e crescerão as costas; acumularam-se Sambaquis das ostras que devoravam centro de gerações de indígenas, – o nosso homem primitivo usava ainda de instrumentos de pedra, como seus precursores decênios de milênios antes. (Koseritz, 1928, p. 22).

Em várias partes do trabalho, Koseritz (1928) evidencia a existência de contatos culturais entre indígenas e colonizadores, expresso, principalmente, pela adoção do ferro por parte dos nativos. Conforme ele, havia diversos “machadinhos de ferro, grosseiramente trabalhados”, encontrados em associação com outros machados de pedra, indicando que os “indígenas do século passado usavam do ferro, quando obtinham, sem, contudo abandonar seus velhos instrumentos de pedra”. Essa combinação ocorria devido ao fato de que o “ferro era raríssimo e só podiam obtê-lo por meio de invasão nos centros habitados pelos brancos”. (Koseritz, 1928, p. 20).

Outra característica do contato cultural, apontada e evidenciada pelos materiais, é a existência de “trabalhos de imitação de armas e instrumentos europeus”, produzidos em “grés ferruginoso”. Esses objetos teriam sido encontrados “numa espécie de oficina, que foi achada nos matos do Mundo Novo”. O conceito de oficina é utilizado pelo autor para definir um sítio com presença de uma “imensidade de machados, facas, cravadores de pedra, etc., uns prontos, outros principiaados”, mas todo o conjunto denotava que seus produtores “já tinham conhecimento de idênticos instrumentos de ferro e de aço, importados do velho mundo”. (KOSERITZ, 1928, p. 27). Já a presença de adaptações indígenas de produtos importados está presente em uma “lâmina de ferro de um dos antigos ferros de engomar, que roubado em algum sítio pelos indígenas, foi por eles levado para o mato e ali provido de fio, para servir-lhes de machado”. (Koseritz, 1928, p. 27).

Os objetos conhecidos popularmente como “contas venezianas” também são descritas. Conforme o autor, na coleção destruída, em termos de ornamentação, os artefatos mais interessantes eram essas pérolas de vidro. A amostra era constituída por uma conta considerada grande e cerca de dez pequenas, sendo todas elas “achadas em sepulturas”. (Koseritz, 1928, p. 37). A origem dessas peças é problematizada,

A única explicação que acha a ciência para estas pérolas (e tal também a opinião do Sr. Dr. Von Ihering), é que sejam de origem fenícia, porque é sabido que os fenícios eram peritíssimos em trabalhos de vidro. Vem em apoio a esta opinião, a circunstancia de haverem sido achadas em sepulturas indígenas dos Estados Unidos, pérolas idênticas, cuja origem fenícia foi positivamente reconhecida. (Koseritz, 1928, p. 38).

Assim, questionando a tradicional posição sobre uma origem veneziana das contas, o autor conclui que esses objetos, assim como outro pertencente a Hermann von Ihering, são de origem fenícia, constituindo-se de significativas “provas de que os fenícios visitarão não só o Norte do continente americano (o que está hoje provado) mas também a América do Sul”. (Koseritz, 1928, p. 38).

Esse anseio em reunir e divulgar dados também é evidenciado em outro texto do autor, publicado originalmente na Gazeta de Porto Alegre e, posteriormente, em 1884, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. O trabalho intitulado “Sambaquis de Conceição do Arroio” (Koseritz, 1884a) fornece uma notícia de divulgação da análise de “ostreiros”, no atual município de Conceição do Arroio (atual município de Osório). Os dados utilizados no estudo são provenientes de pesquisas realizadas anteriormente por Theodor Bischoff. Os objetos encontrados nos sítios, segundo Koseritz, não pertencem aos indígenas que povoaram as áreas de “mato e os campos do Sul”. (Koseritz, 1884a, p. 180) e as suas características se aproximam das ocorrências em Santa Catarina e Paraná, fato que “faz supor, que os povos, que formaram aquelas ostreiras, vieram descendo daquelas regiões”. (Koseritz, 1884a, p. 181).

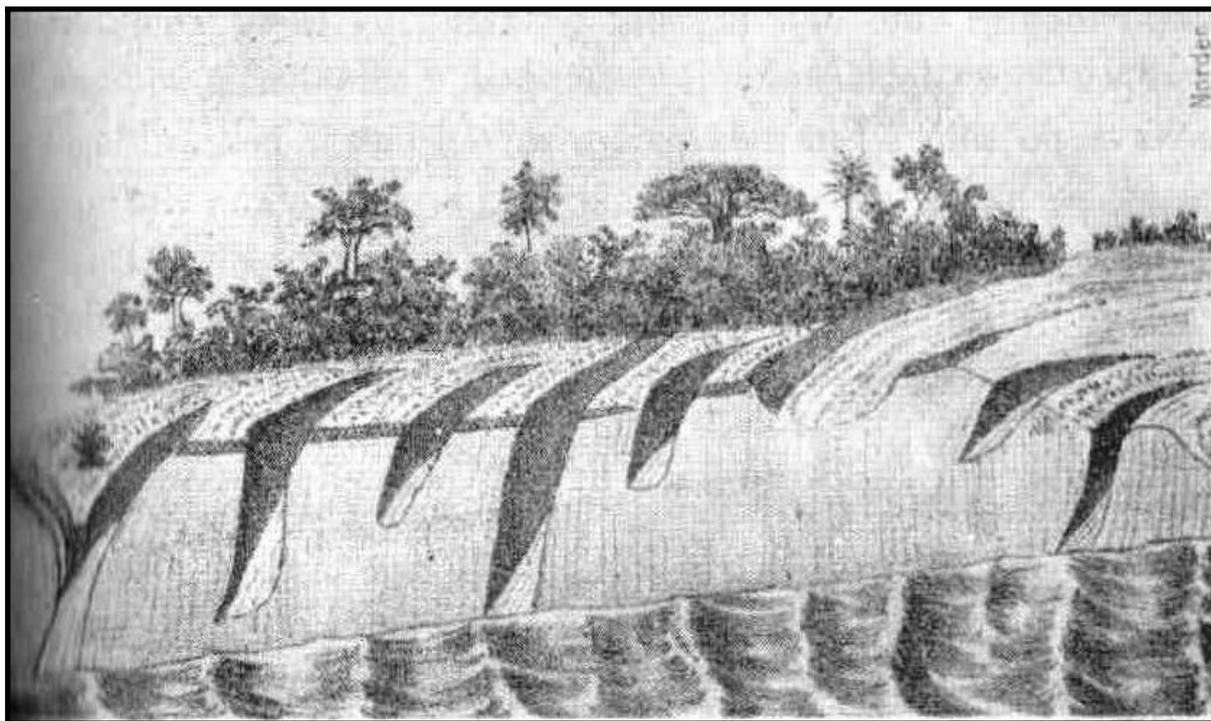
Outro texto do autor, recorrentemente citados em trabalhos arqueológicos, são os “Bosquejos ethnologicos”, publicado originalmente em 1884. Koseritz (1884b) discute brevemente a formação de coleções e as pesquisas realizadas até aquele momento no estado. Nesse trabalho, a problemática está voltada aos crânios humanos de sambaquis e consiste em uma espécie de síntese de trabalhos anteriores. O destaque é o relato sobre a descoberta de um crânio “inteiriço e bem conservado” no sambaqui de Cidreira. Entretanto, o crânio sofreu uma queda, sendo reconstruído e medido por Bischoff. A partir da análise realizada, Koseritz adverte que: Em “toda a coleção craniológica do Museu não vi tipo algum de tão bestial configuração como este crânio de Cidreira” e, ao mesmo tempo, informa que os “Drs. Ladislau Netto e Lacerda, vendo o desenho exato do crânio

que vou enviar-lhes (em tamanho natural), concordarão comigo”. (Koseritz, 1884b, p.101).

Em um tempo semelhante aos trabalhos de Koseritz (1928, 1884a, 1884b), a pré-história sul-rio-grandense era objeto de análise de outro pesquisador estrangeiro, o alemão Theodor Bischoff. O texto “Ueber die Sambaquis in der Provinz Rio Grande do Sul (Brasilien)” foi originalmente publicado em 1887 por Bischoff, no periódico alemão “Zeitschrift für Ethnologie”¹⁷. A versão em português do texto foi publicada, em 1928, na Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul.

O texto de Bischoff (1928) descreve prospecções realizadas, principalmente, em sambaquis localizados próximas à lagoa da Fortaleza, no atual município de Cidreira e da lagoa da Cerquinha, no atual município de Balneário Pinhal. Além desses sítios, o autor descreve alguns levantamentos realizados em outros sítios, cuja localização tornou-se imprecisa para o próprio devido à dinâmica dos ventos na região. De modo geral, a cadeia de sítios prospectados possuía ligação, pois todas as áreas de lagoas pesquisadas “correm para a Lagoa de Tramandaí, e daí para o mar”. (Bischoff, 1928, p.12). Alguns desses sítios visitados e seu entorno ambiental (Figura 1 a Figura 6) são representados por croquis.

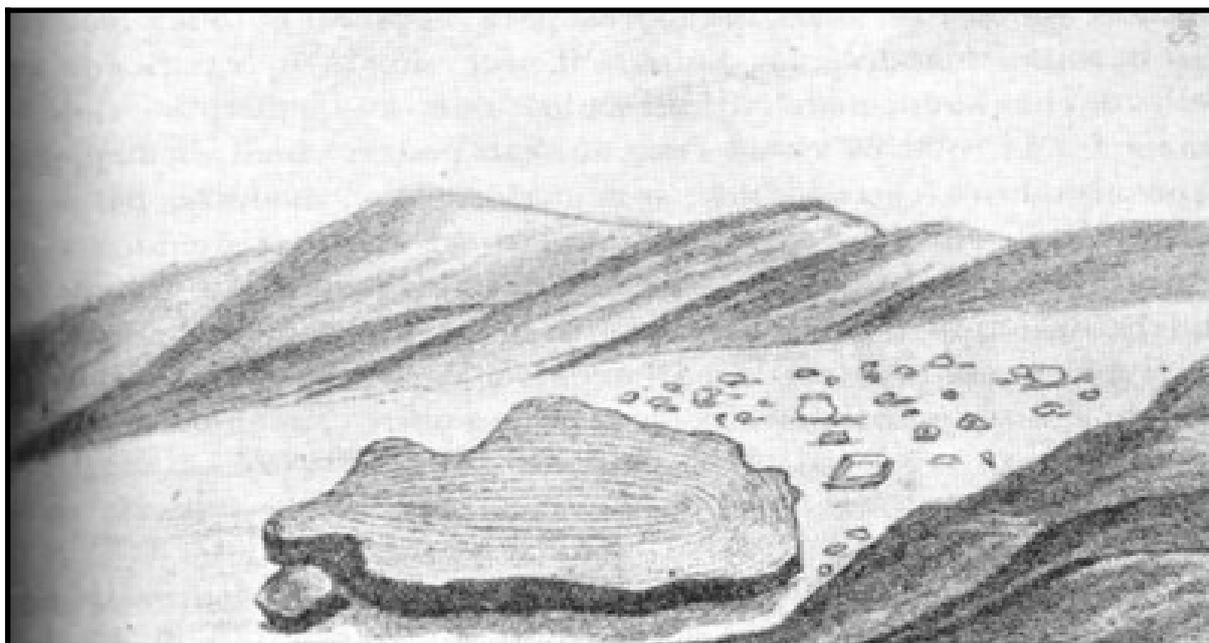
Figura 1: Restos de Sambaquis em barranca a leste da Lagoa da Cerquinha



Fonte: Bischoff (1928).

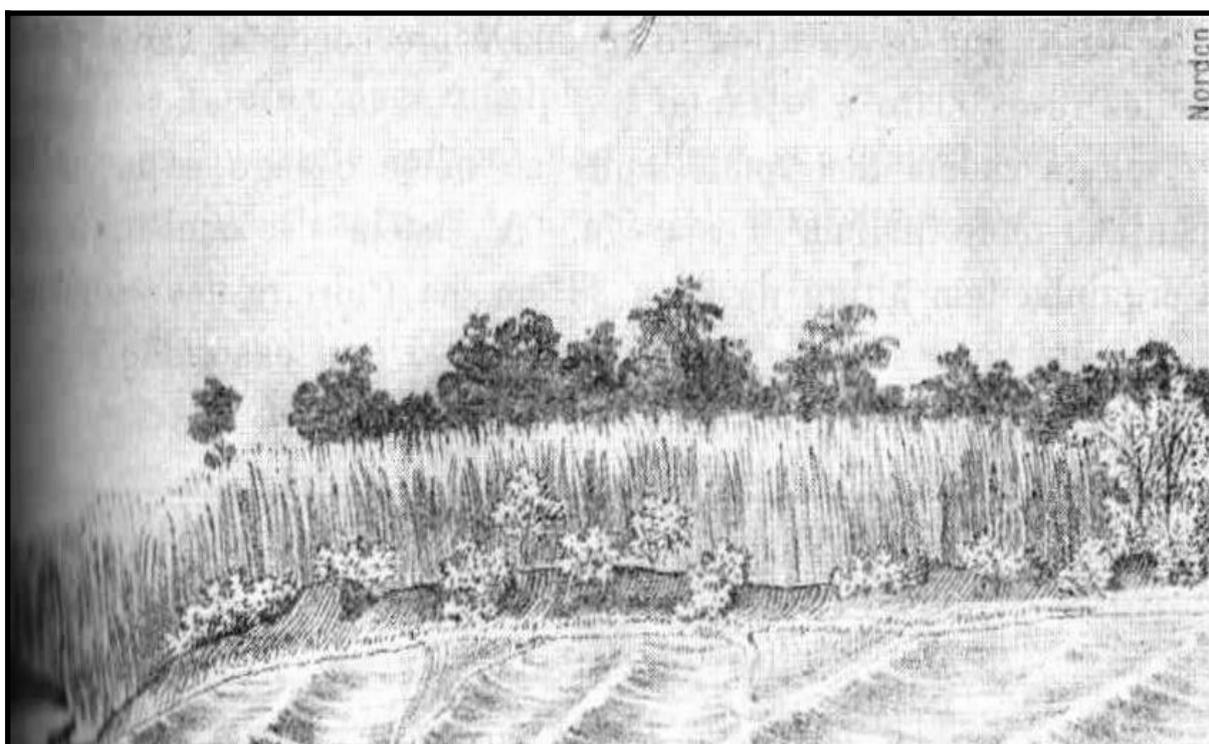
¹⁷ O periódico foi criado em 1869 pela “Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte”. A instituição foi inaugurada pelo médico e antropólogo Rudolf Virchow e reuniu vários estudiosos com o objetivo de divulgar esses novos ramos da ciência para a consciência pública e, ao mesmo tempo, dar-lhes a devida atenção e apoio das autoridades estaduais. (GESCHICHTE DER BGAEU, 2020).

Figura 2: Sambaquis entre dunas ao leste da Lagoa da Cerquinha



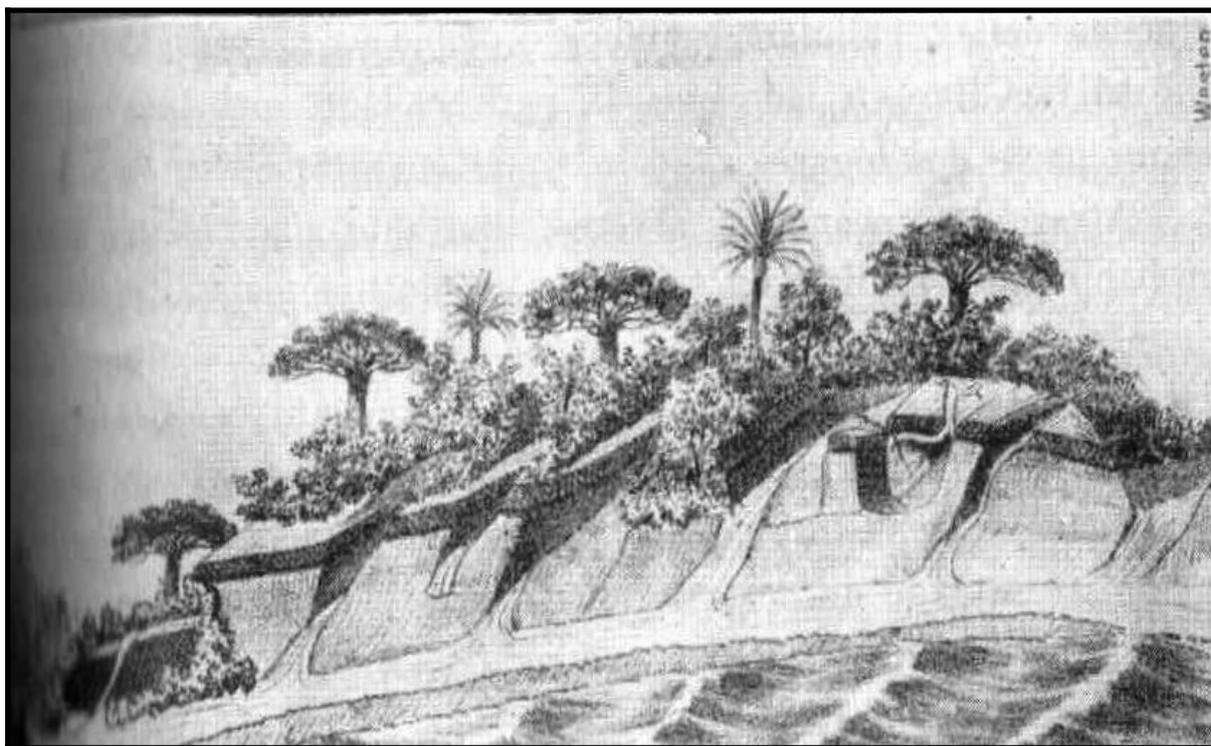
Fonte: Bischoff (1928).

Figura 3: Sambaquis ao oeste da Lagoa da Cerquinha



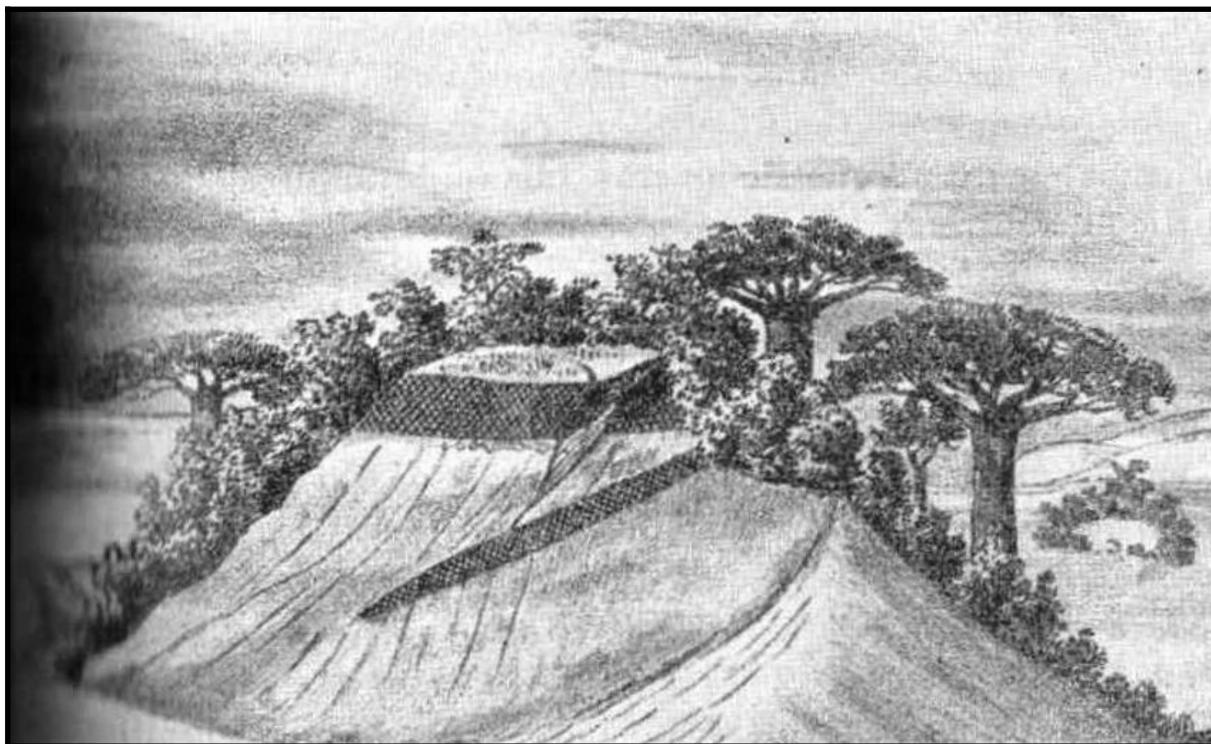
Fonte: Bischoff (1928).

Figura 4: Sambaquis ao sul da lagoa da Fortaleza

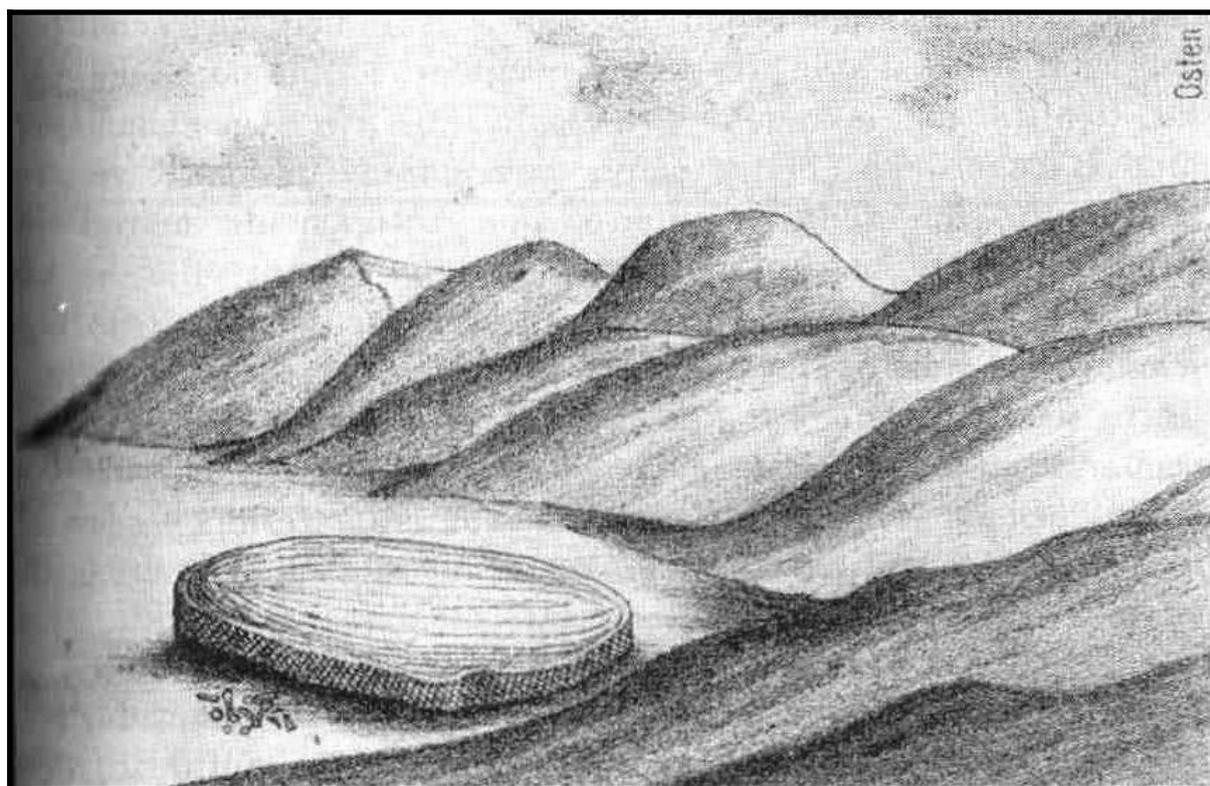


Fonte: Bischoff (1928).

Figura 5: Sambaqui no Capão das Cabras



Fonte: Bischoff (1928).

Figura 6: Sambaqui com evidências de esqueletos no Capão das Cabras

Fonte: Bischoff (1928).

O autor compara a natureza das conchas que formam os sambaquis visitados, sendo os sítios formados por conchas finas e quebradiças, característica diferente dos sambaquis “mais ao norte da Província, em Torres, onde a costa é de rocha e só há sambaquis formados por conchas de ostras”. (BISCHOFF, 1928, p. 16). A característica das conchas, segundo o autor, aproxima os sambaquis de Torres aos sítios dinamarqueses. Segundo o autor, os sítios de Torres “não são inferiores aos europeus”, entretanto, “são aproveitados para fins industriais, fabrica-se cal dos mesmos; dentro em pouco deles também se dirá Era uma vez!”. (Bischoff, 1928, p.16). Essa constatação, sobre a destruição dos sítios na região, é recorrente no levantamento, segundo ele: As minhas pesquisas deram como resultado a certeza de que aqui só existem restos de muitos extensos sambaquis. O vento e a água trabalham incessantemente na destruição, dentro de poucos decênios não restarão vestígios. (Bischoff, 1928, p. 30).

Sobre o material recuperado se destaca a presença de fragmentos de ossos humanos, pedras de fiar, utilizadas, segundo o autor, para tecer fibras de plantas como o gravatá, bolas e fragmentos cerâmicos nas camadas superficiais dos sambaquis; já os ossos de mamíferos são raros. A diversidade de sítios e de materiais é atrelada ao modo de viver desses grupos, e os utensílios utilizados “demonstram claramente que os ‘bugres’ dos sambaquis, os do campo e os do mato pertenciam a três tribos distintas, sendo que a dos sambaquis possuía grau inferior”. (Bischoff, 1928, p.20).

Essa diversidade também está presente nos métodos de enterramentos praticados. Segundo ele, nos sambaquis, mais frequentes que ossos de animais foram os ossos humanos, observados em “posição natural, ou estendidos, os ossos intactos com a medula”, mas “nunca os encontrei entre as conchas, sempre sob as mesmas”, assim, provavelmente “eles colocavam o cadáver no chão junto ao sambaqui” e depois “o

cobriam, talvez a ambos o cadáver e o sambaqui, pouco a pouco, com fragmentos de conchas”. (Bischoff, 1928, p. 29). Essa deposição em Sambaquis é diferente das práticas funerárias perpetradas pelos indígenas que viviam nas áreas de mata, pois os,

Bugres dos campos que aparecem muito depois, pelo menos em parte, depositavam os seus mortos em urnas, onde reuniam os objetos de adorno [...] Vi uma chapa de cobre, quase da forma de coração, com dois furos, também jóias feitas com ossos e colocadas em fio de cobre [...]. (Bischoff, 1928, p. 23).

Outro célebre estrangeiro, com significativo renome no panorama nacional, que publicou trabalhos sobre a cultura material sul-rio-grandense foi o alemão Hermann von Ihering. Seu texto “A Lagoa dos Patos” foi lançado originalmente em 1885, no periódico “Deutsche Geographische Blätter” (Ihering, 1969). O trabalho consiste em uma caracterização física, biológica e geográfica da lagoa dos Patos e áreas próximas e fornece alguns critérios de análise e de discussão teórica sobre a formação da região dos pampas.

Em outro texto, publicado em 1895, no “Anuario do Estado do Rio Grande do Sul”, Ihering (1895a) realiza uma síntese sobre o processo de ocupação tanto indígena quanto ibérico do território do Rio Grande do Sul. Ele parte de algumas premissas principais relacionadas ao processo de ocupação portuguesa tardia. Segundo o autor, “como por muito tempo, nem Espanha, nem Portugal, fizeram caso deste território, não esteve este sujeito na administração alguma durante todo o século XVII e começo do século XVIII”. (Ihering, 1895a, p. 105). Sobre o processo de colonização, o autor enaltece as atividades dos missionários jesuítas, segundo ele, é evidente o “quão felizes foram os Jesuítas na organização e administração de suas missões e como foram fundadas sete em território rio-grandense”. (Ihering, 1895a, p. 108). Além disso, constata que, depois das investidas jesuíticas, “nem Espanhóis e nem Portugueses souberam nunca elevar os Indígenas àquela altura de desenvolvimento a que chegarão os Jesuítas naquelas terras abençoadas”. (Ihering, 1895a, p. 108).

Sobre o povoamento indígena, o autor caracteriza a diversidade indígena e arqueológica encontrada. Segundo ele, existiram grupos de pescadores das matas, dos campos e os artefatos associados. Interpreta, inclusive, a atuação dos imigrantes alemães no estudo arqueológico do estado. Conforme,

Os Brasileiros tratam muito pouco de tais empresas e todos aqueles que no Rio Grande do Sul se têm dado a investigações arqueológicas (C. v. Koseritz, v. Ihering, Th. Bischoff, A. Kunnert, P. A. Shupp) são imigrantes alemães. Ninguém que conheça os trabalhos respectivos negará que a colonização alemã também pelo lado científico haja sido útil ao Brasil. (Ihering, 1895a, p. 119).

Em “A civilização pré-histórica do Brasil Meridional” (1895b), outro famoso e citado texto, Ihering faz uma síntese sobre o panorama histórico e arqueológico rio-grandense. Segundo ele, essa é uma necessidade visto que, no período, existiam “diversos tratados” publicados por ele e outros pesquisadores que estavam espalhados por diversos periódicos. Assim, o texto é uma tentativa de reunir e compilar essas informações, provenientes de coleções reunidas, principalmente por Koseritz. Segundo ele,

Foram principalmente os colonos alemães, que explorando as matas virgens do Rio Grande do Sul, encontraram muitos objetos arqueológicos e os guardaram por curiosidade. O sr. C. von Koseritz, muito relacionado com estes seus patrícios, conseguiu reunir uma das melhores coleções de artefatos antigos, sendo realmente de lastimar que a mesma levasse sumiço em Porto Alegre no ano de 1882 por ocasião do incêndio da Exposição Brasileira-Alemã. Não desanimado com este revés, dedicou-se o sr. von Koseritz a recomençar a coleção que, já

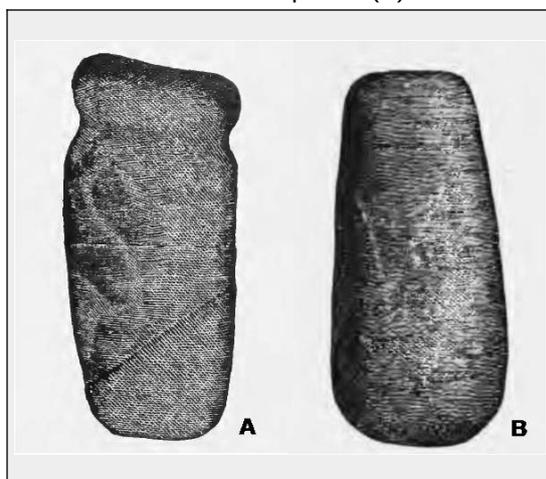
bastante enriquecida, acha-se em mãos dos seus herdeiros que desejam desfazer-se dela. (Ihering, 1895b, p. 60).

A existência ainda de outras coleções, presentes no estado ou fazendo parte de museus fora, também é destacada, assim,

Numerosos objetos foram coligidos por mim; muitos deles acham-se incorporados às coleções do Museu Nacional do Rio de Janeiro, e outros nos Museus de Berlim e Leiden. Colecionadores importantes e assíduos são ainda os Snrs. Kunert de Forromeco, Pastor Evangélico e o P. Schupp de Porto Alegre. (Ihering, 1895b, p. 60-61).

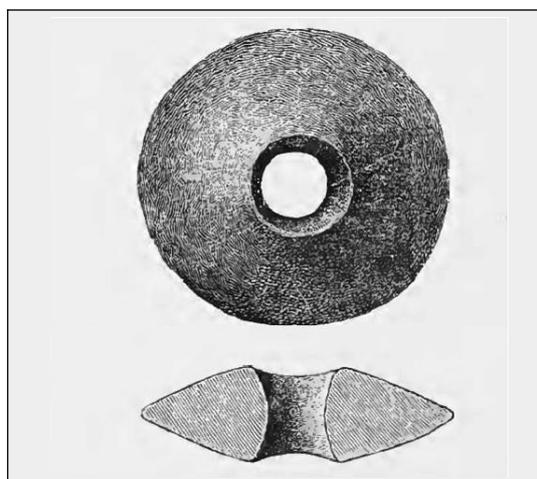
Essa reunião de informação torna-se interessante, pois, através dela, Ihering (1895b) esboça um cenário interpretativo e único para compreensão do passado da região. Ele compila dados históricos, arqueológicos e antropológicos para criar um quadro de resultados que revela o estágio de desenvolvimento do conhecimento arqueológico naquela época. Segundo ele, o estudo dos artefatos (Erro: Origem da referência não encontrada a Erro: Origem da referência não encontrada), realizados tanto por ele quanto por outros pesquisadores, expõe a existência na pré-história do estado de três grupos de culturas indígenas: os grupos construtores dos sambaquis, os indígenas habitantes das áreas de matas e os grupos das regiões de campo.

Figura 7: Machado entalhado (A) e machado polido (B)



Fonte: Ihering (1895b).

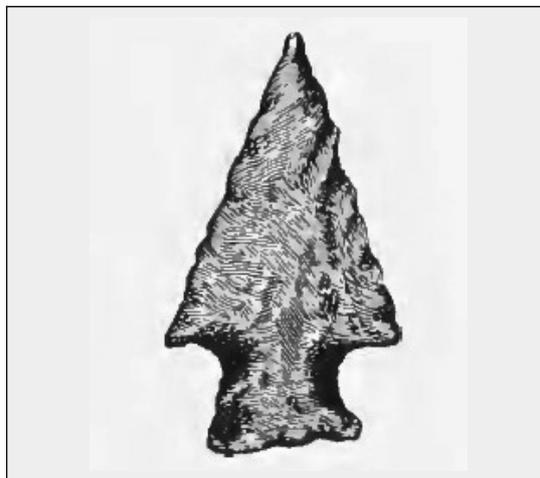
Figura 8: Machado circular percluso



Fonte: Ihering (1895b).

Figura 9: Machado semicircular

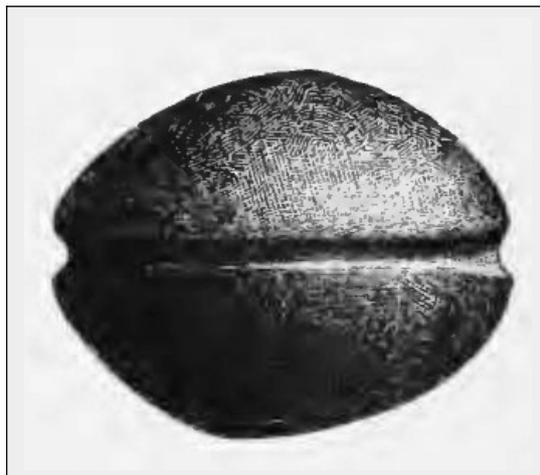
Fonte: Ihering (1895b).

Figura 10: Ponta de flecha

Fonte: Ihering (1895b).

Figura 11: “Quebra-nozes”

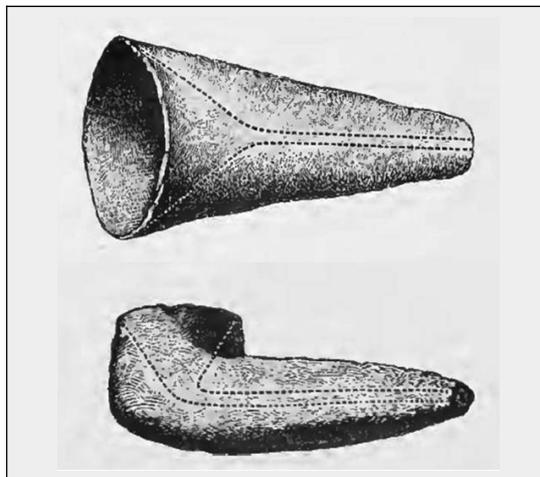
Fonte: Ihering (1895b).

Figura 12: Bola dos Charruas

Fonte: Ihering (1895b).

Figura 13: Igaçaba

Fonte: Ihering (1895b).

Figura 14: Cachimbos

Fonte: Ihering (1895b).

Conforme ele, a cultura presente nos sítios de Sambaquis foi originada por uma população de pescadores que viveram ao longo da costa, sobrevivendo de peixes do mar e moluscos. Através da análise de otólitos das espécies de maior tamanho, ele destaca o consumo, principalmente, de Miragaia (*Pogonias chromis*), Bagre (*Arius Commersonii*) e Corvina (*Micropogon undulatus*). A presença de restos de mamíferos indica que também a caça de “tempo a tempo devia servir para o sustento”. Vestígios de ossos humanos também foram encontrados associados aos restos faunísticos. Sobre a cultura material desses indivíduos, afirma que,

Estes homens dos sambaquis não conheciam nem cachimbo nem bolas. É de notar que encontramos entre os artefatos deles machados de pedra polida, com sulco circular na extremidade superior, que foi assim fixada ao cabo por meio de cipós — modo de fixação este que não se observa tora disto no Rio Grande do Sul nem nos territórios platinos, sendo, porém, não raro nas regiões setentrionais do Brasil. (Ihering, 1895b, p. 102).

Por meio de associações históricas, o pesquisador relaciona os sambaquis, presentes “desde a Lagoa dos Patos na costa até a Santa Catharina”, ao “povo de pescadores, chamado dos Patos”, termo alusivo ao antigo nome da Laguna dos Patos e ao de Santa Catarina, conhecida anteriormente por Porto dos Patos. Assim, os grupos denominados “Patos não se limitavam à lagoa dos Patos, mas habitavam ao longo da costa até Santa Catarina, domiciliados nas numerosas lagoas desta zona rica de peixes”. (Ihering, 1895b, p. 103).

Diferente dos grupos pescadores dos Sambaquis, na cultura dos habitantes das áreas de matas, estão presentes cachimbos, machados semicirculares perclusos e grandes urnas funerárias. Em relação a essas últimas, são conhecidas tanto as “urnas viradas” quanto as urnas “com a boca por cima e providas de uma tampa”. (Ihering, 1895b, p. 102). Esses artefatos são atribuídos a tribos Guarani, grupos cujas diferenças, relações e dispersões pelo território ainda eram pouco conhecidas.

Ainda não sabemos se ao lado deles já antigamente existiam Crens, os quais, no território que se estende de Corrientes até Santa Catarina, têm hoje os Coroado-Camés e algumas hordas de Botocudos por representantes os mais estendidos para o Sul. É de supor, que a este respeito seremos adiantados pelo progresso das pesquisas arqueológicas. Entre os artefatos dos Coroados, trazidos pela expedição de Mabilde, afirma-se terem-se achado exemplares daqueles machados perfurados, dos quais falei acima. A ser assim, talvez deveríamos atribuir estes machados aos Camés e Crens. (Ihering, 1895b, p. 103).

Os artefatos produzidos pelos índios dos campos são considerados muito semelhantes aos encontrados em áreas uruguaias. Entre eles, se destacam a presença de bolas, designadas como objetos de uso dos indígenas Charruas e Minuanos, ou, até mesmo, dos “Tapés” ou de “outras tribos viventes na vizinhança dos Charruas”. (p.103). O reconhecimento dessas diferenças em áreas culturalmente limites representam um dos questionamentos principais do trabalho, pois formariam uma das perspectivas de investigação mais necessária naquele momento.

É assim que a respeito do Rio Grande do Sul os dados históricos se podem ajustar bem com os achados arqueológicos, sendo só a relação com os territórios limítrofes, assim como a investigação dos diversos tipos de antiguidades, distribuídos pelas regiões confinantes, que apresenta maiores dificuldades. (Ihering, 1895b, p. 104).

Decorrente dessas aproximações, parte do texto é dedicada à comparação dos dados sintetizados para o Rio Grande do Sul com outros provenientes do Estado de São Paulo e com regiões limítrofes, principalmente da Argentina.

E, por fim, o pesquisador consolida a necessidade de cuidados com as posições teóricas provenientes exclusivamente do contexto arqueológico europeu. Segundo ele,

Nada há que mais perturbe as discussões do que a aplicação ilimitada de noções teóricas, como adaptar, por exemplo, os resultados dos estudos da Arqueologia europeia à nossa. É pois erradamente que falam de uma época paleolítica ou neolítica na América do Sul. Como pude observar, até agora no Rio Grande do Sul encontram -se indistintamente reunidos instrumentos de pedra, quer lascada, quer polida, dando-se o mesmo no Uruguai, Argentina e nos sambaquis do Brasil. (Ihering, 1895b, p. 61).

Assim, a indiscriminada adaptação de abordagens teóricas europeias no contexto sul-americano é questionada, pois, conforme ele, o período paleolítico e o neolítico coexistiram na América do Sul, diferenciando-se da Europa, onde um período substituiu o outro.

Uma Viagem aos Sambaquis

Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) é conhecido nacionalmente por ser o principal criador e diretor da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 1922 e considerada a primeira rádio do país. Seu ponto de partida, em relação à sua atuação no cenário pré-histórico rio-grandense, ocorreu em associação ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, instituição que motivou sua expedição ao Sul do Brasil. No Museu, Roquette-Pinto “firmou-se não somente como cientista do social, mas também enquanto intelectual engajado, construtor de homens, autor e ator, socialmente empenhado, em fazer valer a ciência como instrumento de transformação da sociedade”. (Rangel, 2010, p. 13).

Durante mais de cinco décadas do século XX, a produção científica e a atuação social de Roquette-Pinto estiveram pautadas pelo desejo de pensar a cultura brasileira através das questões sociais pertinentes às ideias de raça, etnia e cultura. Nesse sentido, ele buscou construir um projeto de reforma social baseado na erradicação dos problemas brasileiros, produzidos pela tradição escravocrata, a fim de modernizar a sociedade e o estado.

A cartografia desse projeto reformista tinha como tema central a ideia de progresso e de civilização atrelada às noções de evolução técnica e material dos povos. Modernizar por etapas, rumo aos estágios considerados mais avançados de progresso moral e científico que as nações poderiam alcançar. (Rangel, 2010, p.12).

A construção de um projeto de cunho reformista e a busca por uma solução para os problemas brasileiros, principalmente no viés econômico e social, são pontos norteadores de seu relato de viagem pelo litoral do Rio Grande do Sul, considerado um dos trabalhos inaugurais de sua longa carreira. Durante o período de atuação junto ao Museu Nacional, Roquette-Pinto foi enviado ao Rio Grande do Sul para investigar depósitos de conchas existentes na região litorânea do Estado (Figura 15). Ele questionava a origem artificial ou natural desses acúmulos, dialogando, assim, com duas correntes explicativas vigentes no período.

O estudioso, antes de chegar à planície costeira gaúcha, passou por Porto Alegre, onde foi convidado por Eichenberg¹⁸ para conhecer sua coleção de materiais arqueológicos que estavam no município de Venâncio Aires. No período de publicação do relato de Roquette-Pinto, o material da coleção de Eichenberg já se encontrava no Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Segundo a descrição, a coleção é formada por

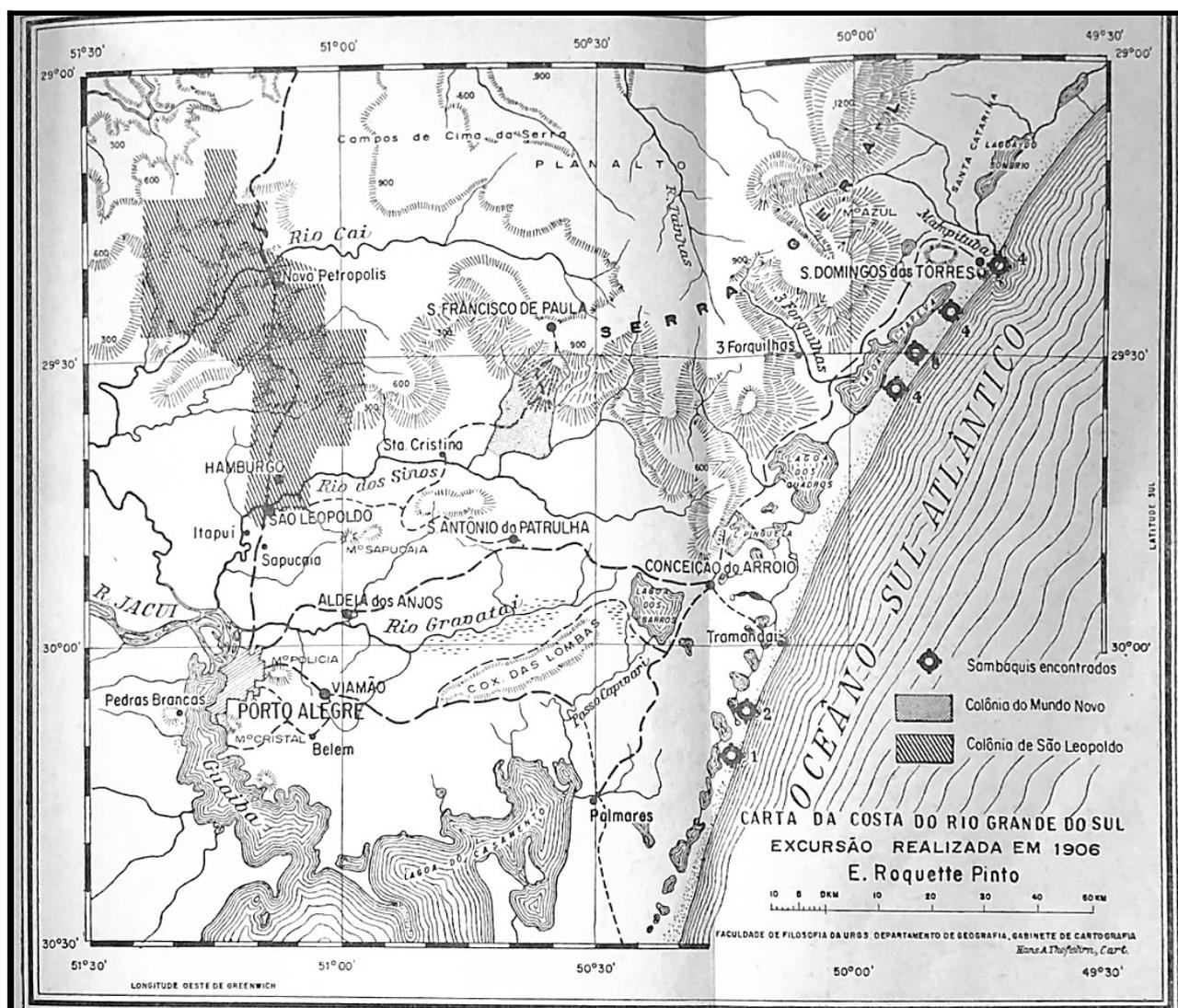
¹⁸ Não se encontraram, no conjunto documental analisado, informações significativas sobre sua biografia e atuação junto à formação de sua coleção.

tembetás de quartzo hialino, pontas de flecha, cachimbos, machados circulares e bolas de arremessar, recuperadas na região próximas ao município.

O pesquisador, num comentário paralelo ao seu relato de viagem, destaca de forma positiva, ainda que tímida, a atuação dos museus brasileiros, atitude evidenciada pelo endosso da coleção de Eichenberg por parte do Museu Júlio de Castilhos. Em seu texto, também faz referência ao contexto dos museus europeus, ao envio indiscriminado de material para os acervos e à possibilidade de divulgação das riquezas brasileiras.

Nós nos descuidamos tanto, os brasileiros, de zelar pelas nossas coisas, documentos da grandeza da nossa terra, que todos os anos deixamos indiferentes que se exportem inúmeras coleções de História Natural para os Museus Europeus, alguns dos quais mantêm sempre no coração do Brasil viajantes incumbidos de enviar tudo quanto possam. De certo não vejo meio capaz de impedir a livre remessa dessas coleções; há mesmo grande vantagem para nós outros em que se conheçam na Europa as riquezas naturais do Brasil. (Roquette-Pinto, 1962, p.11).

Figura 15: Itinerário percorrido e sambaquis encontrados



Fonte: Roquette-Pinto (1962).

Em paralelo à realidade europeia, o pouco destaque e interesse pelos museus na sociedade brasileira são justificados por Roquette-Pinto devido à educação deficitária do país. Segundo o pesquisador,

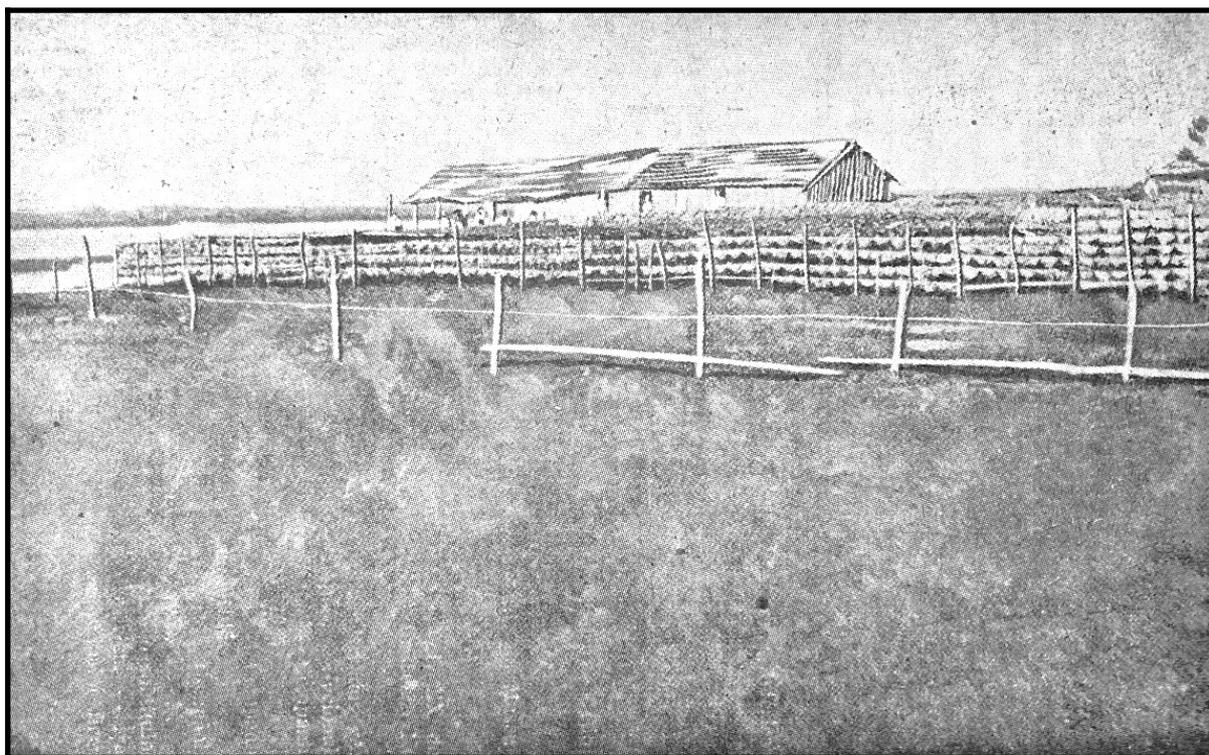
Antes de mais nada: o Brasil precisa saber ler. Um país em que o número de pessoas incapazes de soletrar é tão grande, não pode ter consciência política, a opinião pública não pode existir. Todo o nosso progresso, progresso imenso em 90 anos de vida autônoma, há de ficar a mercê do menor descuido, para ruir como uma torre alta sem fundações seguras, se não cuidarmos de o apoiar desde já na instrução do povo. (Roquette-Pinto, 1962, p. 12).

Através de um convite do Comandante Ramos Fortes, oficial da Marinha, Roquette-Pinto embarcou num vapor com destino ao atual município de Palmares do Sul; a partir dali, o viajante seguiu o caminho de cavalo até Cidreira e depois Tramandaí.

O pesquisador faz referência à grande destruição desses depósitos no período em que visita a região, impossibilitando a visita em depósitos descritos anteriormente, em 1884, por Koseritz. Além de visitar e buscar identificar os depósitos, assim como sua destruição, Roquette-Pinto realiza várias referências às possibilidades de exploração econômica da área, colocando esse como uma alternativa à latente destruição e sugerindo uma ação aproveitável do espaço,

Procurarei então compensar essas falhas [da destruição], tirando o maior partido possível da minha excursão no sentido de ser útil ao país; e por isso fui anotando, o mais que pude, todos os aspectos daquela belíssima porção do território brasileiro cujo valor econômico não é ainda conhecido como merece. (Roquette-Pinto, 1962, p. 10- 11).

Outro ponto de destaque nos comentários de cunho econômico é sobre as atividades de pesca, principalmente de bagres, na povoação de Tramandaí (Figura 16). Ele descreve a existência de cinco espécies do peixe, capturadas através de redes e localização de cardumes. Depois de pescados, os bagres são “decapitados pelos pescadores e levados ao tendal, onde bandos de raparigas o escalam e salgam, entre risadas e cantigas”. Posteriormente, “o bucho, bexiga natatória, é entregue aos pequenos, tradicionalmente chamados guris no Rio Grande do Sul”. (Roquette-Pinto, 1962, p. 23).

Figura 16 : Estabelecimento para o preparo e secagem dos peixes em Tramandaí

Fonte: Roquette-Pinto (1962).

Essas atividades de pesca, para Roquette-Pinto, podem ser mais bem aproveitadas. Segundo ele, “poderíamos cuidar já de utilizar a nossa rica fauna ictiológica, marinha ou fluvial, uma vez que importamos anualmente tantas toneladas de peixe em conserva”. A utilização das lagoas também poderia contribuir para esse desenvolvimento, já que poderiam até se transformar em “tanques colossais onde a cultura do peixe se fará com imensa vantagem”. (Roquette-Pinto, 1962, p. 23).

Em sua breve passagem pelo litoral, Roquette-Pinto destaca, em várias passagens, apesar de não se colocar de forma excessivamente negativa, as dificuldades enfrentadas: clima, o preço alto dos cavalos, o pouco desenvolvimento econômico da região, os povoados isolados e a vida humilde.

Além de ser uma área reconhecida pela significativa pesca, naquele período, a localidade de Tramandaí também era procurada como balneário por moradores da capital. De acordo com Roquette-Pinto (1962), para os “banhistas, que chegam em pleno verão, aí existem dois hotéis, ambos construídos segundo a norma das outras casas: paredes de tábuas e tetos de palha”. (Roquette-Pinto, 1962, p. 20).

O pesquisador visitou ao todo vinte e três sambaquis durante sua viagem, contendo conchas, ossos, líticos trabalhados, seixos e fragmentos cerâmicos. Os sítios estavam sobre a areia, alguns eram cobertos por vegetação recente e assentavam-se tanto em áreas de dunas litorâneas quanto em áreas mais próximas das lagoas, espaços tradicionalmente apelidados de “atoleiros”¹⁹.

Os materiais líticos encontrados por Roquette-Pinto não foram muito notáveis, principalmente se comparados a coletas realizadas anteriormente. Entre os objetos recuperados pelo pesquisador, destacam-se machados de pedra, uma “ponta de lança”

¹⁹ Apesar de descrever alguns sítios, as informações são confusas e não possibilitam a localização precisa desses sítios.

não concluída e duas “boleadeiras”. Para explicar a utilização desses artefatos, Roquette-Pinto relaciona sua ocorrência com outras regiões do mundo, como Peru, Bolívia, Nova Caledônia e Estados Unidos.

Os fragmentos cerâmicos são representados por quatro padrões decorativos: o primeiro é liso, o segundo possui marcas de unhas e o terceiro e quarto são adornados por punções que deixaram “pequenos alvéolos” na superfície. Segundo ele, o último padrão possui “maravilhosa delicadeza”. A pasta dos fragmentos simples é grossa e enegrecida pelo carvão; já “aquela de que são feitos os mais belos é de bom fabrico. Em alguns pedaços, acha-se tabatinga”. (Roquette-Pinto, 1962, p. 44). Essas características representam a tradição ceramista que atualmente é conhecida como pertencente à Tradição Taquara.

Finalmente, entre o material osteológico, Roquette-Pinto identificou dois fragmentos de ossos humanos (epífise superior de rádio e epífise inferior de úmero), e outros fragmentos de ossos animais (onça, ratão do banhado, miraguaia e cervo). Não foram encontrados crânios humanos. Os sambaquis encontram-se no espaço entre o mar e as lagoas, estando mais próximos dessas últimas. As conchas que formam os sambaquis são provenientes de moluscos gastrópodes, marinhos, terrestres ou fluviais, muitas vezes, encontrados associados nas camadas.

Certos Percursos da Fé

No início do século XX, alguns membros da Companhia de Jesus igualmente escreveram sobre o cenário pré-histórico e incentivaram a formação de coleções arqueológicas no estado. Entre esses trabalhos, destaca-se a atuação dos padres Carlos Teschauer e Ambrosio Schupp.

Na revista alemã “Natur und Offenbarung”, Ambrosio Schupp publicou, em 1892, um trabalho caracterizando os principais artefatos líticos encontrados na região. Posteriormente, uma versão traduzida desse texto foi publicada, em 1903, no periódico “Anuario do Estado do Rio Grande do Sul” e intitulada “Os aborígenes do Brazil sob o ponto de vista ethnologico”. Os objetos líticos são classificados como instrumentos cortantes, bolas para arremesso, pedras “claviformes”, pontas de flechas e objetos de enfeite. Apesar de realizar uma cuidadosa descrição arqueológica, no texto, destaca-se a preocupação em conceituar os estudos etnológicos. Segundo ele,

Uma nova ciência [...] e que tem por objeto tão somente os usos dos diferentes povos, sua capacidade e desenvolvimento mentais, e caracteres particulares de cada um, mas vai adiante e quer conhecer a marcha do seu desenvolvimento desde os tempos primitivos, o parentesco, a analogia e estações de comércio que existiam entre os povos, para assim chegar a descobrir os vestígios do berço comum do gênero humano. (Schupp, 1903a, p. 145).

Para a efetivação desses estudos etnológicos, segundo o autor, destacam-se três outros pontos fundamentais aos estudos relacionados à formação craniana, à linguagem e às indústrias humanas. No contexto analisado, o terceiro fundamento etnológico, relativo à produção humana, possui destaque, visto que será ele o elemento principal de estudo do trabalho, já que, “permitem um golpe de vista sobre a atividade, o modo de vida, os costumes e toda a civilização dos respectivos povos”, indicando inclusive o “caminho que seguiu um povo na ocasião em que se separou do tronco comum”. (Schupp, 1903a, p. 146). Dessa forma,

Suponhamos, por exemplo, que certas formas de machados de pedra achados na America Meridional encontram-se também nas ilhas da Oceania até as costas da Ásia: isto será uma prova de que os aborígenes da América emigraram da Ásia passando pelas ilhas do Oceano Pacifico. (Schupp, 1903a, p. 146).

Além de informar possíveis associações culturais entre populações, os estudos desses artefatos, quando associados à observação das camadas geológicas, podem informar também a antiguidade dos produtores.

Outro ponto que embasa a análise proposta no trabalho é a tentativa de associação entre os dogmas cristãos e os conhecimentos etnológicos. Segundo Schupp (1903a), quando consideramos a “posição tomada até os últimos tempos pela etnologia perante a fé cristã, vemos que ela foi, por modo algum amigável”. Ao contrário disso, ela se “aliou a outras ciências congêneres, a fim de derrubar a antiga fé sobre a criação do mundo, como toda a doutrina do desenvolvimento do gênero humano ensinada pela história sagrada”. Assim, é evidente o “esforço de muitos naturalistas” para uma “guerra decidida contra o dogma cristão”, na qual não se inspirava “mais a objetividade calma, que enobrece o espírito humano, que alarga e clarifica a ilustração”. (Schupp, 1903a, p. 146).

O pesquisador formula, baseado nessa crítica aos “naturalistas”, a ideia de que é “declarada impossível a descendência de todos os homens de um único casal” e sustentada a “teoria da descendência humana como proveniente dos macacos”, como se existisse uma “maior diferença entre os indivíduos humanos do que a diferença entre os homens e os macacos” (Schupp, 1903a, p. 146).

Essa seria a explicação, segundo Schupp (1903a), para o fato dos naturalistas que estudaram as populações nativas do Novo Mundo terem se esforçado ao “extremo, para rebaixar a capacidade intelectual dessas tribos”, assumindo um “visível intuito de apoiar a teoria evolucionista” e colocar esses grupos “mais próximo que era possível dos limites do reino animal” (Schupp, 1903a, p. 146). Para ele, essa diferença entre o desenvolvimento das populações é atribuída, principalmente, às características ambientais americanas. A falta de animais domésticos e espécies cereais significativos foi, segundo o autor, o fator determinante para a permanência dos indígenas na “idade da pedra”, sendo assim, a “agricultura e a criação de gado foram impossíveis pela falta de cereais e de animais apropriados”, e essas práticas são as “bases fundamentais de toda a civilização”, pois obrigam os “homens a deixarem a vida nômade e a fixarem domicílio” (Schupp, 1903a, p. 148). O desenvolvimento dessas práticas impulsionaria o surgimento de núcleos mais complexos e a maior sofisticação artística,

Onde existe a agricultura necessariamente surgem aldeia e cidades, formam-se comunidades e reinos. A vida familiar e social toma um aspecto normal. Sob a proteção da paz a indústria e o comércio florescem e mil artes se estimulam não só no afã de prover as necessidades e atenuar as asperezas da vida, como ainda com intuito de circundar a vida de atrativos e alegrias. (Schupp, 1903a, p. 148).

Em outro texto, também publicado em 1903, o jesuíta formulou uma breve nota descrevendo uma doação de materiais minerais, realizada por J. C. Godoy²⁰ ao pesquisador. Na doação, destacam-se as “bolas dos bugres”, consideradas ocorrências já comuns nas demais coleções do pesquisador. A partir da análise da formação mineral dos artefatos, Schupp (1903b) conclui que os indígenas, “na escolha do material daquelas bolas, muito de propósito preferiam os minerais de maior peso”. (Schupp, 1903b, p.183).

Outro jesuíta que também escreveu sobre arqueologia foi Carlos Teschauer²¹. Em 1901, ele produziu uma caracterização sobre a coleção arqueológica existente no antigo Museu do Colégio Nossa Senhora da Conceição, na cidade de São Leopoldo. Esses

²⁰ Ambrosio Schupp define o doador apenas como engenheiro chefe.

²¹ Carlos Teschauer S.J. nasceu em 1851 na província de Hessen-Nassau, na Prússia e faleceu em 1930, na cidade de São Leopoldo. (Spalding, 1969).

objetos foram reunidos e descritos nos trabalhos anteriores de Ambrosio Schupp (1903a, 1903b). Os materiais, segundo Teschauer (1901), se classificam em armas (bolas e pontas), utensílios domésticos (panelas e potes, cachimbos) e adereços/amuletos. Além disso, há objetos cujo uso ainda não é compreendido.

A confecção dos artefatos cerâmicos é explicada da seguinte forma,

Depois de bem amassado o barro preciso, formavam os índios com essa massa rolos da grossura do dedo polegar e de 15 a 20 centímetros de comprimento, que colocavam um por um sobre a base da panela ou do pote (sendo esta base da forma de concha assentada numa cavidade do chão). Depois com uma das cunhas de pedra (que se encontram entre os seus utensílios) juntavam os rolos e alisavam as paredes da panela. (Teschauer, 1901, p. 295).

Sobre a base não chata dos recipientes, Teschauer reforça uma explicação também apontada por Schupp, pois, para eles, a base da vasilha oferece “mais segurança contra a fragilidade dos objetos cerâmicos”, possuindo “maior resistência a um embate um fundo cônico, do que um chato”. Além disso, a forma arredondada apresentava uma “superfície maior ao fogo” e facilitava a “colocação dos potes ou panelas entre as pedras que formavam o fogão”. (Teschauer, 1901, p. 295).

As “pontas de seta”, segundo Teschauer (1901), presentes no Museu, são quase todas confeccionadas em pedra e osso. Ele também chama a atenção para a existência de uma ponta de ferro, cujo “feitio bem mostra que originariamente teve outro destino; porém, amolado e afiado o ferro, dele saiu uma ponta terrível”. Essa ponta foi apresentada a Teschauer por um “morador nas divisas do Estado de Santa Catarina que me referiu que pouco tempo antes um colono daquela região havia morrido de um ferimento com a dita seta”. (Teschauer, 1901, p. 294).

Sobre a origem das “contas venezianas” presentes na coleção, Teschauer problematiza que não “faltaram arqueólogos que opinaram que a dita pérola era produto egípcio ou fenício e deduziram dali uma prova irrefutável em favor da hipótese fenícia”. Entretanto, não “atinaram eles com a mais simples explicação”, a de que essas “pérolas foram trazidas da Europa ou pelos descobridores da América ou pelos missionários”. Segundo ele, “um arqueólogo berlinense declarou que estas pérolas eram idênticas às chamadas venezianas”, contas cuja ocorrência está presente “não só em diversos países da Europa”, mas também “nos outros continentes do nosso planeta”. (Teschauer, 1901, p. 298).

Outro ponto de destaque do trabalho é a tentativa de Teschauer de chamar a atenção para a crescente necessidade do levantamento de dados sobre a pré-história americana. Conforme o autor, “qualquer contribuição, por mais insignificante que seja, não é destituída de valor e importância”, pois é apenas através do recolhimento cuidadoso dos restos “fragmentários da antiguidade americana e brasileira” que poderá se “encetar estudos profícuos”, com um “resultado satisfatório baseado sobre comparações e deduções sólidas” e não apenas sobre “hipóteses aéreas”. (Teschauer, 1901, p. 292-29).

Essa obtenção de informações era considerada imprescindível para se tentar reconstituir o passado pré-histórico. Entretanto, segundo eles, as descobertas apontariam, inevitavelmente, para um passado de decadência cultural indígena,

Estes achados confirmam a opinião dos melhores etnógrafos que reputam os Índios do Brasil decaídos, senão de um alto grau de cultura intelectual, como quer Martius, de um certo estado de civilização, do qual, ao tempo do descobrimento do Brasil, caminhavam precipites para uma completa decadência. (Teschauer, 1901, p. 292).

Voltando às Coleções

Além desses trabalhos publicados, existem outros que buscam descrever coleções formadas, principalmente, no interior do estado, nas quais se destacam os textos de João Paldaoff e Hugo Luedeke.

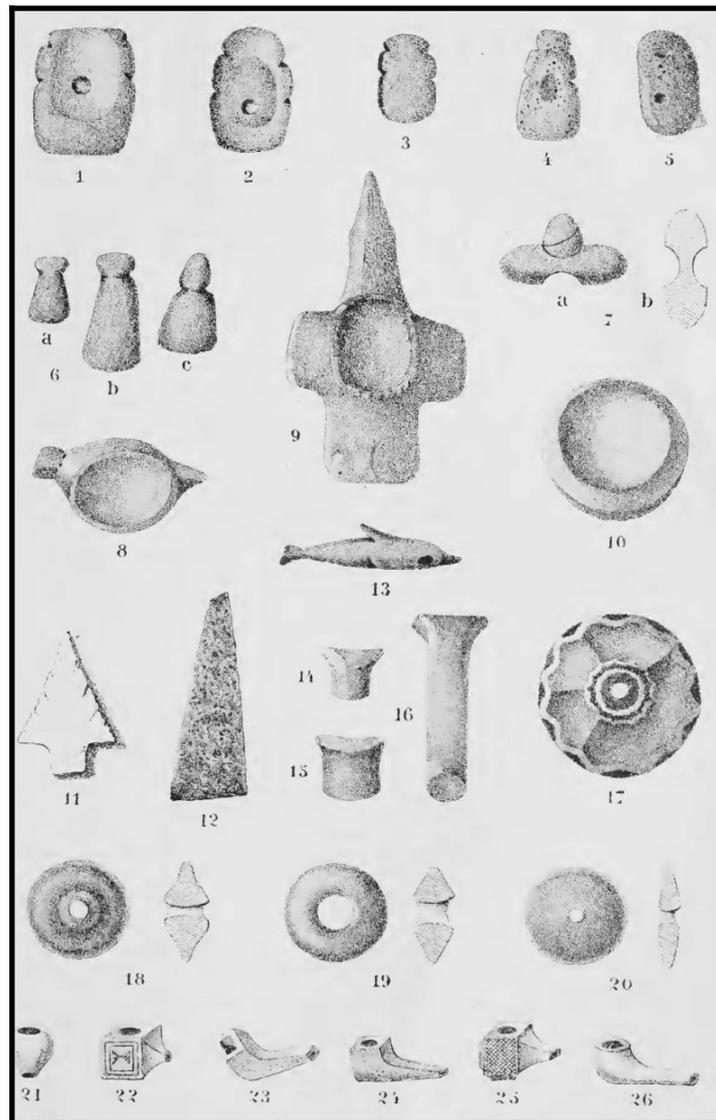
João Paldaoff (1900) é considerado um dos pioneiros da indústria vitivinicultura na área de imigração italiana no Rio grande do Sul. Conforme o periódico “O Momento” (RS), jornal que circulou em Caxias do Sul, entre 1933 e 1950, João Maria Paldaoff foi um dos “nomes daqueles que incentivaram o desenvolvimento da rendosa indústria com as tradicionais festas regionais da uva”²².

Em 1898, Paldaoff publicou três textos no jornal “Correio do Povo”, nos quais descreveu artefatos provenientes de uma coleção mantida por Arnaldo Barbedo (Figura 17). Esses textos foram reproduzidos no quarto volume da Revista do Museu Paulista (1900). O objetivo principal do trabalho foi produzir, segundo o autor, uma “simples descrição, para auxiliar a arqueologia brasileira e o ilustre Dr. H. Von Ihering, a quem o Rio Grande do Sul muito deve.” (Paldaoff, 1900, p. 340).

A referida coleção é formada por amostras do interior e do litoral rio-grandense, constituindo-se de machados (quadrangulares, entalhados, circulares, semicirculares, duplamente entalhados e circulares redondos), pontas de flecha, bolas sulcadas, tembetás, pérolas venezianas, cachimbos, “mata antas”, pilões facas, quebra-nozes, almofarizes, igaçabas, painéis, pedras sulcadas e zoólitos. Segundo Morales (1999), essa coleção dos “Irmãos Barbedo” foi, posteriormente, adquirida pelo Museu Paulista, por intermédio de Paldaoff²³.

²² Matéria vinculada no dia 24 de maio de 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=104523&pagfis=3607&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 17 mai. 2020.

²³ “[...] Snr. Arnaldo Barbedo por intermédio do dedicado amigo do Museu Paulista, Snr. Dr. J. Maria Paldaoff, a quem a morte atroz tão cedo roubou aos seus amigos e do trabalho científico e pratico a que se dedicava com ardor e alta compreensão, como diretor da Estação Agronômica de Porto Alegre”. (Ihering, 1907, p. 13 apud Morales, 1999, p. 219-220).

Figura 17: Coleção de Arnaldo Barbedo

Fonte: Paldaoff (1900).

Outro pesquisador que publica uma revisão sobre coleções arqueológicas formadas no estado é Hugo Luedeke²⁴ (1928). No texto, ele descreve artefatos, principalmente líticos, que na época estavam armazenados no Museu do Estado, atual Museu Julio de Castilhos e que foram recolhidos, anteriormente, por Eichenberg (Figura 18 a Figura 22). O material foi classificado em duas categorias por Luedeke, os artefatos do “tipo” paleolítico e do neolítico. Essa distinção, segundo ele, seria uma “nova conclusão de arqueologia pré-histórica”, aprovada pelos “meus amigos da Europa” e que até aquele momento “até o padre Schupp, S. J., um dos melhores conhecedores da civilização indígena paleolítica, desconhece esta diferenciação entre os tipos mais antigos e os mais modernos”. (Luedeke, 1928, p. 60).

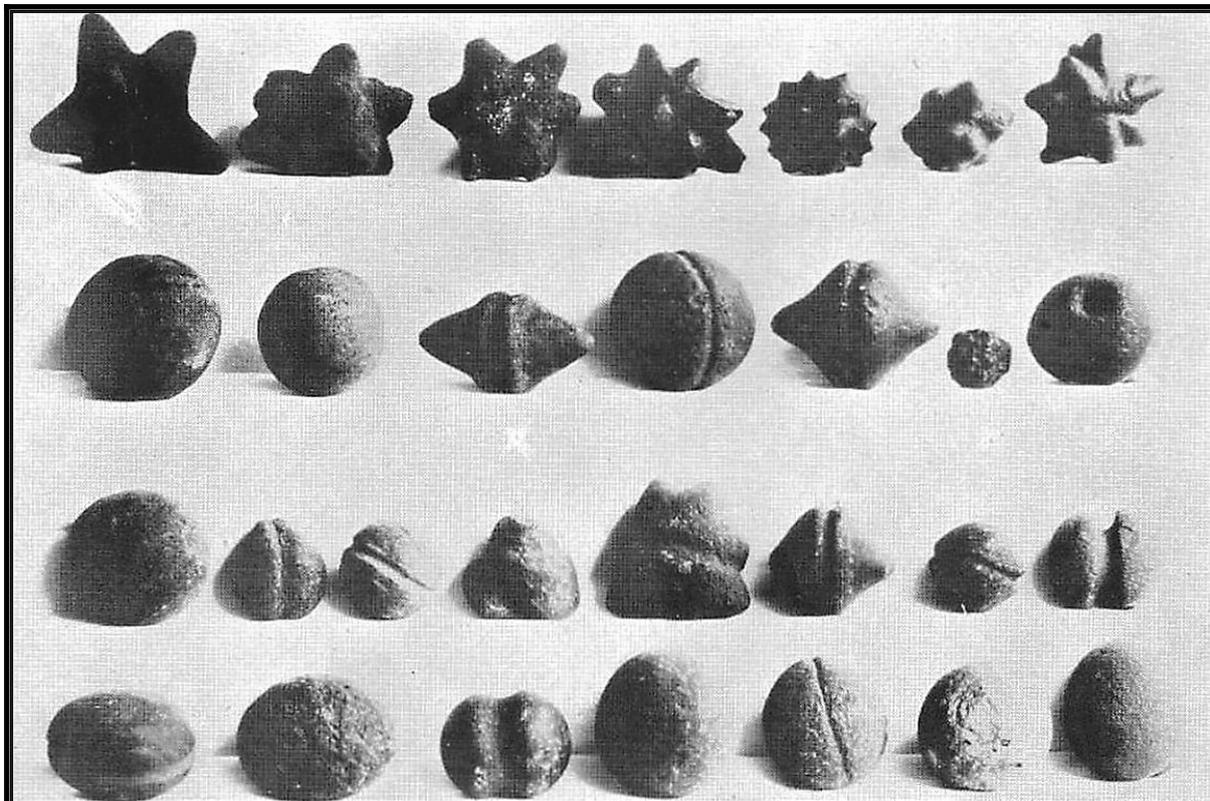
²⁴ A única informação encontrada nas fontes analisadas é que o pesquisador Hugo Otto Luedecke exercia a função de historiador.

Figura 18: Artefatos variados

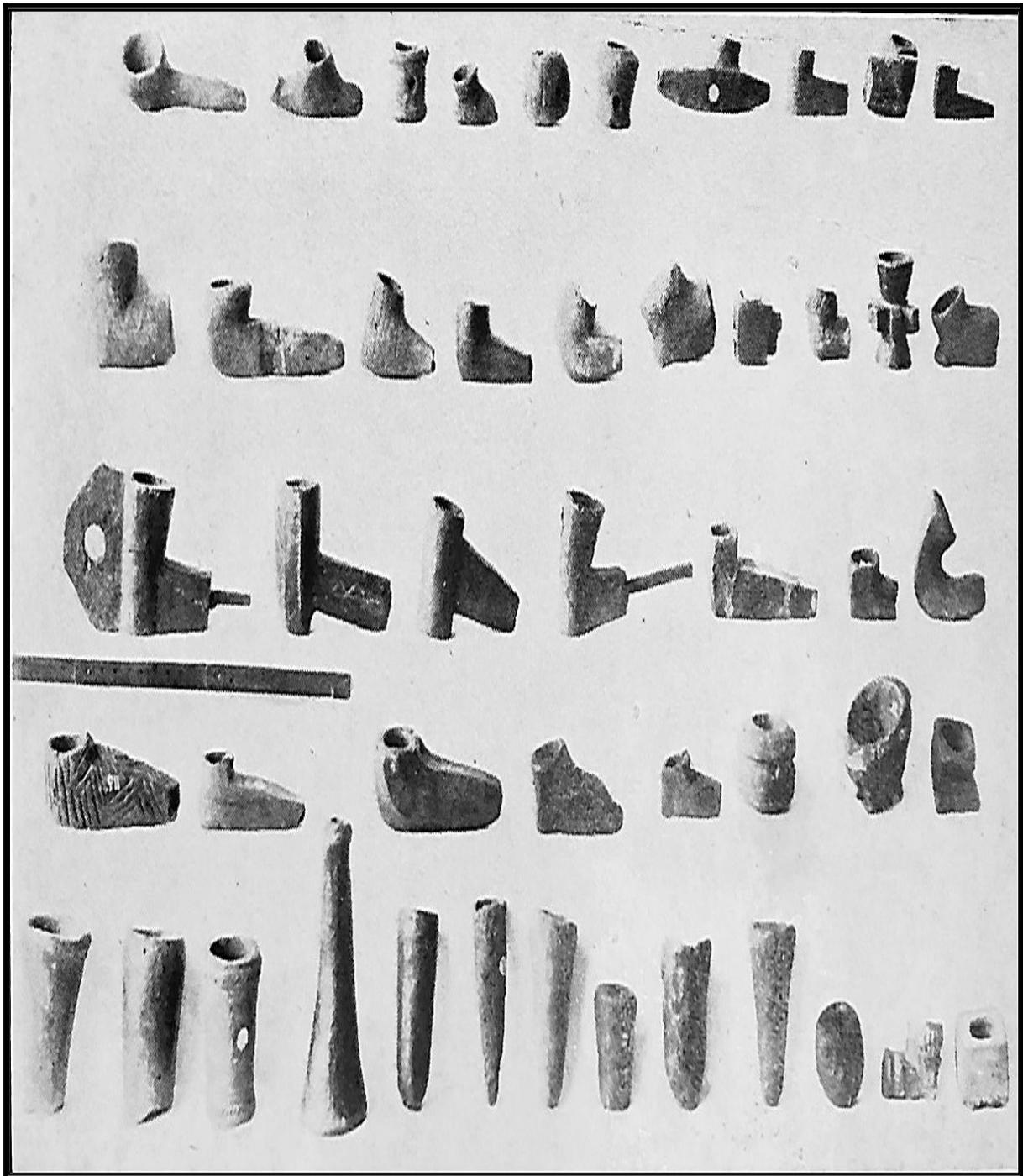


Fonte: Luedeke (1928).

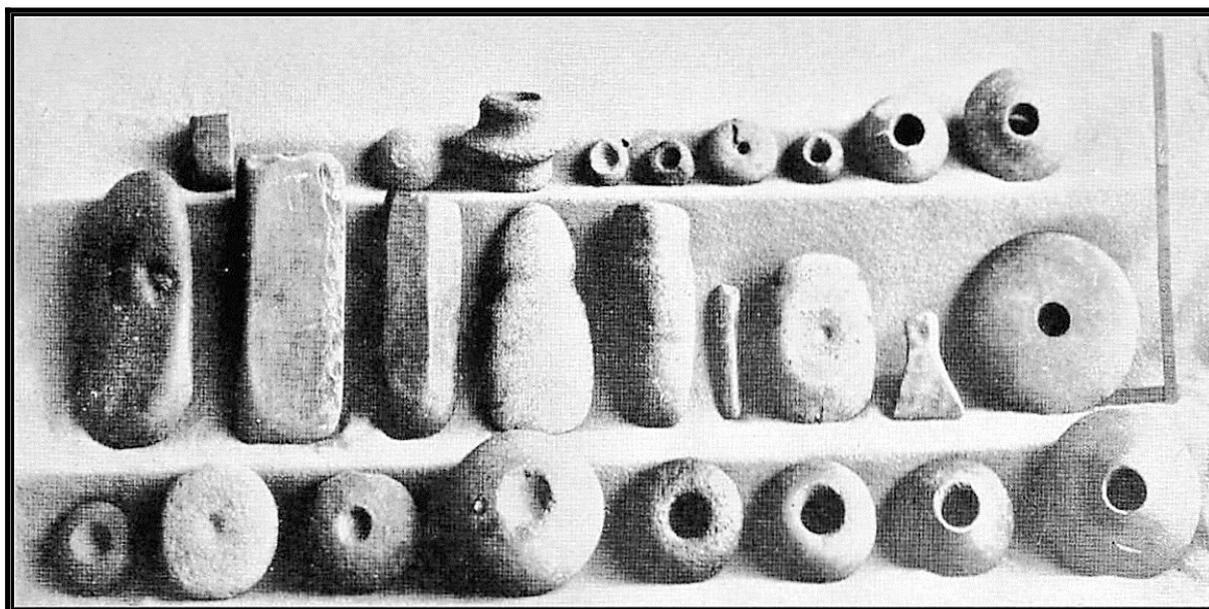
Figura 19: “Bolas” charruas e calibradores de flechas



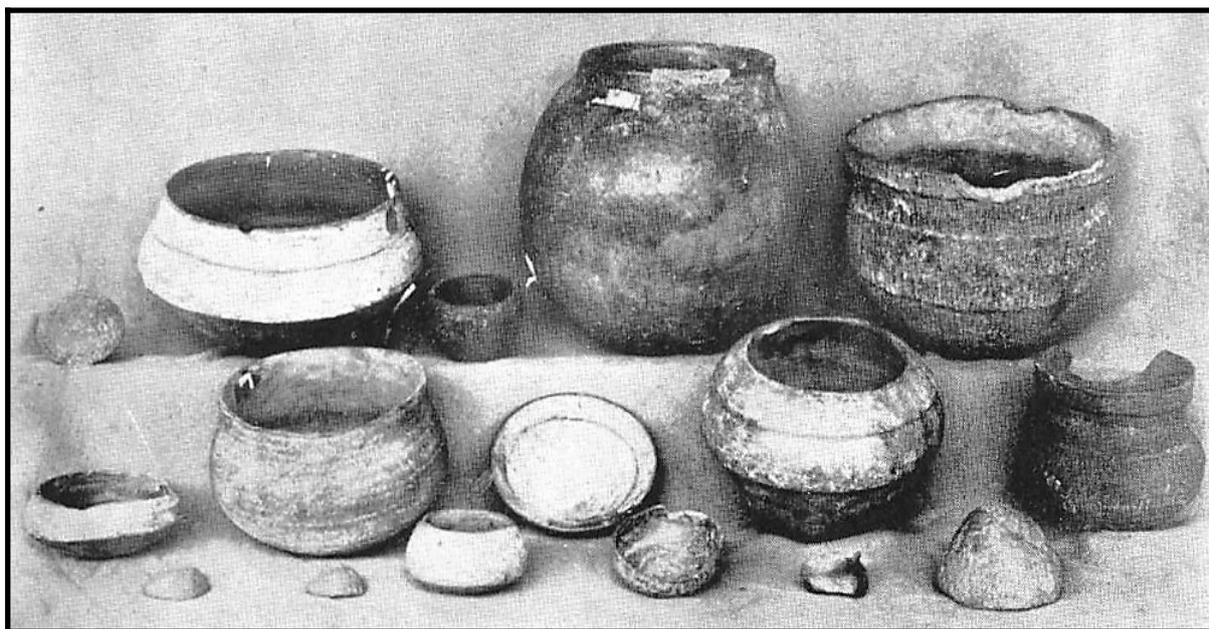
Fonte: Luedeke (1928).

Figura 20: Cachimbos *indígenas*

Fonte: Luedeke (1928).

Figura 21: Machados e “quebradores” de caroços

Fonte: Luedeke (1928).

Figura 22: “Panelas” cerâmicas

Fonte: Luedeke (1928).

Os objetos paleolíticos seriam os artefatos “simplesmente desbastados” (LUEDEKE, 1928, p.59), encontrados na região do vale superior do rio Taquari, indo de “Guaporé, Esperança, Teutônia [...] até Venâncio Aires”. Segundo anotações de Eichenberg, os artefatos foram desenterrados pelo uso do arado, estando entre 60 centímetros a 1 metro de profundidade, assim, nunca “foram eles encontrados à flor da terra, o que é mais um sinal de sua maior antiguidade”. (p.60). Sobre sua produção, afirma-se que a técnica,

[...] Corresponde á do paleolítico europeu, especialmente á da ultima época predecessora do neolítico, na qual começou a aparecer o machado. O bloco ou núcleo é transformado em utensílio por meio de desbastamento è lascamento laterais; o corte é produzido pela desagregação de pequenos pedaços em ambos os lados, e nunca de um só golpe. (Luedeke, 1928, p. 60).

Luedeke cria um quadro para a inserção desses artefatos no passado pré-histórico gaúcho. Segundo ele, os “mais antigos habitantes do nosso Estado” podem ser definidos como “sendo hordas de índios selvagens, que percorriam as matas em caçadas”. Nessa empreitada, eles “talvez já se servissem do arco e da flecha para abater a caça grossa”. (Luedeke, 1928, p.61). As peles provenientes dessas caçadas eram “depiladas pela raspadeira” e forneciam o material necessário para a confecção do seu “modesto vestuário”. (Luedeke, 1928, p.62).

Os artefatos com polimento são considerados do tipo neolítico por Luedeke (1928) e sobre eles o pesquisador é mais conciso, visto que o padre Scupp compilou dados explícitos sobre o tema e apontou que as “tribos, cujos antepassados podem ter cooperado para a civilização nessa época”, podem ser os “Minuanos (lagoa Mirim); os Patos (lagoa dos Patos e, mais tarde, entre Ibicuí e Rio Pardo); os Tapes (Camaquã) e os Charruas (ao sul até o Uruguai)”. (Luedeke, 1928, p.62).

Na produção desses objetos, a “técnica e a civilização já tem avançado consideravelmente” e aos “artefatos simplesmente desbastados seguiram-se outros, com superfícies polidas”. (Luedeke, 1928, p.62). A coleção “neolítica” analisada é formada, principalmente, por machados, pontas, pedras de alisar, “partidores de carochos”, amuletos e bolas. Segundo o autor, muitos desses objetos “ainda hoje são usados em algumas das poucas tribos existentes em outros Estados”. (Luedeke, 1928, p. 62).

Ao final de seu texto, Luedeke (1928) se inspira nas palavras de Carlos von Koseritz para pedir a colaboração dos moradores do interior do estado para a formação de novas coleções arqueológicas. Para ele,

Esses objetos, em si, não têm valor algum; muitos colonos os deixam atirados por aí, sem neles atentar; outros os dão ás crianças para brincar. Entretanto, eles são de grande interesse para a ciência. O redator deste jornal não faz negocio com tais objetos; ele os coleciona apenas para salvar ao futuro as ultimas tradições de tempo pré-histórico de nossa província, e quem o auxiliar nesse intento, presta um serviço á ciência. (Koseritz, 1885 apud Luedeke, 1928, p. 63).

O pesquisador buscou apoio dos “nossos amigos da colônia”, ou seja, das comunidades de origem alemã, para a arrecadação de objetos arqueológicos e “contribuírem para a exploração pré-histórica do Estado, remetendo a mim quaisquer achados de objetos de uso dos indígenas”. (Luedeke, 1928, p. 63). Dessa forma, ele procurou retomar e reorganizar o cenário das antigas coleções arqueológicas, cujos materiais restantes se encontravam dispersos pelo interior do estado.

CIÊNCIA ABSTRATA E SUBSÍDIO DE PRIMEIRA ORDEM

Um dos maiores defeitos de grande parte dos nossos historiadores é o desprezo pelos arquivos e o amor pelo que existe em letra de fôrma. (Souza Docca, 1935, p.53).

Os textos produzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), publicados entre 1920 e 1950, ainda são pouco conhecidos pelos arqueólogos gaúchos. A compreensão desse conjunto de fontes históricas remete tanto

ao contexto diferenciado de criação do Instituto no estado quanto ao entendimento da própria prática arqueológica do período.

No presente capítulo, pretendemos identificar algumas características que envolveram a produção desses textos – hoje classificados como arqueológicos – publicados pela instituição, e que mecanismos teóricos, metodológicos e materiais estão atrelados à sua construção. Para alcançar esse objetivo, pretende-se, no início do capítulo, identificar a relação entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e seu congênere rio-grandense, assim como os aspectos principais que influenciaram a criação da instituição, considerada tardia em relação a outros estados do país. Posteriormente, buscamos caracterizar as formas com que a disciplina arqueológica foi compreendida e produzida nesse espaço intelectual. Assim, desejamos reconhecer quais são os pesquisadores atuantes, as culturas materiais pesquisadas, as metodologias utilizadas e o volume de textos que formam o cenário da Arqueologia sul-rio-grandense do período.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) esteve relacionada, principalmente, com os anseios de construção da identidade nacional, provenientes do período pós-independência. Essa característica esteve presente na concepção de que a instituição forneceria os elementos fundamentais à composição de um passado para a jovem nação.

O projeto de construção ocorreria, essencialmente, através da reunião de documentos históricos, de personagens e de mitos que contribuíssem para o fortalecimento e consolidação do passado histórico. Desde a promulgação do seu primeiro Estatuto, o IHGB definiu como objetivo principal as atividades de reunir, publicar e arquivar documentos necessários para a construção da História do Brasil. Suas produções estão relacionadas ao desenvolvimento inicial da historiografia no país, sendo, segundo Guimarães (2011), os passos iniciais da institucionalização e da profissionalização dos estudos historiográficos no Brasil. Além disso, o Instituto organizou a primeira periodização da história brasileira.

Conforme o mesmo autor, essa ideia de construção de uma nação brasileira politicamente independente estava interligada a uma independência cultural, na qual se destacava a construção de uma nova identidade. A união dessas perspectivas, a nacional e a identitária, era necessária para que o país se constituísse como uma verdadeira nação, definição orientada pelos padrões europeus. Nesse sentido, as ideias de “nação e civilização eram vistas como equivalentes”. Assim, o “índio, que surgia nos romances do século XIX como símbolo da nacionalidade e como portador da brasilidade, apesar da diferença do traje, era, no fundo, um herói europeu”. (Guimarães, 2011, p.50).

A construção sobre o passado histórico brasileiro assumiu inspirações de origem francesa, percebidas tanto na compreensão do conceito de história quanto nas práticas metodológicas que deveriam ser aplicadas. Além das referências francesas já estarem presentes nas missões artísticas²⁵ anteriores à independência, as ideias propostas pelo *Institut Historique de Paris* (IHP), criado em 1834, moldaram a fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O fato de que muitos membros do IHGB também estavam associados ao IHP revela essa aproximação. O trabalho de Maria Alice Faria (1965) mostrou que, no *Journal*

²⁵ Destaca-se, principalmente, a solicitação, por parte de Dom João VI, de artistas franceses que formaram a denominada “Missão Artística Francesa” no Brasil. A Missão, iniciada em 1816, propôs uma renovação cultural e artística no país.

l'Institut Historique, entre 1834 e 1856, ocorreram 48 menções a brasileiros. Esses indivíduos eram membros ou participantes de alguma atividade da instituição. A participação pode ser dividida em duas fases principais:

Distribuem-se em duas fases distintas: a da década de trinta (...) reúne principalmente poetas, diplomatas, escritores, enquanto a fase da década de quarenta é formada por personalidades menos notáveis: é um grupo heterogêneo, onde predominam os homens públicos. Os políticos distribuem-se igualmente pelos dois períodos. (Faria, 1965, p. 106).

Apesar da diferença entre as décadas, Faria (1965) destaca uma significativa unidade entre o grupo, uma forte representação política do Império e uma presença ativa de membros brasileiros atuantes no IHP e na fundação do IHGB.

Essa aproximação, principalmente durante os primeiros anos de fundação do IHGB, segundo Guimarães (2011), representa não apenas a estreita relação entre a produção brasileira e a francesa, mas também uma forma de legitimação dos trabalhos produzidos, provenientes da repercussão positiva que o respaldo de uma instituição parisiense provocava.

A Europa sempre foi uma instância de legitimação da produção cultural [...] Por longo tempo, como já registrado, apenas na Europa um brasileiro encontrava possibilidades de estudo. Nesse quadro, resultava inexoravelmente que a reflexão sobre a história desenvolvida no Brasil acompanhava os modelos e princípios que eram estabelecidos em outro lugar. (Guimarães, 2011, p. 100).

Essa concepção de missão civilizadora francesa também se destaca no repertório de ideias do Instituto, pois, ao mesmo tempo em que a Inglaterra garantia a preponderância econômica no Brasil, a França provia, com sua cultura e civilização, os princípios estéticos.

Por sua vez, o recrutamento de sócios do IHGB, segundo Schwarcz (1993), era mais pautado pelos determinantes sociais dos indivíduos do que a análise de sua produção intelectual. Outra característica é a forte presença do Estado e a proximidade do Instituto do ambiente ilustrado imperial. Segundo ela, entre os 27 sócios fundadores, 22 ocupavam postos destacados na hierarquia interna do Estado, formando “um conjunto que mais se assemelhava a uma sociedade da corte”. (Schwarcz, 1993, p. 134). Essa proximidade, entre Estado e IHGB, permitia a construção, a partir de um estabelecimento oficial, de um discurso legitimador sobre o passado. Assim, pode-se afirmar que “nas mãos de uma forte oligarquia local, associada a um monarca ilustrado, o IHGB se auto representará, nos certames internos e externos, enquanto uma fala oficial em meio a outros discursos apenas parciais”. (Schwarcz, 1993, p. 134).

De modo semelhante, Ferreira (2002), analisando a institucionalização da Arqueologia no período através das produções do IHGB e do Museu Nacional, buscou articular a prática arqueológica com o projeto político empreitado pelo Império brasileiro. O autor destacou as imbricações entre a Arqueologia e a constituição de uma identidade nacional, assim como as articulações com o projeto centralizador, ambicionado pela monarquia. O autor conceituou duas perspectivas arqueológicas principais: a “Arqueologia nobiliárquica” e a “Arqueologia do primitivo”, representadas por instrumentos de atuação diferentes, mas ambas convertendo-se em engrenagens de poder político.

A arqueologia “nobiliárquica”, representada pelas grandes expedições arqueológicas, objetivava a busca por vestígios e a construção de uma cartografia do espaço visto como desértico e considerado a antinomia da civilização. Em paralelo, a arqueologia do “primitivo” buscou tanto os registros de primitividade e civilização quanto as cronologias que indicassem a antiguidade da nação brasileira. Atuando em

consonância, as estratégias arqueológicas, ao menos até o ano de 1877, foram “reguladas por uma geoestratégia, tanto uma quanto a outra construíram discursivamente a entidade política chamada ‘Brasil’”. (Ferreira, 2002, p. 146).

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de 1860, promoveu a criação de entidades congêneres nas províncias imperiais²⁶ e, posteriormente, nos estados republicanos²⁷. Assim, progressivamente, sob o auspício nacional se formou uma rede de atuação e de coordenação das atividades dos institutos locais.

Entretanto, a criação no estado do Rio Grande do Sul experimentou uma dinâmica diversa em relação às demais entidades. Anteriormente, em 1855 e em 1860, ocorreram duas tentativas de fundação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. Na primeira vez, não ocorreram publicações e, na segunda, foram produzidas revistas trimestrais que duraram até 1863. O fracasso do projeto, segundo Luciana Boeira (2009), foi ocasionado pelo contexto de instabilidade política existente na província. Nesse aspecto, a autora destaca a significativa dissidência entre os liberais rio-grandenses, relacionada à criação do Partido Liberal e à dissolução do Partido Liberal Progressista. O Instituto da Província de São Pedro, por estar ligado ao partido derrotado, não conseguiu manter-se atuante. Outro fator de relevância está ligado à Guerra do Paraguai, pois muitos dos membros do Instituto eram políticos e militares que estavam envolvidos diretamente no conflito.

Em 1917, ocorreram algumas reuniões entre membros da intelectualidade do estado, almejando à criação de um Instituto, entretanto, o projeto de fundação obteve êxito apenas em 1920. A concepção do IHGRGS esteve relacionada tanto às inspirações vindas do IHGB quanto aos anseios inerentes ao contexto histórico e historiográfico rio-grandense. Esse sucesso, tardio em comparação aos outros estados, segundo Martins (2015), está ligado, principalmente, ao fato de que, no século XIX, a manifestação e a produção intelectual do Rio Grande do Sul estavam fortemente submetidas ao campo político.

A partir do final do século XIX, começaram a ocorrer outras formas de organizações sociais e políticas. Conforme Martins (2015), o surgimento do IHGRGS na década de 1920, assim como a organização dos intelectuais rio-grandenses em torno desse projeto, esteve atrelado a dois fatores principais. O primeiro foi um processo histórico mais amplo, iniciado ainda no final do século XIX, que culminou na “criação de estruturas objetivas no âmbito da cultura no estado que, ao mesmo tempo, evidenciam e fortalecem a configuração de um espaço social dos homens de cultura dentro do espaço de poder” (Martins, 2015, p. 28). São exemplos dessas estruturas objetivas, o surgimento de um meio de imprensa mais vigoroso, competitivo e fortalecido, a consolidação do ensino superior, a propagação de livrarias e gráficas, existência, ainda limitada, de um mercado consumidor e a relativa elevação dos níveis de instrução primária. A emergência dessas condições não pode ser associada diretamente com a existência de autonomia do espaço intelectual em relação ao âmbito político. Contudo, esses fatores estão relacionados com “a formação de um espaço social de atuação intelectual que se torna progressivamente irreduzível, mas articulado, ao espaço de poder”. (Martins, 2015, p. 28-29).

²⁶ No Império foram criados Institutos em Pernambuco (1862), Alagoas (1868) e Ceará (1887).

²⁷ Na República, foram criados Institutos na Bahia (1894), São Paulo (1894), Santa Catarina (1896), Paraná (1900), Pará (1900), Paraíba (1905), Minas Gerais (1907), Sergipe (1912), Espírito Santo (1916), Amazonas (1917), Piauí (1918), Mato Grosso (1918) e Rio Grande do Sul (1920).

O segundo fator, apontado pelo autor, que contribuiu para a efetividade do projeto são as transformações políticas que a crise do sistema autoritário republicano propiciou, ocasionando novas oportunidades de atuação política. Desse modo, devido à crise sociopolítica dos anos 1920, alguns grupos, antes silenciados ou invisíveis, passaram a se organizar e ocupar novos espaços. Entre esses grupos, destaca-se a atuação dos intelectuais frente ao surgimento do IHGRGS.

Os intelectuais, tomando ensejo no mesmo processo de crise e de novas oportunidades políticas, colocam-se como agentes (coletivamente), com peso relativo ou potencial na esfera política, reservando-se uma distância mínima do campo de poder, o que permitia que em seu interior fossem abrigados representantes da oposição política ao governo republicano. (Martins, 2015, p. 29).

O desenvolvimento dessas condições de êxito no empreendimento do IHGRGS, assim como as dificuldades e novas oportunidades políticas e culturais, proporcionou aos sócios uma adesão à construção, segundo Martins (2015), de dois discursos de atuação no Instituto. O primeiro ligado à elaboração de um discurso que buscasse a identificação do Rio Grande com o Brasil, e o segundo relacionado à formação de um espaço social institucionalizado, que congregasse intelectuais, a fim de validar seu discurso, de torná-lo uma forma legítima de cultura e, por fim, um modo de institucionalizar a produção histórica. Nesse processo, busca-se, de modo simultâneo e complementar, a legitimidade do discurso sobre a identidade sul-rio-grandense e um apoio da legitimidade institucional do IHGRGS.

No período de sua fundação, segundo Martins (2015), o IHGRGS congregava sócios social, política e ideologicamente heterogêneos. A coesão necessária provinha do sentimento homogêneo de falta de espaços políticos e de reconhecimento público e simbólico frente aos intelectuais de outros estados. Entre esses elementos de concordância entre os membros, o autor destaca três questões principais,

- 1) de que o Rio Grande do Sul estava predestinado a ser uma liderança “moral” para o Brasil;
- 2) a percepção de que se diziam “inverdades” e “calúnias” sobre o Rio Grande do Sul, que precisavam ser revistas e desmentidas;
- 3) o sentimento de que havia certa “prevenção” para aquilo que se gerava no Rio Grande do Sul em termos de produção cultural. (Martins, 2015, p.33).

Esses três fatores apontados acima contribuiriam para a concretização do campo de ação dos historiadores gaúchos do Instituto e podem ser definidos, conforme Martins (2015), através da identificação de três grandes fatores de organização do IHGRGS. O primeiro foi uma busca institucional por uma mobilização coletiva, resultando na criação do IHGRGS. O segundo fator foi a adoção de uma postura ecumênica pelo Instituto, em oposição às divisões internas existentes entre a diversidade de membros. O terceiro foi o exercício de um “patrulhamento historiográfico” (p.33) por parte do IHGRGS, com objetivo de coordenar as atividades. Essa postura estruturadora do ambiente intelectual gaúcho, com atuação na esfera nacional e regional de produções sobre o Rio Grande do Sul, se refletirá nas temáticas arqueológicas tratadas pelo Instituto.

Arqueologia e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Nesse contexto de fundação, buscando organizar um novo espaço de atuação e as diretrizes sobre a produção do conhecimento histórico regional, o surgimento do IHGRGS, assim como a publicação, a partir de 1921, de sua Revista, resultou em aspectos práticos para orientação das publicações históricas no estado. Entre elas, destacamos aqui a concepção existente entre os membros do conceito de ciência

histórica, interpretação que estava ligada à cooperação de outras disciplinas, consideradas auxiliares, como a geografia e a arqueologia.

Assim, o Estatuto do IHGRGS, em seu primeiro artigo, estabelece os objetivos iniciais da instituição e estabelece uma concepção do conceito de história defendido pelos membros,

Art. 1.º - O "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", com sede social em Porto Alegre, tem por fim promover estudos e investigações que se relacionem com a História, Geografia, Arqueologia, Etnografia, Paleontologia do Brasil e especialmente do Rio Grande do Sul, e bem assim cultivar o "folclore" rio-grandense e a língua dos indígenas que habitaram e dos que ainda habitam este Estado. (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, n. 1, 1921, p. 135).

Essa concepção, ampla de pesquisa histórica e próxima de outras disciplinas, estava presente no discurso do primeiro presidente, Dr. Florêncio Abreu e Silva²⁸, durante a sessão de instalação e posse do IHGRGS. Seu discurso, além de justificar a necessidade da criação da instituição, lançou as diretrizes iniciais de sua compreensão sobre a história realizada pelo Instituto.

Desde seu início, o IHGRGS esteve ligado a uma concepção de que, na "hierarquia das ciências, a história, que é uma ciência concreta, depende de todo o grupo inferior das ciências abstratas". (Abreu e Silva, 1921, p. 123). Essa necessidade está relacionada pela constituição da própria disciplina como uma ciência e pela utilização social dos conhecimentos que, quando produzidos com auxílio de outras disciplinas, obtêm maior alcance. Nesse aspecto prático de atuação, os trabalhos produzidos pelo Instituto deveriam tratar, principalmente, "sobre a história pátria, e especialmente a do Rio Grande do Sul". (Abreu e Silva, 1921, p. 123).

Essa história pátria também deveria ser norteadada pelo princípio da verdade histórica, assim, o presidente prometia que "trabalharemos desinteressadamente, ou antes não nos moverá outro interesse que não o do patriotismo e o da verdade histórica. A nossa preocupação capital será a verdade, só a verdade, sempre a verdade". (ABREU E SILVA, 1921, p. 125). Essa construção em busca da verdade e do "estudo da história seria, porém, impraticável sem o concurso dos outros ramos dos conhecimentos humanos, que em muitas conjunturas lhe servem de imprescindível ponto de apoio e dos quais visceralmente depende". (Abreu e Silva, 1921, p. 123).

Assim, a escolha das disciplinas que deveriam ser inseridas na produção do Instituto também deveria corresponder à própria essência da disciplina histórica e atuar em consonância com sua construção. Segundo o presidente,

O campo de nossa atividade se ampliará apenas sobre aqueles ramos dos conhecimentos que, em virtude de suas mais íntimas e acentuadas afinidades com a ciência sagrada, que é a história, não poderão ser postos à margem sob pena de tornar ineficiente, - direi mesmo inexequível, - a nossa árdua missão. (Abreu e Silva, 1921, p. 124).

Com o objetivo de alcançar essa amplitude de interesses, foram criadas comissões permanentes, formadas por quatro sócios. Junto à fundação do IHGRGS, foram criadas sete comissões: a comissão de fundos e orçamentos, a comissão de estatutos e redação

²⁸ Florêncio Carlos de Abreu e Silva (1882 -1969) foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e eleito presidente da primeira diretoria do Instituto (1920-1934). Bacharelou-se, em 1905, pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, do Rio de Janeiro, mas construiu carreira no magistrado gaúcho como juiz, desembargador e procurador. Florêncio exerceu mandato, em 1934, de deputado federal constituinte, foi diretor, entre 1919 e 1920, do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e presidente, entre 1952 e 1954, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

da Revista, a comissão de História, a comissão de Geografia, a comissão de Arqueologia, a comissão de Folclore e da “língua dos indígenas” e a comissão de admissão de sócios. Na época, a comissão de Arqueologia era também responsável pela Etnografia e Paleontologia, sendo formada por Alberto J. Rego Lins, Adroaldo Mesquita da Costa, Roberto Landell de Moura e João Pinto da Silva. Essa comissão, segundo Florêncio Abreu e Silva, considerava a Arqueologia como um “auxiliar precioso da história”.

A importância da arqueologia sobe de ponto, como sabeis, nas investigações concernentes às populações que habitaram o Rio Grande antes da conquista, para o conhecimento de seus usos e costumes, de suas crenças, do seu estágio social em suma; e, como subsídios de primeira ordem para a elucidação de pontos importantes dessa nossa interessante “pré-história”, o Instituto estudará ainda a etnografia, a paleontologia, a própria língua dos autóctones. (Abreu e Silva, 1921, p. 124-125).

Entretanto, apesar deste reconhecimento e destaque entre os fundadores do IHGRGS, entre 1921 e 1950, foram publicados apenas onze trabalhos que versavam sobre temas arqueológicos.

Tabela 2 – Fontes analisadas no terceiro capítulo

	Título	Autor/Referência
01	Artefactos indígenas	Simch (1923)
02	Tembetás	Simch (1924)
03	A velhice da terra – O continente americano	Bahlis (1932)
04	Civilizações americanas [...] os períodos geológicos	Bahlis (1933)
05	O homem da Pré-História	Wiederspahn (1936)
06	Origens da raça mediterrânea ocidental	Wiederspahn (1938)
07	Origem do homem	Luis (1936)
08	O mistério das Pedras verdes	Guido (1937)
09	Prehistória Americana e Brasileira, o Paraíso terrestre	Spalding (1939)
10	Relatório científico [...] de estudos etnográficos	Balduíno Rambo (1946)
11	Análises químicas das tintas usadas na cerâmica [...]	Manoel de Godói (1946)

Fonte: dados organizados pelo autor.

Os textos, em sua maioria, tratam de temas relacionados à pré-história em um panorama mundial, e poucos são os artigos com enfoque específico na área rio-grandense. Todos esses trabalhos serão tratados em seguida.

As fontes analisadas podem ser classificadas em dois grandes grupos, o primeiro relativo aos que tratam de assuntos mais gerais sobre a antiguidade do homem sobre o continente americano e o outro sobre temas mais específicos às pesquisas arqueológicas. Com intuito de melhor compreender esse material, o reunimos conforme sua autoria, enfatizando as características de argumentação utilizada.

A necessária Arqueologia e as interessantes coleções

Na década da sua fundação, foram publicados dois textos sobre arqueologia na revista do IHGRGS, ambos produzidos por Francisco Rodolpho Simch²⁹ (1923; 1924),

²⁹ Francisco Rodolpho Simch foi diretor do Museu Julio de Castilhos entre os anos de 1903 e 1925, com um intervalo entre 1919 e 1922. (Nedel, 2005).

sócio efetivo do Instituto. Francisco Simch foi eleito, segundo Silveira (2008), presidente da “comissão permanente de Arqueologia, Etnologia e Paleontologia” em três triênios consecutivos (1923, 1926 e 1929).

Sobre sua carreira profissional, encontra-se tanto que teria se dedicado ao exercício da advocacia (Silveira, 2008) quanto da engenharia (MARTINS, 2015), sendo funcionário público do Estado do Serviço Mineralógico e, também, professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Independente de dúvidas e da flexibilidade no desempenho de ofícios existente na época, as suas atividades como engenheiro estadual são as mais lembradas nos textos de arqueologia publicados, nos quais sua experiência é utilizada, inclusive, como instrumento de análise. Por exemplo, segundo ele, a “[...] fixação dos virotes usados pelos coroados e verificada por mim nos toldos de Nonoai há cerca de 23 anos. Tive, como geólogo de uma empresa, de passar longa temporada no vale do Uruguai e seus afluentes e vi fixar discos [...]” (Simch, 1923, p. 312).

Os textos de Francisco Simch (1923, 1924) analisam e contextualizam artefatos arqueológicos que na época estavam endossados ao Museu Julio de Castilhos, em Porto Alegre, instituição que ele dirigia. No primeiro trabalho (1923), intitulado “*Artefactos indígenas*”, o autor se detém ao estudo de artefatos descritos como “discos de pedra perfurados e de um excelente acabado artístico” (p. 306), pertencentes às áreas da Encosta do Planalto e com maior concentração no vale do rio Taquari e seus afluentes³⁰. No segundo texto, dedica-se à contextualização de artefatos do tipo “*Tembetás*”, pertencentes à região de Venâncio Aires, município localizado entre o Rio Taquari e o Rio Pardo.

Em seu texto Simch (1923), imbuído da ideia de inexistência de informações históricas das populações indígenas do Estado, tenta justificar seu interesse pela arqueologia e compreender os motivos da falta de interesse dos pesquisadores pelo tema devido à existência de,

Um público pouco propenso a se interessar por essas cousas tão longínquas, tão remotas e sobretudo anônimas, referentes a povos de que nem um feito memorável se conheceu, de que nem um nome chegou até nós e de que escassíssimos vestígios se encontram avaramente ocultos nas profundezas das selvas, nas aluviões das sangas ou nos pedregais estéreis de alguma serra ignota. (Simch, 1923, p. 305).

Contudo, essa displicência em relação aos artefatos arqueológicos, segundo o pesquisador, não é exclusiva do Brasil e, por isso, não pode ser utilizada como um estigma do desinteresse por parte da nossa sociedade. Segundo ele, o pouco interesse,

É fenômeno comum a todos os países em que só pouquíssimos, dentre os milhares de pesquisadores, se dedicam a tais problemas e isto ainda com o risco de passarem por doidos ou pelo menos de “não regularem bem”, como se diz em linguagem vulgar. (Simch, 1923, p. 306).

Além disso, o pesquisador adverte que os poucos interessados no tema podem enfrentar alguns riscos frente à opinião do meio intelectual, já que o “demais não é ali o campo apropriado à colheita de vantagens de nenhuma espécie – antes nisso se encontra o ensejo de ser ridicularizado e de perder até no conceito público aquela estima ou pelo menos o respeito [...]”. (Simch, 1923, p. 306). Ao final de um dos textos, o pesquisador pede desculpa aos seus colegas de Instituto e deseja que não “tenhais levado a mal ter vos tomado tempo com tal assunto”. (Simch, 1923, p. 314).

³⁰ Trata-se do que chamamos atualmente de “itaiçá” ou “itaizá”. Segundo Mendonça de Souza (1997, p. 67), pode ser caracterizado como um “machado circular, polido com perfuração central, em geral bicônica, para preensão; o gume está em toda a periferia”.

Em ambos os textos, o pesquisador descreve as características gerais dos artefatos, detendo-se na definição das dimensões, das matérias primas utilizadas, do processo de fabricação, das formas de utilização e das áreas de ocorrência e distribuição dos objetos. Em relação aos espaços onde ocorrem os artefatos do “tipo perfurado”, semelhante aos estudados, Simch (1923) relaciona-os com outras áreas de ocorrência mundiais, afirmando que artefatos perfurados são encontrados em várias regiões do mundo. Segundo ele,

O material da Argentina assemelha-se muito ao nosso conforme se depreende dos estudos e descrições de Ameghino e Moreno; o do Chile é diferente neste sentido que trata-se ali de verdadeiros cilindros perfurados. Os discos africanos, dos Bushmen, divergem muito e bem assim os do Egito [...] Na ilha de Marajó encontraram-se discos de barro cosido ao fogo e excepcionalmente um de pedra. (Simch, 1923, p. 310).

Entretanto, apesar de existirem características semelhantes com outras áreas do mundo, os instrumentos descritos, devido ao alto grau de acabamento, são considerados exclusivos de algumas áreas do Rio Grande do Sul. Sobre a funcionalidade dos artefatos, Simch (1923) discute essa “interrogação magna” através de várias hipóteses sobre as possibilidades de uso, produzidas pela associação entre suposições produzidas por pesquisadores e pela tradição popular, afirmando que,

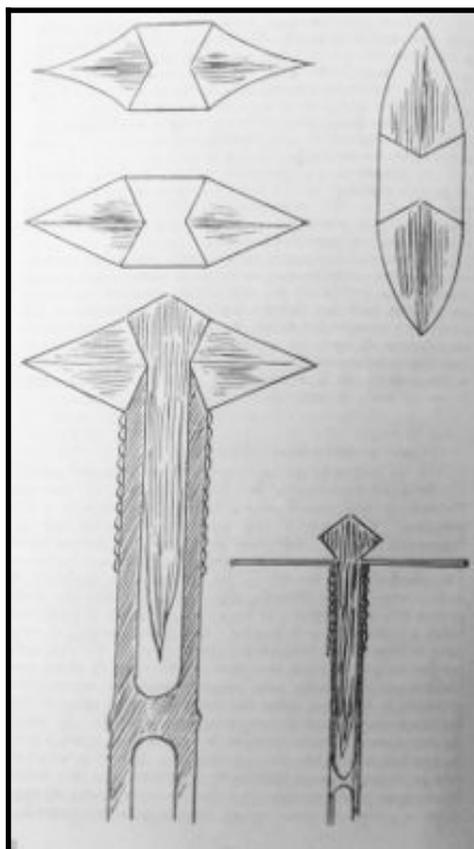
A tradição da população, dizem, legou a estes instrumentos o nome de machados circulares perclusos e certamente a designação de “machado” excluiu a pesquisa de outras aplicações; é corrente que de objetos de uso desconhecido estamos sempre dispostos a aceitar as explicações dadas a seu respeito pelos que entendem ou devem entender do assunto; alguém etnógrafo ou não, chamou-os machados; os leigos ou os não entendidos, daí por diante não se preocuparam mais com o caso: era machado e para distingui-los de outros tipos fizeram-nos circulares perclusos. (Simch, 1923, p. 311).

A partir dessa constatação, Simch (1923) problematiza e reúne informações, existentes até aquele momento que pudessem ser utilizadas para questionar ou reafirmar a hipótese de utilização como machados. Para compreender o processo de fixação do cabo nos machados, o autor se utiliza de experiências e observações pessoais, realizadas como engenheiro em toldos indígenas de Nonoai, região do vale do rio Uruguai. Ele conclui que o encabamento ocorria através de um “cabo de taquara, ou, melhor, de taquarassú, afeiçãoado, o virote pela parte externa e o atilho para ultimar a segurança”. (Simch, 1923, p. 312).

Essas interpretações são sintetizadas pelo autor, que passa a destacar quatro diferentes possibilidades de uso dos objetos: como instrumento de trabalho, como arma, como instrumento de fiar ou como instrumento de acender fogo. A partir dessas categorias ele questiona as possibilidades e os limites de cada hipótese. Por exemplo, sobre a funcionalidade como arma, ele interpela que,

Para este fim parece deveriam satisfazer completamente o seu portador: grande eficiência no embate; indiferentismo de percussão com qualquer lado; desnecessidade de gume pois a simples pancada deveria prostrar o antagonista. Mas, objetar-se-á, se era assim, isto é, se era esse o uso, como explicar sua raridade? Arma eficaz, porque não se encontram esses artefatos em todas as partes do país? Simch, 1923, p. 313).

Para explicar a pouca densidade dos objetos, Simch (1923) coloca três possibilidades: a existência de populações pouco numerosas e diferentes das contatadas pelos europeus, o uso da arma exclusivamente pelos chefes ou então pelos pajés em solenidades ou sacrifícios, como uma arma ritual (Figura 23).

Figura 23: “Machados circulares perclusos”, estudados por Simch.

Fonte: Simch (1923).

Essa perspectiva de questionar conclusões anteriores, principalmente por considerá-las demasiadamente simples, e buscar a construção de outras hipóteses para compreensão dos objetos está presente também no estudo que o pesquisador realiza sobre tembetás.

No trabalho, Simch (1924) inicia discutindo e problematizando os resultados da análise desenvolvida por Ladislau Netto³¹ dos mesmos artefatos. De acordo com o pesquisador, Netto definiu os tembetás como um tipo de adorno de pedra usado pelos indígenas brasileiros, assim, definindo-os como uma peça da indumentária indígena. No entanto, questiona a indefinição dos conceitos utilizados por Netto,

Certo é que já a Ladislau Netto não escapou tratar-se de uma peça da indumentária, mas não foi examinado este gênero – a indumentária – com a precisão devida, para depois se lhe subordinarem as diversas espécies, ou classes ou peças ou como se as queiram chamar. (Simch, 1924, p. 52).

A partir dessa constatação, Simch (1924) busca definir e contextualizar a noção de indumentária ou vestimenta indígena e classifica-a em dois tipos: essenciais e

³¹ O botânico Ladislau de Souza Mello e Netto (Maceió, 1838 - Rio de Janeiro, 1894) foi diretor do Museu Nacional entre os anos de 1874 e 1893. Durante sua gestão, a instituição foi reestruturada seguindo os moldes europeus do período e teve, devido a Proclamação da República, seu nome e sede alterados. A instituição passou de “Museu Imperial”, sediado aos arredores do Campo de Santana, para “Museu Nacional”, localizado na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão. A revista trimestral “Os Arquivos do Museu Nacional” foi criada durante sua gestão e tornou-se um importante veículo na comunicação e na troca de informações com museus estrangeiros (MUSEU NACIONAL, 2007/2008).

acessórios. A primeira seria, por exemplo, a “pele de carneiro” ou pelego como proteção contra o frio, e a segunda envolveria os tembetás. A maior parte de seu texto está relacionada com a preocupação de definir esse conceito, em oposição à visão generalizante³² de Ladislau Netto, para depois inserir os artefatos dentro das inúmeras possibilidades de indumentárias indígenas.

Essa variedade permitiu que o pesquisador associasse o uso de tembetás com outros tipos de acessórios, como, por exemplo, as tatuagens realizadas em outras regiões do mundo, mas não conhecidas no contexto gaúcho. Conforme ele, “a tatuagem entre nossos índios primitivos era pouco praticada ou pelo menos não atingiu, em hipótese alguma, a extensão que tomou entre certos povos da Polinésia e alguns da África”. (Simch, 1924, p. 55).

Segundo ele, apesar das diferenças, a indumentária visa, fundamentalmente, a abrigar o corpo humano das intempéries e não pode decorrer de noções de pudor, pois ela “entre os povos cultos, ou que se tem por tais, serve a um e outro desses dois fins, entre os selvagens não”. (SIMCH, 1924, p. 53). O autor continua defendendo sua ideia, afirmando que os “chamados civilizados (chamados por nós mesmos), não devemos aplicar de modo algum aos povos primitivos e aos selvagens de qualquer época um estalão todo nosso”, ao contrário, devemos “aquilatá-los pelos padrões deles próprios sob pena de nos enrodilharmos em dificuldades por vezes inextrincáveis”. (Simch, 1924, p. 54).

Os escritos de Simch (1923, 1924) representam a estreia da comissão permanente de Arqueologia, criada junto à fundação do IHGRGS. A presença, mesmo que tímida, do tema na primeira década de divulgação institucional salientou a necessidade de revelar ao público as coleções arqueológicas que formavam os acervos museológicos do Estado. Além disso, buscaram compreender, com maior profundidade, os artefatos endossados ao Museu Julio de Castilhos, colocando-os à luz de novos questionamentos, discussões e divulgando a realidade arqueológica encontrada para seus confrades.

Um antigo cenário onde floresceram civilizações

Em 1932 e 1933, o professor Jorge Bahlis publicou dois artigos referentes à formação dos continentes e aos períodos geológicos. No texto “*A velhice da terra*” (1932), o autor discute sobre a cronologia da formação do continente americano. Sua explanação ocorre a partir da ideia de que no Novo Continente ocorreram muitas conquistas e lutas, travadas por povos “vigorosos e belicosos”, que interagiram e provocaram o “aniquilamento de um determinado ramo racial e desenvolvimento de outro”. (Bahlis, 1932, p. 176).

É a partir dessa percepção que o autor destaca a importância de se compreender a antiguidade do continente, estabelecida, segundo ele, “sem receio de se cometer um erro científico, e apesar da acanhada visão dos conservadores, que conta milhões de anos, e si o considerarmos nas suas diferentes partes, então tem centenas de milhões”. (Bahlis, 1932, p. 176). O pesquisador, buscando referências em outros autores, destaca o surgimento da América a partir do desaparecimento de Atlântida.

³² Langer coloca que Ladislau Netto, no trabalho sobre tembetás, “atribuiu a essas peças arqueológicas um grande significado simbólico, cuja utilidade como objeto cotidiano seria praticamente nula. A funcionalidade e demais padrões tipológicos, tão destacados pela Arqueologia moderna, foram substituídos pelo caráter celebratório das peças, convertidas pela ciência em antigos objetos de disputa tribal. De maneira genérica, a sistematização de Netto conseguiu reunir uma boa bibliografia disponível até aquele momento, mas suas conclusões foram parcialmente afetadas pela precariedade de um estudo mais especializado prevalecendo, com isso, imagens que forneciam uma explicação conveniente para as metas civilizatórias da elite erudita do império”. (Langer, 2005, p. 101).

Ao desaparecer a Atlântida, surgiram novas terras que acabaram de constituir o continente a que se deu, em virtude de uma homenagem injustificável, o nome de America. O Continente Atlante já não mais pode ser tido como lendário [...] No que se refere á antiguidade de certos pontos da America, temos rochas que acusam a estupenda idade de varias centenas de milhões de anos. (Bahlis, 1932, p. 177).

Essa teoria explicativa proposta pelo autor é contrária à teoria do grande dilúvio universal, pois, segundo ele, o “fato de se encontrarem na América terrenos arcaicos, primários, secundários e outros, bastaria para provar que a terra não esteve submersa ao mesmo tempo em toda a parte”. (Bahlis, 1932, p. 178).

A existência de Atlântida, para Bahlis, já seria até aceita por alguns “luminares” da Igreja. O autor estabelece uma discussão a partir de dados publicados por um autor europeu em uma revista argentina intitulada “La Atlantida”. Nesse texto, consta que, o “planeta tem 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões) de anos”, a “humanidade surgiu há 300.000 (trezentos mil) anos apenas e que os “outros planetas, com exceção de Marte não são habitados”. (Bahlis, 1932, p. 179). Bahlis concorda com essa proposta cronológica apenas para o nosso planeta, discordando dos outros dois pontos. Sobre o segundo, afirma que a “raça humana, se bem que muito animalizada, surgiu há 18.000.000 (18 milhões) de anos”; já sobre a terceira afirmação, ele a questiona, afirmando que todos os planetas são habitados e que “só uma vaidade, sem nenhum fundamento científico, pode levar o homem a pensar que só o nosso planeta teve a fortuna de ser destinado à Criação”. (Bahlis, 1932, p. 182).

Em seu segundo texto, as “*Civilizações americanas antiguidade da terra II*” (1933), o autor busca explicar de forma mais sucinta e didática sobre as camadas geológicas, complementando seu trabalho anterior. Para ele, essa nova explicação é necessária, já que “escrever para a maioria e não para a minoria deve ser a principal preocupação do escritor que deseja deleitar e instruir. Um povo que conhece razoavelmente a História já é mais livre do que outro que a ignora”. (Bahlis, 1933, p. 299). A análise principal decorre, principalmente, na denominação e breve caracterização dos terrenos “Pré-Cambrianos” e “Cambrianos”, vigentes no período.

No discurso do autor, sucintamente, podemos destacar três elementos principais. O primeiro é a construção de uma história das civilizações americanas numa perspectiva de longa duração. No início do texto, o pesquisador se preocupa em destacar a presença humana no continente, a fim de justificar a importância desse estudo, construindo um cenário geológico para a atuação dos personagens. Assim, busca construir uma completa história sobre as civilizações americanas. Segundo ele,

Este rápido estudo de caráter geológico que estamos fazendo poderá parecer, à primeira vista, destituído de qualquer utilidade para a descrição das CIVILIZAÇÕES AMERICANAS. Quando, porém, o leitor tiver percorrido em nossa companhia as regiões onde floresceram as civilizações que vamos historiar, ficará convencido da necessidade desse importantíssimo estudo. Sem auxilio da Geologia não poderíamos ser compreendidos convenientemente. (Bahlis, 1932, p. 183).

O segundo elemento é a necessidade dos textos publicados serem compreendidos também pela população leiga ao assunto. Consequentemente, há uma preocupação em definir, do modo mais didático possível, os conceitos geológicos utilizados em sua narrativa. Para ele,

Escrever para a maioria e não para a minoria deve ser a principal preocupação do escritor que deseja deleitar e instruir. Um povo que conhece razoavelmente a História já é mais livre do que outro que a ignora. [...] Assim sendo, o historiador tem a obrigação de simplificar – sem mutilar

o sentido, está visto – os conhecimentos com que deseja brindar o público, a ponto de torná-los compreensíveis, mesmo pelas mais rudes inteligências. (Bahlis, 1933, p. 299).

O terceiro ponto é a existência de ideias que defendem a veracidade do continente perdido de Atlântida, o descrédito da existência do dilúvio universal bíblico, o surgimento do ser humano há 18 milhões de anos e a presença de vida em todos os planetas. Sobre a receptividade dessas hipóteses, Martins (2015), aponta a existência de uma discussão interna entre Souza Docca e o secretário Eduardo Duarte, sobre a publicação do segundo texto de Bahlis, pois o primeiro teria ocasionado a crítica de outro confrade e o pedido para o segundo texto não ser publicado. Apesar da situação, Duarte decide publicar o artigo, pois Docca recomenda que Jorge Bahlis “merece a nossa consideração, pois é um grande trabalhador. Se não já, será, pelo menos no futuro, um elemento de valor no seio do Instituto”. (Souza Docca, 1933 apud Martins, 2015, p. 102).

Essa situação, ainda que não analisada nesse trabalho, demonstra que muitas das perspectivas elencadas nos textos publicados não eram aceitas por todos os sócios efetivos, gerando também um ambiente interno de avaliação e discussão dos resultados e das opiniões divulgadas pela revista. Outra situação semelhante de discussão ocorreu com os trabalhos publicados por Henrique Wiederspahn (1936) e pelo irmão Teodoro Luis (1936), que discordam sobre seu enfoque teórico. Esses textos serão analisados a seguir.

A estima ao espírito inquietante da ciência moderna

O texto “O homem da Pré-História”, escrito por Henrique Wiederspahn (1936), trata sobre as diferentes teorias relacionadas à origem do homem sobre a terra, partindo do pressuposto que as concepções religiosas “não mais satisfazem ao espírito científico e inquieto hodierno”, ao contrário da “legenda mosaica, adaptação à psicologia do semitismo israelita das velhas tradições”. (Wiederspahn, 1936, p. 228), Wiederspahn propõe um refinamento de várias teorias, elaboradas por diferentes autores, inclusive o argentino Florentino Ameghino, consideradas por ele como científicas e modernas. Ele conclui que há, apesar de algumas discussões e dúvidas, concordância que os primeiros ancestrais humanos surgiram em meados da era Cenozóica, compreendendo cerca de 3 milhões de anos.

O texto “Origem do homem”, publicado pelo Irmão Teodoro Luis, é uma réplica ao trabalho de Wiederspahn, publicado anteriormente na revista. A argumentação de Teodoro que refuta os elementos tratados anteriormente está baseada em dois pontos essenciais: a teoria de Florentino Ameghino e a narrativa bíblica de Moisés.

A teoria de Ameghino, referência muito citada por Wiederspahn, é considerada anti-científica por Teodoro. Conforme ele,

E’ tudo que descobriu Ameghino em matéria de restos antrópicos, de maneira que todos os outros nomes por ele inventados para estabelecer sua teoria sobre a origem do homem, são de nenhum valor para a Ciência Antropológica, visto que não correspondem à realidade objetiva nenhuma. (Luis, 1936, p. 192).

Outro ponto questionado é que a “legenda mosaica” não satisfaria o “espírito científico e inquieto hodierno”. (Wiederspahn, 1936, p. 228). Ao contrário, segundo Teodoro a narrativa bíblica de Moisés está de acordo com a ciência moderna, e essa associação é também realizada por inúmeros autores. Além disso, reforça que todos os homens pertencem ao gênero humano, cuja origem ocorreu no continente asiático.

O mistério dos talismãs verdes

O texto “O mistério das Pedras verdes”, escrito por Angelo Guido, trata sobre os artefatos arqueológicos conhecidos como “muiiraquitãs” e sua relação com o imaginário da região amazônica. O foco principal da análise proposta no texto é a ligação, tradicional entre as populações da região, desses “maravilhosos talismãs, contas veneráveis que a gente de outras gerações dizia terem vindo das terras habitadas pelas tribos das mulheres que viviam sem homens.” (Guido, 1937, p.192).

Apesar de destacar as características mágicas e terapêuticas que esses objetos possuem frente à cultura popular amazônica, o foco principal do trabalho é analisar as concepções religiosas que envolvem esses artefatos e a associação com a lenda das amazonas. Para isso, ao autor realiza uma contextualização sobre as religiões “primitivas e selvagens”, devido ao fato de que, segundo ele, muitos povos da América, Ásia e África também consideravam pedras verdes com poderes espirituais. A partir dessa associação, Guido descreve os elementos, como, por exemplo, a coloração verde e os animais representados, que podem ser relacionados ao prestígio dos objetos. A semelhança entre as ocorrências amazônicas e de outras regiões é explicada através da imigração de tradições mais desenvolvidas para a região amazônica.

O retorno de Noé e o primórdio neolítico

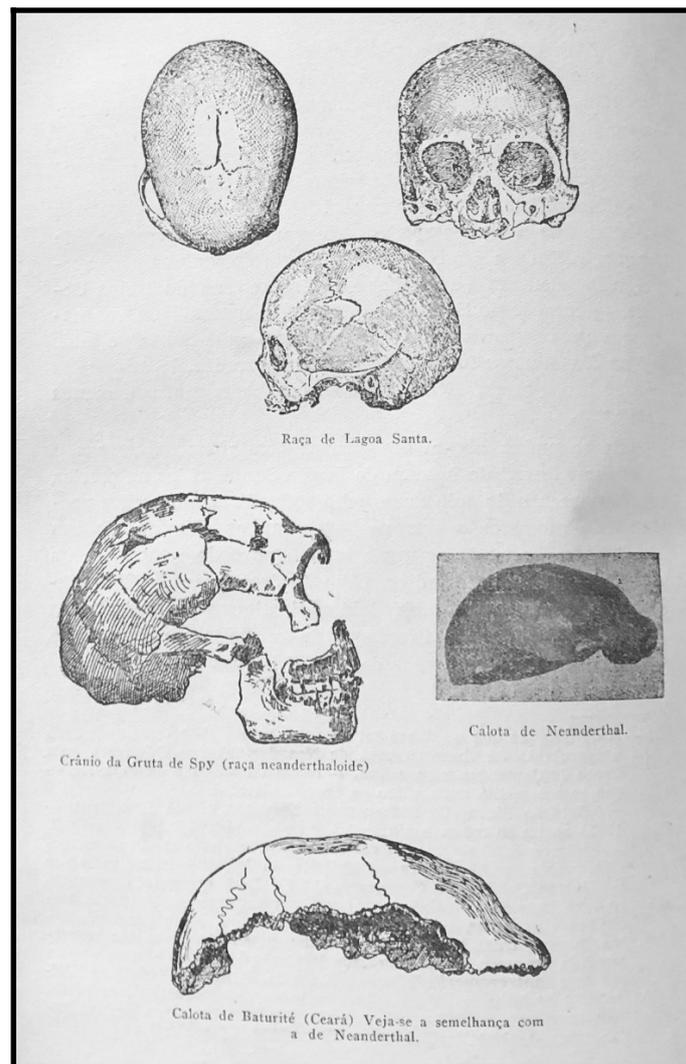
A análise de Walter Spalding (1939), presente no texto, “Prehistória Americana e Brasileira, o Paraíso terrestre”, parte do pressuposto da origem divina do homem, afirmando que criação universal em seis dias é uma representação simbólica, assim “cada dia de que fala pode representar um ou vários milênios”, pois “a Bíblia não traz rigorosa cronologia”. (Spalding, 1939, p. 82).

Nesse horizonte de criação, Spalding estabelece que o “homem de Lagoa Santa” (Figura 24), encontrado por Peter Wilhelm Lund, é considerado o crânio mais antigo e primitivo descoberto, e que o “bíblico Paraíso” poderia ser localizado em Minas Gerais. Segundo ele,

Se puder, algum dia, provar com rigorosa certeza a ‘primogenitura’ do homem de Lagoa Santa, todas as teorias do povoamento do solo americano sofrerão modificações profundas e novamente entrarão em cena as citações bíblicas do Gêneses, segundo as quais teriam povoado a América os descendentes de Ofir Índico, filho de Jetã, neto de Eber, depois povoaram a Índia Ocidental, alguns milênios antes de Cristo, - com uma diferença: de se não terem passado da Índia para a América, mas da América para a Índia. (Spalding, 1939, p. 83).

O pesquisador busca conciliar elementos da criação divina da humanidade com dados geológicos, pois, “assim como se não pode negar a criação do homem por Deus, não mais se pode negar que seu aparecimento sobre a terra se deu no início do quaternário, período antediluviano, época do Hipopótamo ou quaternário inferior”. (p. 85). Assim,

A rigor poderíamos afirmar que esse despovoamento da Europa em consequência do Dilúvio universal – que bem pode ser a época do degelo que invadiu e cobriu o mundo, - se deu em resultado o povoamento da América para onde fugira Noé com os seus na arca de que nos fala a Bíblia. E nesse caso, os fósseis humanos de Lagoa Santa e redondezas seriam os restos mortais de Noé e os que o acompanharam. E, passado o degelo, seca novamente a terra, a família de Noé retornou, em parte, para a Europa, dando início à época Neolítica. Isto seria explicação ao “hiato” europeu entre as duas grandes idades da pedra. (Spalding, 1939, p.87).

Figura 24: Crânio de Lagoa Santa

Fonte: Spalding (1939).

Em suas notas de rodapé, o autor cita e discute conclusões de Aníbal de Matos, Angione Costa, Paul Rivet, Marc Boule e até do poeta indianista Antônio Gonçalves Dias. A partir disso, inclui na discussão o contexto paleontológico americano e gaúcho, buscando identificar fósseis de animais que possam estar associados ao período de surgimento do homem. Conclui que tanto na América quanto no Rio Grande do Sul (pesquisas desenvolvidas por Tupí Caldas) existiram animais antediluvianos (pleistocênicos), cronologicamente associados à Lagoa Santa e Confins.

Um “paradeiro” charrua nos Pampas

O texto, “Relatório científico das viagens de estudos etnográficos”, escrito pelo jesuíta Balduino Rambo³³ (1946) é um relato de atividades de coleta arqueológica na

³³ Balduino Rambo S.J. nasceu no atual município gaúcho de Tupandi em 1905 e faleceu em 1961, na cidade de Porto Alegre. Exerceu inúmeras atividades, entre as principais relacionadas ao nosso tema, atuou como “professor catedrático fundador da Cadeira de Antropologia e Etnografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desde 1942, foi convidado em 1954 para dirigir a Seção de Ciências Naturais da Divisão de Cultura da Secretaria da Educação e Cultura do Estado. Aceitando a incumbência, seu primeiro passo foi organizar o Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais e fundar a revista

região do município de Quaraí. O artigo (1946) descreve aspectos geográficos, geológicos e arqueológicos da região. O material coletado estava em superfície ou levemente encoberto de sedimentos e constitui-se de “bolas”, pedras de moer e discos lenticulares, confeccionados, na maior parte, em arenito. Foram encontradas também cinco pontas de sílex. Rambo menciona que os artefatos estudados são atribuídos aos charruas, pois,

Tanto as bolas e discos como os instrumentos de pedras lascadas são de larga difusão em todo o território outrora percorrido por estes índios e congêneres; concordam perfeitamente com a descrição e as figuras de Antonio Serrano [...]. Como elemento cultural pertencem às civilizações pampeanas prolongando-se até a Patagônia. Historicamente está fora de dúvida, que os charruas constituem irradiações dessas culturas. (Rambo, 1946, p. 239).

O estudioso conclui que “a estação lítica do Nhandubai é um legítimo “paradeiro” dos charruas, rudes caçadores dos Pampas e da Campanha; sua data não excederá 300-400 anos, época em que os índios conheceram e adotaram o ferro; etnologicamente falando, representam dois elementos desta cultura mista: as bolas matriarcais de procedência andina, e as laminas totêmicas em convexo com a Patagônia. Estas últimas do R. G. S. (e no Brasil) se constataram pela primeira vez”. (Rambo, 1946, p. 240).

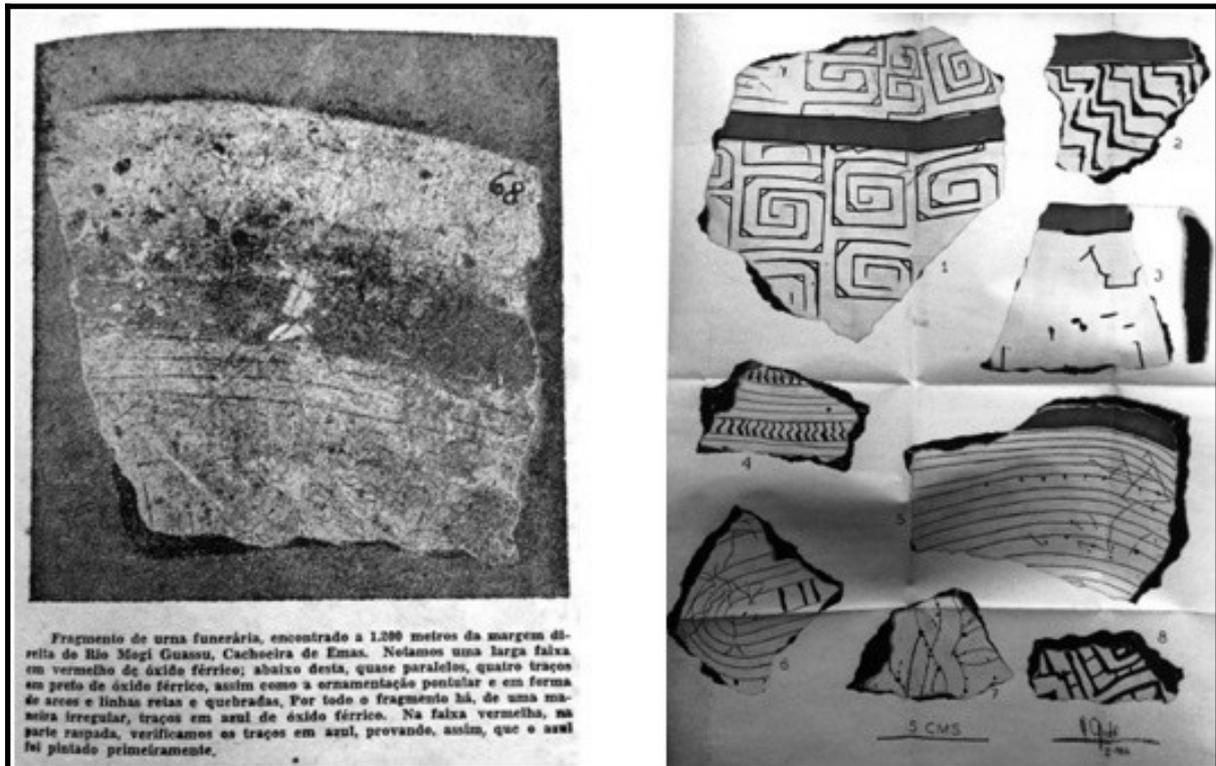
A química prova ao contrário

O trabalho de Manoel Pereira de Godói, “Análises químicas das tintas usadas na cerâmica pelos extintos indígenas da cachoeira de emas, Rio Mogíguassú” (1946), foi produzido por um biólogo e descreve de forma prática e objetiva uma análise química das pinturas realizadas em artefatos cerâmicos de populações Painguás³⁴, atribuídos a áreas do atual Estado de São Paulo (Figura 25). A análise é um complemento de um trabalho realizado anteriormente pelo pesquisador e está baseada na ideia referenciada por trabalhos sobre outras regiões do mundo, de que muitas das tinturas utilizadas pelos indígenas eram de origem mineral. Entre os estudiosos da coleção cerâmica era consensual que as pinturas vermelhas e pretas são de origem vegetal, mas, segundo o autor, “a química prova o contrário.” (Godói, 1946, p. 241).

Através da análise química das pinturas, Godói revela que o grupo utilizava pigmentos minerais para a ornamentação de sua cerâmica. A cor vermelha, preta e azul era produzida a partir de variantes do óxido férrico e o branco com base na argila pura ou no caulim.

“Iheríngia”, dividida em séries para cada especialidade”. Além disso, Rambo “organizou o Instituto Anchietano de Pesquisas, fundado em 1956, ficando a seu cargo a redação da revista anual “Pesquisas”, da qual foram publicados três grossos volumes (1957, 1958 e 1959) anuais e a partir de 1960 em folhetos por especialidades”. (Spalding, 1969, p. 101).

³⁴ Painguás é uma denominação genérica e popular para as populações indígenas Tupi-guaranis que habitavam a região do atual distrito de Cachoeira de Emas, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo.

Figura 25: Amostra da cerâmica analisada

Fonte: Godói (1946).

SÍNTESES E OS PILARES DA ARQUEOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Após os movimentos inaugurais no levantamento de sítios e de dados, empreendidos por diferentes esferas sociais e tratados nos capítulos anteriores, a arqueologia rio-grandense, apesar da realização de algumas reuniões de pesquisadores³⁵, passou por um período de baixa produtividade. Até o início da década de 1960, ocorreram poucas publicações, entretanto, esses trabalhos, além do objetivo de sintetizar, revisar e reunir dados precedentes, forneceram elementos indispensáveis para a posterior delimitação das problemáticas de pesquisa pertinentes ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), desenvolvido em âmbito regional³⁶ e nacional a partir de 1965 e considerado um importante marco no desenvolvimento da arqueologia brasileira. Nesse período, prévio ao Programa, destaca-se a atuação de três pesquisadores na arqueologia gaúcha, Ascânio Ilo Frediani (1952), Pedro Ignácio

³⁵ 3Nesse período, ocorreram seis eventos significativos na área arqueológica. Dois desses seminários ocorreram em 1964 e 1965 e foram organizados pela Organização para Estudos Científicos (O.E.C) e pela Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul. Em 1966, na sede do Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP) ocorreu o "Seminário de Arqueologia para Amadores". Posteriormente, o IAP organizou, nos anos de 1967, 1968 e 1969, outros três "Simpósios de Arqueologia da Área do Prata", reunindo pesquisadores de diversas regiões.

³⁶ Os relatórios pertinentes ao Rio Grande do Sul foram publicados por Eurico Theofilo Miller em quatro volumes (Miller, 1967; 1969; 1971; 1974).

Schmitz (1957; 1958) e Ruy Ruben Ruschel (2003) que publicaram de forma inédita e relevante suas atividades, preservando a vivacidade da disciplina no Rio Grande do Sul.

Tabela 3: Fontes analisadas no quarto capítulo

	Título	Autor/Referência
01	Os sambaquis e o litoral de Torres	Frediani (1952)
02	Um paradeiro Guarani do Alto-Uruguai	Schmitz (1957)
03	Paradeiros guaranis em Osório	Schmitz (1958)
04	Sítios arqueológicos de Torres	Ruschel (2003)

Fonte: dados organizados pelo autor.

Em 1952, Ascânio Ilo Frediani³⁷ publicou na Revista do Museu Júlio de Castilho uma síntese sobre alguns levantamentos e prospecções, realizados em 1947, em sambaquis do município de Torres. Além de recolher materiais, o professor, junto com Ruy Ruschel, realizou uma descrição do ambiente onde havia a ocorrência dos sítios, buscando compreender as características de implantação nos Sambaquis na planície costeira da região, assim como sua relação com as escarpas do planalto e as áreas de vegetação. Sobre a nomenclatura dos sítios, o autor problematiza a utilização de termos dinamarqueses pelos pesquisadores,

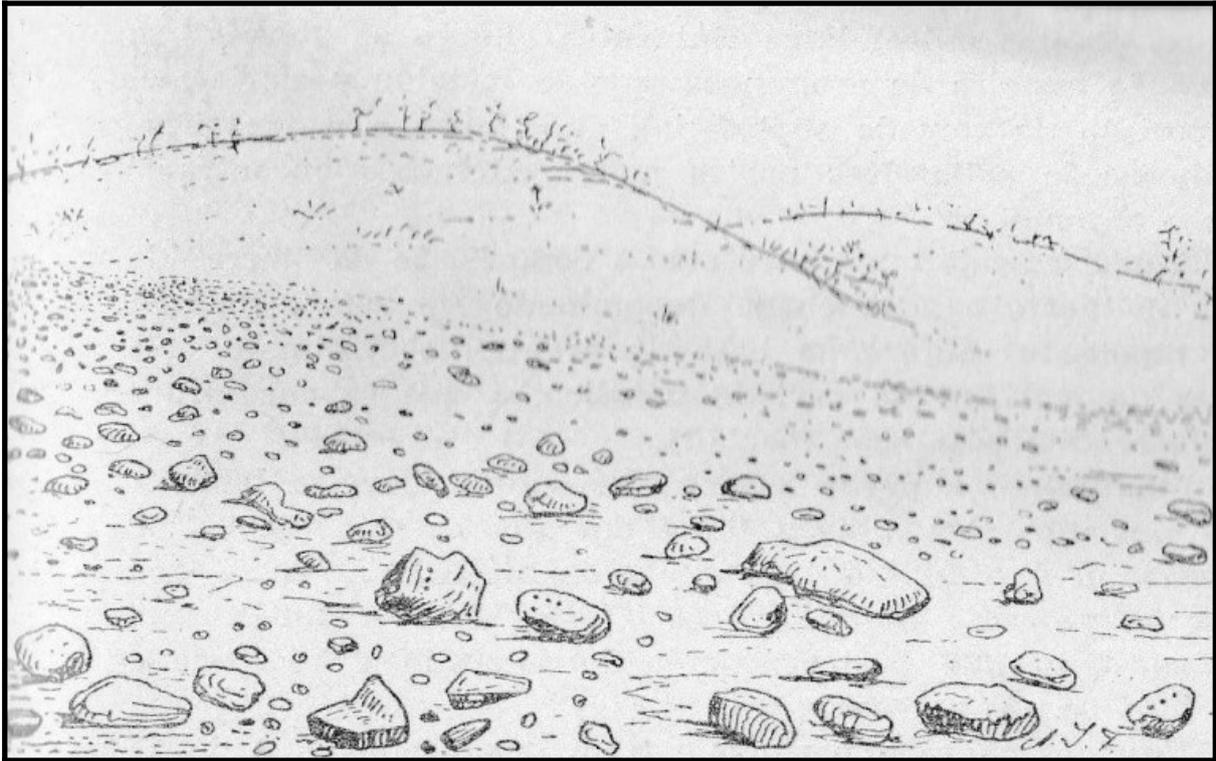
Quanto à designação dos depósitos artificiais, não será suficiente a denominação dinamarquesa de “KIOEKKENMOEDDINGS”, pois ela refere-se aos amontoados de restos de moluscos que serviriam de alimento ao homem primitivo, misturados com utensílios e objetos de cerâmica e arte lítica. O que aí se encontra equivale ao que se obteria escavando um terreno baldio moderno. (Frediani, 1952, p. 246).

Assim, segundo o pesquisador, os sítios analisados não seriam formados apenas por vestígios culturais e faunísticos provenientes da alimentação, pois, em muitas “jazidas, às vezes, os restos de alimentos formam a menor parte do material, enquanto o todo está constituído de elementos estranhos à cozinha”. (FREDIANI, 1952, p. 246). Sobre essa diferença, defende que “não raras vezes, após forte vento foram encontradas semi enterradas pelas areias verdadeiras coleções de cerâmica e artefatos líticos”, entretanto, esses espaços “não constituem um sambaqui por não serem montes de conchas”, mas também não seguiam a definição dinamarquesa, pois não apresentavam “restos de cozinha”. Essas áreas constituíam-se de um “precioso repositório arqueológico”, cujos objetos acabavam, na maioria das vezes, “recolhido por amadores” ou “destruído pelos ignorantes”. (Frediani, 1952, p. 247).

A partir dessa distinção, Frediani (1952) descreve o “kioekkenmoeddings” de Torres (Figura 26), sítio que estava localizado ao sudeste do município e continha grande quantidade de instrumentos líticos, associados com seixos rolados, pedras e conchas, grande parte encobertos por dunas.

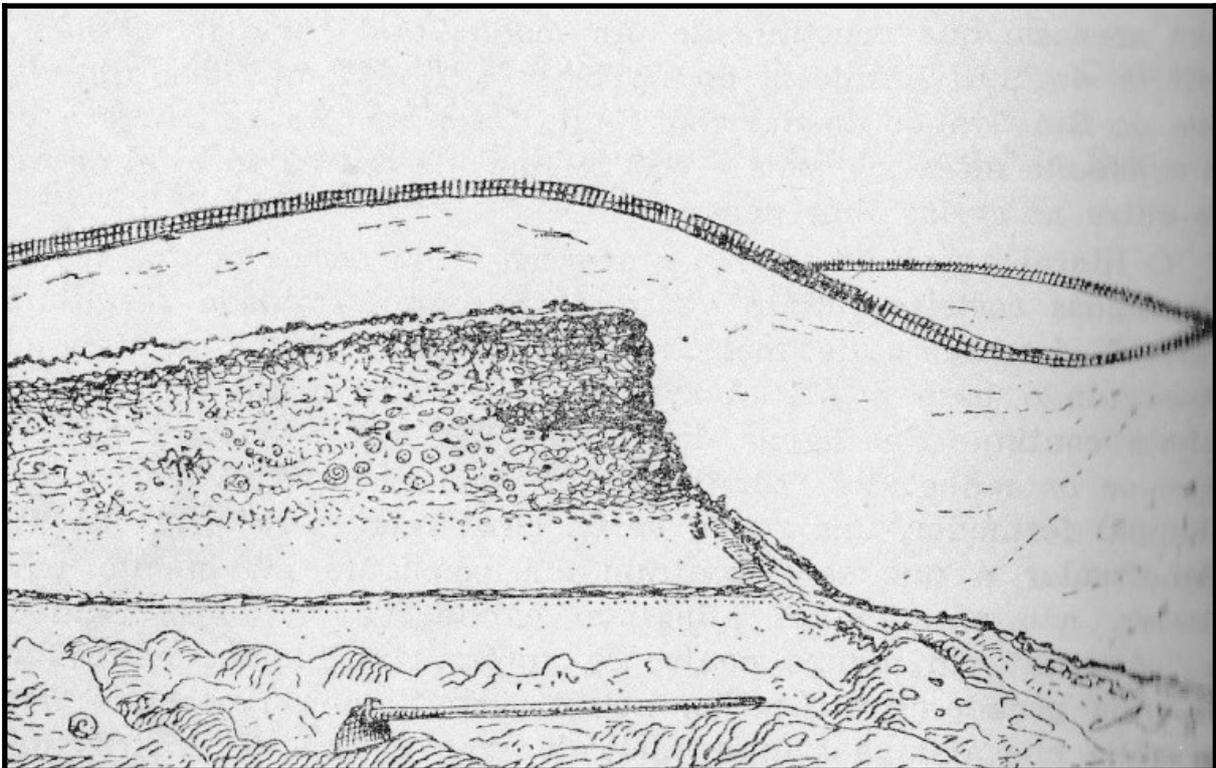
³⁷ Frediani, no período em que visitou os sítios, era funcionário do Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre.

Figura 26: “Kioekkenmoeddings” de Torres



Fonte: Frediani (1952).

Figura 27: Sambaqui do Mampituba



Fonte: Frediani (1952).

Conforme ele, esse sítio forneceu grande quantidade de artefatos para a formação de coleções arqueológicas particulares e, naquela época, se encontrava em risco de destruição, pois havia sido atingido pelo prolongamento de uma avenida municipal. Alguns sítios, como o Sambaqui do Mampituba (Figura 27), são considerados como uma formação de origem natural, representando a formação geológica costeira, sinalizando principalmente as transformações no nível do mar ocorridas na região.

O sambaqui do Mampituba, resulta de fenômeno natural, é precioso para a geologia, quando estudado de forma correlata com os outros menores e com os vestígios de deposição marinha existentes ao longo do litoral, formando juntos um plano de testemunhos, reveladores da regressão marinha que está se processando na nossa costa. (Frediani, 1952, p. 247).

Quando considerada a formação das camadas de conchas analisadas nos sítios e as características da base arenosa sobre a qual se assentam as mesmas, o pesquisador localiza o movimento de regressão marinha ocorreu no período do “pleistoceno e holoceno”, considerados recentes e que “identificam o terreno quaternário de todo o litoral rio-grandense”. (Frediani, 1952, p. 248).

Assim como Frediani (1952), entre as décadas de 1940 e 1960, Ruy Ruben Ruschel³⁸ percorreu o litoral norte do Estado, visitando muitos sítios arqueológicos, principalmente sambaquis, no entorno do município de Torres. A descrição e a análise desses levantamentos foram apresentadas pelo pesquisador no Seminário de Arqueologia para Amadores, ocorrido em 1966, na sede do Instituto Anchietao de Pesquisas, comunicação posteriormente publicada em 2003³⁹.

O pesquisador explica que suas observações estão limitadas às camadas superficiais das “jazidas, em razão de escrúpulo científico”, assim, “não os escavamos senão em diminutas porções” com o objetivo de evitar prejudicar uma “futura pesquisa mais assessorada”, pois ainda “temos esperança de que os sambaquis torrenses” sejam estudados por “equipes categorizadas, formadas por especialistas em setores diversos”. (Ruschel, 2003, p. 70). A designação de alguns estudiosos que estabeleceram contato com Ruschel (2003) e suas atividades arqueológicas demonstram a relevância que os estudos sobre os sambaquis alcançavam, principalmente, entre os geólogos,

Tivemos a satisfação de conduzir alguns estudiosos aos sambaquis que conhecíamos, abrindo novas oportunidades à pesquisa científica. Dentre outros, recordamos os geólogos Professores Paulo de Castro Nogueira, Carlos Jacinto Verney Gomes e Irajá Damiani Pinto, e os arqueólogos Miguel Gomez Bombin e Rolf Nussbaum (uruguaio). Em 1963 participamos dos preparativos de uma excursão de pesquisa sistemática que o Departamento de História da Faculdade de Filosofia de Caxias do Sul, sob a coordenação do professor Fernando La Salvia pretendia realizar em Torres. Infelizmente, a falta de recursos matou a iniciativa. (Ruschel, 2003, p. 70-71).

Essa preocupação em dialogar com dados provenientes de outros campos de estudos é uma constante nos estudos de Ruschel (2003), porque, segundo ele, “só assim as conclusões da Pré-história estarão emolduradas em retratos de mais ricas dimensões”. (Ruschel, 2003, p. 70). Suas análises são amparadas, principalmente, em informações topográficas, geomorfológicas e históricas da região. Assim, torna-se evidente em suas descrições a aproximação com outras disciplinas e seus autores.

Por exemplo, em termos topográficos, afirma que os “sambaquis aparecem em toda a extensão dessa planície”, entretanto, os levantamentos foram restringidos aos

³⁸ Ruschel graduou-se em História, Geografia e Direito e desempenhou as funções de professor, advogado, juiz e desembargador.

³⁹ Os resultados de Ruschel foram apenas publicados em 2003, no volume 27 da Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da Universidade de Santa Cruz do Sul.

“dois primeiros lances e ao trecho mais setentrional do último (até Arroio Seco)”, localizando-se na “faixa a que o Padre Balduino Rambo, em sua obra “A Fisionomia do Rio Grande do Sul”, chama de zona de ‘areias movediças’”, esses locais estão “ora mais chegados à ‘orla marítima’, ora ao ‘pé das dunas’”. Além disso, nessas áreas, “entre 500 e 800 metros do mar, jazem as estações lítico-cerâmicas” e, em direção ao interior, em meios às dunas, ocorrem apenas “achados esporádicos de peças arqueológicas”. (Ruschel, 2003, p. 72).

A aproximação com a geomorfologia é favorecida nas análises de Ruschel (2003), conforme ele, os geólogos informam que o “reco do mar no sul do Brasil se deve ao vagaroso levantamento do continente deste lado (isostasia positiva)”, todavia, essa “oscilação da costa combina-se com o ritmo respiratório do nível do mar em função das últimas glaciações (eustatismo)”. (Ruschel, 2003, p. 73). Decorrente dessa dinâmica, o estudioso questiona,

Teriam sido os sambaquis de Torres construídos então? Seria por isto que as jazidas estão hoje a mais de 500 metros do mar quando o razoável fora crer houvessem sido amontoados mais perto? Ou seriam depósitos eo-holocênicos, naturais, posteriormente ocupados pelo homem? (Ruschel, 2003, p. 74).

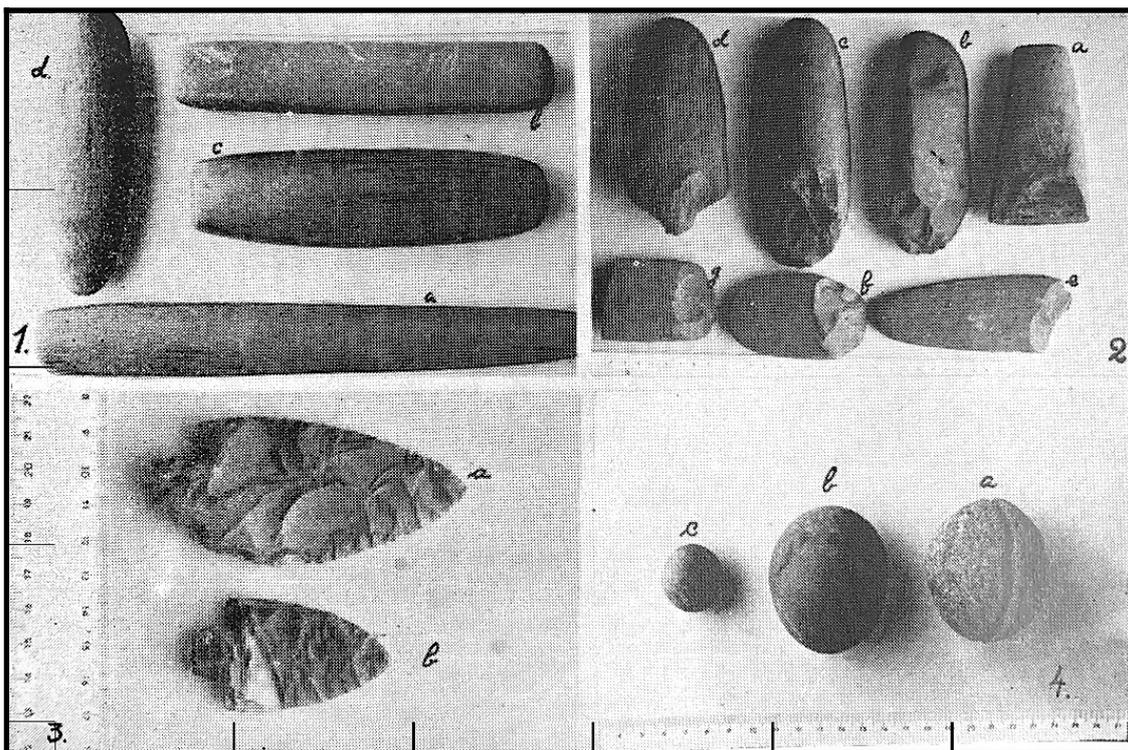
Apesar das questões, ele afirma que não se deve adotar conclusões precipitadas, pois “apenas pretendemos sustentar esta realidade, que o arqueólogo dos sambaquis deve associar-se ao geomorfólogo do litoral”. (RUSCHEL, 2003, p. 74). Outro ponto de destaque é o questionamento sobre objetos arqueológicos erroneamente atribuídos aos sambaquis. Conforme ele, no “interior do município, muito longe do cordão arenoso”, se encontram objetos, mas esses “parecem não pertencer a mesma cultura e não estão associados a qualquer sambaqui”; apesar disso, muitos desses artefatos entraram “para os museus ou para a literatura especializada com o rótulo sambaquiano, equivocadamente”. (Ruschel, 2003, p. 72-73).

Sobre os locais que receberam o endosso dos objetos recuperados durante as atividades de levantamento e prospecção desenvolvidas, Ruschel (2003) afirma que o material que “deve ter avultado a milhares de peças”, foi distribuído a diferentes instituições e pessoas interessadas no tema,

Assim, ossos de quatro esqueletos humanos acham-se no Museu Paranaense, aos cuidados do Professor Oldemar Blasis, para onde foram encaminhados em 1961 por intermédio do diretor do Instituto de Ciências Naturais da URGs, Professor Francisco Salzano; outro esqueleto foi recolhido por equipe da Escola de Geologia da URGs, chefiada pelo diretor Irajá Damiani Pinto; inúmeros exemplares líticos, cerâmicos, ósseos e outros foram sendo entregues ao Museu Júlio de Castilhos, ao Museu Antropológico Doutor Pestana (da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí), ao acervo do Departamento de História da Faculdade de Filosofia de São Leopoldo, e a alguns museus escolares. (Ruschel, 2003, p. 71).

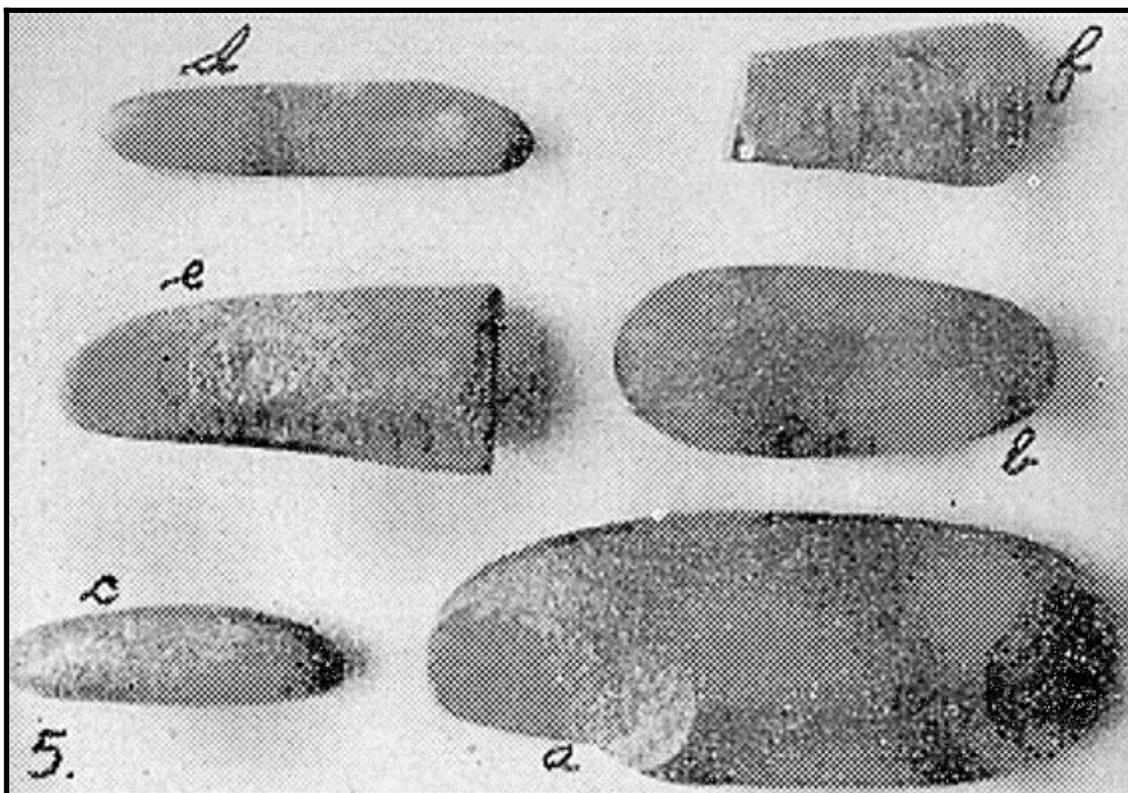
A publicação do texto “Um paradeiro Guarani do Alto-Uruguaí”, por Pedro Ignácio Schmitz (1957), representou uma ruptura teórica e metodológica na arqueologia rio-grandense. O sítio descrito pelo trabalho foi visitado pelo autor em janeiro de 1957 e localiza-se na margem catarinense do Rio Uruguaí, no município de Itapiranga. Nesse “paradeiro”, foram encontrados materiais cerâmicos e líticos, sendo esses últimos, essencialmente, mãos de pilão, machados, pontas e bolas (Figura 28 a Figura 30).

Figura 28: Machados, mãos de pilão, pontas e bolas

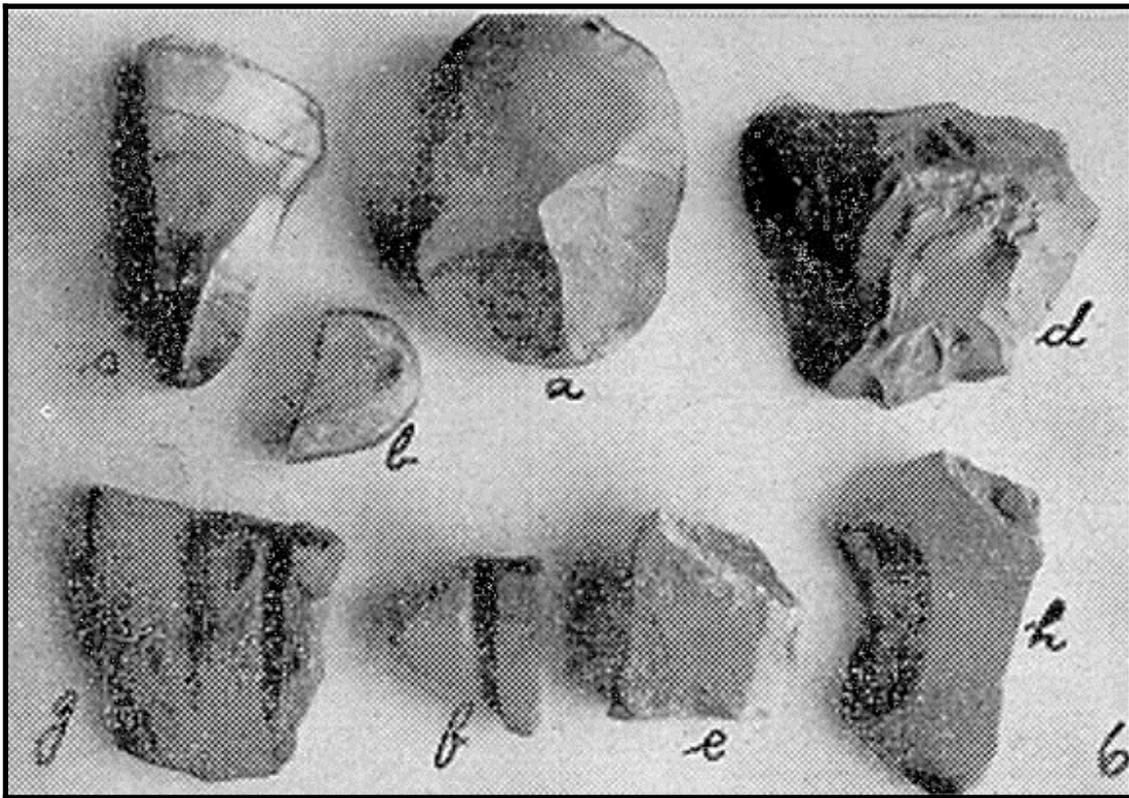


Fonte: Schmitz (1957).

Figura 29: Alisadores de cerâmica, percussores ou raspadores.



Fonte: Schmitz (1957).

Figura 30: Percussor, fragmentos de machado, núcleos e pedras com sulcos

Fonte: Schmitz (1957).

O primeiro contraste, em relação aos trabalhos anteriormente publicados, é a proposta de diferenciação entre as pesquisas que buscavam apenas informações e objetos aleatórios no contexto arqueológico. Ao contrário disso, o trabalho buscou compreender o sítio estudado através da ótica de um assentamento, buscando identificar espaços destinados às atividades cotidianas do grupo indígena.

Segundo Schmitz (1957), esses locais são demarcados pelas “manchas negras”, que podem ser visíveis à grande distância e existem em toda a “extensão do território nacional”, indicando os “paradeiros dos índios”. Essas manchas são formadas pelo carvão e pelas cinzas provenientes das fogueiras que eram “acesas dentro da maloca que de noite ardiam debaixo da rede, para fins vários, misturam-se com o solo e lhe imprimem esta cor escura indelével”. (Schmitz, 1957, p. 124).

A distribuição dos objetos pelo sítio também é relacionada aos espaços de ocupação do assentamento, pois “muitos objetos são encontrados nos arredores da aldeia” ou até a “centenas de metros de distância, perdidos na caça ou na agricultura”. Os materiais que permanecem dentro das habitações tratam-se, principalmente, de “instrumentos inacabados” ou de outros que “servem para o seu fabrico”, assim como a cerâmica que ficava “toda concentrada na aldeia”. (Schmitz, 1957, p. 126).

A segunda renovação é derivada também por essa busca pela caracterização dos assentamentos arqueológicos, que se diferencia dos trabalhos produzidos pelos ditos pesquisadores e colecionadores de museus. De acordo com Schmitz (1957), a preservação dos vestígios e a possibilidade de um estudo mais aprofundado dos locais do sítio devem-se ao fato de que “o material ainda se encontra todo no primitivo lugar”, pois se constituem, principalmente, de “objetos inacabados ou rudimentares”, artigos julgados como “desinteressantes para o simples colecionador de curiosidades de museu”.

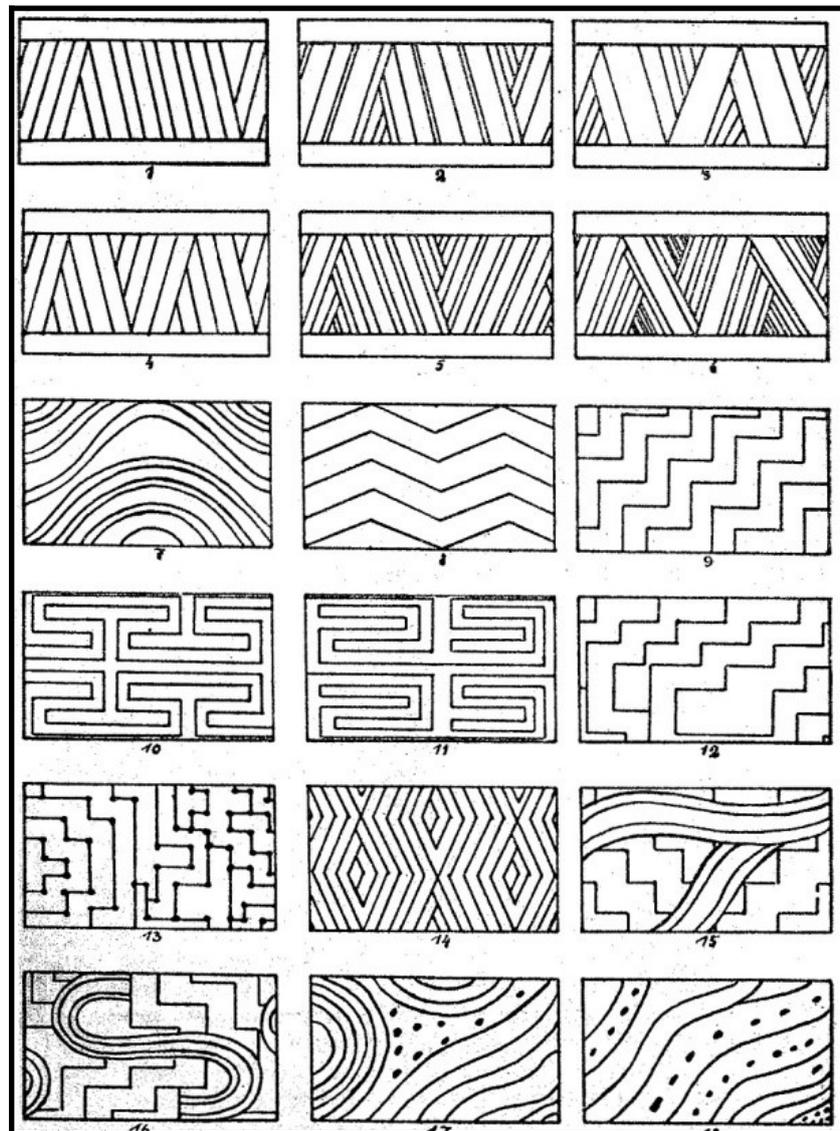
Apesar de pouco cobiçados pelos simples colecionadores, esses artefatos podem revelar a “técnica de fabrico”, tornando-se interessantes ao pesquisador. (Schmitz, 1957, p. 123).

Outro ponto interessante do trabalho de Schmitz (1957) é a proposta de uma análise cerâmica de maior minúcia em relação aos trabalhos passados. Apesar de lamentar que o “material cerâmico, se excluirmos os quatro objetos inteiros, conste apenas de fragmentos” e de compreender que a “reconstituição exige tempo, paciência e conhecimento”, afirma que a análise de fragmentos pode proporcionar “numerosas informações quanto ao tamanho, técnica, uso e ornamentação” desses objetos. (Schmitz, 1957, p. 131).

A partir dessa possibilidade, os artefatos cerâmicos averiguados (Figura 31 a Figura 34) são divididos, segundo suas características de ornamentação, em três tipos, a cerâmica “lisa, sem ornato algum a não ser a saliência do rebordo superior”, a cerâmica com “ornamentos plásticos produzidos por meio de incisão de espátula, impressão de dedo ou da unha” e a cerâmica “pintada com variados motivos”. (SCHMITZ, 1957, p. 133). Entre os fragmentos há predomínio do acabamento plástico, principalmente o “unguicular, de impressão digital, incisada por espátula” sobre a cerâmica “pintada e a lisa, sem ornato”. (Schmitz, 1957, p. 126). Já no acabamento pintado,

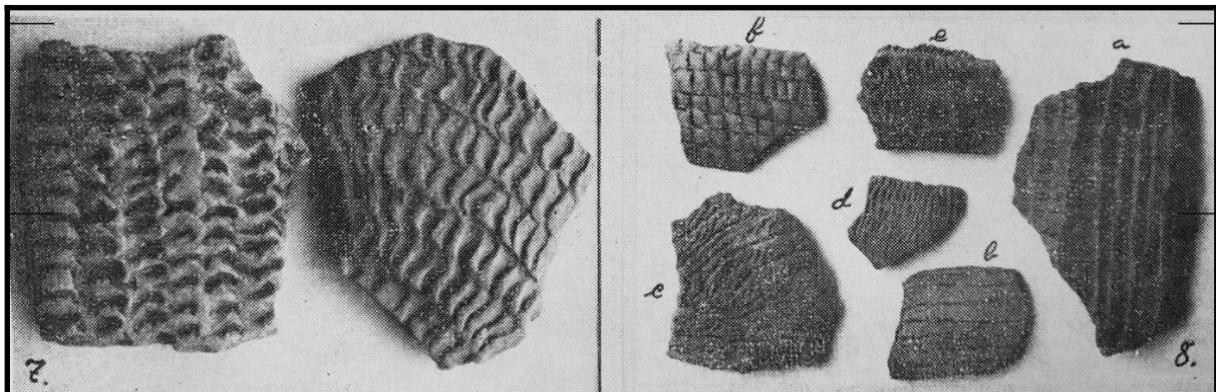
As tintas empregadas para a pintura da cerâmica manifestam pequenos matizes. O vermelho dos objetos monocores costuma ser carregado e bruto, nos modelos mais perfeitos aparece ora em vermelho claro, ora escuro, ou róseo. As mesmas cambiantes oferece o branco que oscila até o cinzento-escuro e o preto que desce até marrom e pardo. (SCHMITZ, 1957, p. 128). A origem dos pigmentos utilizados na pintura também é problematizada pelo pesquisador, assim, a cor branca seria produzida a partir de “conchas calcinadas ou aproveitando o caulim” – o pigmento vermelho era “extraído do cerne de uma árvore leguminosa da família do pau-brasil”, e a cor preta era obtida com “facilidade moendo carvão”. Para fixação desses pigmentos, utilizava-se “graxa animal ou resinas” que tornavam as tintas “resistentes ao tempo e os objetos, mesmo expostos durante longos anos à chuva e demais intempéries, conservam as cores bastante estáveis”. (Schmitz, 1957, p. 128-139).

Figura 31: Motivos ornamentais da cerâmica Guarani.

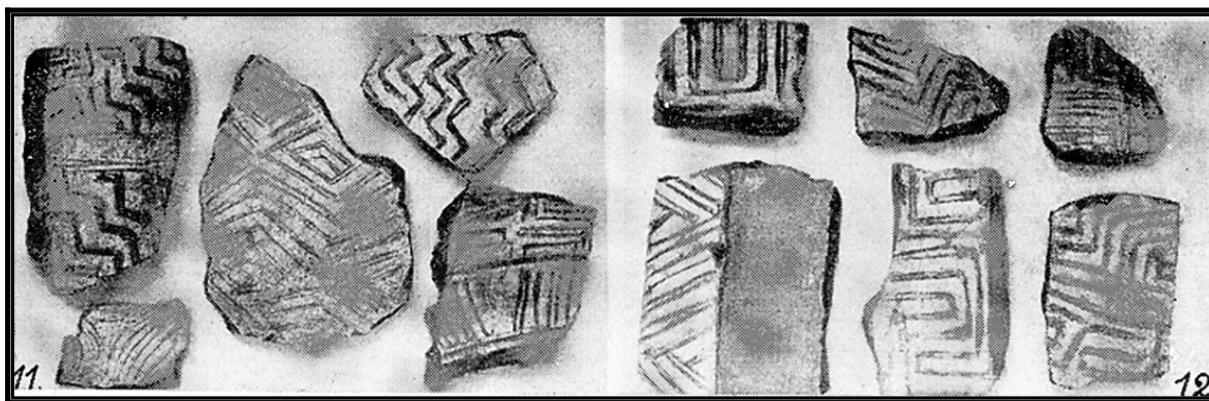


Fonte: Schmitz (1957).

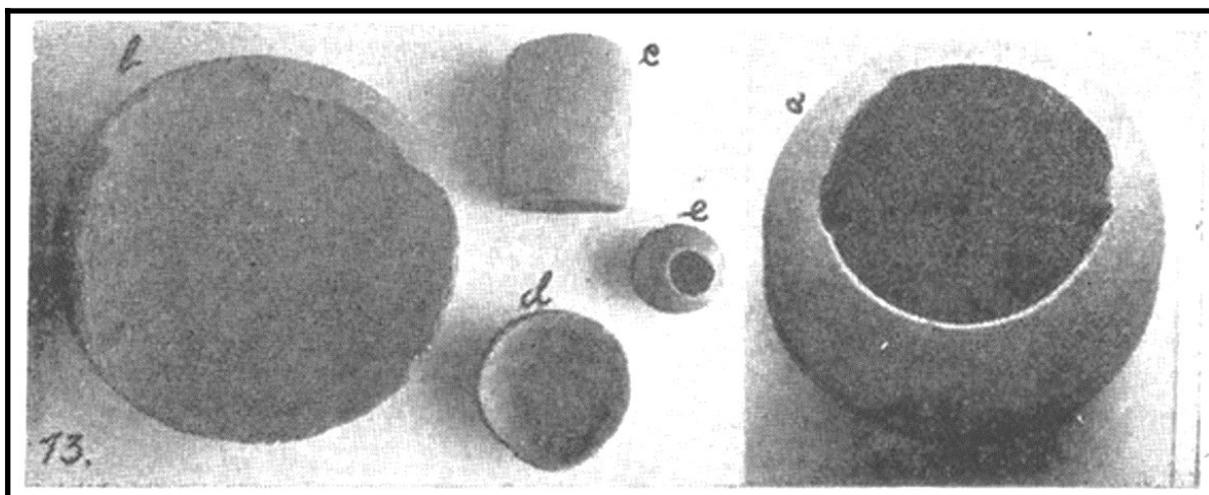
Figura 32: Fragmentos cerâmicos com ornamentação plástica.



Fonte: Schmitz (1957).

Figura 33: Fragmentos cerâmicos com ornamentação pintada.

Fonte: Schmitz (1957).

Figura 34: Peças cerâmicas dos arredores do “paradeiro” e apito de barro.

Fonte: Schmitz (1957).

Além dos objetos cerâmicos atribuídos às características tradicionais da produção indígena, Schmitz (1957) destaca a existência de dois artefatos diferenciados, produzidos no período inicial da colonização europeia da região. Assim,

Os dois objetos restantes sugerem imitações posteriores, híbridas, fabricadas pelos índios, conforme modelos brancos. Afirmam os descobridores tê-los escavado da terra em região de mata-virgem. Também poderiam ser falsificações. Constam de um pires primitivo e de uma imitação grosseira de xícara ou caneca sem alça. (SCHMITZ, 1957, p. 138).

Em “Paradeiros Guaranis Em Osório (Rio Grande do Sul)”, um texto publicado no ano posterior, Schmitz (1958) estuda diversos sambaquis do litoral norte gaúcho, para ele,

Os sambaquis que visitamos são os seguintes: os do Capão das Cabras, ao sul de Tramandaí, a uns dois quilômetros do litoral; dez núcleos sambaquianos no Arroio do Sal, nos fundos dos balneários de Lagoa do Camboim a 500 metros do litoral. Os núcleos estão espalhados num diâmetro de um pouco mais de um quilômetro. Roquette Pinto contou 16 semelhantes núcleos, mas não os visitamos todos. — Um sambaqui nos fundos do balneário Primavera aproximadamente um quilômetro do litoral. — Três sambaquis em Torres, um na entrada da cidade, para quem vem pela praia, outro na encosta do segundo morro e os restos do terceiro

próximo à barca do Mampituba. O material encontrado em todos eles é idêntico. (Schmitz, 1958, p. 118).

O levantamento e a localização dos sítios foram realizados a partir de uma revisão dos trabalhos anteriores, principalmente, de Bischoff (1928), Koseritz (1884) e Roquette Pinto (1962). Conforme Schmitz (1958), os dados apontados, ao final do século XIX por Theodor Bischoff (1928), já indicavam uma nítida distinção entre os “paradeiros, situados geralmente mais para o interior” e os “sambaquis, mais próximos ao litoral”. Além disso, Bischoff detinha a “opinião que eram três os grupos indígenas responsáveis pelos restos arqueológicos: os sambaquianos, os índios campeiros e os do mato”, sendo os primeiros considerados os “mais atrasados e os últimos os de maior cultura”.

Apesar das conclusões de Bischoff (1928), Schmitz (1958) infere que a ocupação dos sítios está restrita a “dois os grupos indígenas: os sambaquianos e os guaranis”. (SCHMITZ, 1958, p. 113). De modo paralelo, o artigo de Koseritz (1884) trouxe, segundo o pesquisador, poucos dados novos, e a exploração de Roquette Pinto (1962), que esteve na região em 1906, apenas ocorreu em sambaquis, não mencionando nenhum “paradeiro”. Anteriormente, os sítios foram apenas visitados pelo também padre Balduino Rambo,

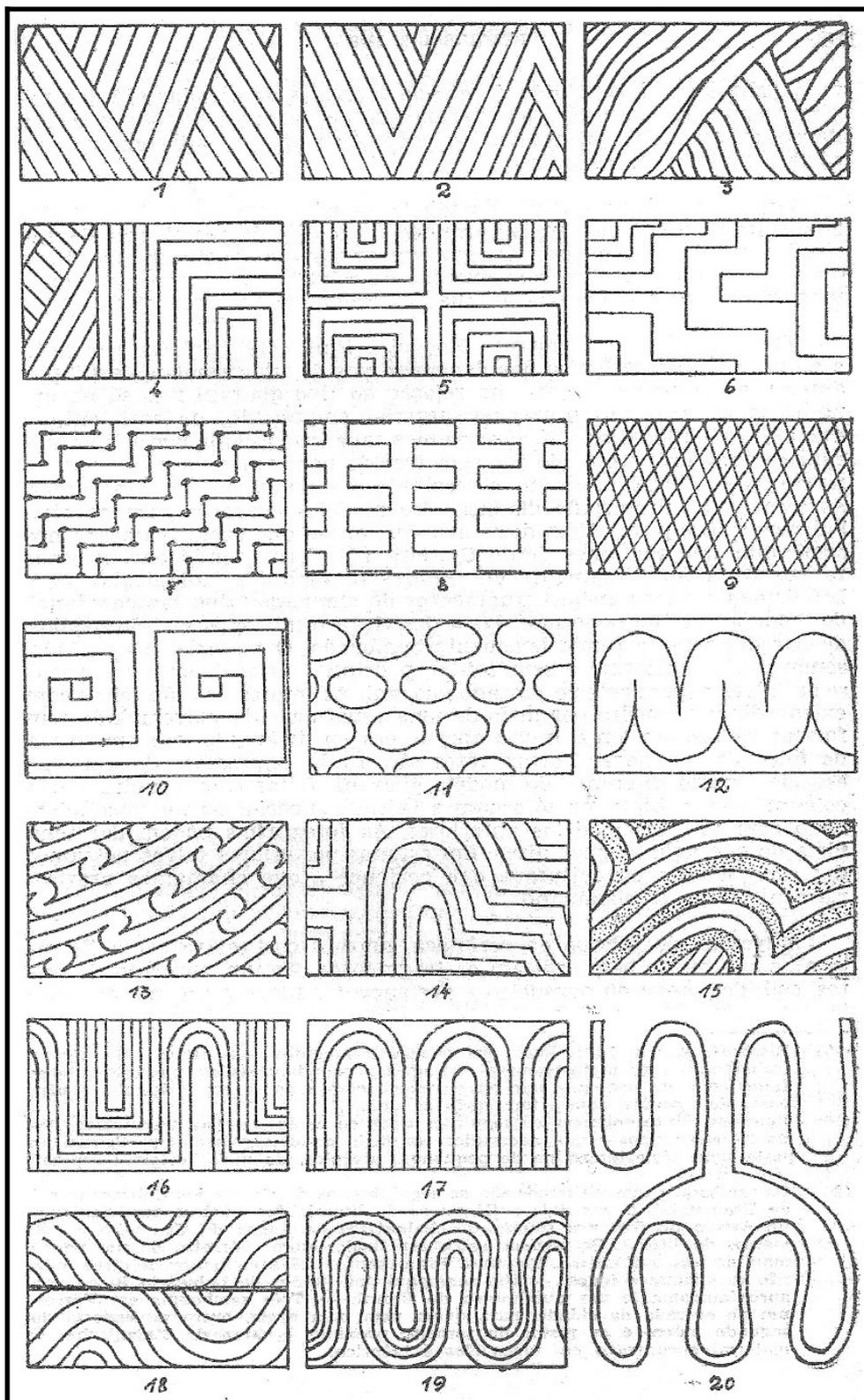
De todos os estudiosos, que visitaram a região em apreço, nenhum esteve, ao que saibamos, nos paradeiros aqui estudados, com exceção do P. Balduino Rambo, lente de etnografia da Universidade do Rio Grande do Sul, que juntou no museu do Colégio Anchieta, em Porto Alegre, pequena coleção de fragmentos de cerâmica, sem entretanto nada publicar a este respeito. (Schmitz, 1958, p. 114).

O texto de Schmitz (1958) enfatiza a importância da estratigrafia e destaca a dificuldade de visualizá-la no contexto litorâneo. Segundo ele, nos sítios “não é possível um trabalho de estratigrafia, nem de localização de casas, estacadas, cemitério etc.” devido ao fato de que os materiais se encontram “à flor da terra por causa da ação niveladora do vento, que arrastou os materiais mais leves e acumulou os mais pesados”. (Schmitz, 1958, p. 114-115). Essa é uma dificuldade recorrente nos sítios estudados, tornando-se um obstáculo para o estudioso que,

Deseja separar exatamente as culturas de um e de outro grupo, visto como pela ação do vento elementos culturais antes superpostos em camadas distintas, atualmente se encontram um ao lado do outro, explicando o surgimento de opiniões tão divergentes sobre as culturas do litoral sul-riograndense e o fato de ainda não se conhecerem até agora nem mesmo os elementos fundamentais dos sambaquis da região. (Schmitz, 1958, p. 115).

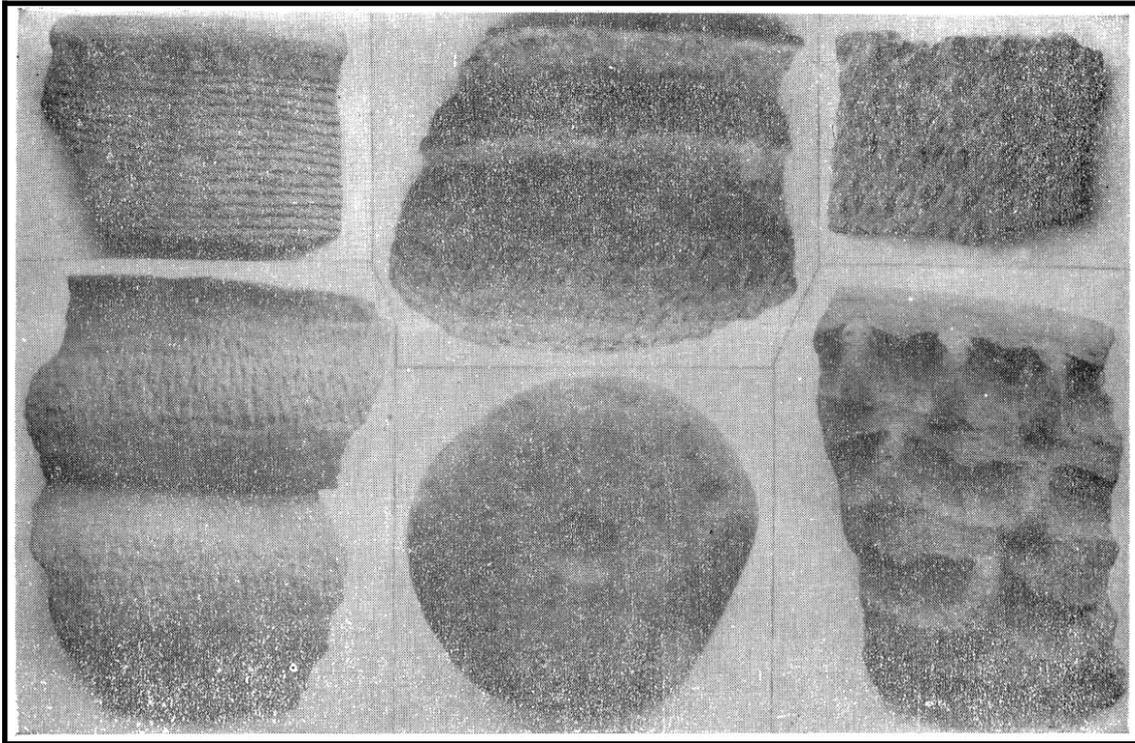
Em relação ao material cerâmico, o trabalho identifica a existência de um tipo cerâmico diferente dos fragmentos conhecidos na região. Segundo o pesquisador, os materiais cerâmicos encontrados representam dois tipos dessemelhantes, um com características “manifestamente guarani” (Figura 35) e outro que ocorre pela primeira vez “sem jamais o termos visto estampado ou recolhido a algum dos museus que conhecemos”, apesar de pesquisadores já terem mencionado sua existência em outros trabalhos. (Schmitz, 1958, p. 115). Segundo Schmitz (1958), Bischoff e Roquette Pinto já “tinham chamado a atenção para a cerâmica” que denominamos agora do “tipo sambaquiano”, devido ao fato de ela “apresentar grande diferença em relação ao tipo guarani”, essa diferença (Figura 36 e Figura 37) estava ligada a sua ornamentação, seu formato, os materiais utilizados na produção, no cozimento das peças, enfim, em “todo o estilo”. (Schmitz, 1958, p. 118).

Figura 35: Ornamentação da cerâmica Guarani.



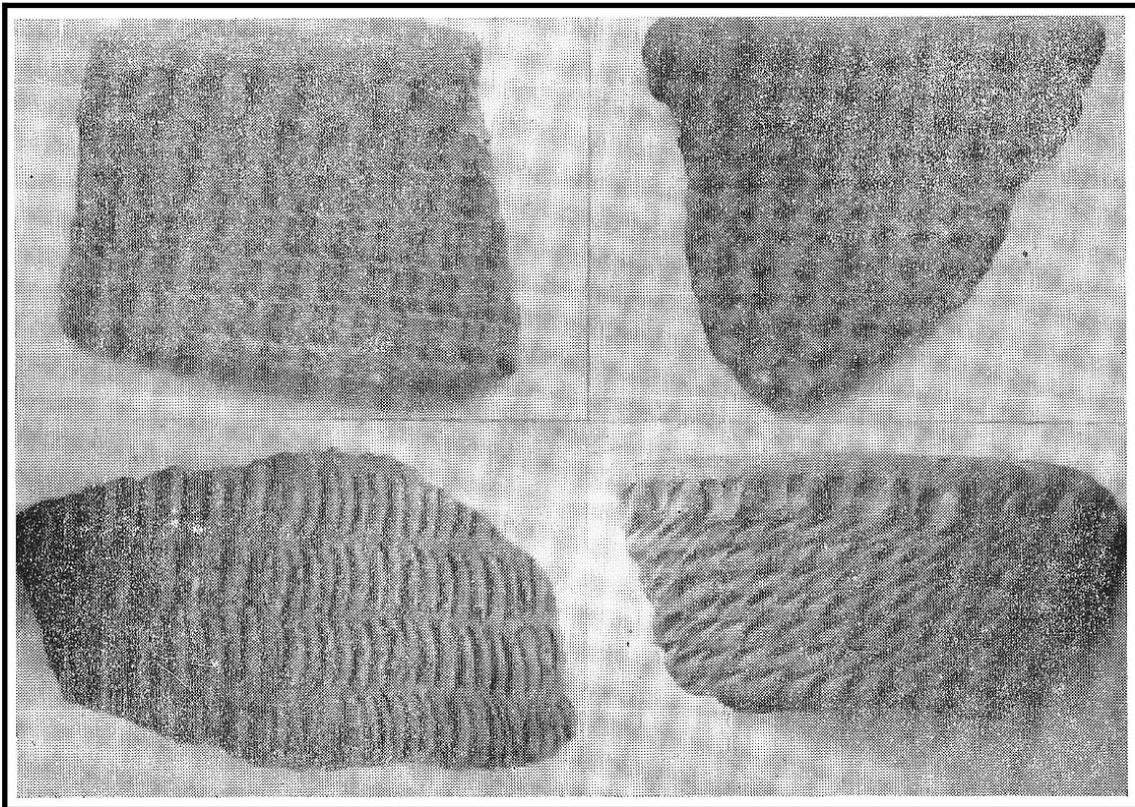
Fonte: Schmitz (1958).

Figura 36: Cerâmica Guarani e do “tipo sambaquiano” e pedra de fiar.

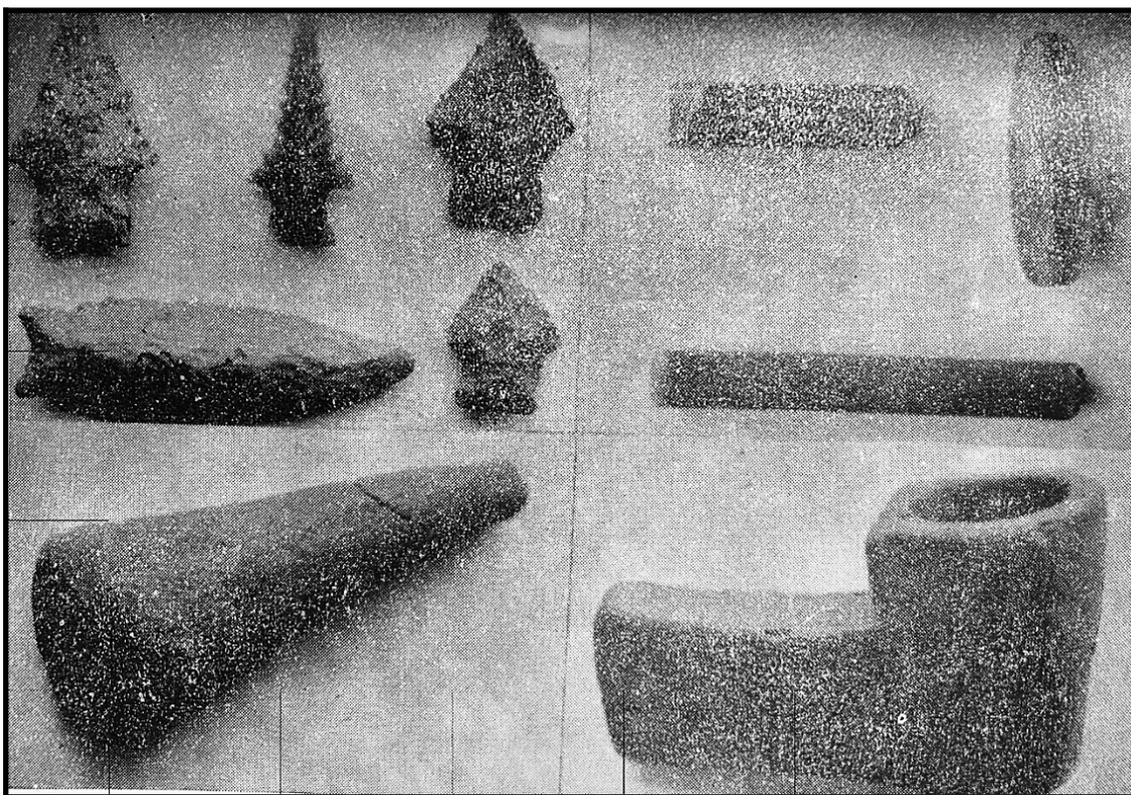


Fonte: Schmitz (1958).

Figura 37: Cerâmica do “tipo sambaquiano”.



Fonte: Schmitz (1958).

Figura 38: Pontas, contas de vidro e cachimbos.

Fonte: Schmitz (1958).

Em decorrência da significativa presença dessa cerâmica nos sítios de Sambaqui e pelo fato de que ela ocorre “quase que exclusivamente nos sambaquis que visitamos desde Cidreira até Torres” (SCHMITZ, 1958, p. 118), a principal hipótese explicativa para essa diferença é a presença de uma influência cultural sambaquiana na confecção da cerâmica. Assim,

Suspeitamos, pois, com razão, alguma influência sambaquiana e, de fato, ao examinarmos cuidadosamente aquelas jazidas encontramos, quase com exclusividade, embora em pequeno número. Também nos parapeiros o “tipo sambaquiano”, como o chamaremos provisoriamente e sem pretensão de classificação científica, aparece em fragmentos isolados e raríssimos ao lado do grande acúmulo de material tipicamente guarani. (Schmitz, 1958, p. 115).

De acordo com o autor, em relação ao “tipo sambaquiano” nos sítios guaranis, verifica-se de modo isolado, a possibilidade de ter “sido trazido por comércio, por contaminação ou aculturação”. Outra hipótese é que o artefato possa ter sido “recolhido dos sambaquis já desabitados” pelos grupos guarani. (Schmitz, 1958, p. 118).

De modo geral, devido à existência unicamente de fragmentos cerâmicos, os recipientes do “tipo sambaquiano” são descritos como vasos de tamanho médio, com paredes retas e o fundo levemente “bombeado”. O material de confecção é cuidadosamente escolhido, pois é “muito uniforme” e não contém “pedrinhas”, já o cozimento “compara-se ou talvez supere ao tipo pintado guarani”. (Schmitz, 1958, p. 118). A ornamentação ocorre através de impressões produzidas com “extraordinário esmero por meio de uma espátula”, cuja extremidade possui diferentes formas, sendo “ora em S muito aberto, ora em triângulo, ora em forma de foice da lua nova”. Existem ainda impressões de um “tipo especial, muito diferente do modelo guarani”, produzidas

com a “unha” que cobrem tanto o objeto todo quanto apenas “ornam a beirada superior” do vaso. (Schmitz, 1958, p. 118).

Por sua vez, a cerâmica Guarani foi considerada semelhante aos artefatos presentes em “grande quantidade no Museu Júlio de Castilhos de Porto Alegre”, na coleção da “Faculdade de Filosofia de Cristo Rei, em São Leopoldo”, ou ainda em outros trabalhos. (Schmitz, 1958, p. 115).

Em relação ao material lítico, Schmitz (1958) o considera de uma “pobreza extraordinária” quando comparado com o de outras regiões com cultura guarani ou ainda quando “confrontado com a cerâmica deste mesmo lugar”. Entre o material (Figura 38), podem-se distinguir, segundo as formas apresentadas, “vários tipos”, como a “ponta de flecha curta e larga de farpas acentuadas”, ou a ponta “longa, de lâmina estreita em que as farpas quase desaparecem”. (Schmitz, 1958, p. 119).

Na segunda parte do artigo, o pesquisador busca construir um panorama sobre a “família guarani” que habitou os paradeiros. Para isso, utiliza relatos históricos, principalmente de Jerônimo Rodrigues e Rui Diaz de Guzmán, que inferem as ocupações indígenas na região do litoral gaúcho. A partir do cruzamento das informações relacionadas pelos antigos cronistas, Schmitz (1958) conclui que o território desse grupo guarani englobaria as “margens da Lagoa dos Patos” e talvez “parte do curso do Jacuí”. Já seu limite extremo setentrional ocorreria no “escoadouro das lagoas costeiras ou barra do Tramandaí”. Em direção ao sul, esses grupos guaranis “confinavam com os charruas” e, no sentido do interior, com outros “grupos não-guaranis”. (Schmitz, 1958, p. 125-126).

Com as pesquisas realizadas por Schmitz, em 1957 e 1958, juntamente com outros autores que vimos mais acima, aparentemente encerra-se um ciclo à medida que outro começa a se esboçar: o momento em que a arqueologia, no Rio Grande do Sul (e no Brasil) assume contornos científicos mais rígidos, com treinamentos formais realizados, em grande medida, por arqueólogos estrangeiros (franceses e norte-americanos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, o cenário arqueológico gaúcho começava sua consolidação. Nele as primeiras pesquisas buscaram compreender e interpretar a diversidade da cultura material através das preocupações de sua época. Esses primeiros trabalhos, quando percebidos em conjunto, constituem-se de uma lente sobre as problemáticas de pesquisa enfrentadas por esses primeiros arqueólogos.

No contexto rio-grandense, por sua vez, as apreciações desses estudiosos das interpretações produzidas a respeito das interrogações sobre o passado pré-histórico aproximam-se às características do desenvolvimento da disciplina arqueológica no âmbito europeu. Coloca-se como exemplo dessa afinidade a tentativa de Ambrosio Schupp (1903a) de vincular os dogmas religiosos cristãos às conclusões obtidas pelas investigações etnológicas, principalmente sobre a origem da espécie humana, remetendo à antiga ruptura de paradigmas interpretativos provocada pelo movimento da Ilustração. Outro ponto que extrapola a esfera estadual é a presença de inferências e comunicações entre os pesquisadores, principalmente, do Museu Nacional e do Museu Paulista.

Quando analisadas em conjunto, essas primeiras publicações foram compostas, em especial, por quatro perfis de pesquisadores: estrangeiros de origem alemã, como Carlos

von Koseritz, exploradores nacionais, como Edgar Roquette-Pinto, padres jesuítas, como Ambrósio Schupp e entusiastas da causa arqueológica, como João Paldaoff.

As primeiras atividades de pesquisa sobre a pré-história gaúcha foram permeadas pela atuação de autores alemães, residentes ou não no estado. As informações compiladas pelos trabalhos revelaram um horizonte ampliado sobre os grupos sociais que se interessavam em buscar preservar artefatos ou obter maiores informações sobre o passado. Sobre esse momento, acentua-se o significativo reconhecimento e atuação, por exemplo, de Koseritz no cenário cultural e político estadual, cujo desempenho permitiu a realização, em 1881, da Exposição Antropológica, vinculada à “Exposição Brasileira-Allema”, evento que reuniu uma respeitável coleção arqueológica. Ocorreu também a aproximação do ensejo de reunir e formar uma nova coleção arqueológica por deliberação do Parthenon Literário (1868), identificado como uma referência importante para o avanço da literatura no estado.

Além do contato com instituições nacionais, principalmente com os grandes museus e indivíduos como Ladislau Netto, houve uma ligação com instituições alemãs. Foi exemplo disso o contato com o etnólogo Adolf Bastian, considerado um dos precursores da antropologia na Alemanha, que demonstrou a familiaridade entre as pesquisas iniciais no Estado com renomadas instituições estrangeiras, em particular, as alemãs.

Com relação a termos mais específicos sobre os dados arqueológicos, destacaram-se os anseios da formação e manutenção de coleções, as tentativas de interpretar e localizar os vestígios utilizando as classificações vigentes na época, principalmente, as concepções de período da pedra lascada, polida e idade do ferro. Sobre os objetos com características artísticas mais desenvolvidas, foram considerados originários de outras regiões, principalmente de outras regiões americanas, consideradas mais culturalmente desenvolvidas. Outro tipo de objeto que chama atenção desses pesquisadores são as contas de vidro, encontradas em diferentes regiões do estado. Sobre a origem se desenvolvem muitas discussões, alguns defendendo serem um produto fenício e outros como veneziano.

Em torno dos Sambaquis, a problemática principal decorre sobre os elementos formadores da estrutura, utilizando, muitas vezes, de dados comparativos com sítios de regiões da Dinamarca e informações sobre os componentes faunísticos que compunham essa estrutura. Outro tópico recorrente nos trabalhos são os avançados processos, naturais ou não, de destruição dos Sambaquis na região litorânea e o alerta para a futura destruição total desses sítios. Por fim, apresentava-se uma diferenciação entre os grupos indígenas, reconhecidos como os produtores dos objetos. Assim, no período, era recorrente a aceitação da existência de grupos adaptados às regiões florestadas, às áreas de campo e ao meio costeiro.

Posteriormente, o trabalho de Edgar Roquette-Pinto, outro personagem reconhecido em outros cenários nacionais, marcou um movimento nos objetivos dos trabalhos realizados, pois sua “expedição ao sul” foi assinalada por uma tentativa de reconhecer também o potencial da região. Além de destacar a quase completa destruição dos sítios, em especial dos visitados anteriormente por Koseritz, ele problematiza o abandono econômico da região e a necessidade de buscar soluções talvez possíveis de serem encontradas na exploração dos ambientes marinhos e fluviais, abundantes de recursos ictiológicos.

Ainda nesse primeiro momento da trajetória arqueológica, foram também notórios alguns trabalhos concebidos por religiosos da Companhia de Jesus, reforçando a posição da instituição em relação ao desenvolvimento de várias áreas acadêmicas no estado. Nos trabalhos analisados, ficou evidente a utilização de alguns princípios estratigráficos

sobre camadas geológicas para interpretação das associações culturais e cronologia dos vestígios e a discussão sobre a funcionalidade dos artefatos cerâmicos, principalmente em relação ao seu formato de base arredondada. As diferenças culturais entre os indígenas rio-grandenses e os povos considerados por outros pesquisadores mais desenvolvidos, assim como sua manutenção na “idade da pedra”, eram explicadas devido à ausência de cereais e de animais domesticados na região e não pela exclusiva atribuição à baixa intelectualidade de alguns grupos, proposta por alguns naturalistas. Assim, segundo as ideias defendidas, estaria se buscando romper com uma análise unicamente evolucionista sobre as diferenças entre os grupos humanos e apoiando-se em uma conciliação entre a fé cristã e a ciência etnológica.

Existiu outro grupo de pesquisadores, que atuaram principalmente na reunião de artefatos dispersos nas regiões interioranas do estado, com objetivo de reconstruir o cenário das antigas coleções, colapsado pelo grande incêndio da “Exposição Brasileira-Allema”. Nesses ensaios, os colecionadores buscaram, essencialmente, localizar os objetos recuperados no tempo e no espaço regional, classificando esses em amostras materiais pertinentes ao período paleolítico e neolítico, buscando atribuir uma identidade étnica aos artefatos. Essa aproximação cultural ocorreu, em especial, com comparações do uso cotidiano dos materiais pelas populações indígenas existentes naquela época. Outro ponto importante dessa retomada das antigas coleções foi a valorização dos grupos imigrantes, de origem italiana e alemã, no processo de preservação da cultura material presente e disperso no interior rio-grandense.

Em outra frente de batalha, agora mais próxima da concepção historiográfica, o panorama apresentado pelas publicações arqueológicas do IHGRGS revelou uma considerável diversidade temática. Inicialmente, os autores buscaram justificar a presença das questões arqueológicas no interior de uma revista voltada para os estudos históricos. Assim, nesse momento, argumentaram sobre a necessidade da construção da “verdade histórica”, passível de ser alcançada apenas com auxílio de disciplinas, como a arqueologia.

No transcorrer do tempo, as temáticas se refinaram; sucederam-se tanto explanações sobre as possibilidades do surgimento e ocupação humana sobre a terra quanto interpretações sobre os modos de vida e a funcionalidade dos artefatos para as populações indígenas que os produziam. Os estudos congregam uma diversidade de posições, algumas mais voltadas ao âmbito religioso e outras ao acadêmico, contudo, todos os artigos buscam construir sua argumentação através da associação e comparação com outros trabalhos, principalmente de autores estrangeiros. Essa busca por referências mostrou-se a principal estratégia de validação para os resultados alcançados e a possibilidade de aceitação das publicações arqueológicas pela Revista que almejava a construção científica da História.

Posteriormente, após a década de 1940 ocorreu uma diminuição da presença de trabalhos arqueológicos na Revista do IHGRGS. As únicas pesquisas publicadas passaram a assumir uma posição mais sucinta e objetiva, divulgando dados de estudos mais específicos sobre, por exemplo, composições químicas de cerâmicas arqueológicas, no que hoje chamaríamos de “estudos arqueométricos”. Paralelamente, esse período é marcado pela interrupção, em 1950, da publicação do periódico.

Depois desses primeiros movimentos, pertinentes à primeira metade do século XX e contemplados nos capítulos dois e três, as publicações arqueológicas passaram a ser diminutas. Todavia, os poucos textos publicados buscaram construir sínteses e revisões sobre as antigas pesquisas. Além disso, mostrou-se evidente nesses trabalhos sobre quais problemas a disciplina ainda precisava apontar soluções, dúvidas que seriam

buscadas, mais tarde, pelas atividades do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA).

As investigações, produzidas nessa época, quando percebidas em conjunto, transparecem uma crescente preocupação em compreender não apenas as questões pertinentes unicamente às manifestações arqueológicas. De tal modo, a área de estudo ampliou-se, e os pesquisadores passaram a buscar informações também na implantação ambiental e geográfica dos sítios.

Nesse momento, tornou-se inviável pensar um determinado fenômeno arqueológico sem se aproximar de outras disciplinas, principalmente a geomorfologia, a biologia e a história. Essa afinidade e preocupação, contemplativa de outras áreas e de outros pesquisadores, revelou que, no período, já existia uma rede de profissionais, ligados ou não às faculdades, que atuavam e se interessavam pelo estudo arqueológico, principalmente dos sítios sambaquianos.

As explicações e os questionamentos sobre os Sambaquis também se refinaram, pois se passou a questionar a conceituação dos sítios, principalmente em relação à existência ou não de resíduos alimentares na formação das camadas dos sítios, assim como a associação desses resíduos, alimentares ou naturais, com enterramentos humanos e com artefatos cerâmicos. A cronologia de ocupação desses sítios se tornou outra questão fundamental, além da localização atual mais distante aos recursos marinhos, discussões passaram a ser balizadas através dos conhecimentos do processo de transgressão e regressão, desenvolvido pela geologia e de extrema importância para a compreensão da ocupação pré-histórica do litoral gaúcho.

Outra posição inovadora nos trabalhos é a questão do pesquisador explorar não apenas informações aleatórias sobre o passado, mas construir um conhecimento relacionado ao contexto do assentamento arqueológico, valorizando e identificando os locais designados às atividades dos grupos que habitaram o espaço. Assim, a construção estratigráfica do sítio passou a ser estimada e percebida como algo de grande relevância para a construção dessa consciência.

De modo semelhante, buscando maior profundidade nas análises, a descrição do material cerâmico passou a ser compreendida de forma mais ampla, envolvendo, agora, discussões mais cuidadosas e detalhadas sobre os aspectos morfológicos e técnicos de sua fabricação. Essa tentativa de detalhar e de classificar os objetos cerâmicos, principalmente em relação a sua tipologia de ornamentação, aproximou-se das metodologias que futuramente foram adotadas na esfera do PRONAPA.

Para além dos objetivos propostos, a tese buscou demonstrar que o que hoje chamamos de “arqueologia rio-grandense” faz parte de um processo de construção que envolve uma perspectiva de longa duração, vinculada inicialmente a intelectuais que giravam em torno de espaços sociais importantes, como a imprensa, as letras, o comércio e a política, mas ainda pouco vinculados às instituições educativas. As redes de relações desses intelectuais estavam amarradas a contextos mais amplos de conhecimentos e discussões teóricas sobre a arqueologia, a etnologia e a biologia, nacionais e internacionais. Essa aproximação indicou que a arqueologia, no seu início no estado, não conformava uma linha de pensamento casual e isolada, mas dialogava de forma ampla e interdisciplinar com outros sujeitos e conhecimentos. Na medida em que o tempo avançou, juntamente com pesquisas e conhecimentos mais profundos, a arqueologia foi ganhando maior status e passou, então, a ser produzida, quase que exclusivamente, em um contexto acadêmico.

Portanto, a partir da década de 1960, a pesquisa arqueológica passou a se concentrar, principalmente, nas instituições universitárias, e os encontros de

profissionais, na forma de simpósios e congressos, se tornam cada vez mais abundantes, assim como canais de produção e publicação dessas pesquisas vão se tornando mais comuns. Nessa época, foi concebido o primeiro grande projeto nacional de arqueologia, com objetivos e concepções teórico-metodológicas unificadas, que pode ser considerado um marco de um novo momento na arqueologia brasileira e que, juntamente a outras abordagens igualmente importantes, abriu o espaço necessário para consolidar esse campo de conhecimento no conjunto da ciência nacional.

Porém, essa nova fase não está dentro da perspectiva de nossa pesquisa nessa tese, que teve como principal objetivo, fornecer um panorama das bases fundantes do que esse novo momento, agora, irá representar. Pode-se dizer que, parafraseando David Clarke (1973), a partir de então, a arqueologia brasileira perde sua inocência.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo custeio das taxas escolares, que me possibilitaram realizar a tese.

À equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas, principalmente aos professores Pedro Ignácio Schmitz e Jairo Rogge, que, ao longo de dez anos, incentivaram e apoiaram minha vida acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU E SILVA, Florencio. 1921. Discurso na sessão de instalação e posse. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 1, p. 120-126.
- BAHLIS, Jorge. 1932. A velhice da terra, o continente americano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 4º trimestre, p. 176-183.
- BAHLIS, Jorge. 1933. Civilizações americanas antiguidade da terra II, os períodos geológicos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1º e 2º trimestre, p. 299-302.
- BARRETO, Cristiana. 1999/2000. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51.
- BARTH, Marina Amanda. 2013. **Arqueologia: ação comunitária ou ciência acadêmica**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- BISCHOFF, Theodor. 1928. Sobre os Sambaquis no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 21, p. 11-42.
- BLOCH, Marc. 2001. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. 2009. **Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-Grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BROCHADO, José Proenza. 1969. Dados Parciais sobre a Arqueologia do Vale do Ijuí. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados Preliminares do segundo ano, 1966-1967. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 10, p. 11-32.

- BROCHADO, José Proenza. 1969. Histórico das Pesquisas Arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul. **Iheringia**, série Antropologia, Porto Alegre, n. 1, p. 3-42.
- BROCHADO, José Proenza. 1969. Pesquisas Arqueológicas nos Vales do Ijuí e Jacuí. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados Preliminares do terceiro ano, 1967-1968. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 13, p. 31-62.
- BROCHADO, José Proenza. 1971. Extensão das Pesquisas Arqueológicas nos Vales do Jacuí e Ibicuí-Mirim. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados Preliminares do quarto Ano, 1968-1969. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 15, p. 11-36.
- BROCHADO, José Proenza. 1973. Pesquisas Arqueológicas no Escudo Cristalino do Rio Grande do Sul (Serra do Sudeste). Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados Preliminares do quinto Ano, 1969-1970. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 17, n.26, p. 25-51.
- CLARKE, David. 1973. Archaeology: the loss of innocence. **Antiquity**, XLVII, 1973, p. 6-18.
- FARIA, Maria Alice. 1965. Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 266, p. 68-148.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. 2002. **Vestígios de Civilização: A Arqueologia no Brasil Imperial**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. 2007. **Território Primitivo: A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)**. Tese de doutorado (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- FREDIANI, Ascânio. 1952. Os sambaquis e o litoral de Torres. **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 2, p. 243- 249.
- FUNARI, Pedro Paulo. 2011. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, p. 81-110.
- GESCHICHTE DER BGAEU. In: Site do Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte. Disponível em: <http://www.bgaeu.de/#geschichte>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- GLIESCH, Rudolf. 1925. **A fauna de Torres**. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre.
- GODÓI, Manoel Pereira. 1946. Análises químicas das tintas usadas na cerâmica pelos extintos indígenas da cachoeira de Emas, Rio Mogíguassú. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2º trimestre, n. 102, p. 241-246.
- GUIDO, Angelo. 1937. O mistério das Pedras verdes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2º trimestre, p. 191-234.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. 2011. **Historiografia e nação no Brasil**. Rio de Janeiro: Uduerj.
- IHERING, Hermann von. 1969 [1885]. A Lagoa dos Patos. **Organon**, Porto Alegre, n. 14, p. 101-142.
- IHERING, Hermann von. 1895a [1891]. Os índios do Rio Grande do Sul. **Anuario do Estado do Rio Grande do Sul (1895)**, Porto Alegre, p. 104-119.
- IHERING, Hermann von. 1895b. A civilização pré-histórica do Brasil Meridional. **Revista do Museu Paulista**, v. 1, p. 33-159,
- IHERING, Hermann von. 1903. Origem dos sambaquis. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. 8, p. 446-457.

- IHERING, Hermann von. 1904. Archeologia comparativa do Brazil. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 6, p. 519-583.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Galeria de presidentes: Florêncio Carlos de Abreu e Silva**. Rio de Janeiro, [2019?]. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/florencio-carlos-de-abreu-e-silva.html>. Acesso em: 06 fev. 2019.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS). 1921. Os estatutos do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1º trimestre, p. 135-148.
- KOHLRAUSCH, Regina. **Sociedade Partenon Literário e sua Revista Mensal - 150 anos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. E-book (não paginado). Disponível em: <https://editora.pucrs.br//acessolivre/livros/partenon-literario/partenon-literario-150.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- KOSERITZ, Carlos von. 1928 [1881]. Subsídios ethnographicos. **Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 20, p. 19-48.
- KOSERITZ, Carlos von. 1884a. Sambaquis de conceição do arroio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, XLVII, p. 179-182.
- KOSERITZ, Carlos von. 1884b. **Bosquejos ethnologicos**. Porto Alegre: Gundlach e Cia.
- LANGER, Johnni. 2000. **Ruínas e mito: a Arqueologia no Brasil Império**. Tese de doutorado (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.
- KOSERITZ, Carlos von. 2005. Expondo o passado: as pesquisas arqueológicas do Museu Nacional durante o Brasil Império (1876 a 1889). **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 18, n. 21, p. 91-109.
- LAZZARI, Alexandre. 2004. **Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaucha e nacionalidade (1860-1910)**. Tese de doutorado (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- LIMA, Tania Andrade. 2011. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n.1, p. 11-23.
- LUEDGEKE, Hugo. 1928. Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul. **Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 20, p. 59-63.
- LUIS, Irmão Teodoro. Origem do homem. 1936. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 4º trimestre, p. 187-204,
- MARTINS, Jefferson Teles. 2015. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Espaço Social dos intelectuais: Trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. 1991. História da Arqueologia Brasileira. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, n. 46.
- MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. 1997. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: ADEAS.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. 1983. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, São Paulo, n. 115, p. 103-117.
- MILLER, Eurico Theofilo. 1967. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do primeiro ano, 1965-1966. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 6, p. 15-26.

- MILLER, Eurico Theofilo. 1969. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Noroeste do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai). Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do segundo ano, 1966-1967. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 10, p. 33-46.
- MILLER, Eurico Theofilo. 1971. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do quarto ano, 1968-1969. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 16, p. 37-60,
- MILLER, Eurico Theofilo. 1974. Pesquisas arqueológicas em abrigos-sob-rocha no Nordeste do Rio Grande do Sul. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do quinto ano, 1969-1970. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, Belém, v. 26, p. 11-24.
- MORALES, Walter Fagundes. Os cachimbos cerâmicos do MAE/USP: apresentação de uma coleção. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 9, p. 207-221, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1999.109350>. Acesso em: 15 mai. 2020.
- MOREIRA, Alice T. C.; MOREIRA, Maria Eunice; PÓVOAS, Mauro Nicolas. **A Sociedade Partenon Literário e a formação da literatura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. E-book (não paginado). Disponível em: <https://editora.pucrs.br//acessolivre/livros/partenon-literario/a-sociedade-partenon-literario.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- MUSEU NACIONAL. **Os Diretores do Museu Nacional/UFRJ**. Rio de Janeiro, 2007/2008. Disponível em: http://www.museunacional.ufrj.br/site/assets/pdf/memoria_1.pdf. Acesso em: 30 jan. 2019.
- PALDAOFF, J. N. 1900. Archeologia Rio-grandense. **Revista do Museu Paulista**, v. 4, p. 339-347.
- PERRY, Marvin. 2002. **Civilização Ocidental, uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. Chronica. Revista do Parthenon Literario, Porto Alegre, n. disponível em: <https://editora.pucrs.br//acessolivre/livros/partenon-literario/assets/downloads/1875-05.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- PROUS, André. 1992. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- RAMBO, Balduino. 1946. Relatório científico das viagens de estudos etnográficos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2º trimestre, n. 102, p. 234-240.
- RANGEL, Jorge Antonio. 2010. **Edgard Roquette-Pinto**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.
- REDE, Marcelo. 2012. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 133-150.
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul. 1998. **Arqueología. Teorías, Métodos y Práctica**. Madrid: Akal.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. 1999-2000. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 10-31.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. 1962 [1906]. **Relatório de excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Faculdade Filosofia Universidade do Rio Grande do Sul.
- RUSCHEL, Ruy Rubem. 2003. Sítios arqueológicos de Torres. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 38, p. 69-112.

- SCHAAN, Denise Pahl; BEZERRA, Marcia (Org.). 2009. **Construindo a Arqueologia no Brasil: a trajetória da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Belém: Gknoronha.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. 1957. Um paradeiro Guarani do Alto-Uruguai. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 1, p. 122-142.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. 1958. Paradares guaranis em Osório (Rio grande do Sul). **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 2, p. 113-143.
- SCHUPP, Ambrósio. 1903a [1892]. Os aborígenes do Brasil sob o ponto de vista ethnologico. **Anuario do Estado do Rio Grande do Sul (1903)**, Porto Alegre, p. 145-159.
- SCHUPP, Ambrósio. 1903b [1902]. As bolas dos bugres. **Anuario do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (1903)**, p. 183.
- SCHWARZ, Lilia Moritz. 1989. O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Volume 1. São Paulo: Vértice, IDESP, p. 20-71.
- SCHWARZ, Lilia Moritz. 1993. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras.
- SERRANO, Antonio. 1937. Arqueologia brasileira, subsídios para a arqueologia do Brasil meridional. **Revista do Arquivo do Departamento de Cultura**, São Paulo, n. 36, p. 3-42.
- SILVEIRA, Daniela Oliveira. 2008. **“O passado está prenhe do futuro”: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SIMCH, Francisco Rodolpho. 1923. Artefactos indigenas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 3º e 4º trimestre, p. 305-314.
- SIMCH, Francisco Rodolpho. 1924. Tembetás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 3º e 4º trimestre, p. 51-60.
- SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes. 1935. O naufrágio do Martim de Afonso de Souza. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1º trimestre, p. 53-72.
- SPALDING, Walter. 1939. Prehistória Americana e Brasileira, o Paraíso terrestre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 3º trimestre, p. 81- 90.
- SPALDING, Walter. 1969. **Os construtores do Rio Grande**. Porto Alegre: Sulina Editora.
- TESCHAUER, Carlos. 1901. Estudos ethnographicos, Achados índios no Museu do Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo. **Anuario do Estado do Rio Grande do Sul (1901)**, Porto Alegre, p. 292-301.
- TESCHAUER, Carlos. 1929, **Poranduba riograndense**. Porto Alegre: Livraria do Globo, p. 193-236.
- TRIGGER, Bruce G. 2004. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus.
- WIEDERSPAHN, Henrique. 1936. O homem da Pré-História. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2º trimestre, p. 227-241.
- WIEDERSPAHN, Henrique. 1938. Origens da raça mediterrânea ocidental. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2º trimestre, p. 283-303.
- WILLEY, Gordon R.; SABLOFF, Jeremy A. 1980. **A History of American Archaeology**. New York: W.H. Freeman and Company.

ANÁLISE DOS REMANESCENTES DE PINÍPEDES (CARNIVORA - OTARIIDAE) EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA PLANÍCIE COSTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Suliano Ferrasso¹
Pedro Ignácio Schmitz²
Pedro Volkmer de Castilho³
César Jaeger Drehmer⁴
Larissa Rosa de Oliveira⁵

RESUMO

Os pinípedes são carnívoros marinhos que iniciam sua história evolutiva no Oligoceno tardio, em torno de 22,5 milhões de anos. Eles ocorrem em praticamente todos os oceanos do mundo e vem interagindo com populações humanas desde a pré-história em várias regiões do globo. Para a costa brasileira já foram registradas oito espécies de pinípedes, das quais sete já foram encontradas no litoral do Rio Grande do Sul (RS). A partir da análise de remanescentes ósseos resgatados em sítios arqueológicos, sugere-se que os registros pretéritos de pinípedes na costa do Brasil estariam associados aos depósitos do Quaternário. Para o RS são poucos os trabalhos versando sobre osteologia de pinípedes, na maioria são estudos cranianos com amostras atuais sobre diagnose ou ainda dimorfismo sexual, mas muito pouco relacionado à remanescentes arqueológicos. Neste sentido é necessário um aprofundamento sobre a composição das espécies, abundância de indivíduos, ocorrência e tipo de interação destas espécies com grupos humanos pré-históricos. Para tanto o presente estudo foi realizado em cinco sítios arqueológicos do litoral Norte do Rio Grande do Sul (LNRS), localizados entre Xangri-lá (29°47'23.72"S; 50°02'18.24"W) e Arroio do Sal (29°27'0.27"S; 49°49'1.74"W), os quais estavam vinculados à Tradição Sambaqui. O método de prospecção (escavação) seguiu o de cortes horizontais artificiais nivelados, aprofundando verticalmente, formando níveis artificiais sucessivos para assegurar a profundidade e origem dos remanescentes faunísticos. O volume de material prospectado nos cinco sítios variou entre 0,30 m³ e ± 15,18 m³. Neste estudo, foram selecionadas seis quadrículas com remanescentes faunísticos dos cinco sítios para análise, cada uma diferindo em tamanho e espessura estratigráfica arqueológica. Todos os remanescentes ósseos encontrados em cada quadrícula foram coletados nas trincheiras escavadas e levados para triagem e tombamento na Reserva Técnica de Arqueologia do Instituto Anchietano de Pesquisas/Universidade do Vale do Rio dos Sinos (IAP-UNISINOS). Durante a triagem em laboratório foram selecionados para este estudo exclusivamente os remanescentes de pinípedes,

¹ Mestre em Biologia-Diversidade e Manejo da Vida Silvestre. Laboratorista no Instituto Anchietano de Pesquisas/Universidade do Vale do Rio dos Sinos. sferrasso@unisinis.br – suliano.ferrasso@gmail.com

² Doutor em História e Geografia. Pesquisador Sênior CNPq. Coordenador do Instituto Anchietano de Pesquisas/Universidade do Vale do Rio dos Sinos. anchietano@unisinis.br - pedroignacioschmitz59@gmail.com

³ Doutor em Zoologia. Centro de Ensino Superior da Região Sul, Universidade do Estado de Santa Catarina. volkmerdecastilho@gmail.com

⁴ Doutor em Biologia. Departamento de Ecologia, Zoologia e Genética, Universidade Federal de Pelotas, Câmpus Capão do Leão. cjaeger@terra.com.br

⁵ Doutora em Biologia. Laboratório de Ecologia de Mamíferos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul. larissaro@unisinis.br

com base na comparação com esqueletos de espécimes de espécies atuais e da literatura. Como resultado de riqueza taxonômica sob a ótica da zooarqueologia (NISP), foram encontrados 159 remanescentes de pinípedes nos sítios do LNRS, totalizando um número mínimo de indivíduos (MNI) de 17 espécimes. O sítio RS-LN-19 de Xangri-lá apresentou o maior NISP com 130 remanescentes, unicamente da família Otariidae e com pelo menos duas espécies identificadas (*Arctocephalus australis* e *Otaria flavescens*). A análise dos remanescentes ósseos do gênero *Arctocephalus* revelou o predomínio de indivíduos jovens, e adultos em *O. flavescens*. Este resultado na composição pretérita das espécies de pinípedes encontrados nos sambaquis no litoral do RS sugere que são as mesmas que ocorrem na atualidade, além de indicar que as antigas populações humanas já interagem com estes animais. Contudo, não se descarta a hipótese de que otariídeos antárticos e subantárticos também tenham ocorrido na região no passado, já que em alguns casos só foi possível chegar até a identificação de gênero nos remanescentes analisados. Por fim, é importante salientar que em 19,53% (n = 25) dos remanescentes ósseos encontrados, foram identificadas marcas de manipulação antrópica como corte (pequenas incisões oblíquas, transversais e subparalelas) e 5,46% (n = 7) coloração enegrecida possivelmente oriunda da queima. Desta forma sugere-se que as antigas populações humanas do LNRS poderiam utilizar os pinípedes como recurso alimentar ocasional.

Palavras-chave: Mamíferos Marinhos. Osteologia. Zooarqueologia.

ABSTRACT

Pinnipeds are marine carnivores that emerged in the late-Oligocene, around 25 million years ago. They occur in virtually every ocean in the world and have been interacting with human populations since prehistory in various regions of the globe. For the Brazilian coast eight species of pinnipeds have already been recorded, of which seven have been found on the coast of Rio Grande do Sul. Based on the analysis of bone remnants recovered at archaeological sites, it is suggested that the past records of pinnipeds on the coast of Brazil would be associated with Quaternary deposits. For the Rio Grande do Sul state coast there are few studies on osteology of pinnipeds, mostly diagnostic or sexual dimorphism studies base on skull samples of current species but there is very little information related to archaeological remnants of pinnipeds. In this context, it is still necessary the analyses of the species composition, abundance of individuals, occurrence and type of interaction of these species with prehistoric humans in the region. The present study was carried out in five archaeological sites on the north coast of Rio Grande do Sul (NCRS), between Xangri-la (29 ° 47'23.72 "S, 50 ° 02'1824" W) and Arroio do Sal 29 ° 27'0.27 "S, 49 ° 49'1.74" W), which were linked to the Sambaqui Tradition. The method of prospecting (excavation) was used in order to obtain several artificial horizontal levels, deepening vertically, forming successive artificial levels to assure the depth and origin of the faunistic remnants. The volume of material prospected at these five sites ranged from 0.30 m³ to ± 15.18 m³. In this study, six squares with faunal remnants of the five sites were selected for analysis, each differing in size and archaeological stratigraphic thickness. All the bone remains found in each square were collected in the excavated trenches and taken to the Archaeological Technical Reserve of the Instituto Anchieta de Pesquisas / Vale do Rio dos Sinos (IAP-UNISINOS). During the laboratory screening, only the remnants of pinnipeds were selected for this study, based on the comparison with skeletons of specimens of current species and the literature. As a result of taxonomic richness from the perspective of zooarchaeology, 159 remnants of pinnipeds were found as number of identified specimens (NISP) in the NCRS sites, totaling a minimum number of individuals (MNI) of 17. The RS-LN-19 site of Xangri-la presented the largest NISP, with 130 remnants only for the Otariidae Family, and with at least two identified species (*Arctocephalus australis* and *Otaria flavescens*). The analysis of the bone remnants of the genus *Arctocephalus* revealed the predominance of young individuals, and mainly adults of *O. flavescens*. This result in the past composition of the pinniped species found in the sambaquis in the RS coast suggests that they are the same that occur today, besides indicating that the ancient human populations already interacted with these animals. However, it is not ruled out that Antarctic and subantarctic antarctic have also occurred in the region in the past, since in some cases it was only possible to identify until the genus in the

remnants analyzed. Finally, it is important to note that in 19.53% (n = 25) of the remaining bone remnants, anthropic manipulation marks were identified as cut (small oblique, transverse and subparallel incisions) and 5.46% (n = 7) blackened spots, possibly due to burning. In this way, it is suggested that the ancient human populations of NCRS could use pinnipeds as an occasional food resource.

Keywords: Marine Mammals. Osteology. Zooarchaeology.

INTRODUÇÃO

O termo pinípede deriva do latim, pés em forma de pena (*pinna*: pena, asa, e *podos*: pés) refere-se aos membros locomotores modificados de lobos-marinhos, leões-marinhos, focas e morsas, os quais estão adaptados ao ambiente marinho. Antigamente esta adaptação provocou muita discussão sobre sua posição filogenética, tendo sido separados como carnívoros aquáticos na subordem Pinnipedia, dos carnívoros terrestres da subordem Fissipedia (Ledje, 1995; Berta, Sumich, Kovacs, 2006). Atualmente todos os pinípedes estão incluídos na Ordem Carnivora (Ledje, 1995; Rice, 2008).

Os pinípedes descendem de carnívoros terrestres (e.g. Família Ursidae), dos quais começaram a se diferenciar durante o Oligoceno Tardio (Barnes *et al.* 1985; Árnason *et al.* 1995). Drehmer (2000) dentro de uma perspectiva histórica discute com base nos dados disponíveis até então a origem do grupo, a partir desta perspectiva, sugeriu que a hipótese mais parcimoniosa seria a de uma origem única, ou seja, monofilética para o grupo. Revisando a história evolutiva da ordem Carnivora, Nyakatura e Bininda-Emonds (2012) indicaram os momentos em que ocorrem divergências filogenéticas entre as famílias do grupo. O grupo dos pinípedes iniciou sua história evolutiva há aproximadamente 22,5 milhões de anos (M.a.), com seu ancestral comum dando origem a duas linhagens principais que vão se ramificando ao longo do tempo dando origem a diversidade observada atualmente (Nyakatura, Bininda-Emonds, 2012). Analisando a origem dos pinípedes, baseados em distintas abordagens (e.g. morfologia comparativa, investigações moleculares e análises de registros fósseis), Koretsky, Barnes e Rahmat (2016) expõem que este tema tem sido recorrentemente debatido quanto aos pinípedes serem monofiléticos ou polifiléticos, e consideram que a origem da ordem seria monofilética.

Os pinípedes são animais que vivem grande parte de sua vida no ambiente aquático, e ocorrem em praticamente todos os oceanos do mundo (Forcada, 2008). No Brasil ocorrem principalmente na região Sul, embora existam registros em outras regiões, onde são bem menos frequentes (Pinedo *et al.* 1992; Oliveira, 2013; Silva *et al.* 2014; Frainer, Heissler, Moreno, 2018).

Os pinípedes são carnívoros altamente especializados ao ambiente aquático, ocorrendo em ampla variedade de habitats marinhos, e ainda alguns em água doce (Jefferson, Leatherwood, Webber, 1993). Dentro do grupo o comportamento migratório é habitual em muitas das suas espécies, e o aspecto de dispersão é fortemente influenciado pela disponibilidade e distribuição de presas, sazonalidade e sua condição física. Muitas ações antrópicas vem afetando a distribuição dos mamíferos marinhos, muitos destes fatores estão relacionados a modificações ambientais, poluição dos ambientes costeiros, interação com a pesca e exploração comercial (Forcada, 2008).

Atualmente nos pinípedes estão incluídas 35 espécies viventes, que se distribuem nas famílias Odobenidae (morsas) com uma espécie, Phocidae (focas) com 19 espécies e Otariidae (lobos e leões-marinhos) com 15 espécies (Árnason *et al.* 1995; Berta, 2008; Nyakatura, Bininda-Emonds, 2012), sendo que a primeira família não possui registros para o Brasil e está restrita ao círculo polar Ártico (Bininda-Emonds, 2012).

Para o Brasil Paglia *et al.* (2012) registram 33 espécies da ordem Carnivora, distribuídos em 23 gêneros e sete famílias, sendo que sete táxons são marinhos. Recentemente Frainer, Heissler e Moreno (2018) registram a ocorrência de mais uma espécie de carnívoro marinho para a costa brasileira, a foca-de-Weddell (*Leptonychotes weddellii*). Com relação às ocorrências históricas dos pinípedes se destacam as revisões, de Pinedo (1990), Pinedo *et al.* (1992) e Oliveira (2013), onde confirmam a presença de sete espécies, além de comentar aspectos da biologia dos táxons.

Em uma revisão apresentada por Oliveira (1999), foram caracterizados os padrões de ocorrência dos táxons entre os anos de 1993 e 1998. Neste mesmo sentido, Silva (2004) apresenta uma revisão dos registros entre os anos de 1993 e 2004. Atualmente são reconhecidas a ocorrência de oito espécies de pinípedes para a costa brasileira (Pinedo, 1990; Pinedo *et al.*, 1992; Paglia *et al.*, 2012; Oliveira *et al.*, 2013; Frainer, Heissler, Moreno, 2018). A este grupo são atribuídas duas famílias, Otariidae, com quatro espécies, e Phocidae, com quatro espécies (Pinedo, 1990; Pinedo *et al.*, 1992; Paglia *et al.*, 2012; Frainer, Heissler, Moreno, 2018). Para a região Sul do Brasil, Pinedo (1990), Pinedo *et al.* (1992) registram sete espécies, e Simões-Lopes *et al.*, (1995) registram seis espécies de pinípedes entre os anos de 1984 e 1993.

Os registros históricos na costa gaúcha para os Otariidae são das espécies *Arctocephalus australis* (lobo-marinho-sul-americano), *A. tropicalis* (lobo-marinho-subantártico), *A. gazella* (lobo-marinho-antártico) e *Otaria flavescens* (leão marinho-sul-americano), para os Phocidae as espécies *Mirounga leonina* (elefante-marinho-do-sul), *Lobodon carcinophaga* (foca-caranguejeira), *Hydrurga leptonyx* (foca-leopardo) e *Leptonychotes weddellii* (foca-de-Weddell), sendo as espécies mais frequentes *A. australis* e *O. flavescens* (Pinedo, 1990; Pinedo *et al.*, 1992; Simões-Lopes *et al.*, 1995; Drehmer *et al.*, 1998; Oliveira, 2013; Silva *et al.*, 2014; Frainer, Heissler, Moreno, 2018).

Os pinípedes chegam ao litoral do Rio Grande do Sul, majoritariamente entre as estações de outono até a primavera, ocorrendo principalmente no inverno, favorecidos em seus deslocamentos sobretudo pela Corrente das Malvinas, e não há indícios de que ocorram colônias reprodutivas nesta região (Pinedo, 1990; Pinedo *et al.*, 1992; Simões-Lopes *et al.*, 1995; Oliveira, 2008, 2013; Silva *et al.*, 2014). Dos pinípedes que ocorrem na costa do Estado do Rio Grande do Sul, as duas espécies com maior número de registros são as sul-americanas, *A. australis* e *O. flavescens*, as quais estabeleceram colônias reprodutivas mais próximas do Brasil, na região costeira do Uruguai nas adjacências do litoral gaúcho. E frequentam habitualmente duas áreas, atualmente regularizadas como unidades de conservação categorizadas como Refúgios de Vida Silvestre (REVIS): em Torres, REVIS da Ilha dos Lobos e no REVIS Molhe Leste de São José do Norte (Pinedo, 1990; Pinedo *et al.*, 1992; Simões-Lopes *et al.*, 1995; Oliveira, 2013; Silva *et al.*, 2014). Oliveira (1999) ao avaliar a idade com base nos grupos de linhas de crescimento de 116 dentes de cinco espécies de pinípedes constatou a existência de todas as categorias etárias nos otariídeos do RS e um elevado número de indivíduos juvenis, com exceção de *Arctocephalus tropicalis*, que possuía mais registros de adultos. O único exemplar de focídeo registrado, *Mirounga leonina*, era um macho juvenil.

Os registros pretéritos da ocorrência de pinípedes de espécies da família Otariidae, na região costeira do Brasil, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estão associados a depósitos do Quaternário. Em estratos de época do Holoceno Médio, inferências estas com base em remanescentes ósseos resgatados em sítios arqueológicos que foram datados entre 5.020 e 900 A.P. (e.g. Castilho e Simões, 2008b; Afonso, Blasis, 1994; De Masi, 2001; Bandeira, 2004; Fossari, 2004; Oliveira, 1996;

Schmitz e Verardi, 1996; Schmitz *et al.*, 1992; Schmitz *et al.*, 1993; Schmitz e Bitencourt, 1996; Rogge e Schmitz, 2010; Lima, 2000).

Tiburtius, Leprevost e Bigarella (2011) descrevem a ocorrência de bulas timpânicas de cetáceos em sítios arqueológicos do litoral Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina, em alguns casos estes ossos serviram de base para confecção de artefatos, muitos de formato fusiforme, provavelmente ligados a atividades de pesca e coleta. Em dois sítios arqueológicos, Porto Rio Vermelho e Rio do Meio, localizados na ilha de Santa Catarina, Castilho e Simões-Lopes (2001) identificaram nove espécies de mamíferos aquáticos e três semi-aquáticos, com predomínio das espécies marinhas, sugerindo captura ocasional destes. Castilho (2005) e Castilho e Simões-Lopes (2008b) identificaram três espécies de pinípedes (*O. flavescens*, *A. australis* e *A. tropicalis*) e nove de cetáceos em 11 sítios arqueológicos (Enseada I, Espinheiros II, Morro do Ouro, Cabeçudas, Laranjeiras I e II, Rio do Meio, Porto Rio Vermelho, Armação do Sul, Tapera e Pântano do Sul) com idades entre 4.000 e 1.500 A.P. no litoral Centro-Norte de Santa Catarina, onde se discute o papel destes mamíferos na economia destes grupos pré-históricos. Ainda no litoral Centro-Norte de Santa Catarina, em seis sítios arqueológicos (Porto Rio Vermelho, Pântano do Sul, Morro do Ouro, Laranjeiras I, Espinheiros II e Armação do Sul) foram identificadas 10 espécies de cetáceos, e verificada a interação das antigas populações humanas com estas espécies a partir de marcas de corte e queima nos ossos (Castilho, 2008a). Posteriormente, Castilho e Simões-Lopes (2008a) avaliando remanescentes de 11 sítios arqueológicos da costa Norte-Centro catarinense (Enseada I, Espinheiros II, Morro do Ouro, Cabeçudas, Laranjeiras I e II, Rio do Meio, Porto Rio Vermelho, Armação do Sul, Tapera e Pântano do Sul), com idades entre 5.020 e 1.170 A.P., buscaram compreender a interação dos ocupantes pré-históricos com a fauna através de um estudo sobre as modificações ósseas (e.g. marcas de corte, marcas de queima e confecção de artefatos).

Na região costeira do Rio Grande do Sul existem alguns registros da presença de pinípedes em sítios arqueológicos. No litoral Norte a partir da análise de remanescentes da fauna do sítio arqueológico RS-LN-201 em Torres (Jacobus, Gil, 1987; Gazzaneo *et al.*, 1989; Rosa, 1996) e no sítio RS-LN-285 em Arroio do Sal (Ferrasso *et al.*, 2013) foram identificados fragmentos ósseos atribuídos a espécimes da família Otariidae. Rosa e Jacobus (2009) revisaram a ocorrência de mamíferos presentes em sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul, onde é citada a presença de *Arctocephalus* sp., em três sítios arqueológicos costeiros (RS-LN-201, RS-LN-17 e RS-LN-19), ambos no Litoral Norte.

Existem também estudos zooarqueológicos para a costa da Argentina, onde foram identificados remanescentes ósseos de Otariidae na província de Buenos Aires (Acosta, Loponte, 2013) e fragmentos de *Arctocephalus* sp. e *Otaria flavescens* em sítios arqueológicos ao longo da costa das províncias de Rio Negro, Chubut e Santa Cruz (Borella, 2006, 2014). Na costa meridional da Patagônia no sítio Cabeza de Leon 1 com o trabalho de Muñoz (2015), e em sítios da região de Punta Entrada com Muñoz *et al.* (2013) e Cruz *et al.* (2015). Cruz, Muñoz e Lobbia (2010) na região de Santa Cruz, em Punta Entrada e Monte León, também identificaram remanescentes de espécies de otariídeos. Na costa Sul do Chile, ao longo do Estreito de Magalhães, os trabalhos de San Román (2010) no sítio Santa Ana 1 e Morello *et al.* (2015) no sítio Punta Baja 7, encontraram também remanescentes da família Otariidae. De acordo com Schiavini (1993) ocorreram na província da Tierra del Fuego, nos sítios Lancha Packewai, Túnel I e Túnel VII evidências de consumo de pinípedes (*A. arctocephalus* e *O. flavescens*).

Destacam-se para a região costeira do Rio Grande do Sul dois projetos de investigação arqueológica desenvolvidos de forma sistemática pelo IAP-UNISINOS, que forneceram um panorama acerca da ocupação humana pré-histórica.

No projeto 'Quintão: formas Pré-Coloniais de Estabelecimento e Economia no Litoral do Rio Grande do Sul', foram identificados 22 sítios arqueológicos no litoral médio (Rogge, 2006). As datações obtidas nos sítios RS-LC-97 em 2.170 ± 70 A.P. (Beta-200073) e RS-LC-96 com 1.760 ± 60 A.P. (Beta-206106) foram relacionadas aos grupos pré-cerâmicos; no sítio RS-LC-82 foram obtidas as datas de 1.900 ± 40 A.P. (Beta-206105) pré-cerâmica e 563 ± 45 A.P. relacionada ao grupo ceramista Tupiguarani. No sítio RS-LC-80 foi estimada uma data de 280 ± 50 A.P. (Beta-202366) associada a ceramistas Tupiguarani (Rogge, 2006). No litoral Norte do RS, o projeto 'Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica' na região identificou 61 sítios arqueológicos vinculados a grupos pré-cerâmicos e portadores das tradições Tupiguarani e Taquara (Rogge e Schmitz, 2010). As datações obtidas para a região são de $3.660 \pm$ A.P. (Beta-263432) no sítio RS-LN-319, 3.310 ± 40 A.P. (Beta-263433) no RS-LN-279 e 3.050 ± 40 A.P. (Beta-247954) no RS-LN-312, ambas atestaram o início da ocupação pré-cerâmica (Rogge e Schmitz, 2010). As datações obtidas nas áreas sugeriram a presença humana pré-histórica na região a mais de 3.000 anos, com diferentes manifestações culturais reconhecidas arqueologicamente.

A arqueologia é uma ciência direcionada a entender os aspectos e elementos da história pretérita humana (Renfrew e Bahn, 1993). Caracteriza-se como o estudo do passado humano através dos vestígios materiais que tenham se preservado nos sítios arqueológicos (Bahn, 1997). Um sítio arqueológico pode variar de diversas formas em seu tamanho, aspecto e função, porém, algo comum a todas as variações é que este é testemunho de atividade humana no passado (Hester, Heizer e Graham, 1988). O conceito de tradição arqueológica é expresso como a configuração de aspectos e elementos culturais com continuidade tanto no espaço quanto no tempo (Willey e Phillips, 1955; Chmyz, 1966; Souza, 1997).

O estudo dos vestígios materiais para a construção da história das sociedades indígenas pré-históricas ocorre baseado na abordagem da Arqueologia e seu desenvolvimento no Brasil se deu a partir de 1950, e entre 1965 e 1970 se formou uma primeira geração de arqueólogos com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) (Barreto, 2000). Em meados da década de 1970, a Arqueologia experimenta uma revitalização que culmina com o surgimento de novas áreas como a Zooarqueologia, que dada sua relevância, transformou-se em uma nova disciplina (Lima, 1989; Reitz e Wing, 1999; Rosa, 2008).

A Zooarqueologia é uma área de caráter multidisciplinar em que são essenciais conhecimentos de Zoologia, Ecologia, Paleontologia, Arqueologia e Antropologia para que seja possível analisar os remanescentes faunísticos resgatados em contexto arqueológico (Reitz e Wing, 1999; Jacobus, 2004; Rosa, 2008). De acordo com Reitz e Wing (1999) o objetivo fundamental da Zooarqueologia é entender de que forma interagiram homem e a fauna, e a relação entre o homem e o ambiente no qual esteve inserido.

A área investigativa denominada como Zooarqueologia implica em uma perspectiva muito mais cultural do que zoológica ou ecológica, centrada na importância cultural que tem a fauna para o comportamento humano, de forma que busca avaliar as mudanças na subsistência, nas estratégias adaptativas e evolução cultural como mecanismos de adaptação (Olsen e Olsen, 1981; Terreros, 2013).

Como exposto por Jacobus (2004) cabe aos zooarqueólogos contribuírem no avanço e consolidação da temática zooarqueológica, buscando por aportes para a solução de problemas direcionados as características de suas arqueofaunas, sobretudo na região Neotropical.

Na zooarqueologia o termo 'espécimen' possui sua origem na escola norte americana (e.g. Reitz e Wing, 1999), e designa os vestígios faunísticos dos sítios arqueológicos, sendo de uso corrente na bibliografia zooarqueológica norte americana. (e.g. Reitz e Wing, 1999; Lyman, 1994, 1996). No Brasil se utilizam os termos 'espécime' e 'espécimen', que são sinônimos, e de uso corrente na área das Ciências Biológicas, principalmente em literatura de coleções zoológicas (e.g. Papavero, 1994). No sentido de evitar ambiguidades com a nomenclatura, será empregado o termo 'remanescente' como sinônimo do termo 'espécimen', da escola norte-americana. Podendo ser um 'remanescente' tanto um osso, um dente ou uma concha inteiros, ou um fragmento destes, e que compartilham tanto informação cultural quanto biológica.

As arqueofaunas são os remanescentes, o conjunto de fauna, preservados e resgatados em um contexto associado à cultura material humana (Lyman, 1996; Jacobus, 2004). A identificação é o aspecto mais fundamental de uma análise zooarqueológica, pois sem uma acurada identificação dos táxons presentes na arqueofauna qualquer interpretação será mera especulação sem base (Berwick, 1975).

Na região costeira do Brasil, desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, os sítios arqueológicos mais conhecidos são os chamados sambaquis. Os seus construtores foram grupos de pescadores-coletores que ocuparam este espaço durante o Holoceno, entre os 8.000 A.P. e 2.000 A.P., sendo que a sua presença em um espaço tão expressivo gerou uma ampla variedade de formas e tamanhos de sambaquis. Particularmente no litoral de Santa Catarina estes acúmulos alcançaram mais de trinta metros de altura, e eram compostos basicamente por remanescentes de conchas e de ossos (Lima, 2000).

Uma das primeiras definições para o termo Sambaqui, onde este é entendido como um sítio arqueológico, cuja composição seja predominantemente de conchas provém do trabalho de Chmyz (1966). A origem do termo sambaqui seria derivada da linguagem tupi-guarani, em que *tamba*=marisco e *ki*=amontoado (*tamba+ki*=sambaqui), sendo, portanto, o acúmulo de conchas de moluscos (Prous, 1992; Lima, 2000; Gaspar, 2004; Okumura, 2008). A definição fornecida por Prous e Piazza (1977) colocou um importante aspecto na diferenciação de dois grupos de sítios arqueológicos costeiros, os sambaquis pré-cerâmicos como resultados de assentamentos mais estáveis ao longo de um dado período, e o que podemos chamar de 'acampamentos conchíferos' que se caracterizam por sítios pouco estáveis e efêmeros. As diferenças básicas entre esses sítios rasos (acampamentos conchíferos) e os sambaquis são a presença de cerâmica e o desenvolvimento da pesca como atividade primordial de subsistência (Neves, 1988).

Os sítios arqueológicos localizados no litoral são um fenômeno global, ocorrendo em diferentes momentos e em distintas culturas, nas costas do Atlântico e Pacífico dos Estados Unidos, nas Guianas, no Peru, no Chile, na Argentina e Uruguai, na região costeira da África, no Egito, Senegal, Madagascar, na costa Norte da Europa, na Inglaterra, na Irlanda, na França, na Alemanha, em Portugal, na Espanha, Itália (Sardenha), Ilhas Andamesas, Malásia, na costa do Japão, na Austrália e Oceania. No Brasil ocorrem sítios arqueológicos em praticamente toda a costa (Lima, 2000). O termo sambaqui é genuinamente brasileiro e está estritamente vinculado a um grupo cultural adaptado especificamente ao ambiente costeiro, cujo testemunho é o acúmulo intencional e predominante de material faunístico, que constrói elevações de forma e tamanho

variável, estáveis ao longo do tempo, sem presença de cerâmica, e que em geral estes acúmulos se destacam na paisagem circundante (Prous, 1992).

A planície costeira do Rio Grande do Sul se caracteriza como a mais ampla do Brasil, está configurada por uma faixa de praias arenosas com pouco mais de 600 km de extensão, seus limites atuais são Torres no extremo Norte e Barra do Chuí no extremo Sul, na divisa com o Uruguai (Villwock e Tomazelli, 1995). Esta planície é formada por um complexo de barreiras originadas por eventos de transgressão-regressão marinha, *vide* figura 1 (Villwock e Tomazelli, 1995; Tomazelli e Villwock, 2000). Ela está sob influência da Convergência Subtropical do Atlântico Sul Ocidental, formada pela Corrente do Brasil, de sentido Norte-Sul, se caracteriza por águas quentes e pobres em nutrientes e pela Corrente das Malvinas, de sentido Sul-Norte, de águas frias e ricas em nutrientes, resultantes das descargas continentais das águas da Lagoa dos Patos e do Rio da Prata, o que se reflete na região em ser uma das mais produtivas de estoques de pescado do Brasil (Seeliger, Odebrecht e Castello, 1998).

Para a costa do RS existem poucos trabalhos versando sobre osteologia de pinípedes, em sua maioria são estudos cranianos com amostras atuais (não arqueológicas). Estudos das anomalias e alterações dentárias em *A. australis* (Drehmer e Ferigolo, 1996); análise ontogenética craniana do gênero *Arctocephalus* (Tarnawski et al., 2014); casos de agressão e patologias em *A. tropicalis* (Oliveira et al., 1998) e em *O. flavescens* (Drehmer et al., 1998); osteopatologias e alterações dentárias em *O. flavescens* (Sanfelice e Ferigolo, 2008); estudos craniométricos comparando os sexos (Oliveira et al., 2005) e populações de *O. flavescens* e *A. australis* (Oliveira, et al., 2008; Drehmer, 2005), além das relações entre suturas cranianas e idade absoluta (Audibert et al., 2018).

Existe apenas um resumo publicado sobre as diferenças na osteologia de pós-crânio entre as espécies do gênero *Arctocephalus*, encontrados na costa do RS (Menezes e Drehmer, 1998). Porém para o litoral uruguaio (Perez Garcia, 2003) e a costa do Chile (Sepúlveda, 2013), foram desenvolvidos estudos comparando, sobretudo, os gêneros *Arctocephalus* e *Otaria*, buscando diferenciar ambos os gêneros a partir de caracteres morfológicos pós-cranianos de exemplares recentes, não arqueológicos.

Apesar da realização de alguns estudos zooarqueológicos em determinados sítios do RS, ainda existem sítios com pouca ou nenhuma informação sobre a fauna de pinípedes em tempos pré-históricos. Menos ainda são as informações sobre a utilização destes táxons pelas populações humanas de pescadores-coletores que ocuparam a costa do RS durante o Holoceno.

Nesse contexto, os objetivos do presente estudo foram identificar em cinco sítios do RS remanescentes atribuídos aos pinípedes, avaliar as riquezas taxonômica e anatômica presentes nas amostras, caracterizar o uso destas espécies como recurso alimentar e comparar os dados obtidos de ocorrência pré-histórica das espécies da região estudada com o padrão de ocorrência atual.

METODOLOGIA

Caracterização da Área de Estudo

A Planície Costeira do RS (PCRS) se constitui como a mais ampla do Brasil, cobrindo cerca de 33.000 km² e em alguns setores mais de 100 km de largura, caracterizada como uma área de terras baixas que se configuram por uma faixa de praias arenosas com cerca de 620 km de extensão, sendo seus limites atuais Torres no extremo

Norte e Barra do Chuí no extremo Sul, na divisa com o Uruguai (figuras 2 e 3; Villwock e Tomazelli, 1995; Tomazelli e Villwock, 2000).

Na gênese da PCRS são observados quatro sistemas deposicionais do tipo 'laguna-barreira', em que cada um atesta o pico de uma transgressão seguida de um evento regressivo (figura 1). Os sistemas deposicionais 'laguna-barreira' I, II e III possuem idades correlacionadas com a época Pleistocênica, e o sistema IV com a época Holocênica. Os sítios arqueológicos dos quais provém os remanescentes ósseos analisados no presente estudo estão implantados sobre o sistema 'laguna-barreira' IV, esta de história geológica mais recente que atesta o último evento de transgressão-regressão marinha. Estes eventos de transgressão/regressão marinha, com a consequente formação de barreiras, estabelecem na PCRS uma extensa e complexa rede de banhados, lagos e lagoas (Villwock e Tomazelli, 2005; Tomazelli e Villwock, 2000).

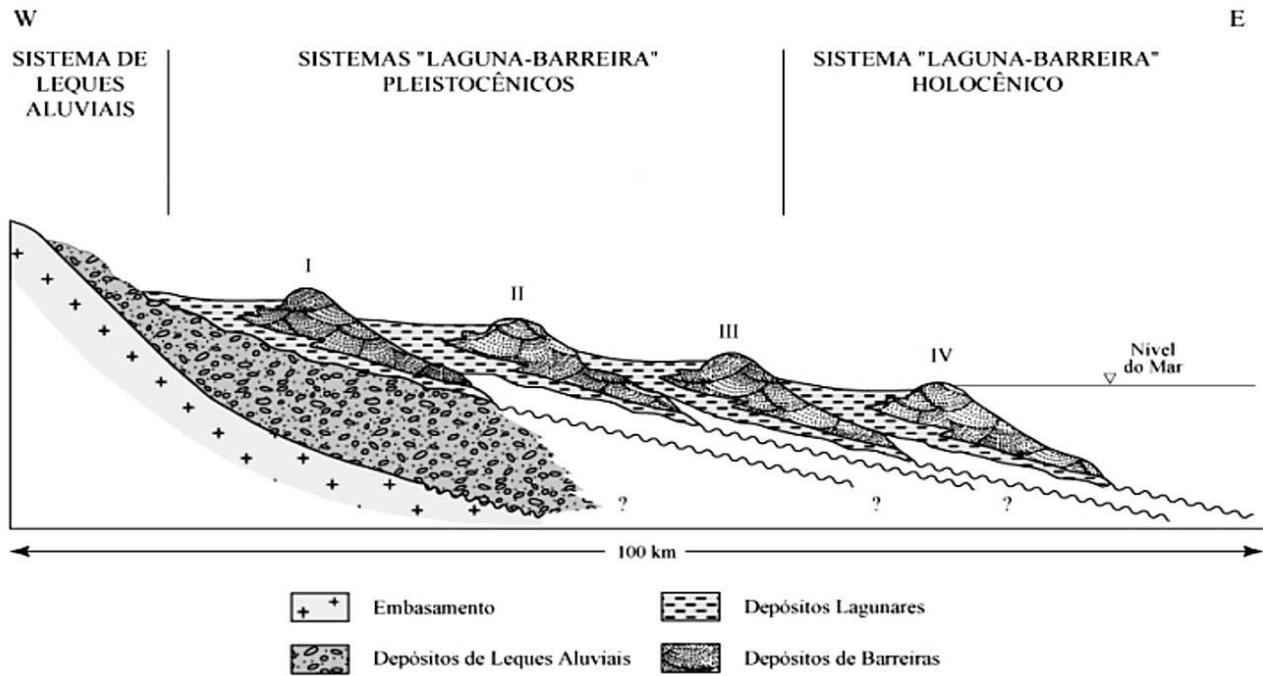
Na morfogênese do litoral um aspecto fundamental é o regime de ventos, com predominância de vento Nordeste (NE), sendo este o grande transportador de areia na região costeira que formam um grande campo de dunas (Villwock e Tomazelli, 1995; Tomazelli e Villwock, 2000). A PCRS por sua configuração retilínea lhe confere um carácter aberto, imediatamente exposto á ação de ondas de energia média a elevada, que associada à abundância de areia de granulação fina, e regime de micro-maré inferior a 50 cm, conferem dentro do esquema morfodinâmico um comportamento do tipo 'praia-dissipativa' (Villwock, Tomazelli, 1995).

A Convergência Subtropical do Atlântico Sul Ocidental, formada pela Corrente do Brasil, de sentido Norte-Sul, que se caracteriza por águas quentes e pobres em nutrientes e pela Corrente das Malvinas, de sentido Sul-Norte, de águas frias e ricas em nutrientes, resultantes das descargas continentais das águas da Lagoa dos Patos e do Rio da Prata, são responsáveis por a planície se refletir na região ser uma das mais produtivas de estoques de pescado do Brasil (Seeliger, Odebrecht e Castello, 1998).

Estudos palinológicos na PCRS têm demonstrado que na porção norte predominou desde o Pleistoceno a ocorrência de amplas formações campestres, vegetação dominante desde o Pré-último Máximo Glacial até o início do Holoceno (Bauermann, Behling e Macedo, 2009). Desde o Holoceno médio (6.000 A.P.) ocorreu um incremento de registros polínicos de táxons florestais, o que permite inferir uma elevação na temperatura e umidade, coincidente com a última transgressão marinha, eventos estes que a partir do Holoceno Superior (1.340 A.P.) conduziram ao registro frequente de tipos polínicos relacionados a espécies da Floresta Atlântica (Bauermann, Behling e Macedo, 2009).

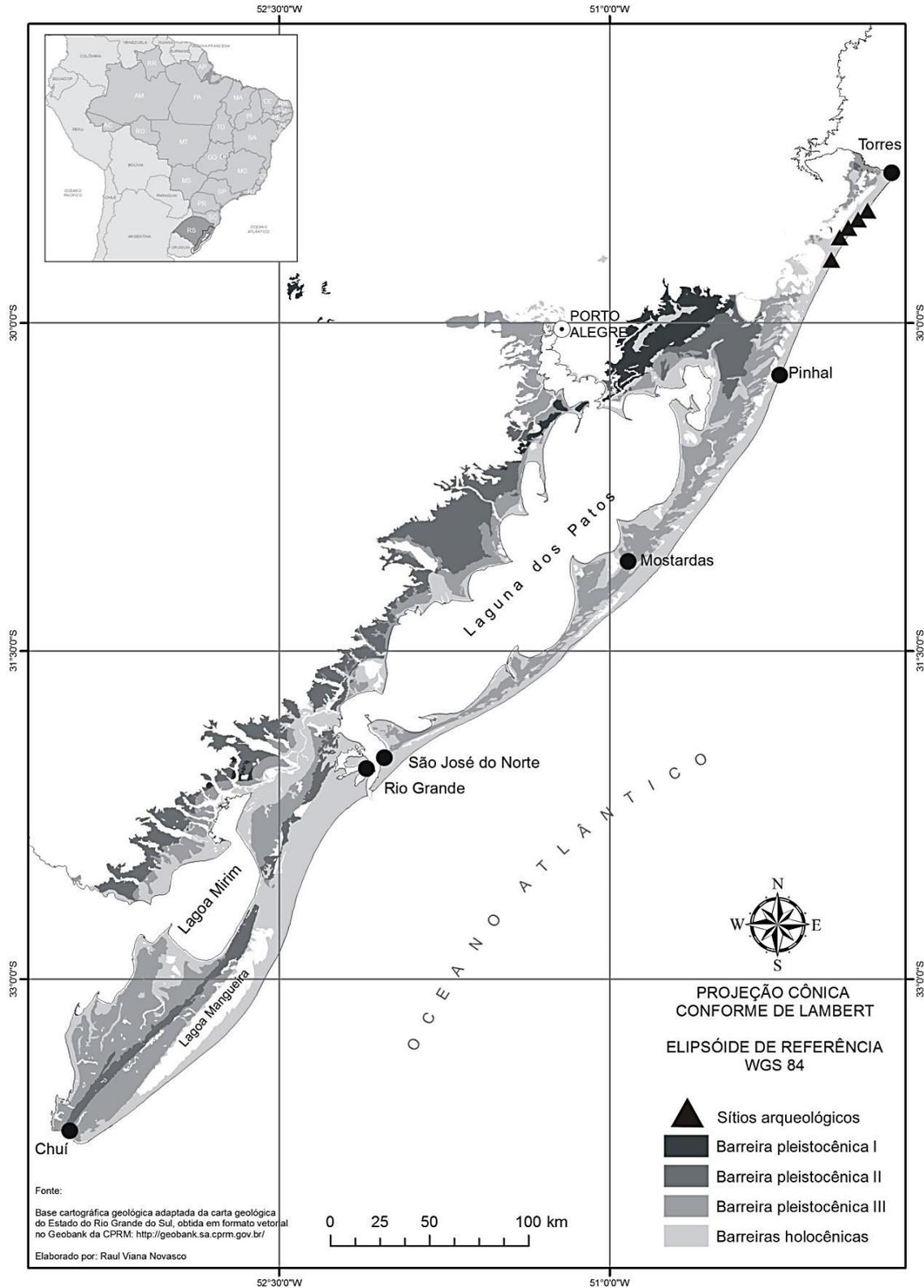
A partir do conjunto de aspectos destacados se demonstra que a PCRS se configura como um ambiente dinâmico, tendo sua configuração geomorfológica estabelecida recentemente. Quanto ao aspecto vegetacional se constata a ocorrência de um avanço recente da formação florestal sobre um característico habitat de formações abertas. A influência das correntes marinhas adjacentes a PCRS são responsáveis por conferir a este ecossistema sua abundante e expressiva composição ictiofaunística. Com a configuração destas características se torna evidente que este ambiente estabelecido recentemente ofertaria condições e recursos necessários ao estabelecimento de grupos pré-históricos.

Figura 1. Geologia da Planície Costeira do Rio Grande do Sul: perfil esquemático no sentido Oeste (W)-Leste (E) no sentido transversal dos sistemas deposicionais, com suas fácies sedimentares associadas.



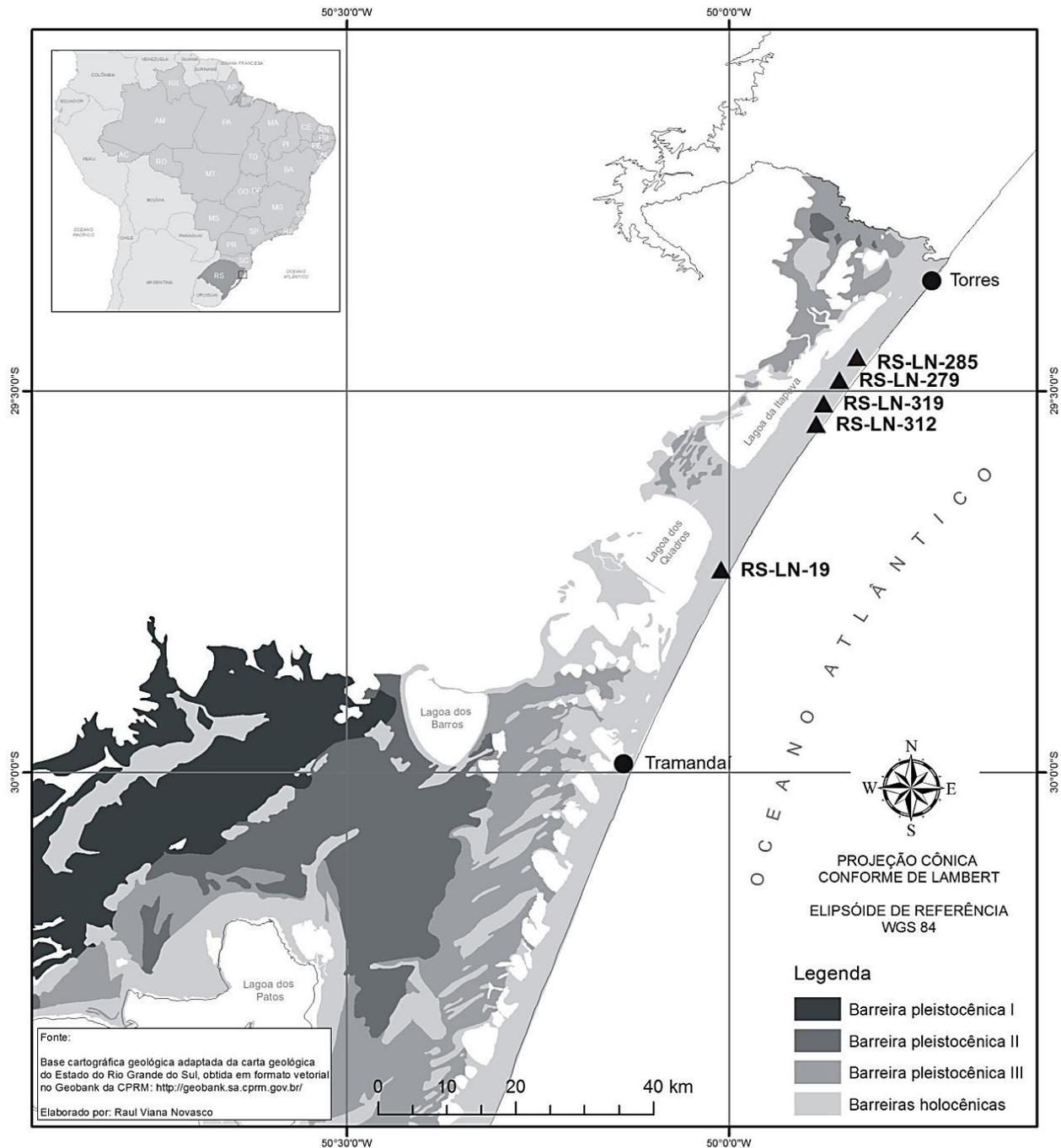
Fonte: Tomazelli e Villwock (2000: 111).

Figura 2. Geologia da Planície Costeira do Rio Grande do Sul: sua localização e sistemas deposicionais, além da posição geográfica dos sítios analisados no presente estudo (triângulos)..



Fonte: adaptado de Tomazelli e Villwock (2000: 376), modificado por S. Ferrasso (2017).

Figura 3. Planície Costeira, Litoral Norte do Rio Grande do Sul: sua localização e sistemas deposicionais, posição geográfica dos sítios (triângulos).



Fonte: adaptado de Tomazelli e Villwock (2000: 376), modificado por S. Ferrasso (2017).

Caracterização dos sítios arqueológicos

O material analisado provém de cinco sítios arqueológicos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (figuras 2 e 3), um sítio foi registrado pela equipe do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL) e os demais sítios foram registrados durante a execução do projeto 'Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica no Litoral Norte do RS' desenvolvido pela equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP).

RS-LN-19

O sítio arqueológico RS-LN-19, também conhecido como sambaqui de Xangri-lá (figuras 3, 4 e 5), está localizado no Litoral Norte (LN), nas coordenadas 29°47'23.72"S e 50° 02'18.24"W (WGS 84), dentro dos limites do município de Xangri-lá, dista em ± 900 m da atual linha de costa.

Este sítio foi identificado pelo pesquisador Eurico Theófilo Miller, que na época estava vinculado ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), e possui uma área aproximada de 4.000 m². O pesquisador realizou três intervenções na forma de prospecções (escavações) arqueológicas com duas quadrículas de 1,5 m x 1,5 m e uma trincheira de 1,75 m de largura por 9 m de comprimento no nível de superfície (figura 5). Já no nível mais basal escavado as medidas foram de 0,65 m de largura por 2,5 m de comprimento (Miller, 1966), ou seja, a escavação da trincheira foi reduzindo suas dimensões de forma gradual à medida que era aprofundada. Para os sítios arqueológicos da área, este é o que possui as maiores dimensões, tanto em área quanto em pacote estratigráfico, porém, não há nenhuma datação de sua idade relativa. Os vestígios em análise neste trabalho são oriundos da trincheira, cujo volume de material prospectado foi de ± 15,18 m³. O método de prospecção seguiu o de cortes horizontais artificiais nivelados, aprofundando verticalmente a cada 20 cm, formando camadas artificiais sucessivas para assegurar a profundidade e origem dos remanescentes faunísticos. É importante salientar, que não foram considerados na camada 1 os vestígios dispersos na superfície da área do sítio. Esta metodologia é amplamente utilizada em trabalhos desta natureza, e em geral seguem os expostos em Hester, Heizer e Graham (1988).

Para este sítio existe uma publicação relatando a descoberta de um zoólito, atribuindo o artefato ao sítio, e relatando a ocorrência de fragmentos cerâmicos das tradições Taquara e Tupiguarani na sua superfície (Mentz Ribeiro, 1982). Posteriormente o sítio sofreu uma prospecção sob a coordenação de Arno Alvarez Kern, o qual relatou a descoberta de ossos polidos dentre outros vestígios, e caracterizou as camadas do sítio com predomínio de conchas de moluscos, e ainda reportou ocorrência de cerâmica dos grupos Taquara e Tupiguarani na superfície (Kern, 1985). Até o presente momento, não foram publicadas as análises dos vestígios zooarqueológicos resgatados, tanto para a primeira escavação de Eurico T. Miller, quanto na posterior prospecção de Arno A. Kern.

Figura 4. Prospecção do sítio Arqueológico RS-LN-319 em Xangri-lá, RS: perspectiva geral da sua área.



Fonte: Eurico Theófilo Miller (1966).

Figura 5. Detalhe da trincheira do sítio Arqueológico RS-LN-19 em Xangri-lá, RS: perspectiva geral da intervenção de 1,75 m x 9 m (perfil estratigráfico da parede leste-nordeste).



Fonte: Eurico Theófilo Miller (1966).

RS-LN-279

O sítio arqueológico RS-LN-279, também conhecido como Serra Azul 2 (figuras 3 e 6), está localizado no município de Arroio do Sal, no LN do RS, sob as coordenadas 29°27'0.27"S e 49°49'1.74"W (WGS 84) no balneário Serra Azul, dista em ± 700 m da atual linha de costa. Este sítio foi localizado durante a execução do 'Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica do LN do RS'. O sítio possui uma área estimada em 300 m², na qual foi realizada a prospecção de uma quadrícula de 0,50 m x 0,50 m, que atingiu 1,20 m de camada arqueológica (Rogge e Schmitz, 2010). O volume de material escavado foi de 0,30 m³ e a camada basal de ocupação do sítio foi datada em 3.310 ± 40 A.P. (Beta-263433). Para o sítio, considerando suas camadas e aliado ao seu contexto, foi vinculado à Tradição Sambaqui (Rogge e Schmitz, 2010).

A metodologia prospectiva aplicada foi de cortes horizontais artificiais nivelados, aprofundando verticalmente a cada 10 cm, formando níveis artificiais sucessivos para assegurar a profundidade e origem dos remanescentes faunísticos, e em geral seguem os expostos em Hester, Heizer e Graham (1988). Para a arqueofauna deste sítio há uma publicação discutindo a sua estratégia de assentamento e captação de recursos (Ferrasso e Schmitz, 2015).

Figura 6. Sítio Arqueológico RS-LN-279, em Arroio do Sal, RS: vista parcial com a fração encoberta por vegetação herbácea, onde a seta indica o afloramento de material conquiliológico.



Fonte: S. Ferrasso (2010).

RS-LN-285

O sítio arqueológico RS-LN-285, também conhecido como Arroio Seco 5, se situa no município de Arroio do Sal (figuras 3 e 7), nas coordenadas geográficas 29°27'46.24"S e 49°49'42.01"W (WGS 84), na localidade de Balneário do Arroio Seco, distando \pm 750 m da atual linha de costa. O sítio foi identificado durante o desenvolvimento do 'Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica do LN do RS'. A área estimada do sítio era de 400 m², onde foi realizada prospecção de uma quadrícula de 0,50 m x 0,50 m (figura 7), que atingiu 0,70 m de camada arqueológica, sendo que seu contexto e composição sugerem sua vinculação a Tradição Sambaqui (Rogge e Schmitz, 2010).

O volume de material escavado foi de 0,175 m³, e o método de escavação segue o mesmo descrito para o sítio anterior. Com relação à arqueofauna deste sítio Ferrasso, Schmitz e Rogge (2013) sugeriram que seus habitantes eram de tradição Sambaquiana.

Figura 7. Sítio Arqueológico RS-LN-285, Arroio do Sal, RS: perspectiva da quadrícula de 50 cm x 50 cm, setas indicam os limites do pacote estratigráfico com 70 cm de espessura.



Fonte: S. Ferrasso (2009).

RS-LN-312

O sítio arqueológico RS-LN-312, também conhecido como Marambaia 1, se localiza no município de Arroio do Sal (figuras 3, 8 e 9), sob as coordenadas geográficas 29°34'22.08"S e 49°54'33.16"W (WGS 84), no Balneário da Marambaia, distando em \pm 800 m da atual linha de costa.

O sítio foi identificado durante o desenvolvimento do 'Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica do LN do RS'. A área do sítio é de aproximadamente 2.000 m², onde foi realizada prospecção de duas quadrículas (1 e 2) com 1,00 m x 2,00 m cada uma, em faces opostas do sítio. Os remanescentes analisados no presente estudo provêm da quadrícula 2 (figura 9), que alcançou 1,40 m de pacote estratigráfico. As camadas basais do sítio foram datadas em 3.050 \pm 40 A.P. (Beta-247954). O contexto e composição do sítio levaram sua atribuição à Tradição Sambaqui (Rogge e Schmitz, 2010).

O volume de material prospectado foi de 2,80 m³, e o método de escavação segue o mesmo descrito para o sítio anterior. Ferrasso, Fiorentin e Schmitz (2016) avaliaram os remanescentes conchiliológicos do sítio com base principalmente nos caracteres morfoanatômicos para a identificação de espécies.

Figura 8. Sítio Arqueológico RS-LN-312, Arroio do Sal, RS: perspectiva geral do sítio, com afloramento de vestígios conchiliológicos sendo indicado pela seta.



Fonte: S. Ferrasso (2008).

Figura 8. Sítio Arqueológico RS-LN-312, em Arroio do Sal: vista geral da prospecção da quadrícula 2, com 2 m x 1 m de área.



Fonte: J. H. Rogge (2008).

RS-LN-319

O sítio RS-LN-319, também conhecido como Atlântico 9, situado sob as coordenadas geográficas 29°28'42.46"S e 49°50'28.89"W (WGS), na localidade de Balneário Atlântico, no município de Arroio do Sal (figuras 3 e 10).

O sítio foi identificado durante a execução do 'Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica do LN do RS'. A área do sítio é de aproximadamente 100 m², onde foi realizada a prospecção de três quadrículas (1, 2 e 3, figura 10) com 0,50 m x 0,50 m cada uma. Os remanescentes em análise são oriundos das quadrículas 1 e 2, com um pacote arqueológico que oscila entre os 30 cm (Rogge e Schmitz, 2010). Foi realizada datação na camada basal do sítio que alcançou 3.660 ± 40 A.P. (Beta-263432), esta data somada ao seu contexto e composição o vincula a Tradição Sambaqui (Rogge e Schmitz, 2010). O volume de material escavado foi de 0,375 m³, e o método de escavação segue o mesmo descrito para o sítio anterior.

Figura 9. Sítio Arqueológico RS-LN-319, em Arroio do Sal, RS: perspectiva geral do sítio, com as setas indicado o afloramento de material arqueológico nas proximidades das escavações 1 e 2.



Fonte: P. R. de O. Roth, 2009; modificado por S. Ferrasso (2017).

REMANESCENTES ÓSSEOS ENCONTRADOS NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Todos os remanescentes ósseos que foram analisados no presente estudo se encontram depositados na Reserva Técnica (= coleção científica) de Arqueologia do Instituto Anchietano de Pesquisas/Universidade do Vale do Rio dos Sinos (IAP-UNISINOS).

Em uma primeira etapa de trabalhos foram realizadas as seguintes atividades: triagem e separação de remanescentes ósseos potencialmente atribuíveis aos pinípedes; limpeza dos remanescentes ósseos potencialmente atribuíveis aos pinípedes em geral; marcação com tinta indelével do acrônimo da respectiva coleção em cada peça, com intuito de assegurar a sua integridade e procedência; organização e acondicionamento em gavetas do material para que possibilite sua manipulação e análise de forma sistematizada.

Subsequente a esta etapa de acesso e organização dos remanescentes faunísticos das arqueofaunas dos cinco sítios arqueológicos se procedeu então na identificação anatômica e taxonômica das arqueofaunas.

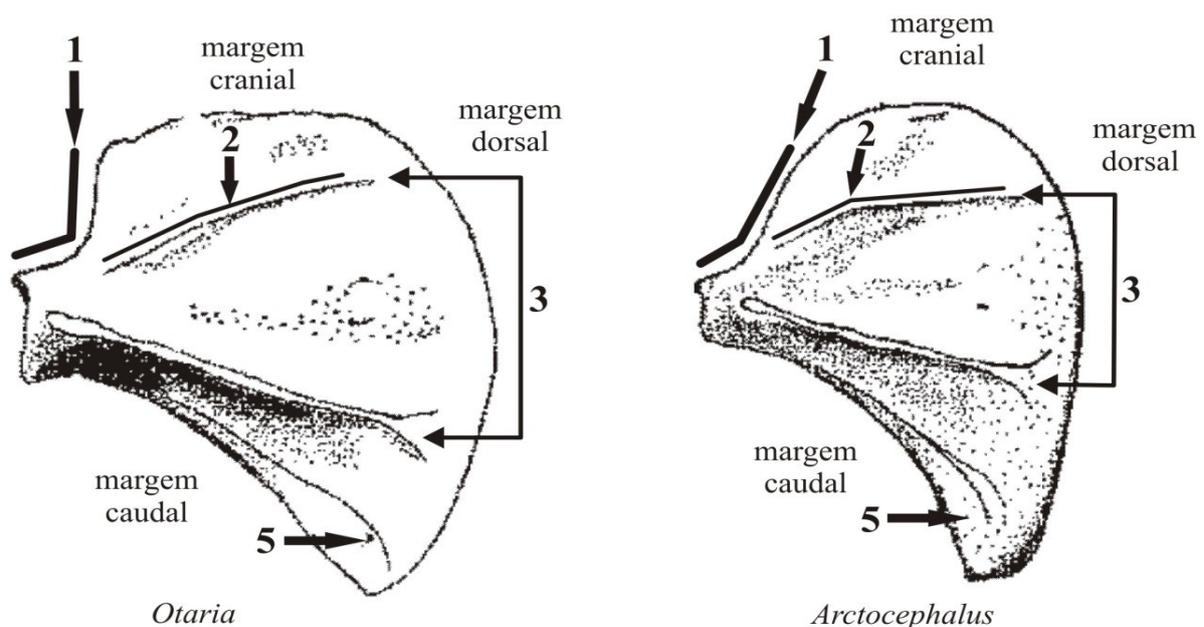
Metodologia de identificação

Os remanescentes de pinípedes triados foram analisados em laboratório, nas dependências físicas do Laboratório de Zooarqueologia, no Instituto Anchietano de Pesquisas, junto ao campus UNISINOS, em São Leopoldo.

Para fins de identificação anatômica dos remanescentes ósseos encontrados nos sítios arqueológicos estes foram comparados diretamente com espécimes de espécies atuais de pinípedes que possuem esqueletos completos (crânio e pós-crânio) e que foram emprestados para este projeto pelas seguintes coleções científicas: Setor de Mamíferos do Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica, Laboratório de Mastozoologia (MCN); Coleção do Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul (GEMARS) e Coleção Osteológica do Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP-CO).

A identificação anatômica dos remanescentes foi baseada em abordagens realizadas de forma conjunta: identificação anatômica preliminar dos remanescentes do pós-crânio, com o emprego de bibliografia específica para pinípedes (e.g. Kasper, 1980; Pérez Garcia, 2003; L'Heurex e Borella, 2011 e Sepúlveda, 2013), e comparação direta com elementos ósseos de espécies atuais de coleções de referência para a identificação taxonômica dos remanescentes (tabela 1). Na figura 10 são demonstradas variações de caracteres diagnósticos em determinados elementos anatômicos que permitiram a identificação entre os gêneros *Otaria* e *Arctocephalus* (ver legenda da figura 10 e as descrições no Apêndice).

Figura 10. Escápula dos gêneros *Otaria* e *Arctocephalus*, com caracteres avaliados em vista dorsal: 1- margem do ângulo anterior, forte tendência a ser retilínea em *Otaria*; 2- espinha secundária com forte tendência a ser curvada em *Arctocephalus*; 3- espinha escapular e espinha secundária são divergentes no sentido da margem dorsal em *Otaria*; 5- margem caudal, localização e desenvolvimento da crista oblíqua mais marcada e paralela próxima da margem em *Arctocephalus*.



Fonte: Pérez Garcia (2003), modificado por S. Ferrasso (2018).

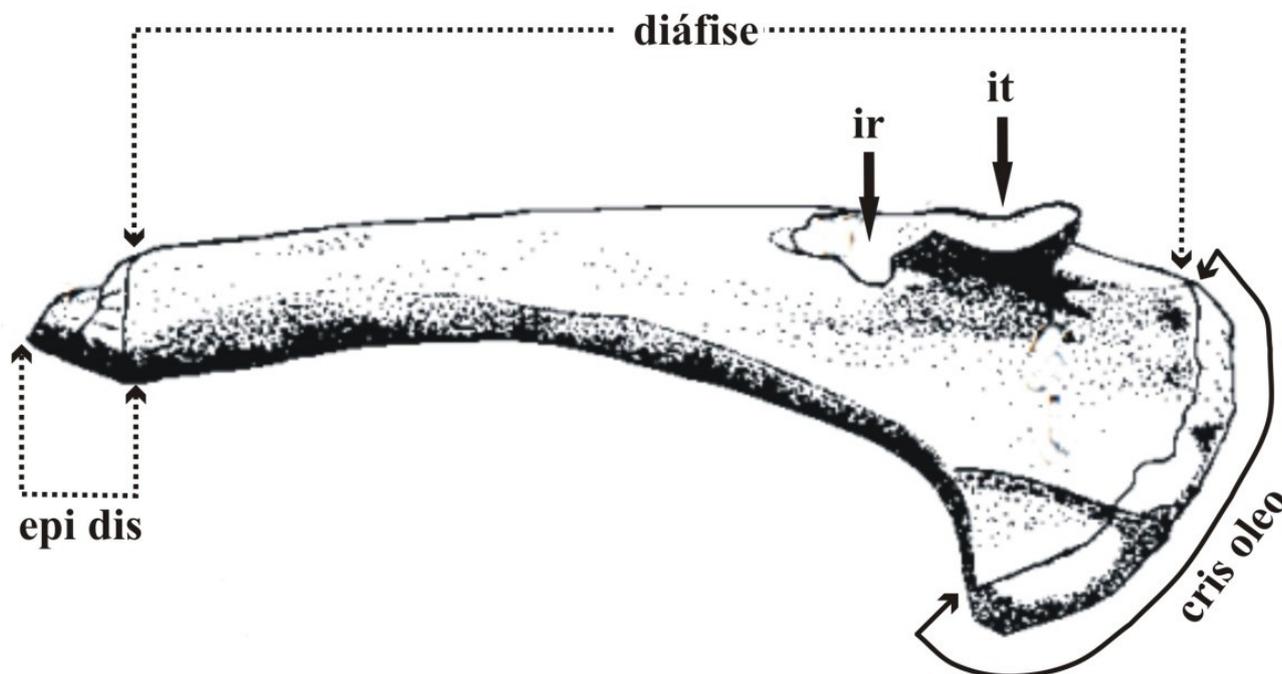
Tabela 1. Espécimes atuais de pinípedes depositados em coleções zoológicas e utilizados para comparação direta no presente estudo. MCN-FZB: Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul; IAP/CO: Instituto Anchietao de Pesquisas-Coleção Osteológica e GEMARS: Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul.

Identificação do espécime	Espécie	Sexo	Partes do Esqueleto
MCN 2705	<i>Arctocephalus australis</i>	Fêmea	Pós-crânio
MCN 2706	<i>Arctocephalus australis</i>	Macho	Pós-crânio
MCN 2463	<i>Arctocephalus tropicalis</i>	Macho	Pós-crânio
MCN 2459	<i>Otaria flavescens</i>	Macho	Pós-crânio
MCN 2979	<i>Otaria flavescens</i>	indeterminado	Pós-crânio
MCN 2832	<i>Otaria flavescens</i>	Macho	Crânio e pós-crânio
IAP/CO-062	<i>Otaria flavescens</i>	Fêmea	Crânio e pós-crânio
IAP/CO-425	<i>Otaria flavescens</i>	Macho	Crânio e pós-crânio
IAP/CO-424	<i>Arctocephalus australis</i>	Macho	Crânio e pós-crânio
IAP/CO-426	<i>Arctocephalus australis</i>	indeterminado	Crânio e pós-crânio
IAP/CO-073	<i>Arctocephalus tropicalis</i>	Macho	Crânio e pós-crânio
IAP/CO-360	<i>Arctocephalus australis</i>	indeterminado	Crânio e pós-crânio
GEMARS 0003	<i>Otaria flavescens</i>	Macho	Pós-crânio
GEMARS 0425	<i>Arctocephalus australis</i>	Macho	Crânio e pós-crânio
GEMARS 0438	<i>Arctocephalus tropicalis</i>	Fêmea	Crânio e pós-crânio
GEMARS 0832	<i>Arctocephalus tropicalis</i>	Macho	Crânio e pós-crânio
GEMARS 0833	<i>Arctocephalus tropicalis</i>	Macho	Crânio e pós-crânio
GEMARS 0835	<i>Arctocephalus gazella</i>	indeterminado	Crânio
GEMARS 0862	<i>Arctocephalus gazella</i>	Fêmea	Crânio e pós-crânio
GEMARS 0910	<i>Arctocephalus tropicalis</i>	Macho	Crânio e pós-crânio
GEMARS 0959	<i>Arctocephalus tropicalis</i>	Macho	Pós-crânio
GEMARS 1000	<i>Arctocephalus tropicalis</i>	Fêmea	Pós-crânio
GEMARS 1303	<i>Otaria flavescens</i>	Macho	Crânio e pós-crânio
GEMARS 1319	<i>Lobodon carcinophaga</i>	Fêmea	Crânio e pós-crânio
GEMARS 1322	<i>Otaria flavescens</i>	Macho	Crânio
GEMARS 1400	<i>Otaria flavescens</i>	Macho	Crânio e pós-crânio
GEMARS 1401	<i>Otaria flavescens</i>	Macho	Crânio e pós-crânio
GEMARS 1452	<i>Arctocephalus australis</i>	Macho	Crânio e pós-crânio
GEMARS 1469	<i>Otaria flavescens</i>	Macho	Crânio e pós-crânio
GEMARS 1559	<i>Arctocephalus australis</i>	Fêmea	Pós-crânio
GEMARS 1697	<i>Arctocephalus tropicalis</i>	indeterminado	Crânio e pós-crânio

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

A classe etária dos táxons identificados foi estimada com base no protocolo desenvolvido por Borella *et al.* (2013) para indivíduos da família Otariidae (figura 11). Este protocolo leva em consideração a análise de 43 centros de fusionamento epifisiário, distribuídos entre os diferentes elementos ósseos anatômicos do esqueleto, em que são avaliados macroscopicamente os graus de fusionamento de epífises em relação às diáfises dos ossos. As classes etárias relativas estabelecidas por Borella *et al.* (2013) foram: I- lactantes, II- juvenis, III-subadultos/adultos, IV- adultos e V- adultos/senis.

Figura 11. Ulna da família Otariidae: esquema para avaliar classe de idade relativa com base no fusão de epífises. Centros de fusão: **epi dis**- fusão de epífise distal em relação a diáfise; **ir**-consolidação da incisura radial; **it**-consolidação da incisura troclear; **cris oleo**- fusão da crista do oléocrano em relação a diáfise.



Fonte: Pérez Garcia, 2003 e Borella *et al.* (2013), modificado por S. Ferrasso (2018).

Análises quantitativas dos remanescentes

Para mensurar quantitativamente os elementos ósseos encontrados em cada sítio arqueológico foram empregados cinco índices: um de riqueza taxonômica (NISP) e quatro de riqueza anatômica (MNE, MNI, MAU e %MAU). A riqueza taxonômica sob a perspectiva da zooarqueologia se refere ao número de remanescentes identificados em um determinado nível taxonômico, e a riqueza anatômica se refere às estruturas anatômicas dos remanescentes identificados, ambos em uma determinada arqueofauna.

O número de remanescentes identificados (do inglês NISP - *Number of Identified Specimens*) é uma unidade quantitativa observacional que corresponde ao total de remanescentes identificados a um dado táxon, em um determinado nível taxonômico. Pode ser tanto um remanescente ósseo completo, quanto um fragmento do mesmo, sendo aplicável de mesma forma a outros remanescentes, tais como dentes, chifres ou conchas (Lyman, 1994, 1996; Reitz e Wing, 1999; Mengoni Goñalons, 1999, 2010; Jacobus, 2004). Em outras palavras, seria um valor de abundância de remanescentes identificados como pertencentes a um dado táxon.

O número mínimo de elementos (do inglês MNE - *Minimum Number of Elements*) é derivado do NISP, é uma unidade quantitativa analítica, e foi aplicado para se estimar quantos elementos anatômicos estavam representados em uma arqueofauna. Para seu cálculo não se considerou a lateralidade dos remanescentes, porém foram consideradas as zonas diagnósticas de cada remanescente (Lyman, 1994, 1996; Reitz e Wing, 1999; Mengoni Goñalons, 1999, 2010; Jacobus, 2004).

O índice do número mínimo de indivíduos (do inglês MNI - *Minimum Number of Individuals*) é uma unidade analítica derivada que foi estimado através do elemento anatômico mais abundante de um táxon em uma arqueofauna. Para seu cálculo foi

considerada a sua lateralidade (direito ou esquerdo) e a classe etária relativa (baseado no grau de fusão de epífises) dos elementos anatômicos (Lyman, 1994, 1996; Reitz e Wing, 1999; Mengoni Goñalons, 1999, 2010; Jacobus, 2004). Em outras palavras, seria um valor de abundância do número de indivíduos identificados como pertencentes a um dado táxon.

O número mínimo de unidades animais (do inglês MAU - *Minimum Number of Animal Units*) é uma unidade analítica derivada, e foi obtido dividindo-se o MNE de um determinado elemento pela quantidade de vezes que este elemento aparece no esqueleto completo de um indivíduo. Isto é, no caso de elementos pares, o MNE é dividido por dois, e no de ímpares por um. É importante salientar que os MAUs podem resultar em números fracionários e, quando se pretende somá-los, é necessário arredondar para o próximo número inteiro (Lyman, 1994, 1996; Reitz e Wing, 1999; Mengoni Goñalons, 1999, 2010; Jacobus, 2004).

Outro índice utilizado na contabilização da frequência relativa de remanescentes de um táxon foi o percentual de MAU (do inglês %MAU - *Minimum Number of Animal Units Percents*), que se trata de uma estimativa padronizada do índice de MAU. O seu cálculo foi realizado a partir do maior MAU obtido em uma arqueofauna, que possui valor de 100%, e as demais porcentagens de MAU foram computadas em relação ao maior MAU em uma escala de 0 a 100% (Lyman, 1994, 1996; Reitz e Wing, 1999; Mengoni Goñalons, 1999, 2010; Jacobus, 2004).

Lyman (1994) discutiu e propôs uma uniformização no uso dos índices quantitativos, a fim de estabelecer uma metodologia padronizada e reconhecida internacionalmente. Contudo, Jacobus (2004) sugeriu que cabe aos zooarqueólogos da região do Neotrópico a busca de soluções para questões ambíguas neste tipo de análise. Desta forma, a partir destes dois trabalhos, foi adotada no presente estudo a abordagem do autor mais recente, utilizando-se o emprego das siglas dos índices quantitativos com base na escola norte-americana, evitando assim uma profusão desnecessária de novas siglas, que atrapalhariam o estabelecimento de metodologias com viés zooarqueológico.

Relacionado à fragmentação dos remanescentes calculou-se o percentual de fragmentação das amostras para a arqueofauna de cada sítio tendo como base na divisão entre os valores obtidos de NISP e MNE, segundo os expostos em Marshall e Pilgram (1993) e Terreros (2013).

Contextualização cronológica dos remanescentes

A idade estimada para a deposição dos remanescentes dos táxons identificados foi inferida com base na correlação entre as camadas deposicionais onde os remanescentes foram encontrados. As datações destes sítios foram previamente estabelecidas com base nos níveis artificiais relacionados com a ocupação pré-cerâmica do município de Arroio do Sal, e realizadas por Rogge e Schmitz (2010).

Análise de manipulações de origem antrópica nos remanescentes

Após a determinação anatômica e taxonômica dos remanescentes, em cada elemento anatômico foi verificada a ocorrência de manipulações antrópicas (e.g. marcas de corte, marcas de queima, confecção de artefatos). Esta determinação foi feita através da identificação dos agentes e processos que agiram sobre os remanescentes de acordo com os trabalhos de Lyman (1987, 1996), de Reitz e Wing (1999), de Mengoni Goñalons (1999, 2010) e Moreno-Garcia et al. (2003).

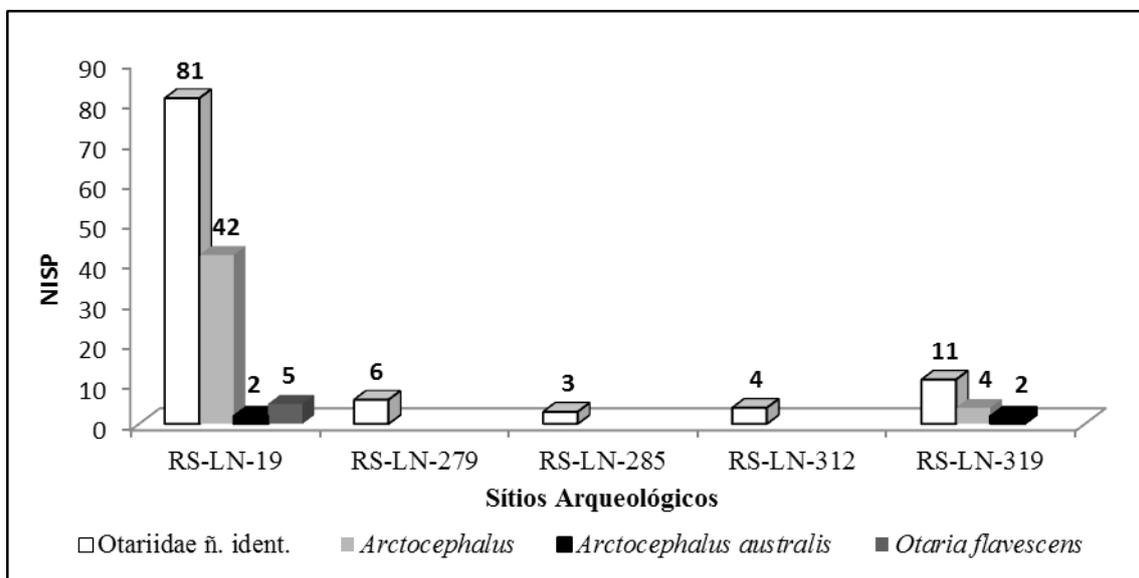
RESULTADOS

A análise das arqueofaunas dos cinco sítios estudados possibilitou a identificação de uma família de pinípedes, a Otariidae. Esta família foi representada por pelo menos duas espécies, *O. flavescens* e *A. australis* (tabelas 3, 5, 7, 9 e 11), uma vez que em muitos elementos anatômicos só foi possível se chegar até o gênero *Arctocephalus* nos remanescentes analisados.

As arqueofaunas de cada sítio revelaram em sua totalidade um NISP de 159 remanescentes faunísticos atribuíveis aos pinípedes, com um MNI de 17, distribuídos em diferentes níveis taxonômicos (família, gênero e espécie). Os elementos anatômicos representativos foram da região axial (crânio, coluna, costela), cinturas (escápula e pélvis) e da região apendicular (úmero, rádio, ulna, fêmur, tíbia, fíbula) (tabelas 4, 6, 8, 10 e 12).

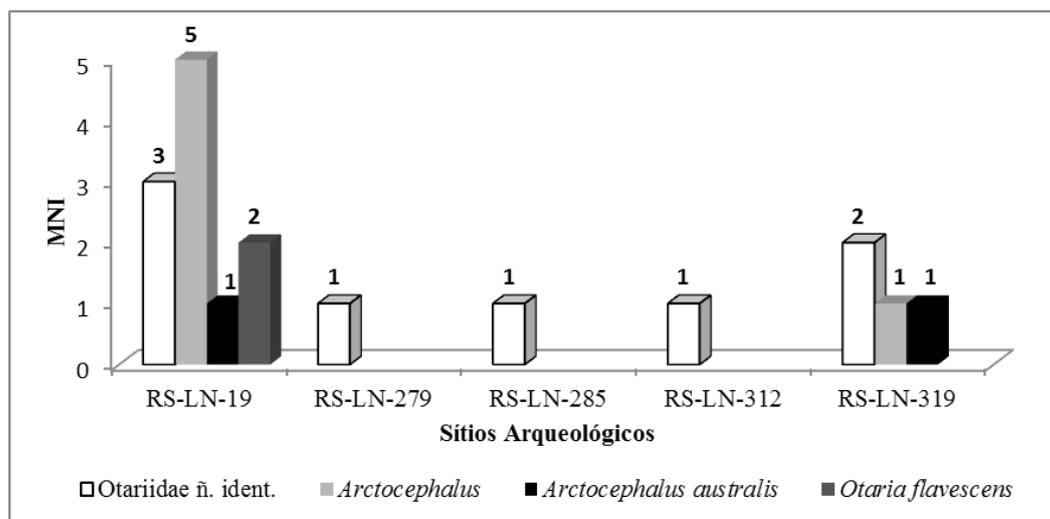
A família Otariidae esteve presente nas arqueofaunas dos cinco sítios estudados. O gênero *Arctocephalus* e a espécie *A. australis* foram registrados em dois sítios (RS-LN-19 e RS-LN-319), a espécie *O. flavescens* foi registrada apenas na arqueofauna do sítio RS-LN-19. Considerando os resultados do índice de NISP para riqueza taxonômica das arqueofaunas, observou-se que a família Otariidae foi a mais representativa e frequente nas amostras de todos os sítios (figura 12), sendo mais expressiva na arqueofauna do sítio RS-LN-19. Com base nos valores obtidos do índice de MNI aplicado a riqueza anatômica nas arqueofaunas, verificou-se que o gênero *Arctocephalus* foi o mais representativo dentro da amostra do sítio RS-LN-19 (figura 14). Contudo, nos demais sítios só foi possível identificar os remanescentes até o nível da família, neste caso Otariidae, a qual foi a mais representativa em frequência de remanescentes.

Figura 12. Riqueza taxonômica das arqueofaunas de pinípedes nos sítios arqueológicos do Litoral Norte do RS e suas respectivas representatividades do índice de NISP por sítio e táxon.



Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

Figura 13. Riqueza anatômica das arqueofaunas de pinípedes nos sítios arqueológicos do Litoral Norte do RS e suas respectivas representatividades do índice de MNI por sítio e táxon.



Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

Na análise dos remanescentes, um aspecto que se destacou, foram as distintas representatividades das arqueofaunas dos sítios (figuras 13, 14 e tabela 2). Os remanescentes são oriundos de seis quadrículas, dos cinco sítios, cada uma diferindo em tamanho e espessura estratigráfica arqueológica. A explicação mais plausível para a diferença entre as amostragens se deveria, sobretudo, aos objetivos de cada pesquisador, fortemente influenciados pelo escopo de cada projeto, dentro dos quais estes estavam inseridos.

Se tomarmos como exemplo a arqueofauna do sítio RS-LN-19, cujo volume escavado foi de 15,18 m³ e compararmos com a amostra obtida no sítio RS-LN-279 com apenas 0,30 m³ escavados, verifica-se que as riquezas taxonômicas obtidas (figura 13, tabelas 2, 3, 5 e 7) são maiores no primeiro sítio (três níveis taxonômicos e duas espécies identificadas), possivelmente como resultado do maior volume escavado no primeiro sítio arqueológico e por causa dos propósitos de cada pesquisador durante a prospecção. Tomando os sítios de Arroio do Sal como exemplo, e olhando as diferentes amostragens obtidas entre os sítios (tabela 2) e com base em Rogge e Schmitz (2010), que descrevem o sítio RS-LN-312 como o maior e o mais importante sítio da área, justificando por isso a intervenção de maiores proporções realizadas no mesmo, com 4 m² de área prospectada, com duas quadrículas. Dessa forma, se pressupõe que com a mesma perspectiva, tamanho e relevância, Eurico T. Miller tenha realizado a amostragem no sítio de Xangri-lá, o RS-LN-19.

Tabela 2. Sítios arqueológicos com presença de remanescentes ósseos de pinípedes. Ocorrência registrada por quadrículas, área escavada e número de camadas estratigráficas artificiais identificadas.

Sítio	Nº Quadrícula	Área Escavada	Nº de Camadas Artificiais	m ³
RS-LN-19	3	$\bar{x} = 1,2 \times 5,75$	13	± 15,18
RS-LN-279	1	0,50 x 0,50 m	11	0,30
RS-LN-285	1	0,50 x 0,50 m	7	0,175
RS-LN-312	1	1,00 x 2,00 m	14	2,80
RS-LN-319	1	0,50 x 0,50 m	6	0,375
	2	0,50 x 0,50 m	6	

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

RS-LN-19

A riqueza taxonômica da arqueofauna do sítio RS-LN-19 se mostrou com a maior representatividade e diversidade taxonômica dentre todos os sítios (tabelas 3 e 4), tanto no índice de NISP, quanto no índice de MNI. A maior riqueza anatômica de remanescentes foi da família Otariidae (MNE = 62), seguida pelo gênero *Arctocephalus* (MNE = 33), em que predominaram elementos da região do membro anterior, com a estrutura anatômica ulna (tabela 4). Da espécie *A. australis* predominaram ossos que compõem o crânio, como o maxilar. Em *O. flavescens* predominaram elementos da região do membro posterior, sendo o calcâneo a estrutura óssea mais representativa (tabela 4). Os táxons identificados estavam presentes em 14 níveis estratigráficos do sítio, sendo mais representativos entre as camadas 5 a 8, com maiores valores de NISP para os táxons identificados.

Tabela 3. Frequência de remanescentes de pinípedes encontrados no sítio arqueológico RS-LN-19 em cada camada artificial escavada. Índices quantitativos de riqueza anatômica e taxonômica, NISP e MNI, respectivamente.

Táxons ↓	Camadas Artificiais														NISP	MNI
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14		
Otariidae	7	2	3	4	13	13	8	6	4	1	12	1	5	2	81	3
<i>Arctocephalus</i> sp.	5	1	2	-	15	10	4	2	-	-	1	-	2	-	42	5
<i>Arctocephalus australis</i>	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1
<i>Otaria flavescens</i>	-	-	-	-	-	1	1	3	-	-	-	-	-	-	5	2
TOTAL →	13	3	5	4	29	24	13	11	4	1	13	1	7	2	130	11

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

Tabela 4. Frequência de remanescentes de pinípedes encontrados no sítio arqueológico RS-LN-19. Índices quantitativos de riqueza anatômica: MNE, MAU e %MAU.

Região Anatômica	Elemento anatômico ↓	Otariidae			<i>Arctocephalus</i> sp.			<i>Arctocephalus australis</i>			<i>Otaria flavescens</i>		
		MNE	MAU	%MAU	MNE	MAU	%MAU	MNE	MAU	%MAU	MNE	MAU	%MAU
Sincrânio	maxilar	0	0,00	0,00	0	0,00	0	2	1	100	0	0,0	0,0
	bula-timpânica	0	0,00	0,00	2	1,00	28,57	0	0,00	0,00	0	0,0	0,0
	côndilo occipital	1	0,50	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,0	0,0
	mandíbula	0	0,00	0,00	1	0,50	14,29	0	0,00	0,00	0	0,0	0,0
Coluna	axis	1	1,00	40,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,0	0,0
	vértebra cervical	1	0,14	5,71	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,0	0,0
	vértebra torácica	3	0,20	8,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,0	0,0
	vértebra lombar	2	0,40	16,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,0	0,0
	vértebra indet.	6	0,14	5,71	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,0	0,0
Esqueleto apendicular	pélvis	0	0,00	0,00	2	1,00	28,57	0	0,00	0,00	1	0,5	33,33
	escápula	0	0,00	0,00	6	3,00	85,71	0	0,00	0,00	1	0,5	33,33
Membro Anterior	úmero	2	1,00	40,00	2	1,00	28,57	0	0,00	0,00	1	0,5	33,33
	ulna	5	2,50	100	7	3,50	100	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	rádio	4	2,00	80,00	2	1,00	28,57	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	escafolunar	0	0,00	0,00	3	1,50	42,86	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	ossos carpais	12	0,75	30,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	metacarpo I	1	0,50	20,00	1	0,50	14,29	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	metacarpo II	1	0,50	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
metacarpo III	1	0,50	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	
metacarpo V	1	0,50	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	

Região Anatômica	Elemento anatômico ↓	Otariidae			Arctocephalus sp.			Arctocephalus australis			Otaria flavescens		
		MNE	MAU	%MAU	MNE	MAU	%MAU	MNE	MAU	%MAU	MNE	MAU	%MAU
	metacarpo indet.	2	0,20	8,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	fêmur	3	1,50	60,00	4	2,00	57,14	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	patela	2	1,00	40,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	tíbia	4	2,00	80,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	fíbula	1	0,50	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Membro Posterior	calcâneo	2	1,00	40,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	1,50	100
	astrágalo	0	0,00	0,00	1	0,50	14,29	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	metatarso 3°	1	0,50	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	metatarso 4°	1	0,50	20,00	1	0,50	14,29	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	metatarso 5°	2	1,00	40,00	1	0,50	14,29	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	metatarso indet.	1	0,10	4,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Nadadeira-diant/tras	falanges	2	0,04	1,54	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
	TOTAL →	62			33			2			6		

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

RS-LN-279

Na arqueofauna do sítio RS-LN-279 foi possível identificar os remanescentes até a categoria de família Otariidae. A quantificação dos remanescentes obteve um NISP de seis, com um MNI de um, sendo a estrutura com maior representatividade anatômica a região do membro posterior (tabelas 5 e 6), e o MNE obtido de dois, representado pelo esqueleto apendicular. Os remanescentes faunísticos atribuíveis a este grupo ocorreram apenas em um nível artificial do pacote estratigráfico do sítio. A amostra obtida com a prospecção foi apenas de 0,30 m³, um valor considerado pequeno.

Tabela 5. Frequência de remanescentes de pinípedes encontrados no sítio arqueológico RS-LN-279. Índices quantitativos de riqueza taxonômica e anatômica, NISP e MNI, respectivamente.

Camada Artificial			
Táxons ↓	4	NISP	MNI
Otariidae	6	6	1
TOTAL →	6	6	1

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

Tabela 6. Frequência de remanescentes de pinípedes encontrados no sítio arqueológico RS-LN-279. Índices quantitativos de riqueza anatômica MNE, MAU e %MAU.

		Otariidae		
Região Anatômica	Elemento anatômico ↓	MNE	MAU	%MAU
Membro posterior	cabeça-femoral	1	0,5	100
Nadadeira diant./tras.	frag. Falanges	1	0,019	3,846
	TOTAL →	2		

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

RS-LN-285

Na riqueza taxonômica do sítio RS-LN-285 esteve presente a família Otariidae. Os valores obtidos pelos índices de NISP e MNI foram respectivamente de três e dois (tabela 7). As estruturas com maior representatividade anatômica dos remanescentes eram da região do membro anterior, com um MNE de três, representada pelo esqueleto

apendicular (tabela 8). Os remanescentes ocorreram em duas camadas artificiais da estratigrafia do pacote arqueológico do sítio. O volume de material prospectado foi de 0,175 m³, um valor considerado pequeno.

Tabela 7. Frequência de remanescentes de pinípedes encontrados no sítio arqueológico RS-LN-285. Índices quantitativos de riqueza taxonômica e anatômica, NISP e MNI, respectivamente.

Camadas artificiais				
Táxon ↓	1	3	NISP	MNI
Otariidae	1	2	3	2
TOTAL →	1	2	3	2

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

Tabela 8. Frequência de remanescentes de pinípedes encontrados no sítio arqueológico RS-LN-285. Índices quantitativos de riqueza anatômica MNE, MAU e %MAU.

Região Anatômica	Elemento anatômico ↓	Otariidae ñ. ident.		
		MNE	MAU	%MAU
Membro anterior	Rádio	2	1	100
Membro posterior	Tíbia	1	0,5	50
	TOTAL →	3		

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

RS-LN-312

Os remanescentes faunísticos identificados no sítio RS-LN-312 pertenciam também a família Otariidae, o valor do NISP foi de quatro e o MNI de um (tabela 9). A estrutura com representatividade anatômica mais expressiva dos remanescentes foi o membro anterior, com um MNE obtido de quatro elementos, representada por elementos anatômicos do esqueleto axial e apendicular (tabela 10). Os remanescentes ocorreram apenas em uma camada artificial da estratigrafia do sítio. O volume amostral obtido com a prospecção foi de 2,80 m³, um valor considerado mediano.

Tabela 9. Frequência de remanescentes de pinípedes encontrados no sítio arqueológico RS-LN-312. Índices quantitativos de riqueza taxonômica e anatômica NISP e MNI, respectivamente.

Camada artificial			
Táxon ↓	11	NISP	MNI
Otariidae	4	4	1
TOTAL →	4	4	1

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

Tabela 10. Frequência de remanescentes de pinípedes encontrados no sítio arqueológico RS-LN-312. Índices quantitativos de riqueza anatômica MNE, MAU e %MAU.

Região Anatômica	Elemento Anatômico ↓	Otariidae		
		MNE	MAU	%MAU
Nadadeira dianteira/traseira	frag. falange	1	0,019	3,846
Esqueleto axial	esterno	1	0,143	28,571
	ulna	1	0,5	100
Membro anterior	úmero	1	0,5	100
	TOTAL →	4		

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

RS-LN-319

A arqueofauna que ficou em segunda ordem de diversidade taxonômica e representatividade foi a do sítio RS-LN-319, representado por três níveis taxonômicos, com um NISP de 16 e um MNI de três (tabela 11).

A representatividade anatômica mais expressiva foi de Otariidae, sobretudo por elementos ósseos da região do membro posterior, com um MNE de 10. Para o gênero *Arctocephalus* predominaram elementos anatômicos da região do membro posterior, com um MNE aferido de quatro. Quanto a *A. australis* predominaram ossos da região do crânio, com um MNE de dois (tabela 12). Os remanescentes prospectados ocorreram em duas camadas artificiais do pacote arqueológico. O volume prospectado foi de 0,375 m³, considerado como um valor pequeno.

Tabela 11. Frequência de remanescentes de pinípedes encontrados no sítio arqueológico RS-LN-319. Índices quantitativos de riqueza taxonômica e anatômica, NISP e MNI, respectivamente.

Táxon ↓	Camadas artificiais			
	2	3	NISP	MNI
Otariidae	1	9	10	1
<i>Arctocephalus</i> sp.	1	3	4	1
<i>Arctocephalus australis</i>	-	2	2	1
TOTAL →	2	14	16	3

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

Tabela 12. Frequência de remanescentes de pinípedes encontrados no sítio arqueológico RS-LN-319. Índices quantitativos de riqueza anatômica MNE, MAU e %MAU.

Região Anatômica	Elemento Anatômico ↓	Otariidae			<i>Arctocephalus</i> sp.			<i>Arctocephalus australis</i>		
		MNE	MAU	%MAU	MNE	MAU	%MAU	MNE	MAU	%MAU
Sincrânio	2° pós canino	0	0	0	0	0	0	1	0,5	100
	4° pós canino	0	0	0	0	0	0	1	0,5	100
Esqueleto apendicular	costela frag.	1	0,035	7,142	0	0	0	0	0	0
	íleo	0	0	0	1	0,5	100	0	0	0
Membro anterior	escápula	1	0,5	100	0	0	0	0	0	0
	ossos tarsais	4	0,333	66,667	0	0	0	0	0	0
Membro posterior	ulna frag/med	1	0,5	100	0	0	0	0	0	0
	1° metatarso	1	0,5	100	0	0	0	0	0	0
	fêmur-epi/dis	1	0,5	100	0	0	0	0	0	0
	tíbia	0	0	0	1	0,5	100	0	0	0
Nadadeira diant./tras.	calcâneo	0	0	0	1	0,5	100	0	0	0
	astrágalo	0	0	0	1	0,5	100	0	0	0
	falanges frag.	1	0,019	3,846	0	0	0	0	0	0
	TOTAL →	10			4			2		

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

Classe Etária dos Remanescentes

A análise das classes etárias relativas dos remanescentes, a partir dos centros de fusão epifisária, do conjunto das amostras arqueofaunísticas dos cinco sítios demonstrou nos remanescentes encontrados uma predominância (71,43 %) de juvenis (II) e subadultos (III) do gênero *Arctocephalus* (MNE = 15). Já para a espécie *O. flavescens* a faixa etária mais encontrada foi de adultos (IV), com 83,33% do total dos elementos anatômicos pertencentes a esta categoria etária (figuras 17, 18, 19 e 20).

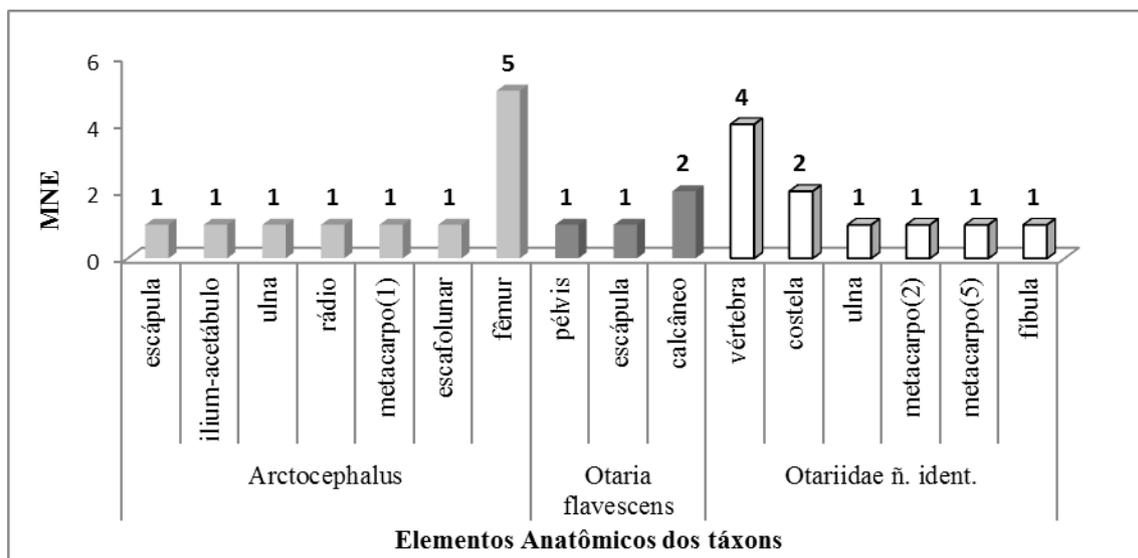
Manipulações Antrópicas

Analisando os remanescentes na busca por evidências de manipulação antrópica encontrou-se em 25 elementos anatômicos traços considerados como marcas de corte (= pequenas incisões oblíquas e transversais, subparalelas, perfil da marca de corte em 'V') (figura 14 e 19). Todos os remanescentes com marcas de corte (figura 14) pertenciam a arqueofauna do sítio RS-LN-19.

Para o nível de família Otariidae, foram identificados dez remanescentes com evidências de marcas de manipulação antrópica, estas predominando na região do esqueleto axial (vértebras). Para o gênero *Arctocephalus* foram encontrados 11 remanescentes anatômicos diferentes com marcas de corte, principalmente no membro posterior (fêmur), com marcas de corte paralelas e transversais em relação ao eixo axial da estrutura óssea. Para a espécie *O. flavescens* foram constatadas marcas em quatro remanescentes anatômicos, com predomínio de marcas paralelas e transversais em ossos da região do membro posterior, no calcâneo. Além disso, verificou-se que do MNE total de 128, essas marcas de ação antrópica ocorreram em 19,531 % dos remanescentes analisados.

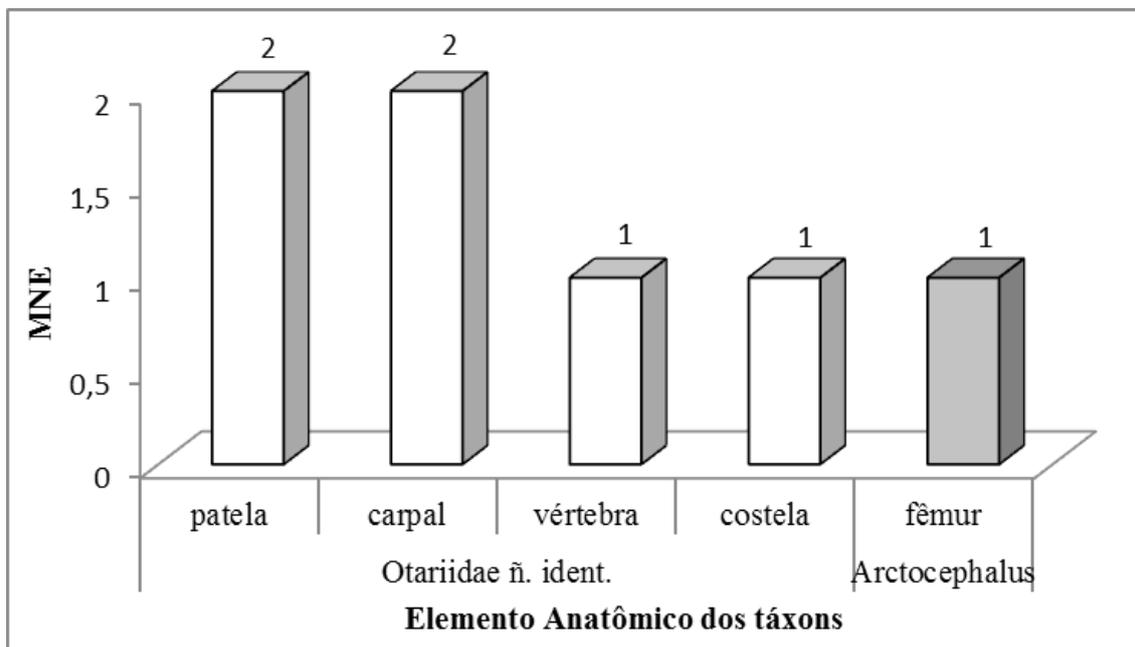
Foi também detectada outra característica associada à manipulação antrópica, as marcas de queima, de coloração enegrecida. Este aspecto de marca identificado em sete elementos anatômicos, ossos do membro anterior e posterior, assim como nos ossos da coluna (vértebras). Porém a maior representatividade dessas marcas foi nos ossos dos membros (esqueleto apendicular), sendo a marca de queima observada em seis remanescentes identificados como pertencentes à família Otariidae, e um em *Arctocephalus* (figuras 15 e 18). Os remanescentes com marcas de queima pertencem às arqueofaunas dos sítios RS-LN-19 e RS-LN-319.

Figura 14. Evidências de manipulação antrópica: marcas de corte nos remanescentes faunísticos da arqueofauna do sítio RS-LN-19.



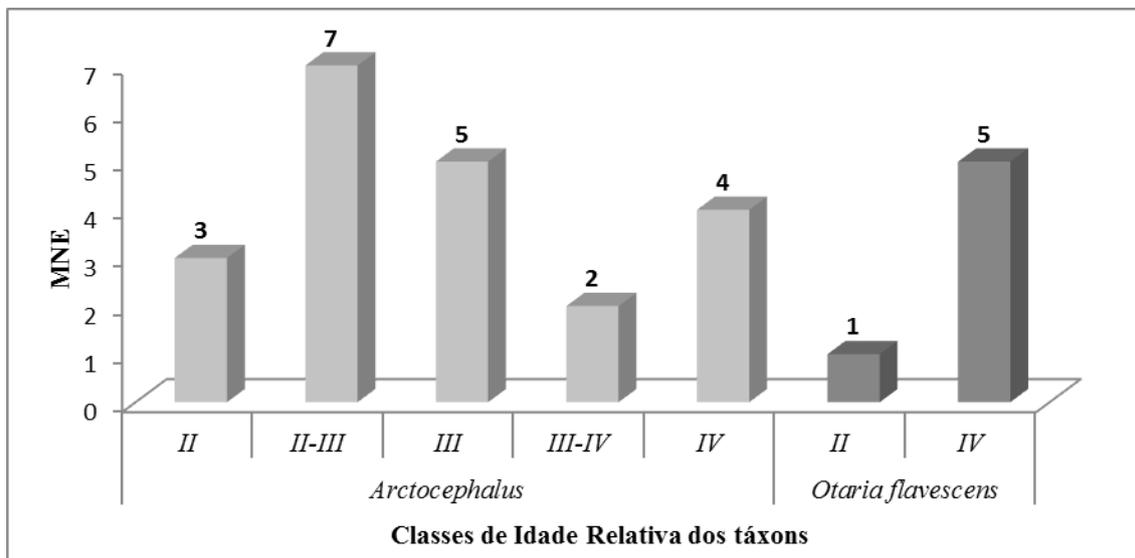
Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

Figura 15. Evidências de manipulação antrópica nos remanescentes faunísticos das arqueofaunas dos sítios RS-LN-19 e RS-LN-319: marcas de queima (coloração enegrecida).



Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

Figura 16. Classes de idade relativa inferidas a partir dos centros de fusão epifisiário (BORELLA et al., 2013) avaliados nos remanescentes faunísticos das arqueofaunas dos sítios RS-LN-19, RS-LN-279, RS-LN-285, RS-LN-312 e RS-LN-319, valores indicam número de elementos anatômicos avaliados.



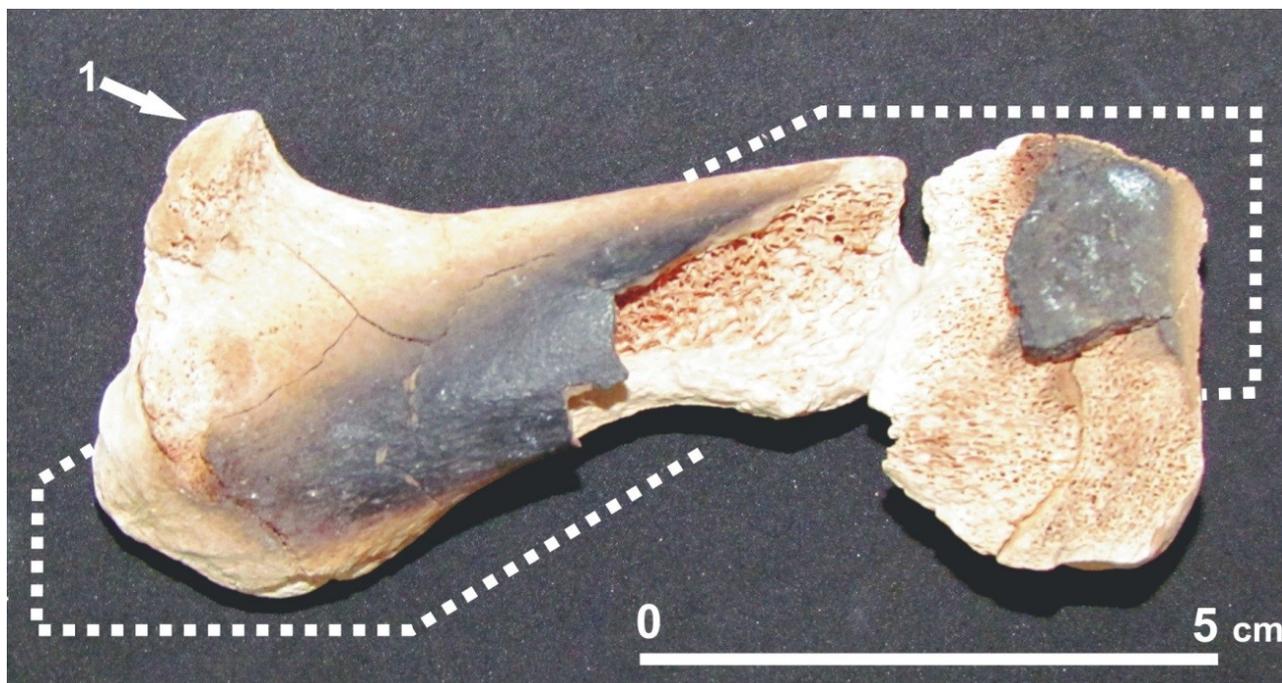
Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

Figura 17. Remanescente faunístico de *Arctocephalus* (RS-LN-19: 570-1) do sítio RS-LN-19. Ulna em vista medial com as setas numeradas indicando as seguintes estruturas: 1: crista da face lateral mais próxima da borda do olécrano; 2: incisura radial; 3: incisura troclear; 4: notar a borda do olécrano semifusionada; 5: não-fusão do processo estilóide a porção medial da ulna.



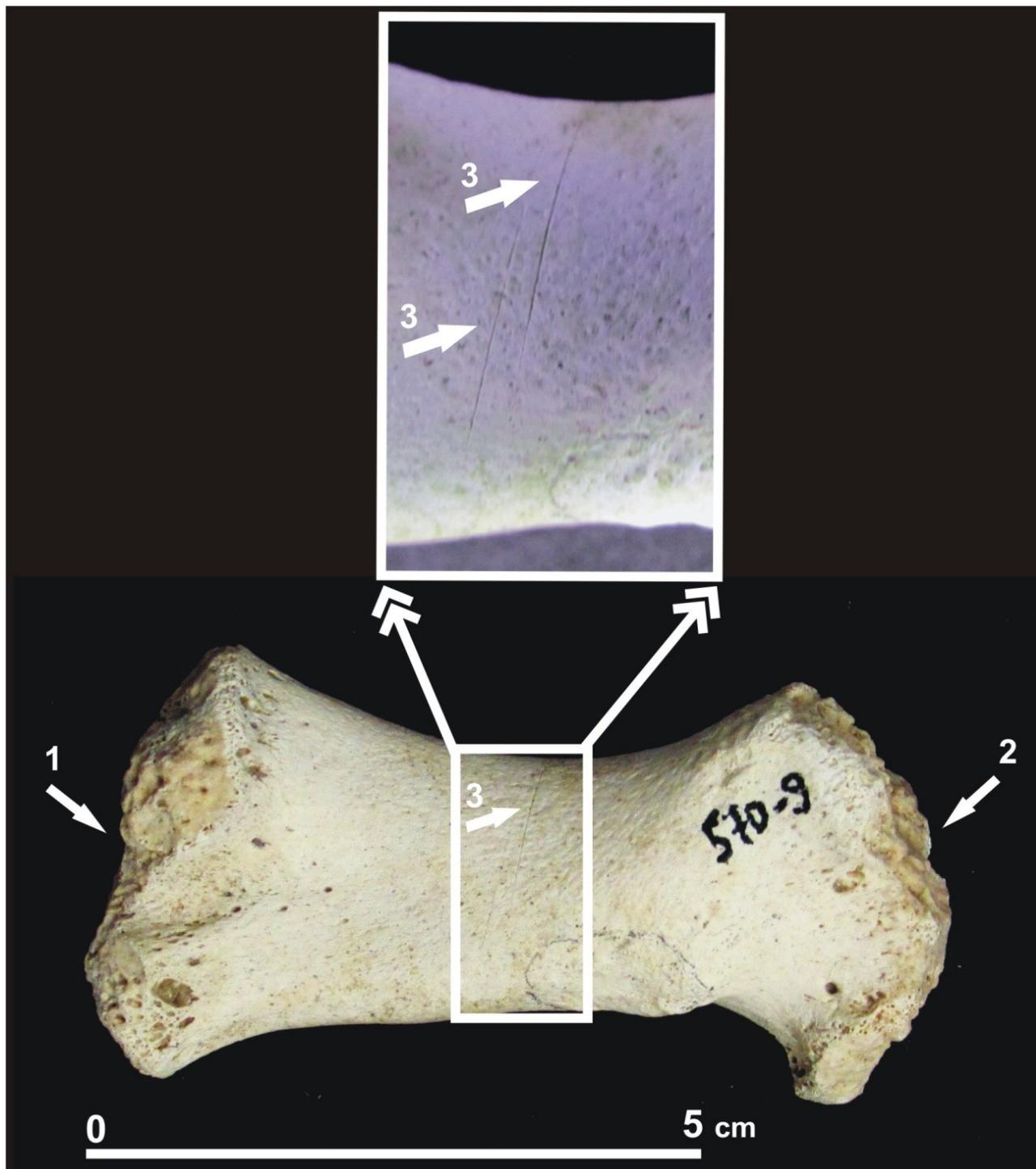
Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2018).

Figura 18 - Remanescente faunístico de *Arctocephalus* (RS-LN-19: 577-1), do sítio RS-LN-19. Fêmur em vista dorsal. 1: notar a não-fusão (ausência) da cabeça femoral a porção medial; **linhas tracejadas**: área da porção medial do osso que foi exposta ao fogo, coloração enegrecida.



Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2018).

Figura 19. Remanescente faunístico de *Arctocephalus* (RS-LN-19: 570-9) do sítio RS-LN-19. Fêmur, porção medial, em vista caudal, as setas numeradas indicam as seguintes características: **1:** não-fusão (ausência) das epífises distais a porção medial; **2:** não-fusão das epífises proximais a porção medial; **3:** marcas de corte, duas linhas paralelas e transversais, perfil da marca de corte em 'V'.



Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2018).

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos podem ser considerados como um avanço com relação ao conhecimento da ocorrência de pinípedes em sítios arqueológicos na costa do Rio

Grande do Sul, no Sul do Brasil. Na análise dos remanescentes dos sítios da região foram identificadas uma família e duas espécies de otariídeos, ambas muito frequentes nos meses de inverno e primavera na atualidade para a área em estudo (Oliveira 2013). Em uma parte dos remanescentes também foi observada a existência de marcas de manipulação antrópica, o que sugere um potencial aproveitamento destes animais pelas antigas populações humanas da região. Estes resultados permitem sugerir que a ocorrência pretérita dos pinípedes na região é similar ao padrão de ocorrência atual, e que este grupo de animais era utilizado eventualmente por estas antigas populações humanas.

A identificação de espécies da família Otariidae é complexa devido à semelhança morfológica entre suas estruturas ósseas, gerando limitações para a identificação tanto de ossos inteiros de pós-crânio recentes, quanto de elementos fragmentados de remanescentes arqueológicos (e.g. Pérez Garcia, 2003). Apesar destas limitações, muitos autores têm obtido resultados na identificação de remanescentes faunísticos de sítios arqueológicos, em alguns casos até nível de espécie (e.g. Otariidae, *Otaria flavescens*, *Arctocephalus australis*, *Arctocephalus tropicalis*) em distintas regiões da costa do Atlântico (e.g. Castilho, 2005; Castilho e Simões-Lopes, 2008a, 2008b; Jacobus, Gil, 1987; Gazzaneo *et al.*, 1989; Rosa, 1996; Borella, 2006, 2014; Acosta e Loponte, 2013; Morello, *et al.*, 2015; Muñoz, 2015; Muñoz *et al.*, 2013; Cruz *et al.*, 2015; Cruz, Muñoz e Lobbia, 2010; San Román, 2010).

No presente trabalho, para a identificação dos remanescentes dos sítios do LNRS foi possível chegar até o nível taxonômico da família Otariidae e também espécies (*Arctocephalus australis* e *Otaria flavescens*). Para obter estes resultados foram fundamentais: os aportes bibliográficos (e.g. Pérez Garcia, 2003), a análise comparativa com os exemplares de coleções de referência (tabela 1, com indivíduos de ambos os sexos e diferentes faixas etárias), bem como a discussão final com um especialista em anatomia de pinípedes. Desta forma, foi possível confirmar a hipótese de que as espécies mais frequentes nos sítios arqueológicos seriam as mesmas que ocorrem em maior abundância para a região de estudo na atualidade (*A. australis* e *O. flavescens*) (e.g. Pinedo, 1990; Pinedo *et al.*, 1992; Simões-Lopes *et al.*, 1995; Oliveira, 2013; Silva *et al.*, 2014).

Com base na análise das estruturas anatômicas mais representativas encontradas nos sítios analisados no LNRS, foi possível observar que os ossos do pós-crânio (esqueleto a exceção do crânio) foram os mais abundantes para as arqueofaunas de todos os sítios da região (tabelas 3, 5, 7, 9 e 11). A ulna foi o elemento ósseo mais representativo (e.g. tabelas 4, 10 e 12), sendo que este elemento está entre os cinco ossos mais densos da família (Borella *et al.*, 2007). Este fato pode ser uma explicação para a maior representatividade deste elemento, sendo uma das estruturas mais robustas do esqueleto de um otariídeo (Borella, *et al.* 2007). Outros elementos mais representativos nas arqueofaunas foram à escápula (área da cavidade glenóide) e o calcâneo, os quais também figuram entre as estruturas ósseas mais densas da família Otariidae (cf. Borella, *et al.* 2007).

A riqueza taxonômica do presente estudo foi um NISP de 159 remanescentes, distribuídos entre as arqueofaunas dos cinco sítios. Com os elementos anatômicos identificados se obteve um MNE de 128, formado principalmente por estruturas ósseas da região do esqueleto axial e apendicular. Considerando os resultados obtidos das riquezas e a identificação de uma única família e duas espécies de pinípedes, faz-se necessário ponderar que a fragmentação dos remanescentes poderia dificultar sua identificação, sendo possível somente chegar ao nível de família ou gênero. Dessa forma,

é importante salientar que possivelmente com um incremento na prospecção nos sítios arqueológicos, a coleta de estruturas com caráter diagnóstico poderia eventualmente ser ampliada, o que poderia permitir a identificação de outras espécies, além das aqui identificadas.

Ainda em relação à fragmentação dos remanescentes é importante salientar que extremamente difícil determinar se a fragmentação ocorreu por manipulação humana ou por fatores pós deposicionais. Contudo, a fim de se estimar como este aspecto afeta a identificação dos espécimes, calculou-se o percentual de fragmentação da amostra para a arqueofauna de cada sítio (Marshall e Pilgram, 1993; Terreros, 2013), tendo como base os valores obtidos de NISP e MNE (tabela 13), dentro de uma escala de baixo a alto grau de fragmentação. Os valores de fragmentação dos sítios do presente estudo foram comparados com um sítio costeiro da Patagônia Argentina com remanescentes de otariídeos (Muñoz, 2015). Os resultados dos sítios do LNRS mostraram que a fragmentação pode ser considerada média em quatro sítios, à exceção do sítio RS-LN-279, onde é considerada alta, semelhante ao observado no sítio argentino. Contudo, mesmo no sítio com a maior amostra (RS-LN-19) e com fragmentação dita média de seus remanescentes, a riqueza taxonômica foi maior, em relação aos demais sítios (tabela 13).

Tabela 13. Avaliação do grau de fragmentação com base nos índices NISP e MNE nos sítios arqueológicos deste estudo, comparados com um exemplo para a província de Santa Cruz, na Patagônia Argentina (Muñoz, 2015).

Sítio	NISP	MNE	NISP÷MNE	Grau de Fragmentação
RS-LN-19	130	103	1,262	Médio
RS-LN-279	6	2	3	Alto
RS-LN-285	3	3	1	Médio
RS-LN-312	4	4	1	Médio
RS-LN-319	16	10	1,600	Médio
Cabeza de León 1*	142	59	2,406	Alto

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2018), Cabeza de León 1* detalhes em Muñoz (2015).

Na costa da Argentina a ocorrência de remanescentes de pinípedes em sítios arqueológicos é expressiva em alguns setores litorâneos austrais, onde foram identificados ossos de pós-crânio pertencentes à família Otariidae e com as mesmas espécies encontradas no LNRS, *A. australis* e *O. flavescens* (e.g. Schiavini, 1993; Borella, 2006, 2014; Acosta e Loponte, 2013; Muñoz et al., 2013; Cruz et al., 2015; Cruz, Muñoz e Lobbia, 2010; San Román, 2010; Morello et al., 2015). A localização dos sítios arqueológicos na costa Norte da Patagônia, e principalmente nas províncias de Rio Negro e Chubut, uma região litorânea sabidamente conhecida pela ocorrência atual de colônias reprodutivas de lobos e leões-marinhos sul-americanos (Borella, 2006). Os estudos realizados que encontraram pinípedes em sambaquis na costa brasileira foram feitos exclusivamente no litoral de Santa Catarina. E os remanescentes encontrados foram identificados como membros da família Otariidae, sendo três espécies: *A. australis*, *A. tropicalis* e *O. flavescens* (e.g. Castilho, 2005; Castilho e Simões-Lopes, 2008a, 2008b).

As datações utilizadas no presente estudo pelo método de C¹⁴ foram realizadas em sítios arqueológicos do município de Arroio do Sal, gerando um panorama para a área como um todo e evidenciando o início da ocupação humana (Rogge e Schmitz, 2010). Desta forma, a idade dos remanescentes faunísticos depositados nas camadas dos sítios arqueológicos analisados foi assumida como a mesma das camadas datadas, as quais possuíam em torno dos 3.000 A.P. (ver tabela 14). Na costa da Argentina, no sítio Punta Entrada na província Santa Cruz, a datação de remanescentes de pinípedes foi de 2.130

A.P. (Cruz *et al.*, 2015). Borella (2014) apresentou uma compilação de diversos sítios datados com ocorrência de pinípedes nas províncias de Buenos Aires, Rio Negro, Chubut e Santa Cruz, sendo o mais antigo em 5.390 A.P. e o mais recente 380 A.P. Na província de Tierra del Fuego, as datações obtidas nos sítios Lancha Packewai, Túnel I e Túnel VII teve a data mais antiga em 6.140 A.P. (Túnel I) e a mais recente 100 A.P. (Lancha Packewai) (Schiavini, 1993). Na costa da Patagônia Meridional do Chile, no extremo Sul, no sítio Santa Ana 1, as duas camadas datadas alcançaram 6.290 e 6.330 A.P. (San Román, 2010).

Tabela 14. Sítios arqueológicos com presença de remanescentes ósseos de pinípedes, ocorrência por número de camadas estratigráficas identificadas e datadas.

Sítio	Nº de Camadas Artificiais	Camada Datada	Camada com Remanescentes de Pinnípedes	Datação Obtida
RS-LN-19	13	ñ possui	da 1 até a 13	-
RS-LN-279	11	nº 10 e 11	4	3.310 A.P.
RS-LN-285	7	ñ possui	1 e 3	-
RS-LN-312	14	nº 13	11	3.050 A.P.
RS-LN-319	6	nº 4 e 5	2 e 3	3.660 A.P.

Fonte: elaborado por S. Ferrasso (2017).

As classes de idade relativa dos espécimes de pinípedes encontradas nas arqueofaunas do LNRS foram avaliadas a partir de centros de fusão ósseo (Borella *et al.*, 2013; figura 17) e sugeriram que 71,43% dos remanescentes de *Arctocephalus* pertenciam a indivíduos juvenis/subadultos e 28,57% a indivíduos adultos. Para *O. flavescens* 83,33% dos remanescentes era de adultos. Oliveira (1999) realizou uma robusta investigação a partir de determinação da idade cronológica de 116 espécimes a partir da leitura dos grupos de linha de crescimento da dentina. Como resultado, foi observado que os 64,77% dos espécimes analisados de *A. australis* era de filhotes/juvenis e apenas 35,23% adultos. Já 60% dos espécimes de *A. tropicalis* eram adultos e 40% de filhotes/juvenis; 66,67% de *A. gazella* eram juvenis e 33% adultos. Para *O. flavescens* foram registrados 50% de espécimes juvenis e 50% adultos e *M. leonina* o único espécime coletado no período de estudo era um juvenil. De uma maneira geral, os resultados do presente estudo com base nos remanescentes das arqueofaunas são similares ao padrão atual observado dos pinípedes registrado por Oliveira (1999) no LNRS, com a predominância de juvenis para o gênero *Arctocephalus*. Por outro lado, apesar de ter sido observado um predomínio de adultos de *O. flavescens* no registro arqueofaunístico, esse resultado não pode ser interpretado como diferente do registrado por Oliveira (1999), ou ainda por Procksh (2020) (este último encontrou um predomínio de subadultos de leão-marinho-sul-americano no REVIS Ilha dos Lobos através de contagens aéreas), devido a possibilidade de muitos remanescentes não terem sido identificados, em nível genérico ou específico, o quais poderiam pertencer as outras categorias etárias.

Com relação à utilização dos pinípedes no LNRS pelos humanos pré-históricos, foi confirmada pela identificação de marcas de corte sobre ossos de animais de diferentes formas, em geral em forma de estrias com secção em 'V', de comprimentos variáveis e com marcas paralelas em sentido longitudinal ou transversal ao eixo axial do osso em questão (Lyman, 1996; Terreros, 2013). O desmembramento de animais produz marcas de corte que podem aparecer nas bordas de superfícies articulares e nas extremidades epifisiárias (Lyman, 1987, 1996; Mengoni Goñalons, 1999). Marcas de corte observadas nos remanescentes faunísticos, predominaram em ossos longos, eram pequenas

incisões, oblíquas e subparalelas, localizadas nas porções distais das diáfises. Em segundo lugar se destacaram marcas em vértebras, nas espinhas neurais, em sentido transverso. As marcas nos demais ossos longos seguiram em linhas gerais a mesma tipologia de apresentar cortes paralelos e transversais.

Os resultados relacionados às marcas de corte são um indicativo relevante de manipulação antrópica para o seccionamento do animal em partes menores. Este padrão observado nas marcas de manipulação é condizente com o observado para mamíferos terrestres, como o guanaco (Mengoni Goñalons, 1999) e também para mamíferos marinhos (Castilho, 2005; Castilho e Simões-Lopes, 2008b) e com otariídeos (Acosta e Loponte, 2013; Muñoz, 2015). A utilização de outras espécies de otariídeos (*Eumetopias jubatus*, *Zalophus californianus*, *Callorhinus ursinus* e *Arctocephalus townsendi*) e focídeos (*Phoca vitulina*) ocorreu também na costa do Pacífico, nos Estados Unidos, na América do Norte (Hildebrandt e Jones, 1992; Lyman, 1995; Etnier, 2007). Este fenômeno também foi observado na costa Atlântica da Espanha, onde o consumo da foca-monge-do-Mediterrâneo, *Monachus monachus*, já foi registrado em populações pré-históricas de *Homo sapiens* (Morales-Pérez et al., 2017). No oceano Pacífico, especificamente no Mar do Japão, foi registrada exploração de otariídeos (*Eumetopias jubatus* e *Callorhinus ursinus*) pela cultura Jomon (Sakaguchi, 2007).

A identificação de marcas de queima em remanescentes faunísticos de sítios arqueológicos é realizada predominantemente através de critérios macroscópicos, observando principalmente alterações na coloração (Buikstra e Swegle, 1989; Lyman, 1996). Aspectos da coloração e textura dos ossos podem ser utilizados como indicadores de qual a temperatura a que foram expostos os ossos (Shipman, et al., 1984). De acordo com Shipman et al. (1984), ocorrem cinco estágios na exposição à elevação de temperatura: 1º apresenta coloração amarela (20-185º C), 2º estágio coloração marrom (225-400º C), 3º coloração negra, negra-azulada (440-525º C), 4º coloração branca-azulada-cinza (545-870º C), 5º estágio com coloração branca, semelhante a um giz, (870-940º C). Buikstra e Swegle (1989) em seu experimento buscaram compreender mudanças de coloração em ossos (frescos, secos, com carne, descarnados), e observaram que uma mudança de coloração uniforme ocorre somente em ossos totalmente descarnados, ossos com carne proporcionam coloração desigual na superfície óssea.

As marcas de queima observadas nos remanescentes das arqueofaunas estudadas possuem a coloração enegrecida, como no estágio três de Shipman, et al. (1984) com a exposição sugerida a temperaturas entre 400ºC a 525ºC. Outro aspecto observado foi que a superfície do remanescente possuía uma coloração desigual, estando parte com coloração negra e parte com coloração normal (ver figura 19). De acordo com Buikstra e Swegle (1989), elementos ósseos que possuíssem na hora de sua exposição ao fogo partes de tecidos moles (músculos, nervos, gordura, peles, etc.), ficariam com essa coloração desigual. Em seu trabalho Moreno-Garcia, Davis e Pimenta (2003) consideraram que remanescentes ósseos com marcas de corte e queima, permitem inferir a associação destes com o homem e estas marcas seriam evidências robustas de terem sido manipulados por ação humana. Portanto, sugere-se que as marcas observadas nos remanescentes deste estudo seriam assinaturas antrópicas (marcas de corte e queima) e evidências de que destes animais presentes nas camadas estratigráficas dos sítios analisados poderiam ser resultado de manipulação intencional por parte dessas antigas populações.

A ocorrência de ossos de todas as regiões anatômicas, ao menos na arqueofauna do sítio RS-LN-19 (tabela 4), permite pressupor a hipótese de que os indivíduos

capturados na praia eram levados inteiros ao sítio, e ali eram desmembrados. Ainda em relação ao sítio RS-LN-19 foi observado uma grande quantidade de remanescentes entre as camadas artificiais 5 e 8, resultado que poderia ser considerado como um indicativo de uma ocupação mais intensa por parte dos habitantes do sítio, por exemplo, uma ocupação por um número maior de indivíduos, ou por mais tempo. A discussão sobre forma de captura dos pinípedes pelas populações humanas sambaquianas na região de estudo é uma questão complexa, e as condições físicas dos espécimes de pinípedes que frequentam a região de estudo na atualidade podem oferecer potenciais explicações.

Os pinípedes costumam chegar ao litoral do Rio Grande do Sul majoritariamente entre os meses de inverno e primavera oriundos de colônias reprodutivas do Uruguai e da Argentina. As duas espécies com maior número de registros são *A. australis* e *O. flavescens* (Pinedo, 1990; Pinedo *et al.*, 1992; Simões-Lopes *et al.*, 1995; Oliveira *et al.*, 2008; Oliveira, 2013; Silva *et al.*, 2014). Todos os estudos sobre as espécies dos pinípedes e os aspectos biológicos relacionados com suas ocorrências no LNRS sugerem a possibilidade que muitos desses indivíduos chegassem à região bastante debilitados e seriam em sua maioria jovens, recém desmamados que estariam fazendo suas primeiras incursões marinhas (Oliveira, 1999), que se perderam na Corrente das Malvinas. (e.g. Pinedo, 1990; Pinedo *et al.*, 1992; Simões-Lopes *et al.*, 1995; Oliveira, 1999; Oliveira *et al.* 2008; 2013; Silva *et al.*, 2014). Neste contexto, quando estes animais chegassem ao LNRS, eles estariam eventualmente tão debilitados que nem conseguiriam se alimentar, o que foi observado em um grande número de espécimes de *A. australis* com estômago vazio (Oliveira *et al.*, 2008). Se este cenário ocorresse também no passado, os espécimes de pinípedes que chegassem ao LNRS nestas condições nutricionais poderiam vir a óbito ou ainda serem facilmente capturados pelas populações de humanos da região. Além disso, com base na sazonalidade da ocorrência dos pinípedes na região, poderia se supor ainda que este táxon constituiria um recurso estacional ao longo do ano, e que a sua captura por parte dos antigos habitantes da costa do RS se daria de forma ocasional.

Mesmo em regiões de colônias reprodutivas históricas de pinípedes (não apenas de ocorrência sazonal e de espécimes moribundos), como na costa da Argentina, na Patagônia, ao sul do Rio Santa Cruz (sítio arqueológico Punta Entrada e Monte León), existem registros do consumo destes animais pelas populações humanas pré-históricas, inclusive com registros de artefatos líticos, de formato esférico, com um sulco central, estes denominados como 'rompecráneos', cuja função seria para abater pinípedes (Cruz, Muñoz e Lobbia, 2010). No entanto, este tipo de artefato ou semelhante, ainda não foi encontrado em nenhum dos sítios analisados no presente estudo (e.g. Miller, 1966; Kern, 1985; Rogge e Schmitz, 2010), o que impede supor que este tipo de tecnologia tenha sido compartilhada entre populações humanas do Atlântico sul ocidental.

O estudo da arqueofauna de pinípedes encontrados em sítios no LNRS é o segundo a ser realizado sobre este grupo no Brasil, apresentando dados inéditos e sobre a ocorrência pretérita destes animais na costa do RS e sua utilização por antigas populações humanas. Os resultados obtidos demonstraram que a composição pretérita de espécies de pinípedes coincide com as espécies mais frequentes atualmente na região. Contudo, não se descarta a hipótese que as demais espécies antárticas e subantárticas como *A. tropicalis*, *A. gazela*, *M. leonina*, *H. leptonyx*, *L. weddelli* e *L. carcinophaga* também tenham ocorrido na região, já que estas são consideradas de ocorrência ocasional para o litoral do Brasil (Pinedo, 1992; Oliveira 2013; Frainer *et al.*, 2017).

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A.; LOPONTE, D. Registro de pinnípedos em contextos arqueofaunísticos de cazadores-recolectores del Nordeste de la provincia de Buenos Aires. *Cuadernos del INAPL: Arqueología*, Buenos Aires, n. 19, p. 1-8, 2013.
- AFONSO, M. C.; BLASIS, P. A.D. de. Formação de um grande sambaqui: Espinheiros II, um estudo de caso. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 4, p. 21-30, 1994.
- ÁRNASON, Ú.; BODIN, K.; GULLBERG, A.; LEDJE, C.; MOUCHATY, S. A molecular view of Pinnipeds with particular emphasis on true seals. *Journal of Molecular Evolution*, New York, n. 40, p. 78-85, 1995.
- AUDIBERT, P.; DREHMER, C. J.; DANILEWICZ, D.; OLIVEIRA, L. R. de. Do cranial suture age and growth layer groups correlate in South American pinnipeds? *Journal of the Marine Biological Association of the United Kingdom*, United Kingdom, n. 98, v. 3, p. 635-644, 2018.
- BAHN, P.. *Arqueologia: uma breve introdução*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- BANDEIRA, D. R. *Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga – Arqueologia e Etnicidade*. 2004. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- BARNES, L. G.; DOMING, D. P.; RAY, C. E. Status of studies on fossil marine mammals. *Marine Mammal Science, Massachusetts*, n. 1, p. 15-53, 1985.
- BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 32-51, 2000.
- BASTIDA, R.; RODRIGUEZ, D. Orden Carnivora (Familias Otariidae y Phocidae). In: BARQUEZ, R. M.; DIAZ, M. M.; OJEDA, R. A. (Org.). *Mamíferos de Argentina: Sistemática y Distribución*. Buenos Aires, Sociedad Argentina para el Estudio de los Mamíferos, 2006. p.107-113.
- BAUERMANN, S. G.; BEHLING, H.; MACEDO, R. B.. 2009. Biomas regionais e evolução da paisagem no Rio Grande do Sul com base em paleopolinologia. In: RIBEIRO, A. M.; BAUERMAN, S. G.; SCHERER, C. S. (Org.). *Quaternário do Rio Grande do Sul: integrando conhecimentos*. Sociedade Brasileira de Paleontologia, Porto Alegre, RS. p. 81-94.
- BERTA, A. Pinnipedia, Overview. In: PERRIN, W. F.; WURSIG, B.; THEWISSEN, J. G. M. (Org.). *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2 ed. New York, Academic Press, 2008. p. 878-885.
- BERTA, A.; SUMICH, J. L.; KOVACS, Kit, M. *Marine Mammals: evolutionary biology – 2a ed.* USA: Academic Press, 2006.
- BERWICK, D. E. Valoracion del analisis sistemático de los restos de fauna em sítios arqueológicos. *Chungara*, Arica, n. 5, p. 125-140, 1975.
- BORELLA, F. ¿Dónde están los lobos en la costa atlántica de Norpatagonia? Explorando vías para resolver el registro arqueofaunístico. *Werken*, Chile, n. 9, p. 97-114, 2006.
- BORELLA, F. 2014. Zooarchaeological Evidence of Otariids in Continental Coast of Patagonia, Argentina: Old And New Perspectives. In: MUÑOZ, A. S.; GOTZ, C. M.; ROCA, E. R. (Org.). *Neotropical and Caribbean Aquatic Mammals: perspectives from archaeology and conservation biology*. New York, Nova Science Publishers, 2014. p. 135-160.
- BORELLA, F.; GRANDI, F.; VALES, D. G.; GOODAL, R. N. P.; CRESPO, E. A. Esquema preliminar de fusión epifisária em huesos de lobos marinos (*Arctocephalus australis* y *Otaria flavescens*) su contribución em los análisis zooarqueológicos. In: ZANGRANDO, A. F.; BARBERENA, R. (Org.). *Tendencias teórico-metodológicas y casos de estudio en la arqueología de la Patagonia*. Mendoza, Museo de Historia Natural de San Rafael, 2013. p. 39-51.

- BORELLA, F.; GUTIERREZ, M. A.; FODERE, H. R.; MERLO, J. F. Estudio de densidad mineral ósea para dos especies de otáridos frecuentes en el registro arqueofaunístico patagónico (*Otaria flavescens* y *Arctocephalus australis*). In: F. MORELLO, F.; PRIETO, A.; MARTINIC, M.; BAHAMONDE, G (Org.). *Desenterrando Huesos, recolectando piedras, develando arcanos...VI Jornadas de Arqueología de Patagonia*. Punta Arenas, CEQUA, 2007. p. 421 – 426.
- BRAUNN, P. R.; FERIGOLO, J. Osteopatologias e alterações dentárias em *Otaria byronia* (Pinnipedia, Otariidae) da costa do Rio Grande do Sul, Brasil. *Iheringia, Zoologia*, Porto Alegre, n. 94, v.2, p. 117-122, 2004.
- BUIKSTRA, J. E.; SWEGLE, M. Bone modification due to burning: experimental evidence. In: BONNICHSEN, R.; SORG, M. H. (Org.). *Bone Modification*. Orono: Center for The Study of First Americans, 1989. p. 247-258.
- CABRERA, A.; YEPES, J.. *Mamíferos Sud Americanos: tomo I*. Buenos Aires: EDIAR, 1960.
- CASTILHO, P. V. de. *Mamíferos marinhos: um recurso de populações humanas pré-coloniais do litoral de Santa Catarina*. 2005. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Programa de Pós-Graduação em Zoologia, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2005.
- CASTILHO, P. V. de. Utilization of cetaceans in shell-mounds from the southern coast of Brazil. *Quaternary International*, n. 180, p.107–114, 2008.
- CASTILHO, P. V. de; SIMÕES-LOPES, P. C. Registros de modificação óssea em restos faunísticos arqueológicos de mamíferos marinhos. *Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, Xingó*, n. 12, p.173-190, 2008a.
- CASTILHO, P. V. de; SIMÕES-LOPES, P. C. Sea mammals in archaeological sites on the southern coast of Brazil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 18, p. 101-113, 2008b.
- CASTILHO, P. V. de; SIMÕES-LOPES, P. C. Zooarqueologia dos mamíferos aquáticos e semi-aquáticos da Ilha de Santa Catarina, sul do Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia*, Curitiba, n. 18, v. 3, p. 719-727, 2001.
- CHMYZ, I. *Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1966.
- CRUZ, I.; ERCOLANO, B.; MASTRÁNGELO, D. S. C.; LEMAIRE, C. R. P 96 (Punta Entrada, Santa Cruz): um sitio arqueológico costeiro al Sur del rio Santa Cruz. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, Buenos Aires, n. 35, v. 1, p. 253-277, 2015.
- CRUZ, I.; MUÑOZ, A. S.; LOBBIA, P. A. La explotación de recursos marinos en la costa de Patagonia continental: Los restos de vertebrados en depósitos de Punta Entrada y Monte León (Santa Cruz, Argentina). In: XVII CONGRESO NACIONAL DE ARQUEOLOGÍA ARGENTINA, 2010. *Anais...* Universidad Nacional de Cuyo, Buenos Aires, Tomo I, n. 4: 31-41. p.
- DE MASI, M. A. N. Pescadores Coletores da Costa Sul do Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo, n. 57, p. 1-136, 2001.
- DREHMER, C. J. Pinnipedia Illiger, 1811: uma abordagem histórica e epistemológica sobre a classificação, evolução e paleontologia. *Acta Geologica Leopoldensia*, São Leopoldo, n. 23, v. 50, p. 91-105, 2000.
- DREHMER, C. J. *Variação geográfica em Otaria byronia (de Blainville, 1820) (Pinnipedia, Otariidae) com base na morfometria sincraniana*. 2005. Tese (Doutorado em Biologia Animal), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.
- DREHMER, C. J.; FERIGOLO, J.. 1996. Anomalias e patologias dentárias em *Arctocephalus G. Saint-Hilaire & Cuvier* (Pinnipedia, Otariidae) da costa do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia*, Curitiba, n. 13, v. 4, p. 857-865, 1996.

- DREHMER, C. J.; FERIGOLO, J.; BORSATO, E. S. Ocorrência de *Mirounga leonina* Linnaeus (Pinnipedia, Phocidae) no extremo-Sul do Brasil: agressão e patologias. *Revista Brasileira de Zoologia*, Curitiba, n. 15, v. 4, p. 1061-1068, 1998.
- ETNIER, M. A. Defining and identifying sustainable harvests of resources: Archaeological examples of pinniped harvests in the eastern North Pacific. *Journal for Nature Conservation*, Amsterdã, n. 15, p. 196-207, 2007.
- FERRASSO, S.; FIORENTIN, G. L.; SCHMITZ, P. I. Identificação de remanescentes conchiliológicos de um assentamento holocênico na planície costeira do Rio Grande do Sul: contribuições sob o enfoque zooarqueológico. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo, n. 72, p. 225-266, 2016.
- FERRASSO, S.; ROGGE, J. H.; SCHMITZ, P. I. Composição arqueofaunística do sítio RS-LN-285, Arroio do Sal, RS, Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo, n. 68, p. 217-230, 2013.
- FERRASSO, S.; SCHMITZ, P. I. Contribuições da práxis zooarqueológica na interpretação das estratégias de captação de recursos e assentamento: a análise do sítio RS-LN-279, litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil. *Cuadernos del INAPL*, Buenos Aires, n. 2, v. 4, p. 121-134, 2015.
- FORCADA, J. *Distribution*. In: PERRIN, W. F.; WURSIG, B.; THEWISSEN, J. G. M. (Org.). *Encyclopedia of Marine Mammals*, 2 ed. New York, Academic Press, 2008. p. 316-321.
- FOSSARI, T. D. *A população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina*. 2004. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.
- FRAINER, G.; HEISLER, V. L.; MORENO, I. M. A wandering Weddel seal (*Leptonychotes weddellii*) at Trindade Island, Brazil: the extreme sighting of a circumpolar species. *Polar Biology*, Germany, n. 41, p. 579-582, 2018.
- GASPAR, M. D. Aspectos da organização social de pescadores-coletores: região compreendida entre Ilha Grande e o delta do Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. *Pesquisas Antropologia*, São Leopoldo, n. 59, p. 13-163, 2003.
- GASPAR, M. D. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- GAZZANEO, M.; JACOBUS, A. L.; MOMBERGER, S. 1989. O uso da Fauna pelos Ocupantes do Sítio de Itapeva (Torres, RS). *Documentos: Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*, São Leopoldo, n. 03, p.123- 144, 1989.
- HESTER, T. H.; HEIZER, R. F.; GRAHAM, J. A. *Métodos de Campo em Arqueología*. México: Fondo de Cultura Economica, 1988.
- HILDEBRAND, M.; GOSLOW, G. E. Jr. *Análise da Estrutura dos Vertebrados – 2a ed.* São Paulo: Atheneu, 2006.
- HILDEBRANDT, W. R. Evolution of Marine Mammal Hunting: A View from the California and Oregon Coasts. *Journal of Anthropological Archaeology*, Massachusetts, n. 11, p. 360-401, 1992.
- JACOBUS, A. L. Uma Proposta para a Práxis em Zooarqueologia do Neotrópico: um estudo de arqueofaunas do Abrigo Dalpiaz (Um Sítio de Caçadores Coletores na Mata Atlântica). *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, n. 39, p.49-110, 2004.
- JACOBUS, A. L.; CHAVEZ GIL, R. Primeira Comunicação sobre os Vestígios Faunísticos Recuperados no Sítio de Itapeva (Torres, RS). *Véritas*, Porto Alegre, n. 32, v. 125, p. 115- 119, 1987.

- JEFFERSON, T. A.; LEATHERWOOD, S.; WEBBER, M. A. *Marine Mammals of the World*. Roma: United Nations Environment Programme/Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1993.
- KASPER, J. C. *Skeletal Identification of California Sea Lions and Harbor Seals for Archaeologists*. San Diego: Museum of Man, 1980.
- KERN, A. A. Sondagens no sítio arqueológico de Xangri-lá: uma experiência didática em arqueologia de salvamento. *Revista do IFCH-UFRGS*, Porto Alegre, n. 13, p. 84-110, 1985.
- KORETSKY, I. A.; BARNES, L. G.; RAHMAT, S. J. Re-evaluation of Morphological Characters Questions Current Views of Pinniped Origins. *Vestnik zoologii: evolution and phylogeny*, Ucrânia, n. 50, v. 4, p. 327-354, 2016.
- L'HEUREX, G. L.; BORELLA, F. *Guía osteométrica para el estudio de elementos óseos de Otaria flavescens*. Tandil : Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2011.
- LEDJE, C. *Phylogeny of Caniform Carnivores, with specific emphasis on Pinnipeds: a study based on nuclear DNA*. Tese (Doutorado em Genética), University of Lund, Suécia, 1995.
- LIMA, T. A. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do Litoral Centro-Sul do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 270-327, 2000.
- LIMA, T. A. Zooarqueologia: considerações teórico-metodológicas. *Dédalo: Publicação Avulsa*, São Paulo, n. 1, p.175-189, 1989.
- LYMAN, R. L. On the evolution of marine mammal hunting on the West Coast of North America. *Journal of Anthropological Archaeology*, Massachusetts, n. 14, p. 45-77, 1995.
- LYMAN, R. L. Quantitative units and terminology in Zooarchaeology. *American Antiquity*, Washington, n. 59, v. 1, p. 36-71, 1994.
- LYMAN, R. L. *Vertebrate taphonomy*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- LYMAN, R. L. Zooarchaeology and Taphonomy: a general consideration. *Journal of Ethnobiology*, Washington, n. 7, v.1, p. 93- 117, 1987.
- MARSHALL, F.; PILGRAM, T. NISP vs MNI in quantification of body part representation. *American Antiquity*, Washington, n. 58, v. 2, p. 261-269, 1993.
- MENEZES, M. E.; DREHMER, C. J. Osteologia Pós-craniana comparada entre *Arctocephalus australis* Zimmermann, 1783 e *Arctocephalus tropicalis* (Gray, 1872) (PINNIPEDIA-OTARIIDAE). In: Anais da 8ª Reunião de Trabalho de Especialistas em Mamíferos Aquáticos da América do Sul e 2º Congresso de la Sociedad Latinoamericana de Especialistas en Mamíferos Acuáticos, 1998, Olinda. *Anais...* Olinda: 1998. p. 128.
- MENGONI GOÑALONS, G. *Cazadores de Guanacos de la Estepa Patagónica*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1999.
- MENGONI GOÑALONS, G. Zooarqueología em la práctica: algunos temas metodológicos. *Revista Xama*, Mendoza, n. 19, v. 23, p. 83-113, 2010.
- MENTZ RIBEIRO, P. A. Breve notícia sobre a ocorrência de zoólito no sambaqui de Xangrilá, Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, n. 11, p. 35- 44, 1982.
- MILLER, E. T. *Registro de Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Sul: LN-19/Capão Alto*. Catálogo de Sítios Arqueológicos do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL), Taquara: MARSUL, 1966.
- MORALES-PEREZ, J.V.; PEREZ RIPOLL, M.; JORDA PARDO, J. F.; ALVAREZ-FERNANDEZ, E.; MAESTRO GONZALEZ, A.; AURA TORTOSA, J. E. Mediterranean monk seal hunting in the regional Epipalaeolithic of Southern Iberia. A study of the Nerja Cave site (Malaga, Spain). *Quaternary International*, Amsterdã, n. in press, 2017.

- MORELLO, F.; CALÁS, E.; TORRES, J.; BORELLA, F.; SAN ROMÁN, M.; MARTIN, F.; CONTRERAS, L.; MARTÍNEZ, I.; ALFONSO-DURRUTY, M.; MASSONE, M. Punta Baxa 7: sítio arqueológico de la costa Norte de Tierra del Fuego, Estrecho de Magallanes (Chile). *Magallania*, Chile, n. 43, v. 2, p.69-90, 2015.
- MORENO-GARCIA, M.; DAVIS, S.; PIMENTA, C. M. 2003. Arqueozoologia: estudo da fauna do passado. *Trabalhos de Arqueologia 29: Paleoeologia Humana e Arqueociências - Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura*, Lisboa, n. 29, p. 191-234, 2003.
- MUÑOZ, S. A. El registro zooarqueológico del Parque Nacional Monte León (Santa Cruz, Argentina): una perspectiva desde o sitio arqueológico Cabeza de Leon 1. *Arqueología*, Buenos Aires, n. 21, v. 2, p. 261-276, 2015.
- MUÑOZ, S. A.; CRUZ, I.; LEMAIRE, C. R.; PRETTO, A. Los restos arqueológicos de pinnípedos de la desembocadura del río Santa Cruz (Punta Entrada, Costa Atlántica de Patagonia) em perspectiva regional. In: ZANGRANDO, A. F.; BARBERENA, R. (Org.). *Tendencias teórico-metodológicas y casos de estudio en la arqueología de la Patagonia*. Mendoza, Museo de Historia Natural de San Rafael, 2013. p. 459-467.
- NEVES, W. A. Paleogenética dos grupos pré-históricos do Litoral Sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). *Pesquisas Antropologia*, São Leopoldo, n. 43, p. 15-174, 1988.
- NIAKATURA, K; BININDA-EMONDS, O. R. P. Updating the evolutionary history of Carnivora (Mammalia): a new species-level supertree complete with divergence time estimates. *BioMed Central Biology*, n. 10, v. 12, p. 1-31, 2012. Disponível em: <<https://bmcbiol.biomedcentral.com/articles/10.1186/1741-7007-10-12>>. Acesso em 15 nov. 2017.
- OKUMURA, M. M. M. Diversidade morfológica craniana, micro-evolução e ocupação pré-histórica da costa brasileira. *Pesquisas Antropologia*, São Leopoldo, n. 63, p. 9-303, 2008.
- OLIVEIRA, L. R. de. Capítulo IX: Carnívoros Marinhos. In: ROMAN, C.; WEBER, M. de M.; CÁCERES, N. C. (Org.). *Mamíferos do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Editora UFSM, 2013. p. 407-429.
- OLIVEIRA, L. R. de. *Caracterização dos padrões de ocorrência dos pinípedes (Carnivora: Pinnipedia) ocorrentes no litoral do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 1993 e 1999*. 1999. 83 f. Dissertação (Mestrado em Biociências - Zoologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 1999.
- OLIVEIRA, L. R. de; HINGST-ZAHER, E.; MORGANTE, J. S. Size and shape sexual dimorphism in the skull of the South American fur seal, *Arctocephalus australis* (Zimmermann, 1783) (Carnivora: Otariidae). *Latin American Journal of Aquatic Mammals*, n. 4, v.1, p. 27-40, 2005.
- OLIVEIRA, L. R. de; HOFFMAN, J. I; HINGST-ZAHER, E.; MAJLUF, P.; MUELBERT, M. M. C.; MORGANTE, J. S.; AMOS, W. Morphological and genetic evidence for two evolutionarily significant units (ESUs) in the South American fur seal, *Arctocephalus australis*. *Conservation Genetics*, Switzerland, n. 9, p. 1451-1466, 2008b.
- OLIVEIRA, L. R. de; OTT, P. H.; MALABARBA, L. R.. *Ecologia alimentar dos pinípedes do sul do Brasil e uma avaliação de suas interações com atividades pesqueiras*. In: REIS, N. R. dos; PERACCHI, A. L.; SANTOS, G. A. S. D. dos (Org.). *Ecologia de Mamíferos*. Londrina: Technical Books, 2008a. p. 97-116.
- OLIVEIRA, M. S. C. de. Distribuição espacial de sambaquis em Joinville-SC: exercício geoestatístico preliminar sobre a variação morfométrica dos sítios. *Revista Paranaense de Geografia*, Curitiba, n. 1, p. 17-27, 1996.
- OLSEN, S. L.; OLSEN, J. W. A comment of nomenclature in faunal studies. *American Antiquity*, Washington, n. 46, v. 1, p. 192-194, 1981.

- PAGLIA, A. P.; FONSECA, G. A. B. da; RYLANDS, A. B.; HERRMANN, G.; AGUIAR, L. M. S.; CHIARELLO, A. G.; LEITE, Y. L. R.; COSTA, L. P.; SICILIANO, S.; KIERULFF, M. C. M.; MENDES, S. L.; TAVARES, V. da C.; MITTERMEIER, R. A.; PATTON, J. L. 2012. Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil / Annotated Checklist of Brazilian Mammals. 2ª Edição / 2nd Edition. *Occasional Papers in Conservation Biology*, Virgínia, n. 6, p. 1-76, 2012.
- PAPAVERO, N. *Fundamentos práticos de taxonomia zoológica*. UNESP: São Paulo, 1994.
- PEREZ GARCIA, M. I. Osteología comparada del esqueleto postcraneano de dos géneros de otariidae del Uruguay. *Boletín de la Sociedad Zoológica Uruguaya*, Montevideo, n. 2, v. 14, p. 1-16, 2003.
- PINEDO, M. C. Ocorrência de Pinípedes na Costa Brasileira. *Garcia de Orta, Série Zoologia, Lisboa*, n. 2, v. 15, p. 37- 48, 1990.
- PINEDO, M. C.; ROSAS, F. C. W.; MARMONTEL, M. *Cetáceos e Pinípedes do Brasil. Uma revisão dos registros e guia para identificação das espécies*. Manaus: UNEP/FUA, 1992.
- PROCKSCH, N.; GRANDI, M. F.; OTT, P. H.; GROCH, K.; FLORES, P. A. C.; ZAGONEK, M.; CRESPO, E. A.; MACHADO, R.; PAVEZ, G.; GUIMARÃES, M.; VERONEZ, M.; OLIVEIRA, L. R. The northernmost haulout site of South American sea lions and fur seals in the western South Atlantic. *Scientific Reports*, n. 10, 2008. 2020.
- PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1992.
- PROUS, A.; PIAZZA, W. Documents pour la préhistoire du Brésil Méridional: l'etat de Santa Catarina. *Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud*, Paris, n. 1 p. 178, 1977.
- REIS, N. R. dos; PERACCHI, A. L.; PEDRO, W. A.; LIMA, I. P. de (Org.). *Mamíferos do Brasil – 1a ed.* Londrina, SEMA/SETI/UEL/UNIFIL/PPG Ciências Biológicas UEL/EDIFURB/Schering-Plough, 2006.
- REIS, N. R. dos; PERACCHI, A. L.; PEDRO, W. A.; LIMA, I. P. de (Org.). *Mamíferos do Brasil – 2a ed.* Londrina, Universidade Estadual de Londrina (UEL)/PPG Ciências Biológicas UEL/UFRRJ/UNESP/CAPES/FAPERJ, 2011.
- REITZ, E. J.; WING, E. S. *Zooarchaeology*. New York: Cambridge University Press, 1999.
- RENFREW, C.; BHAN, P. *Arqueología: teorías, métodos y práctica*. Madrid: Akal, 1993.
- RICE, D. W. 2008. Classification (Overall). In: PERRIN, William F.; WURSIG, Bernd; THEWISSEN, J. G. M. (Org.). *Encyclopedia of Marine Mammals, 2 ed.* New York, Academic Press, 2008. p. 234-238.
- ROGGE, J. H. Os Sítios Arqueológicos Estudados no Litoral Central. *Pesquisas, Antropologia, São Leopoldo*, n. 63, p.133-177, 2006.
- ROGGE, J. H.; SCHMITZ, P. I. 2010. Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica no litoral norte do RS. *Pesquisas, Antropologia, São Leopoldo*, n. 68, p. 167-225, 2010.
- ROSA, A. O. 1996. Análise dos restos faunísticos do sítio arqueológico da Itapeva (RS-LN-201), município de Torres, RS: segunda etapa de escavação. *Documentos: Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, São Leopoldo*, n. 06, p.157- 164, 1996.
- ROSA, A. O. Panorama e perspectivas da zooarqueologia brasileira. In: ACOSTA, A.; LOPONTE, D.; MUCCILO, L. (Org.). *Temas de Arqueología: estudos tafonômicos y zooarqueológicos (I)*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, 2008. p. 133-152.
- ROSA, A. O.; JACOBUS, A. L. 2009. Registro de mamíferos em sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul, Brasil. In: RIBEIRO, A. M.; BAUERMAN, S. G.; SCHERER, C. S. (Org.). *Quaternário do Rio Grande do Sul: integrando conhecimentos*. Sociedade Brasileira de Paleontologia, Porto Alegre, RS. p. 233-242.

- SAKAGUCHI, T. Refuse patterning and behavioral analysis in a pinniped hunting camp in the Late Jomon Period: A case study in layer V at the Hamanaka 2 site, Rebun Island, Hokkaido, Japan. *Journal of Anthropological Archaeology*, Amsterdã, n. 26, p. 28-46, 2007.
- SAN ROMÁN, M. La explotación de recursos faunísticos em el sitio Punta Santa Ana 1: estratégias de subsistência de grupos de cazadores marinos tempranos de Patagonia Meridional. *Magallania*, Chile, n. 38, v. 1, p.183-198, 2010.
- SANFELICE, D.; FERIGOLO, J. Estudio comparativo entre os sínclanos de *Otaria byronia* e *Arctocephalus australis* (Pinnipedia, Otariidae). *Iheringia, Zoologia*, Porto Alegre, n. 98, v. 1, p. 5-16, 2008.
- SCHIAVINI, A. Los Lobos Marinos Como Recurso Para Cazadores-recolectores Marinos: El Caso De Tierra Del Fuego. *Latin American Antiquity*, Washington, n. 4, v. 4, p. 346–366, 1993.
- SCHMITZ, P. I.; BITENCOURT, A. L. V. O sítio arqueológico de Laranjeiras I, SC: Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo, n. 53, p. 13- 76, 1996.
- SCHMITZ, P. I.; DE MASI, M. A. N.; VERARDI, I.; LAVINA, R.; JACOBUS, A. L. O sítio arqueológico Armação do Sul: Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo, n. 48, p. 11-220, 1992.
- SCHMITZ, P. I.; VERARDI, I. Cabeçudas: um sítio Itararé no litoral de Santa Catarina: Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo, n. 53, p. 125-181, 1996.
- SCHMITZ, P. I.; VERARDI, I.; DE MASI, M. A. N.; ROGGE, J. H.; JACOBUS, A. L. O sítio da Praia de Laranjeiras II - Uma aldeia da tradição ceramista Itararé: Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo, n. 49, p. 7- 181, 1993.
- SEELIGER, U.; ODEBRECHT, C.; CASTELLO J. P. *Os ecossistemas costeiro e marinho do extreme sul do Brasil*. Rio Grande: Ecoscientia, 1998.
- SEPÚLVEDA, K. C. *Anatomia compara del esqueleto apendicular de dos espécies de otarideos, Otaria flavescens (SHAW, 1800) y Arctophoca australis gracilis (ZIMMERMAN, 1783)*. 2013. 96 p. Monografía (Licenciatura Biología Marinha) - Universidad Austral de Chile, Escuela de Biología Marina, Valdivia, 2013.
- SHIPMAN, P.; FOSTER, G.; SCHOENINGER, M. Burnt bones and teeth: an experimental study of color, morphology, crystal structure and shrinkage. *Journal of Archeological Science*, Atlanta, n. 11, p. 307-325, 1984.
- SILVA, K. G. da. 2004. *Os Pinípedes no Brasil: ocorrências, estimativas populacionais e conservação*. 2004. 242 p. Tese (Doutorado em Oceanografia Biológica) – Curso de Pós-Graduação em Oceanografia Biológica, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2004.
- SILVA, K. G. da; ARAÚJO, T. G. de; CRIVELLARO, C. V. L.; MENEZES, R. B. *Os mamíferos marinhos no Litoral do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: NEMA, 2014.
- SIMÕES-LOPES, P. C.; DREHMER, C. J.; OTT, P. H. Nota sobre os Otariidae e Phocidae (Mammalia: Carnivora) da costa norte do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Brasil. *Biociências*, Porto Alegre, n.3, v. 1, p. 173-181, 1995.
- SOUZA, A. M. de. 1997. *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.
- TARNAWSKI, B. A; FLORES, D.; CASSINI, G.; CAPPOZZO, L. H. A comparative analysis on cranial ontogeny of South American fur seals (Otariidae: *Arctocephalus*). *The Linnean Society of London: Zoological Journal of the Linnean Society*, London, n.173, p. 249–269, 2014.
- TERREROS, J. Y. S. de los. *Tafonomía Aplicada a Zooarqueología*. Madrid: UNED, 2013.

- TIBURTIUS, G.; LEPREVOST, A.; BIGARELLA, J. J. Sobre a ocorrência de bula timpânica de baleia e artefatos derivados dos sambaquis nos estados do Paraná e Santa Catarina. In: BIGARELLA, J. J.; TIBURTIUS, G.; BIGARELLA, I. K.; LEPREVOST, A.; SOBANSKI, A. (Org.). *Sambaquis*. Curitiba: Posigraf, 2011. p. 205-2016.
- VILLWOCK J. A. Costa Brasileira: Geologia e Evolução. In: III SIMPÓSIO DE ECOSISTEMAS DA COSTA BRASILEIRA - SUBSÍDIOS A UM GERENCIAMENTO AMBIENTAL, 2000. *Anais...* ACIESP, São Paulo, 3 (87): 1-15.p.
- VILLWOCK, J. A.; TOMAZELLI, L. J. *Geologia costeira do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CECO/IG/UFRGS, 1995.
- WILLEY, G.; PHILLIPS, P.. Method and Theory in American Archeology II: Historical Developmental Interpretation. *American Antropologist*, Pennsylvania, n. 57, v. 4, p. 723-819, 1955.

APÊNDICE – QUADRO COMPARATIVO DE CARACTERES OSTEOLÓGICOS OBSERVADOS NOS REMANESCENTES FAUNÍSTICOS ENTRE OS GÊNEROS *Arctocephalus* E *Otaria* COM BASE EM PÉREZ GARCÍA, 2003.

ELEMENTO	Táxon	
ESCÁPULA	<i>Arctocephalus</i>	<i>Otaria</i>
Carácter		
ângulo anterior	marcadamente suave ou ausente	fortemente marcado a ser retilíneo
espinha secundária	marcadamente curvada	fortemente retilínea
espinha secundária e espinha escapular	paralelas no sentido da margem dorsal	divergentes no sentido da margem dorsal
borda livre da espinha escapular	borda ondulada	borda retilínea
ELEMENTO	Táxon	
ÚMERO	<i>Arctocephalus</i>	<i>Otaria</i>
Carácter		
superfície plana ou triangular em vista cranial do tubérculo maior	com forma triangular	com forma plana ou côncava
limite da superfície articular da cabeça do úmero, em vista caudal	segue na direção da base do tubérculo maior	mais próximo a cúspide do tubérculo maior
convexidade do limite da superfície articular, em vista caudal	proximal: junto ao lábio interno da tróclea distal: junto ao lábio externo da tróchlea	proximal e distal não se diferenciam
ELEMENTO	Táxon	
ULNA	<i>Arctocephalus</i>	<i>Otaria</i>
Carácter		
parte medial da incisura troclear	bastante côncava	pouco côncava
borda proximal da parte lateral em relação a borda proximal da parte medial da incisura troclear	distal em relação ao parte medial, não há alinhamento	ao mesmo nível, há alinhamento
área não articular entre o limite lateral da incisura troclear e radial	sim, presente	não, ausente
posição da crista em vista lateral do tubérculo do oléocrano	mais afastado do extremo caudal do oléocrano	mais próxima do extremo caudal do oléocrano
ELEMENTO	Táxon	
RÁDIO	<i>Arctocephalus</i>	<i>Otaria</i>
Caracter		
tuberosidade do rádio	bem desenvolvido e com depressão associada	pouco desenvolvido, sem depressão associada
ELEMENTO	Táxon	
PÉLVIS	<i>Arctocephalus</i>	<i>Otaria</i>
Caracter		
superfície da borda do corpo ósseo do ílium ocupada pela área medial do músculo reto do fêmur	área maior, mais desenvolvida, bem rugosa	área menos e menos desenvolvida, pouca rugosidade

ELEMENTO	Táxon	
FÊMUR	<i>Arctocephalus</i>	<i>Otaria</i>
Caracter		
projeção caudal do trocantes maior, em vista caudal	bem acentuado	pouco acentuado
borda distal da trochlea do osso femural, em vista caudal	borda pouco marcada	borda bem marcada
depressão na face medial do côndilo medial	presença de depressão no côndilo	sem depressão no côndilo
ELEMENTO	Táxon	
TÍBIA	<i>Arctocephalus</i>	<i>Otaria</i>
Caracter		
curvatura na porção proximal, em vista medial	curvatura pouco acentuada	curvatura bem acentuada
ELEMENTO	Táxon	
CALCÂNEO	<i>Arctocephalus</i>	<i>Otaria</i>
Caracter		
limite da face dorsal da apófise lateral em posição medial no ponto mais externo da apófise	não possui limite junto a apófise	possui limite junto a apófise
área medial da face articular cubóidea	marcadamente saliente	se projeta externamente

APONTAMENTOS SOBRE A OCUPAÇÃO GUARANI NO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA: O CASO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO BAIXO RIO D'UNA 1

Raul Viana Novasco¹
Alessandro De Bona Mello²
Jedson Francisco Cerezer³
Valdir Luiz Schwengber⁴
Lindomar Mafioletti Júnior⁵
Thiago Vieira Torquato⁶
Josiel dos Santos⁷

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados das pesquisas desenvolvidas sobre o sítio arqueológico Baixo Rio D'Una, localizado no município de Imbituba, litoral sul de Santa Catarina. O referido sítio é composto de uma malha de terra preta associada a cerâmica da Tradição Tupiguarani e, por meio de datação por C¹⁴, foi situado cronologicamente no século XI da Era Cristã, suscitando discussões a respeito da antiguidade da ocupação Guarani sobre o litoral sul-catarinense.

Palavras-chave: Arqueologia Pré-colonial, Cerâmica Tupiguarani, Litoral de Santa Catarina.

ABSTRACT

This article presents the results of research carried out on the Baixo Rio D'Una archeological site, located in Imbituba, southern coast of Santa Catarina. This site is composed of an area of darkened sediment associated with Tupiguarani ceramics and, through dating by C¹⁴, it was located chronologically in the 11th century of the Christian Era, raising discussions about the antiquity of the Guarani occupation on the southern coast of Santa Catarina.

Keywords: Precolonial archeology; Tupiguarani ceramics; Coast of Santa Catarina.

1. Introdução

Por décadas, os estudos arqueológicos que se ocupam do povoamento Guarani no litoral catarinense mantiveram-se em segundo plano, dado o grande interesse devotado pelos pesquisadores aos monumentais sítios arqueológicos Sambaquis, que ocorrem em grande número na região. Até os anos de 1990, no sul do estado de Santa Catarina os estudos arqueológicos foram realizados por meio projetos de pesquisa pontuais e com problemas de pesquisa bem delimitados, geralmente voltados à composição,

¹ Doutor em História, Espaço Arqueologia. E-mail: raulnovasco@gmail.com

² Especialista em Arqueologia e Patrimônio Cultural, Espaço Arqueologia. E-mail: alessandrodebona@hotmail.com

³ Doutor em Quaternário, Materiais e Culturas, Espaço Arqueologia. E-mail: jfcpicci@gmail.com

⁴ Doutor em História, Espaço Arqueologia. E-mail: valdirluiz@gmail.com

⁵ Especialista em Arqueologia e Patrimônio Cultural, Espaço Arqueologia. E-mail: juniormafioletti@gmail.com

⁶ Especialista em Arqueologia, Espaço Arqueologia. E-mail: thiagotorquato@yahoo.com.br

⁷ Mestre em Antropologia, Espaço Arqueologia. E-mail: josiel.espaco@gmail.com

variabilidade e funcionalidade dos sambaquis locais. Como resultado, a respeito dos sítios associados à tradição Tupiguarani, se verificam na bibliografia do século XX apenas informes e breves notas a respeito da identificação de alguns sítios e achados fortuitos (Rohr, 1969; Eble, Schmitz, 1972).

Na década de 2000 e início do século XXI, no contexto da publicação da Portaria IPHAN nº 230/2002, houve um exponencial aumento no número de pesquisas arqueológicas na região devido às demandas apresentadas pelo licenciamento arqueológico de empreendimentos diversos. Nesse cenário, sítios arqueológicos filiados à tradição Tupiguarani foram escavados e proveram dados relevantes, suscitando problemáticas importantes para a compreensão do processo de ocupação Guarani na planície litorânea do sul de Santa Catarina (Lavina; Caldarelli, 1999; Lavina, 2000; De Masi, 2005; Farias, DeBlasis, 2009; Milheira, 2010; Schwengber et al., 2012, 2013, 2017).

Nesse mesmo contexto, insere-se o estudo executado sobre o sítio arqueológico Baixo Rio D'Una 1, que é objeto desse artigo.

O referido sítio foi identificado em uma área de exploração mineral, localizada no município de Imbituba, litoral sul de Santa Catarina. O sítio está situado nas coordenadas UTM 22J 725013 E/ 6879712 N e sua implantação se dá no topo de um depósito laguna-barreira pleistocênico, formado a partir de deposições praias e eólicas.

Estes depósitos são compostos por Neossolos Quartzarênicos, considerados solos pouco férteis que impossibilitam o estabelecimento espontâneo de formações vegetais de grande porte, como as Florestas Ombrófilas Densas. Por isso, originalmente, o local onde está localizado o sítio era recoberto por formações pioneiras (Jundu) constituídas por indivíduos lenhosos que geralmente não atingem porte muito elevado, sendo numerosos os elementos das famílias das mirtáceas, lauráceas, euforbiáceas, melastomatáceas, leguminosas etc.; além de espinhentas bromeliáceas e cactáceas (Romariz, 1996).

As áreas que compreendem à planície sedimentar da paleolaguna do Mirim, situadas a oeste da área do sítio, são recobertas por solos da ordem dos Gleissolos, que apresentam maior concentração de material orgânico, favorecendo o desenvolvimento de formações vegetais florestadas, como a Floresta Ombrófila Densa de terras baixas. Além disso, são áreas úmidas, as quais são reconhecidas como locais de grande biodiversidade e boa fonte de obtenção de recursos (Gibbs, 2000; Mitsch; Gosselink, 2000).

Tal configuração ambiental se desenvolveu na região no decorrer dos últimos 1.000 anos, quando o nível médio do mar, que no Século X se encontrava cerca de 1 metro acima do nível atual, passa a diminuir constantemente até atingir o nível atual por volta de 500 anos A. P. (Suguio, 2010). Ao longo desse período se verifica, além da estabilização de ambientes pioneiros e dos sistemas fluviais, lacustres e costeiros da região, o processo de construção de um território Guarani que, no decorrer dos séculos seguintes, nos termos propostos por Cerezer (2017), viria a ser colonizado por essa população até a chegada dos primeiros contingentes europeus, nos séculos XVI e XVII.

A relação entre a estabilização ambiental e a consolidação de um território Guarani parece evidente e, partindo desse pressuposto, neste artigo serão apresentadas evidências do início da ocupação Guarani no referido horizonte cronológico e, a partir delas, algumas problemáticas acerca do processo de ocupação empreendido por esse povo serão discutidas, no intuito de iniciar uma revisão do panorama cronológico e territorial até então propostos e suscitar novas perguntas para este contexto cultural e regional.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Como mencionado anteriormente, o presente artigo trata dos resultados obtidos nas escavações realizadas sobre o sítio arqueológico Baixo Rio D' Una 1, localizado no município de Imbituba, região do litoral sul de Santa Catarina. Ele se caracteriza por uma área de 640 m² em que se verifica a ocorrência de sedimento escurecido associado a fragmentos de cerâmica da Tradição Tupiguarani.

Dadas as dimensões do sítio e a evidente concentração dos materiais sobre sua área central, foram escavadas 9 (nove) unidades de 1 m² sobre a mancha de sedimento escuro, além de 5 (cinco) unidades exploratórias nas extremidades da área de dispersão de material cerâmico em superfície. Além das unidades de 1 m², foram escavadas sondagens radiais e trincheiras sobre a poligonal do sítio, as quais contribuíram para a delimitação da estrutura do piso de ocupação, composto pela associação de sedimento escurecido e artefatos cerâmicos e líticos.



Figura 1. Área de escavação central do sítio Baixo Rio D'Una 1 (A); Trincheira exploratória (B); Distribuição do material arqueológico no segundo nível de escavação (C); Associação de fragmentos de cerâmica com sedimento escurecido (D).

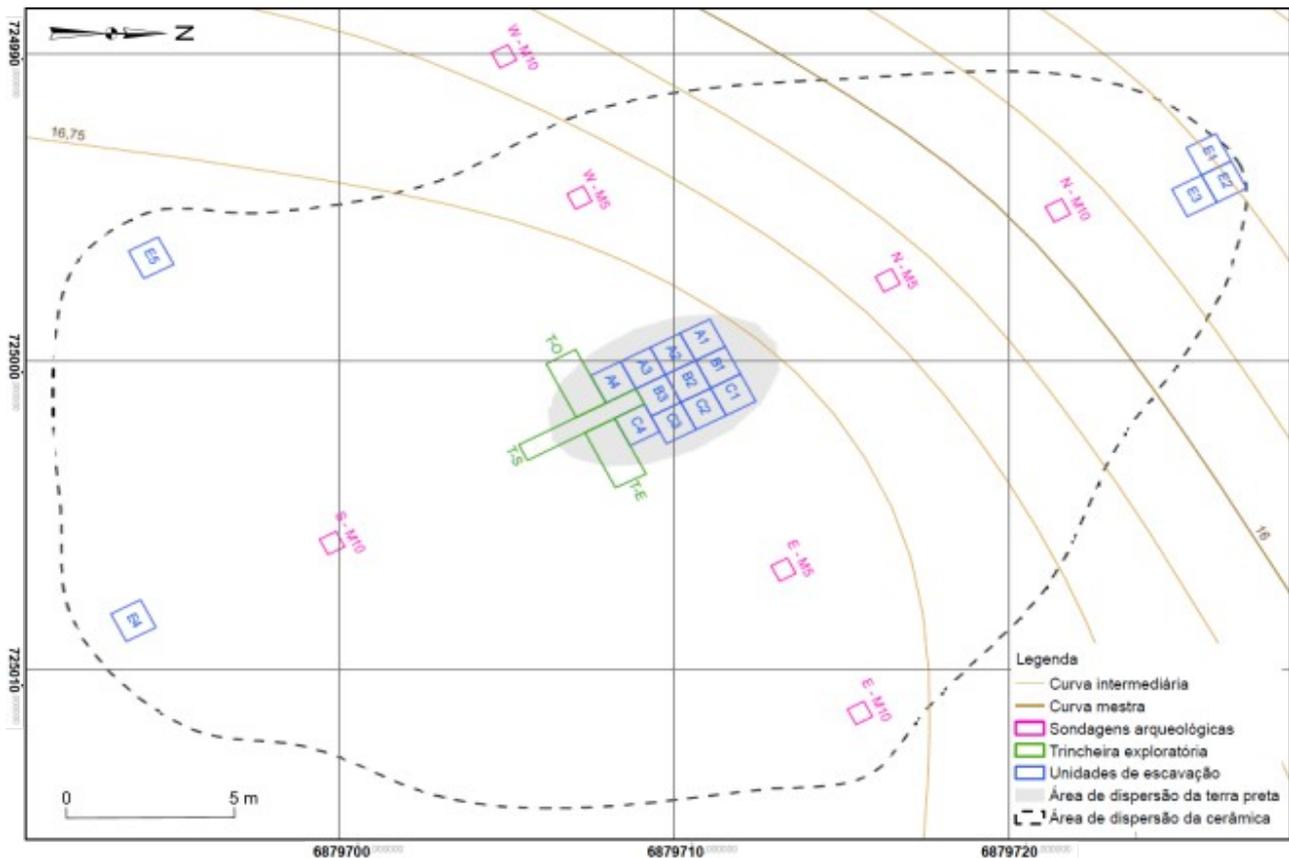


Figura 2. Croqui de escavação do sítio arqueológico Baixo Rio D'Una 1

Por meio das intervenções arqueológicas realizadas sobre o sítio, que incluem a recolha de superfície e escavação das unidades/sondagens/trincheiras, foram obtidos 1229 fragmentos de cerâmica e 65 materiais líticos. Além dos artefatos, uma amostra de carvão, advinda de um contexto de combustão evidenciado no nível 2 da unidade B3, foi obtida e datada.

As análises dos materiais provenientes das escavações tiveram como pauta teórica e metodológica diferentes autores, consoante a tipologia de materiais arqueológicos.

A metodologia de análise cerâmica foi desenvolvida e aplicada partindo da necessidade de identificar variações tecnológicas e morfológicas dos materiais cerâmicos. A mesma está pautada nos atributos que refletem escolhas realizadas nas diferentes etapas do processo produtivo cerâmico, os quais permitem interpretar padrões tecnológicos e opções técnicas sob a lógica da produção e utilização dos vasilhames.

Desse modo, para as análises e interpretações dos materiais cerâmicos são tidos como referência os trabalhos de Shepard (1956), Chmyz et al. (1976), La Salvia e Brochado (1989) e Cerezer (2011). Entre os atributos registrados nas análises constam o segmento, pasta/tempero, técnica de manufatura, espessura e tamanho do fragmento, tratamento de superfície/decoração, queima, estado de conservação e morfologia/diâmetro de borda.

Para os materiais líticos, as análises e interpretações tiveram como aporte teórico e metodológico os trabalhos de Tixier et al. (1995), Hoeltz (2000), Mello (2005), Rodet et al. (2013) e Prous (1986-1990), tendo sido perseguida a análise tecno-tipológica e, quando possível, as fases de cadeias-operatórias com base em atributos para estabelecer a forma básica, matéria-prima, origem da matéria-prima, tipologia e medidas, conforme a Tabela 1, abaixo.

Tabela 1. Códigos de análise lítica.

Forma básica	Matéria-prima	Origem da matéria-prima	Tipo de lasca	Medidas
Lasca unipolar	Quartzo	Bloco	Lasca cortical	Comprimento
Lasca bipolar	Arenito	Seixo	Lasca de preparação	Largura
Núcleo	Calcedônia	Geodo	Lasca de retoque	Espessura
Termófero	Diabásio	Sem informação	Lasca laminar	
Artefato unifacial	Calcário		Lâmina	
Artefato bifacial	Sem informação			
Artefato polido				
Detrito				

Em se tratando das amostras de carvão, essas foram coletadas de um único contexto e, desde sua recolha até sua triagem, foram devidamente tratadas a fim de evitar contaminações. O pré-tratamento das amostras (secagem e limpeza) foi realizado no laboratório da Espaço Arqueologia. Posteriormente, uma amostra foi acondicionada e enviada para o laboratório do Beta Analytic, onde passou pelo processo de datação por radiocarbono.

3. RESULTADOS

Depois de recolhidos, os materiais arqueológicos provenientes do sítio foram submetidos ao processo de curadoria e análise. As análises se desenvolveram a partir do referencial teórico indicado anteriormente e, os resultados obtidos serão apresentados a seguir.

Antes, contudo, cabe destacar que, a partir da amostra de carvão coletada, foi obtida uma datação de 910 +/- 30 A. P., calibrada com 2 sigmas em 920 a 740 A. P. (Beta-396226). A datação obtida recua o horizonte cronológico da ocupação Guarani até então considerado para a região em estudo e levanta alguns questionamentos que serão melhor discutidos adiante neste artigo.

3.1. O material lítico

Por meio das escavações realizadas foram recuperados 65 materiais líticos. Estes foram analisados a partir de cinco códigos de análise resultando em: lascas unipolares/bipolares (47 peças), termóferos (5), artefatos bifaciais (2), artefatos polidos (2) e detritos (9).

A matéria-prima de maior ocorrência é a calcedônia, com 50 peças. Com exceção da calcedônia, verifica-se a ocorrência de arenito (8), diabásio (1) e concreção (1), proveniente da face cortical de geodo.

A respeito da origem da matéria-prima explorada, entre as 65 peças do acervo, 39 não apresentaram elementos que permitem interpretação. Das 26 restantes, 13 são provenientes de blocos, 12 são provenientes de seixos e 1 é proveniente de geodo.

Sobre as lascas, materiais que compõe massivamente o acervo, verifica-se a existência de lascas corticais (7), lascas de preparação (23), lascas com retoque (16), lasca laminar (1) e lâminas (2).

A ocorrência de um percutor no sítio e um calibrador (artefatos polidos) indica que a atividade de lascamento e produção de artefatos fazia parte do dia-a-dia do grupo que ocupava a área. A presença dos termóferos em arenito demonstra, também, a predileção por esta matéria-prima para estruturas de combustão.

Em suma, a análise do material lítico proveniente do sítio Baixo Rio D' Una 1 forneceu informações relevantes para subsidiar as interpretações a respeito da territorialidade Guarani no litoral sul de Santa Catarina. Neste sítio, a indústria do lascamento é desenvolvida quase que exclusivamente sobre calcedônia, matéria-prima não disponível nas imediações do sítio. As lascas corticais em calcedônia indicam que esta matéria-prima era obtida a partir de seixos, o que nos leva a crer que este material está sendo obtido entre as cabeceiras e médio curso dos principais rios das bacias do rio Tubarão, Capivari e D' Una.

Uma análise espacial de distância nos permite verificar que, entre a área do sítio e os compartimentos ambientais onde seria possível a obtenção desta matéria-prima (contato entre encosta e planalto), há uma distância de, pelo menos, 30 quilômetros na orientação norte, e 80 quilômetros na orientação oeste (figura 3).

Infelizmente, para a região do estudo não existem levantamentos geológicos em escala compatível com a problemática aqui levantada, o que dificulta a elaboração de materiais cartográficos que indiquem possíveis locais de obtenção deste recurso. O que é possível afirmar, no entanto, é que incursões às áreas de encosta e/ou planalto eram necessárias para a obtenção desta matéria-prima, seja a partir de afloramentos, geodos ou seixos.

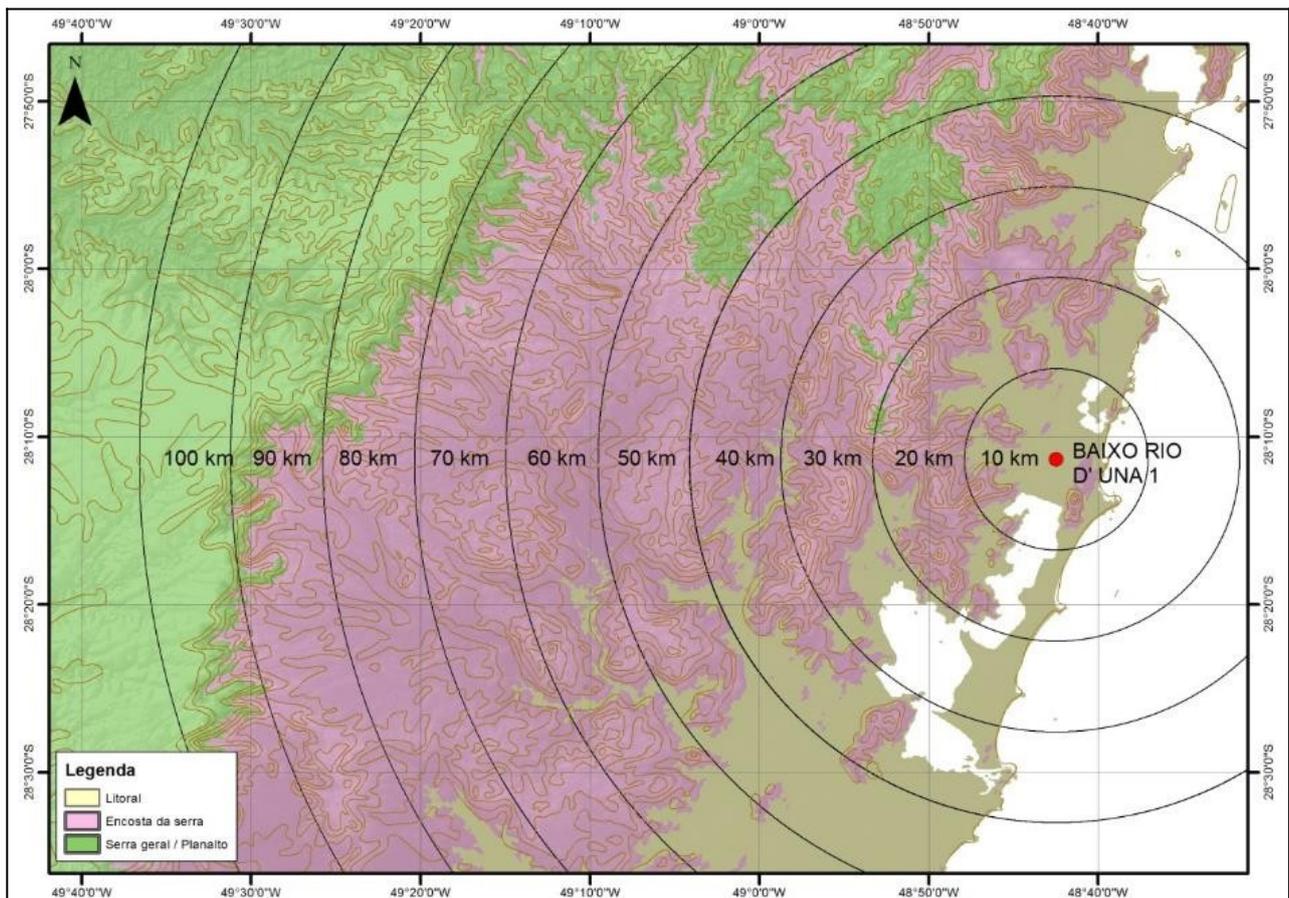


Figura 3. Análise espacial através de círculos concêntricos indicando as distâncias entre o sítio arqueológico e os diferentes compartimentos geomorfológicos.

Ao passo que os materiais líticos apontam resultados para um domínio territorial guarani sobre a região do litoral sul catarinense, dos dados provenientes das análises

cerâmicas esperam-se resultados sobre a dinâmica comportamental com base em aspectos tecnológicos e morfológicos, como será apresentado a seguir.

3.2. A cerâmica

O conjunto de fragmentos cerâmicos foi analisado sob os preceitos metodológicos propostos a fim de compreender o processo produtivo, o grau de representação dos diferentes segmentos que compõe uma vasilha e, na medida do possível, as diferentes morfologias.

Diferentes segmentos foram identificados nas análises dos fragmentos, contudo a maior representatividade está na categoria bojo, também entendida como parede, somando 80% da amostra; em segundo valor de representação estão as bordas com 17%, seguidas de fundos com 2% e as carenas ou intersecções com 1%. Esses valores são normais pelo fato de uma vasilha ser composta, maioritariamente por paredes inferiores e superiores, delimitação posta pelo bojo, tendo maior diâmetro nas bordas que nos fundos, e haver menor quantidade de peças com carenas, nas morfologias guaranis.

Relacionar espessuras das paredes com tamanhos dos fragmentos traz um ativo para entender o nível de integridade do sítio arqueológico. O grau de fragmentação das peças que compõe o sítio pode ser considerado baixo se comparado à boa parte dos sítios Guarani que ocorrem na mesma região de estudo. Grande parte dos fragmentos apresentam tamanhos que variam entre 2,1 e 10 centímetros e o nível de conservação das peças é alto, indicando um impacto pós-deposicional moderado sobre o sítio.

Referente à espessura das paredes nota-se que a maior parte dos fragmentos está entre 10 a 15 milímetros, podendo chegar até 20 milímetros. Em percentuais, os resultados desta análise são: até 5mm 13%, até 10mm 56%; até 15mm 27%; até 20mm 4%. Estes dados indicam variações métricas das vasilhas, desde pequenas a grandes, havendo predomínio de vasilhas medianas, indiferente de sua funcionalidade.

Diferentes aspectos relacionados à composição da pasta podem ser abordados nas análises, tendo em vista que a composição é argila, água e elementos não plásticos, o tempero é o elemento referência para os resultados.

Partindo das análises macroscópicas se verifica um conjunto massivo de pasta composta sob um padrão em que os grãos de quartzo são a escolha preferencial, representando 94% da amostra. Em menor quantidade há outros, como: minerais, vegetais e animal – concha; interpretados, na sua maioria, como ocorrência natural nos depósitos de argila explorados.

Algumas variações são verificadas nas pastas quando se trata do tamanho dos grãos de tempero, no qual os percentuais são: 40% estão entre 1 e 3 milímetros; 33% até 1 mm; 18% entre 3 e 5 mm; 6% maior que 5 mm e 3% em que não se verificou adição de tempero.

Seguindo a lógica do processo produtivo, a manufatura das vasilhas cerâmicas, identificadas nos fragmentos, em especial nas linhas verticais das fraturas, demonstra que a opção tecnológica é exclusivamente a técnica de colombino, entendida também como a sobreposição de roletes. Há, no entanto, alguns fragmentos de fundo onde se verifica a base modelada, porém não é um elemento que altera a técnica predominante de colombino.

Tratamentos de superfície variados foram verificados no acervo. Cabe destacar que estão inclusos neste atributo também as decorações, embora se saiba que alguns tratamentos plásticos como o corrugado e o escovado sejam parte do processo produtivo (Cerezer, 2011), aqui é considerado o aspecto visual final empregue a superfície da

vasilha. Assim são considerados os tratamentos plásticos em um grupo de análise e os alisados, pintados e demais variações em outro grupo.

Como resultado sobre as análises dos tratamentos de superfície o conjunto de fragmentos apresenta cerca de 55% dos fragmentos com tratamento externo plástico, sendo os 45% restantes entre pintados e alisados.

Para as superfícies internas todos os fragmentos são alisados, o que é normal nas vasilhas utilitárias, havendo variações no tocante à intensidade do alisamento como o brunido e a decoração pintada ou o engobe. O alisamento na face interna equivale a um montante de 1.135 fragmentos, havendo 6 fragmentos com brunimento e 29 com pintura; estão excluídos aqui os com a face erodida.

Para a face externa há variações que são próprias da técnica empregue e/ou consequências da gestualidade. As variações gestuais provam com frequência, sobretudo nas peças corrugadas, diferentes sequências, podendo, por vezes, na mesma vasilha haver mais de um “tipo de corrugado” ou combinações entre técnicas. Deste modo, sempre é importante observar que o corrugado é uma técnica com suas variações gestuais muito mais que estilos diferentes.

Para esse estudo tentou-se perseguir as propostas classificatórias de La Salvia e Brochado (1989) resultando em um quadro amplo, apresentado aqui no formato de gráficos (Figura 4) com os diferentes tipos de tratamentos de superfície plásticos interpretados nas paredes externas dos fragmentos.

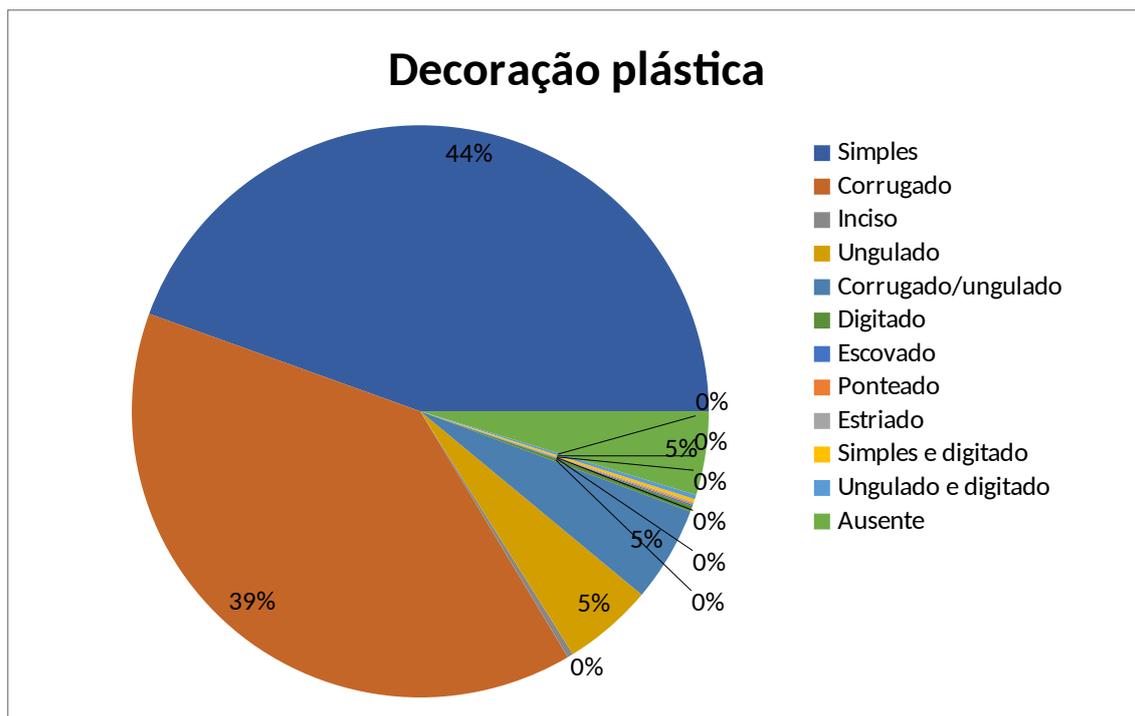


Figura 4. Percentual de fragmentos por tipo de tratamento de superfície do sítio Baixo Rio D'Una 1.

Para o conjunto de fragmentos onde se verificaram remanescentes de decoração pintada, montante não superior a 70 fragmentos, algumas variações foram notadas, seja na face externa ou na face interna. Deste modo, a figura 5 ilustra o percentual de tipos pelo valor de fragmentos com decoração pintada.

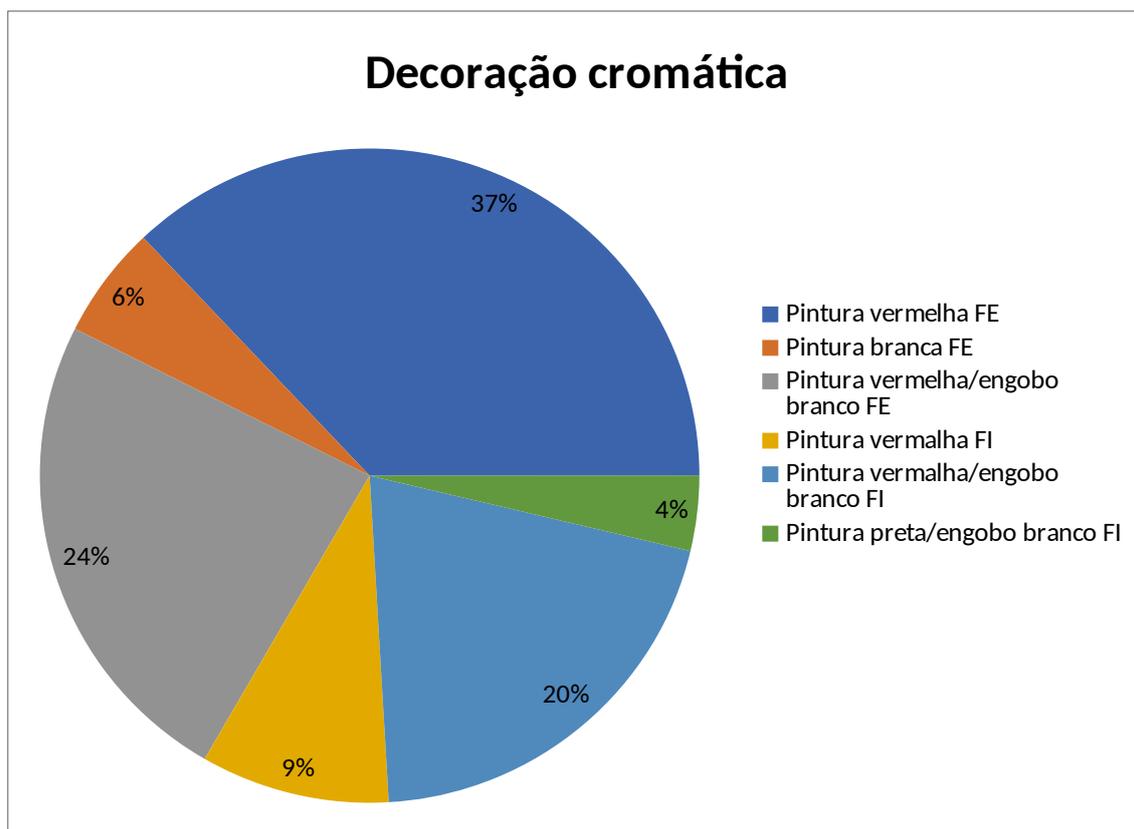


Figura 5. Percentual de tipos pelo número de fragmentos com decoração pintada FE – face externa; FI – face interna.

Os dados apresentados para os tratamentos de superfície trazem uma representação da média que se observa em coleções arqueológicas de sítios Guarani para a região. A predominância de peças com tratamento plástico corrugado encontra respaldo nos estudos de forma e função, apresentados e discutidos por Brochado e Monticelli (1994), Noelli e Brochado (1998), Soares (2005) e Cerezer (2011). Nos estudos referentes ao tema há uma justificativa de que as peças corrugadas tendem a ser usadas como panela e, por serem manipuladas com maior frequência e irem ao fogo, tendem a sofrer danos, exigindo reposições, diferentemente das talhas e copos, que duram por mais tempo.

Finalizando o processo produtivo há a **queima**, os dados observados nas análises trazem variações próprias de peças que tiveram a queima em estruturas tipo fogo aberto, onde as variações de atmosfera provocam colorações diversas nas paredes das peças. Para esse estudo, embora haja percentuais com maior tendência à queima oxidante, se afirma serem peças com queima heterogênea com predomínio oxidante.

Nos casos onde há o núcleo redutor, percentual significativo da coleção, os estudos de arqueologia experimental já demonstraram que se trata de peças queimadas em ambiente redutor com um rápido arrefecimento em ambiente oxidante. Os efeitos que este arrefecimento abrupto causa são comuns em estruturas de fogo aberto, onde há o baixo controle nas fases finais da queima.

Por último, são apresentados os resultados referentes às características das bordas, onde são observados os atributos correspondentes a morfologia, lábio e diâmetro.

A morfologia da borda é definida levando em consideração a continuidade do perfil vertical em relação à base da peça, sendo classificadas em direta, extrovertida, introvertida e cambada. Ainda dentro da análise morfológica das bordas, também é verificada a ocorrência de reforço interno ou externo. Neste sítio há um total de 208 bordas, das quais, grande parte apresenta borda direta, com lábio arredondado.

Em se tratando do diâmetro da boca das bordas, lido também como Diâmetro de abertura (Da), verificou-se que a maior parte das bordas apresentam diâmetros que variam entre 15, 20, 25 e 30 centímetros, como pode ser visto na figura 6.

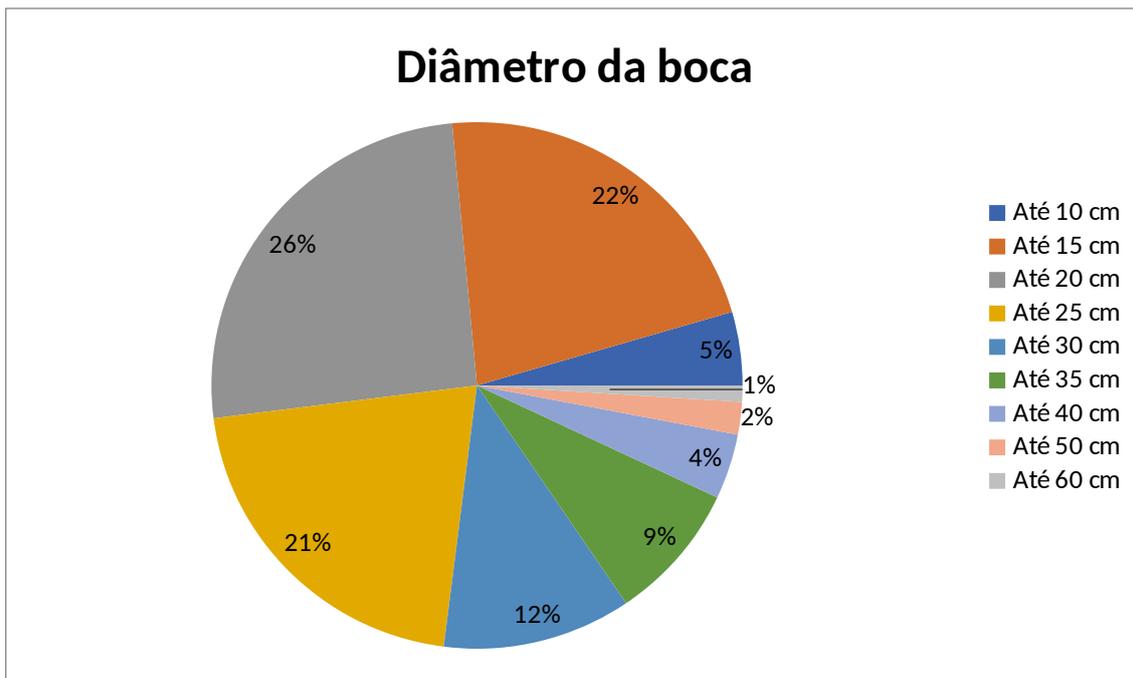


Figura 6. Percentual de representatividade dos tamanhos de diâmetro de abertura pelo total de bordas.

Como pode ser visto na figura acima, ocorre uma grande variedade de diâmetros de boca, bem como tipos de bordas, indicando a existência de um mobiliário doméstico completo, composto por panelas, tigelas, pratos e caçarolas. Acredita-se, portanto, que a presença de um mobiliário doméstico tão diversificado indica que nesta estrutura se tratava de uma área de habitação, onde uma ocupação permanente foi empreendida.

4. DISCUSSÃO

O conhecimento de que se dispõe atualmente a respeito da ocupação pré-colonial empreendida pelos Guarani no sul do Brasil, é produto do cruzamento de dados etnográficos, históricos e arqueológicos. Ainda hoje, quando se buscam informações a respeito do sistema de organização social e cultural desse grupo, lembra-se e recorre-se ao modelo etnoarqueológico proposto para a região do delta do Rio Jacuí (Rio Grande do Sul), por Francisco Noelli em sua dissertação de mestrado intitulada “*Sem Tekohá não há Tekó*”, defendida no ano de 1993.

Noelli (1993) desenvolveu seu trabalho a partir da análise de uma enorme gama de documentos, que incluem tanto crônicas etnográficas do século XVI, quanto relatórios de pesquisa arqueológica do ano de 1992. Segundo o autor, o objetivo geral da dissertação é o de elaborar uma síntese de elementos comuns aos Guarani *arqueológicos* e *históricos*, tais como a espacialidade das estruturas dos assentamentos, as áreas de

captação de recursos, os equipamentos e estratégias de subsistência, os alimentos e a língua. Da arqueologia o autor extraiu dados referentes à forma das estruturas, à dispersão das mesmas no assentamento e à localização dos utensílios associados às estruturas habitacionais e anexas. Da etnografia e da linguística extraiu dados referentes ao uso, modo de construção e forma das estruturas que compõem os assentamentos.

Em seu trabalho, Noelli (1993) faz a caracterização das estruturas partindo da definição das tão conhecidas "manchas pretas", as quais, associadas à cerâmica, exercem papel de fóssil guia dos sítios Guarani. Segundo o autor as manchas pretas são o registro do que um dia foi uma estrutura, ou de habitação (onde residiam as famílias), ou anexas (onde se realizavam atividades domésticas). As estruturas de habitação concentram a maior quantidade de cerâmica e nunca são encontradas isoladas, uma vez que a "aldeia" era sempre formada pelo agrupamento de algumas famílias que habitavam, cada qual, uma grande casa.

Contudo, apesar de tentadora, a aplicação do modelo etnoarqueológico proposto por Noelli, é perigosa, principalmente quando o intuito é o de explicar o processo de ocupação Guarani na região sul de Santa Catarina.

Assim como Noelli, recentemente, Rafael Milheira (2010) propôs em sua tese de doutorado um modelo de ocupação e aproveitamento territorial Guarani. Para tal, o autor revisita sítios arqueológicos mapeados por Rohr (1969), realiza novos mapeamentos na região sul de Santa Catarina e se utiliza de dados de escavações realizadas em 10 sítios superficiais.

A área piloto pesquisada por Milheira compreende a faixa litorânea que tem como limite norte a barra do Camacho, e como limite sul a barra do rio Urussanga, litoral sul de Santa Catarina. Nesse recorte territorial Milheira reúne informações sobre 41 sítios Guarani e, a partir da análise intra e inter sítios, o autor elabora seu modelo de ocupação, buscando abordar a história de longa duração Guarani numa perspectiva regional, articulando as informações geradas a partir das escavações arqueológicas e informações etnohistóricas e etnográficas.

A partir dos dados disponíveis na literatura arqueológica e cruzando-os com os dados obtidos em sua pesquisa, Milheira propõe que os Guarani tenham ocupado essa região em um momento de possível "abandono" desse território. De acordo com o autor, na região do litoral sul não havia uma ocupação efetiva, uma vez que os grupos sambaquieiros já haviam se diluído por volta de 1500 anos A. P. e os grupos Jê apenas desciam ao litoral para eventuais rituais funerários. Portanto, ao chegarem nessa região, por volta de 600 anos A. P. os Guarani não encontraram as dificuldades que lhes eram impostas em outras regiões. Isso explicaria, conforme o autor, a ocorrência de um adensamento de sítios arqueológicos Guarani em um território tão amplo em tão pouco tempo, num processo que não parece ter ultrapassado a faixa temporal de 150 anos para se desenvolver (Milheira, 2010).

Consideramos que o momento inicial da chegada dos grupos Guarani na região não tenha se dado por um processo de adensamento populacional, mas sim, por uma intenção de ocupação daquele território coordenada e estrategicamente pelas lideranças. Ou seja, a chegada massiva e "repentina" dos Guarani não foi resultado de um adensamento populacional gradual e lento que caracteriza o "*enxameamento*", mas sim, um processo de ocupação rápido coordenada a partir de alguma região interiorana ou mesmo de outras localidades do litoral. Tratar-se-ia, sob este ponto de vista, de uma leva expansionista provinda de algum local já ocupado densamente, como, por exemplo, a região interiorana do Estado de Santa Catarina, ou mesmo, o litoral norte do mesmo Estado. Este processo de ocupação territorial estaria vinculado então ao costume Guarani de ocupar novas áreas para o desenvolvimento da vida

tradicional, o que envolve novas áreas de plantio, controle de novos recursos e etc. (Milheira, 2010, p. 139).

Acreditamos na validade do modelo proposto por Milheira que, em alguns aspectos, se assemelha a modelos anteriores propostos por outros pesquisadores e, em outros aspectos, diverge dos mesmos (Brochado, 1984; Noelli, 1993; Lavina, 2000; Schmitz, 2005). Ao contrário dos autores citados acima, que acreditam em um adensamento gradual da ocupação Guarani, Milheira propõe uma "invasão" massiva e coordenada, que visava garantir a dominação desse território.

Se considerarmos a data obtida através do resgate do sítio Baixo Rio D' Una I (910 A. P.) e datas informadas por Maurício (2008) para o vale dos rios Tubarão (650 A. P.), por De Masi (2005) para o Alto Capivari (505 A. P.), e por Milheira (2010) para o vale do Jaguaruna (550 A. P.) e Urussanga (570 A. P.), o que se verifica é a ocorrência de um processo que dura em torno de 400 anos e não mais 150, conforme proposto por Milheira. Além disso, ao contrário do que propõe Milheira (2010), as datas indicam que o processo de migração Guarani para a planície costeira de Santa Catarina se deu a partir do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, e não do litoral norte de Santa Catarina. Isso, pelo fato de que poucos são os sítios identificados no litoral centro-norte catarinense, enquanto que, abaixo do Mampituba, verifica-se uma densa ocupação desse grupo.

Ao contrário do que ocorre no litoral sul e litoral central de Santa Catarina, no litoral norte a ocupação Guarani aparenta não ter tido tanta expressão quanto os grupos sambaquieiros ou mesmo Jês, uma vez que reduzidos são os sítios associados a ocupação pré-colonial empreendida por esta população. Bandeira (2004), escavou um dos únicos sítios arqueológicos Guarani mapeados no litoral norte de Santa Catarina, denominado Poço-grande, para o qual obteve a data de 340+-35 A. P. (termoluminescência). Se associarmos esta data às datas obtidas no litoral sul por Milheira (2010), De Masi (2006) Maurício (2008) e Mello (2006), é possível supor que o processo de migração dos Guarani para o litoral norte não tenha sido efetivado devido à chegada dos europeus na costa catarinense. Portanto, considerando uma migração de sul para norte, supõem-se que quando os Guarani estariam iniciando uma disputa (bélica ou não) com os Jê pelo território do litoral norte, houve o contato com o europeu, fazendo com que tal processo fosse interrompido.

Por fim, gostaríamos de levantar alguns problemas agora levantados a partir dos dados obtidos através do resgate do sítio Baixo Rio D' Una 1.

Conforme já mencionamos anteriormente, a indústria lítica identificada neste sítio é praticamente toda desenvolvida sobre seixos de calcedônia e, talvez, sobre geodos. Mesmo que os dados geológicos regionais não nos forneçam dados muito precisos a respeito dos locais de ocorrência desta matéria-prima, é de conhecimento geral a existência de seixos de minerais diversos na maior parte da extensão dos principais rios desta região, cujas nascentes estão situadas na borda leste da Serra Geral. Portanto, estes materiais poderiam ser obtidos através de incursões pelo interior dos vales destes principais rios, incursões estas que impõem a necessidade de percorrer distâncias superiores da 30 quilômetros.

Além da distância, deve ser considerado o fato de que, neste período, a encosta sul catarinense era, ao que tudo indica, densamente ocupada por grupos caçadores-coletores portadores da Tradição Umbu (Farias, 2005; Claudino, 2011). Dessa forma, nos perguntamos: o "território amplo" desses grupos Guarani se sobrepunha ao território desses grupos caçadores-coletores que, atualmente, vem sendo associados aos antepassados dos Xokleng etnograficamente conhecidos?

Da mesma forma, se os Guarani já ocupam o litoral sul de Santa Catarina há 900 anos atrás, como estes estão se relacionando com os grupos que produziam cerâmica Taquara-Itararé e sepultavam seus entes em cemitérios litorâneos, tais como o sítio Galheta IV, localizado em Laguna/SC?

Ao que tudo indica neste período tem início a disputa por este território entre os Guarani e os Jê Meridionais e, ao contrário do que propõe Milheira (2010), para ter pleno domínio da planície litorânea sul catarinense os Guarani percorrem uma trajetória histórica longa, que nos leva a supor uma lenta dominação do território. Como isso se deu?! Acreditamos que somente a partir do desenvolvimento de novas e numerosas pesquisas será possível se aproximar de uma resposta plausível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, D. R. 2004. *Ceramistas pré-coloniais da baía da Babitonga, SC – arqueologia e etnicidade*. Universidade de Campinas (Tese de doutoramento).
- BROCHADO, J. P. 1984. *An ecological model to the spread of pottery and agriculture into Eastern South América*. Universidade de Illinois at Urbana-Champaign (Tese de doutoramento).
- BROCHADO, J. P.; MONTICELLI, G. 1994. Regras práticas na reconstituição gráfica das vasilhas de cerâmica Guarani a partir dos fragmentos. *Estudos Ibero-Americanos*, 2:107-118.
- CEREZER, J. F. 2011. *Cerâmica Guarani: Manual de Experimentação Arqueológica*. Habilis, Erechim/RS.
- CEREZER, J. F. 2017. *Tecnologia e simbolismo na expansão Guarani no Sul do Brasil*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal (Tese de doutoramento).
- CHMYZ, I. (editor) 1976. Terminologia Arqueológica para a Cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, 1(1): 119-148.
- CLAUDINO, D. C. 2011. *Arqueologia na encosta catarinense: em busca dos vestígios materiais Xokleng*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Dissertação de mestrado).
- DE MASI, M. A. N. 2005. *Projeto de salvamento arqueológico da PCH Rio Capivari*. Florianópolis: UNISUL. Relatório final de pesquisa.
- EBLE, A.; SCHIMITZ, S. 1972. Sítio cerâmico sobre dunas (SC-LL-70). *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, 5:24-56.
- FARIAS, D. S. E. 2005. *Distribuição e padrão de assentamento: propostas para os sítios da Tradição Umbu na encosta de Santa Catarina*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Tese de doutoramento).
- FARIAS, D. S. E.; DEBLASIS, P. 2009. *Arqueologia da Rodovia SC-487: Barra do Camacho – Jaguaruna*. Tubarão: UNISUL. Relatório final de pesquisa.
- GIBBS, J. P. 2000. Wetland Loss and Biodiversity Conservation. *Conservation Biology*, 14:314-317.
- HOELTZ, S. 2000. Análise das indústrias líticas. In: MONTICELLI, G. (Org.). *Pesquisas arqueológicas do Gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre: Fase I, trechos 1 e 3*. Porto Alegre: PUCRS, Relatório final de pesquisa.
- LA SALVIA, F.; BROCHADO, J. P. 1989. *Cerâmica Guarani*. 2ªed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura.
- LAVINA, R. 2000. *Relatório final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpraias (Trecho Morro dos Conventos – Lagoa dos Esteves)*. Criciúma: UNESC.
- LAVINA, R.; CALDARELLI, S. B. 1999. *Relatório final do Projeto de Salvamento Arqueológico da ZPE Imbituba*. Criciúma: UNESC.

- MAURÍCIO, D. F. 2008. *As vasilhas cerâmicas do sítio arqueológico SC-MA-01 do município de Laguna - SC*. Universidade do Sul de Santa Catarina (Trabalho de conclusão de curso)
- MELLO, A. B. 2006. *Estudo da variabilidade intra-sítio a partir da análise cerâmica do sítio Guarani SC-AR-01*. Universidade do Sul de Santa Catarina (Trabalho de conclusão de curso).
- MELLO, P. C. 2005. *Análise de sistemas de produção e da variabilidade tecnofuncional de instrumentos retocados*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Tese de doutoramento).
- MILHEIRA, R. G. 2010. *Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: história e território*. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (Tese de doutoramento).
- MITSCH, W. J.; GOSSELINK, J. G. 2000. The value of wetlands: importance of scale and landscape setting. *Ecological Economics*, 35(200):25-33.
- NOELLI, F. S. 1993. *Sem tekohá não há tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicada a uma área de domínio no delta do Jacuí - RS*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Dissertação de mestrado).
- NOELLI, F. S.; BROCHADO, J. P. 1998. O cauim e as beberagens dos Guarani e Tupinambá: equipamentos, técnicas de preparação e consumo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 8:117-128.
- PROUS, A.; LIMA, M. 1986-1990. Tecnologia de debitagem do Quartzo no Centro de Minas Gerais: Lascamento Bipolar. *Arquivos do museu de História Natural*. Belo Horizonte, 11:1-89.
- RODET, M. J.; DUARTE-TALIM, D.; SANTOS JUNIOR, V. 2013. Cadeia operatória e análise tecnológica: uma abordagem metodológica possível mesmo para coleções líticas fora do contexto (exemplo das pontas de projétil do Nordeste do Brasil). *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, Series Especiales*, 1(2):264-278.
- ROHR, J. A. 1969. Os sítios arqueológicos do município sul-catarinense de Jaguaruna. *Pesquisas, Antropologia* 22:1-41.
- ROMARIZ, D. A. 1996. *Aspectos da vegetação do Brasil*. São Paulo: Ed. do autor.
- SCHMITZ, P. I. 2005. O povoamento indígena do sul do Brasil. In: FARIAS, D. S. E. *Maracajá: Pré-história e arqueologia*. Tubarão: Editora Unisul.
- SCHWENGBER, V. L. et al. 2012. *Programa de resgate arqueológico em área de mineração na localidade de Olho D'Água, município de Jaguaruna - SC*. Tubarão: Espaço Arqueologia, Relatório final de pesquisa.
- SCHWENGBER, V. L. et al. 2013. *Programa de resgate arqueológico em área de mineração na localidade de Jaboticabeira, município de Jaguaruna - SC*. Tubarão: Espaço Arqueologia, Relatório final de pesquisa.
- SCHWENGBER, V. L. et al. 2017. *Programa de resgate arqueológico nas áreas de extração de areia – Localidade de Jaboticabeira e Morro Bonito, município de Jaguaruna - SC*. Tubarão: Espaço Arqueologia, Relatório final de pesquisa.
- SHEPARD, A. O. 1956. *Ceramics for the Archaeologist*. Washington: Carnegie Intitution of Washington.
- SOARES, A. L. R. 2005. *Contribuição à Arqueologia Guarani: estudo do Sítio Röpke*. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (Tese de doutoramento).
- SUGUIO, K. 2010. *Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais*. Oficina de ed. São Paulo.
- TIXIER, J.; INIZAN, M. L.; BALLINGER, M. R.; ROCHE, H. 1995. *Technologie de la pierre taillée suivi par un vocabulaire multilingue (allemand, anglais, arabe, espagnol, français, grec, italien, portugais)*. Meudon: C.R.E.P.

OCUPAÇÃO DO LITORAL NORTE DE SANTA CATARINA POR GRUPOS DE CAÇADORES COLETORES DO HOLOCENO INICIAL.

Marco Aurélio Nadal De Masi, Ph.D.¹

RESUMO

Nas colinas costeiras circundadas por áreas baixas e planas isoladas do corpo principal das serras no município de Joinville foi diagnosticado um assentamento de caçadores coletores com datações de 8700 A.P e 6200 A.P. A análise do material lítico indica o uso predominante do quartzo leitoso como matéria prima na produção de artefatos bifaciais (pontas de projétil). A maioria dos artefatos são resíduos de produção caracterizados por micro lascas e pequenos fragmentos com tamanho menor 0,5 cm. Todas as etapas de produção de bifaces (pontas de projétil) são identificados desde os seixos, passando por préformas até os pequenos bifaces que ocorrem em sua maioria fragmentados. Foram identificados também um quebra-coquinho, processador tabular e percutores sugerindo atividades múltiplas no assentamento portanto uma base residencial e não um acampamento.

Palavras-Chaves: Caçadores Coletores Costeiros, Prehistória do Litoral, Catarinense, Arqueologia Costeira.

ABSTRACT

On the costal hills surrounded by the low lands isolated by the mountains of Serra do Mar in Joinville district it was identified a settlement of hunter-gatherers dated in 8700 A.P. and 6200 A.P. The stone tools analysis indicates a predominant use of milky quartz as a raw material in the production of bifacial artifacts (projectile points). Most of the artifacts are discarded microflakes and fragments smaller than 0,5 cm. All stages of production of biface production (projectile points) are identified from the star pebbles, passing through preforms to small bifaces that occur mostly fragmented . It was also identified a coconut processor, grinding and hammer stones indicating multiple activities in the settlement suggesting a residential base instead of a camp site.

Keywords: Costal Hunter Gatherers, Santa Catarina Coast Prehistory, Coastal Archaeology.

INTRODUÇÃO

A arqueologia do estado de Santa Catarina, bem como de outros estados brasileiros, caracterizou-se em seus estudos iniciais, como uma iniciativa de colecionadores ou arqueólogos amadores, os quais forneceram os primeiros dados sobre a ocupação pré-histórica da costa, sul-brasileira. Na região do município de Joinville no norte do estado de Santa Catarina, o trabalho amador de Guilherme Tiburtius nos garantiu hoje a existência de informações valiosas sobre tecnologia de produção de artefatos através de sua coleção pessoal, hoje parte do acervo do Museu do Sambaqui em, Joinville. Algumas de suas publicações tiveram colaboração de outros pesquisadores, como Bigarella e Sobanski. Além de colecionar Tiburtius, também foi um dos primeiros arqueólogos amadores a realizar um levantamento de sítios arqueológicos no litoral norte de Santa Catarina em 1954 (Bandeira 2000).

Os levantamentos arqueológicos no estado tornam-se mais intensos a partir do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), com os trabalhos de

¹ De Masi Arqueologia. E-mail: demasiarqueologia@gmail.com

Walter Piazza (1966, 1974), João Alfredo Rohr, S.J. (1984), Ana Maria Beck (1968, 1970, 1972), Gerusa Duarte (1972), Fossari (1987) na Ilha de Santa Catarina. Entre os catálogos de sítios arqueológicos do estado, os quais compilam várias informações sobre os sítios arqueológicos estudados, destaca-se o trabalho de Piazza e Prous (1977). Rohr (1984) publica uma listagem dos sítios arqueológicos de Santa Catarina por município. Para a região de Joinville, Oliveira & Hoenicke (1994) apresentam um levantamento dos sítios, e mais recentemente Bandeira (1997) revisa os estudos arqueológicos realizados na região norte do estado de Santa Catarina, publicando um catálogo, com várias informações, dos sítios localizados nos municípios de Araquari, Barra do Sul, Garuva, Itapoá, Joinville e São Francisco do Sul. Salvamentos arqueológicos iniciam-se timidamente na década de 60 (Piazza, 1966b, 1970 apud Bandeira, 1997), continuando raros até os final do séc. XX, com um único projeto na década de 80 (Goulart, 1980).

A partir de 1990, o número de projetos de salvamento aumentou significativamente, possibilitando uma nova onda de informações sobre a arqueologia do estado de Santa Catarina como um todo. Esta nova onda de informações arqueológicas tem uma característica bastante peculiar. Os projetos de salvamento passam a caracterizar a principal fonte de fundos de pesquisas nas academias, gerando também um classe empresarial de arqueólogos que não existia até então. Os trabalhos arqueológicos portanto deixam de ter uma característica essencialmente acadêmica, passando a ter uma conotação essencialmente comercial, por meio da exigências legais do IPHAN e das instituições federais e estaduais de proteção ao meio ambiente como o IBAMA e a FATMA.

A maioria dos dados produzidos durante esta curta história da arqueologia de Santa Catarina, é essencialmente descritiva, caracterizada por estudos pontuais de sítios arqueológicos e a descrição dos componentes culturais destes, as vezes acompanhados de algumas datações. As coleções pessoais, hoje parte do acervo de museus, possibilitaram dimensionar o universo tecnológico das populações adaptadas ao ambiente costeiro, através da reconstrução das cadeias operatórias da produção de vários destes artefatos. Embora a contribuição destes trabalhos iniciais seja inegável, muito pouco se sabe sobre a utilização do espaço intrasítio e intersítio. Isto é, como funcionavam as unidades domésticas e os assentamentos em micro e macro escalas de análise. As abordagens regionais são frutos do PRONAPA, dentro da perspectiva histórico-cultural, utilizando-se do método comparativo juntamente com a distribuição geográfica dos artefatos, criando deste modo as tradições e fases arqueológicas seguindo o modelo da classificação taxonômica do meio-oeste americano, e explicando mudança cultural principalmente por difusão e/ou migração. No estado, os trabalhos de Beck (1968, 1970, 1972) são os primeiros a estabelecer os horizontes culturais pré-históricos para a costa de Santa Catarina, seguida por Piazza (1974). Embora a área ecológica desse estudo seja a planície costeira de Santa Catarina as unidades de análise são categorias ambientais arbitrárias e não unidades geomorfológicas, ou zonas ecológicas específicas. Talvez por esta razão os trabalhos não se preocupam em explicar mudança cultural, mas apenas definir a distribuição geográfica de características similares ou diferentes dos artefatos nas regiões norte, central, e sul do estado de Santa Catarina. Bandeira (1997) revisa os estudos arqueológicos realizados na região norte do estado de Santa Catarina, publicando um catálogo, com várias informações, dos sítios localizados nos municípios de Araquari, Barra do Sul, Garuva, Itapoá, Joinville e São Francisco do Sul.

Nas pesquisas arqueológicas na Baía da Babitonga há registros de aproximadamente 170 sambaquis (BIGARELLA et al., 1954; PIAZZA, 1966; 1974; ROHR, 1984; BANDEIRA, 1992; 2004; BANDEIRA et al., 2017, OLIVEIRA, 2000; ALVES, 2003 etc.). Ocorrem grupos ceramistas da tradição Itararé (Proto Jê ou Jê do Sul) que no litoral ocorrem nos topos dos sambaquis. Grupos da Tradição Guarani (Proto Guarani), de origem Amazônica e que no Sul ocuparam as margens dos rios e a planície litorânea. Novas pesquisas diagnosticaram um sambaqui sob rocha denominado de Casa de Pedra datado por volta de 5.470 +/- 30 anos A.P., apresentando vestígios queimados de ossada humana além de muito restos de peixes e a ocorrência de pinturas rupestres com coloração avermelhada (Bandeira et al, 2018). Estudo mais recentes sobre restos faunísticos de mais de 110 sambaquis da Baía da Babitonga com datas entre 5500 e 370 anos atrás mostram o uso de 224 espécies de fauna terrestre e marinha das quais 14 estão ameaçadas de extinção e 12 já extintas (Fóssile et al, 2019). Outro estudo realizado por Fóssile et al (2019) mostra que a quantidade de peixes obtidos por populações pré-históricas na região estuarina da baía da Babitonga era maior quando comparado com os registros da produção pesqueira em tempos históricos, a qual pode ter sido subestimada.

No litoral centro sul o salvamento arqueológico durante a duplicação da BR-101 Sul (De Masi, 2019) produziu dados similares aos já conhecidos sobre a Tradição Tupiguarani do período pós-clássico ao redor 1100 d.C. Todos os sambaquis apresentam vestígios de grupos ceramistas na superfície dos assentamentos. Importante salientar a existência de nódulos de argila carbonizados no Sambaqui da Ponte do Rio Cubículo. Cronologicamente o Sambaqui da Pinheira apresenta a data mais antiga na base dos depósitos de conchas de 6190 A.P. os outros dois sambaquis apresentam datas mais próximas na base dos depósitos, 3910 A.P. no Sambaqui da Pinheira, e 3700 A.P. no Sambaqui da Roça Grande II. A análise dos isótopos estáveis de $^{13}C/^{12}C$ e $^{15}N/^{14}N$ indicam uma dieta essencialmente marinha (peixes) para os indivíduos analisados no Sambaqui da Roça Grande II e Sambaqui da Ponte do Rio Cubículo, com alguns indivíduos com dieta mais terrestre do que outros.

Em relação a indústria lítica os três sambaquis são distintos, No Sambaqui da Pinheira predomina a produção de lascas de quartzo leitoso. No Sambaqui da Roça Grande II predomina os resíduos de produção de machados polidos sob prismas de diáclases de diques de diabásio. No Sambaqui da Ponte do Rio Cubículo a maioria dos artefatos líticos estão associados a práticas funerárias. Considerando os dados da indústria lítica funcionalmente podemos caracterizar os sambaquis da Pinheira e Roça Grande II como acampamentos de pesca especializados. O primeiro com produção de lascas e o outro com produção de machados possivelmente usados na produção de canoas. O Sambaqui da Ponte do Rio Cubículo funcionalmente seria um local para sepultamento dos mortos, um cemitério. A análise de sazonalidade utilizando a cor das conchas de *Anomalocardia brasiliana* indica a ocupação predominantemente nos períodos secos do ano (inverno e primavera) nos assentamentos do Sambaqui Roça Grande II e Sambaqui Ponte do Rio Cubículo.

Novos estudos geológicos e locais no Sul do estado por Giannini, P. C. F. (2010) permitiram dividir a distribuição geográfica dos sambaquis desta área em quatro concentrações principais: uma interior, associada ao delta do rio Tubarão, e três externas, junto à barreira arenosa holocênica. Do ponto de vista geológico-geomorfológico, existem cinco contextos de localização destes sítios: pontas rochosas e paleotômbolos de mar aberto, paleopontais de retrobarreira, morros testemunhos com paleodunas da geração eólica, regiões planas da barreira

holocênica e morros testemunhos em meio à planície deltaica. Três padrões estratigráficos diferentes puderam ser reconhecidos: interestratificação entre lâminas conchíferas e lâminas mais delgadas de sedimentos lamosos pretos (tipo Jabuticabeira II); núcleo quartzo-arenoso monticular, maciço, coberto por capa de areia com conchas (tipo Encantada III); e mistura maciça ou mal estratificada de areia com conchas, líticos e ossos queimados (tipo Costão do Ilhote).

Com base na quantidade de sítios e no tipo de padrão construtivo, a ocupação sambaqueira regional pode ser dividida em quatro fases. Na fase 1, entre 7.500 e 5.500 anos A.P., os sambaquis ainda em pequeno número, limitavam-se quase exclusivamente às encostas da serra, que então margeavam ampla baía semi-aberta ou em começo de fechamento pela barreira transgressiva. Esta fase inicial de ocupação caracteriza-se pela presença de sítios de composição conchífera (tipo 1), principalmente nas áreas de encosta de serra, e de núcleo arenoso com camada de areia e conchas superior (tipo 2), na ponta rochosa de Santa Marta. Na fase 2, de 5.500 a 4.000 anos A.P., a ocupação sambaqueira intensificou-se, seja pela migração para o centro da laguna, ao ritmo do assoreamento lagunar centrípeto, seja pela ocupação da barreira arenosa transgressiva, então recém-estabilizada. A proporção entre sítios de tipo estratigráfico 1 e 2, outrora díspar, é igualada. A presença majoritária do tipo 1 no setor central e do tipo 2 nos setores externos se mantém. A fase 3, entre 4.000 e 1.700 anos A.P. marca a concentração dos sambaquis em dois setores de retrobarreira em franca progradação: junto ao paleotômbolo do cabo de Santa Marta e na planície de Campos Verdes. Esta fase representa o auge da ocupação sambaqueira na região, com a construção massiva de sítios do tipo estratigráfico 1. A fase 4, após 1.700 anos A.P., associa-se a alteração de padrão construtivo, a qual pode estar ligada ao escasseamento dos bancos de moluscos, em contexto de progressivo assoreamento lagunar, ou às mudanças produzidas pelo advento dos grupos do planalto. No contexto da forte articulação entre evolução sedimentar e ocupação sambaqueira, demonstrada neste trabalho, uma combinação entre estes fatores naturais e culturais parece oferecer a melhor explicação para a marcante mudança da fase 3 para a fase 4. A avaliação conjunta entre evolução sedimentar e distribuição tempo-espacial dos sambaquis mostrou a preferência destas comunidades por área secas e emersas, próximas aos corpos lagunares, como local de construção dos sítios. Isto significa que os sambaquis, nesta porção do litoral brasileiro, não teriam sido construídos como plataformas em áreas inundáveis e/ou alagadas, sequer na sua fase inicial. O crescimento destes depósitos, ao longo de centenas a milhares de anos, vincula-se à sua permanência no sistema sócio-cultural das comunidades litorâneas que, em alguns casos, deu lugar a depósitos de grande conspicuidade e visibilidade na paisagem.

De Blasis e Gaspar (2008/2009) em retrospectiva sobre as pesquisas no litoral sul de Santa Catarina consideram que o material conchífero dos sambaquis é material construtivo utilizado para dar estabilidade e volume ao monumento ou componentes do ritual funerário. A camada escura que recobre alguns destes assentamentos também tem características funerárias. As conchas como matriz principal nas camadas anteriores de construção são substituídas por ossos de peixes e sedimentos enegrecidos por elevada quantidade de carvão e outros tipos de matéria orgânica. Essa mudança de material construtivo segundo os autores pode estar associada a chegada dos grupos Jês no litoral. Os estudos bioantropológicos mostram uma continuidade do fluxo gênico nos diferentes períodos de ocupação dos sambaquis. Dessa forma De Blasis e Gaspar acreditam que é um padrão cultural contínuo de longa

duracão com estabilidade política e econômica com uma alta densidade demográfica com complexidade social entre 5000 e 6000 A.P. Tal complexidade social é interpretada a partir das práticas funerárias fator principal na construção dos monumentos e das relações sociais entre os assentamentos no entorno da lagoa. Os estudos dos recursos vegetais mostram que estes eram significativos na dieta dos sambaquieiros e estudos de Isótopos estáveis confirmam a prevalência do uso dos recursos aquáticos. Nas bordas da antiga baía sítios menores foram diagnosticados com datas antigas (7500 A.P. a 6000 A.P.) e sem o contexto funerário e sem o carácter monumental portanto. Na áreas próximas a estes sítio pequenos foram encontradas evidências arqueológicas que sugerem áreas de habitação. A pesquisa contribui com uma grande quantidade de dados sobre cronologia que leva o autores a concluir que ha uma contínua e sistemática ocupação do entorno da lagoa ao longo de 6000 anos (7300 A.P a 1300 A.P.) com uma expansão no número de assentamentos em 4500 A.P. e um declínio a 2000 A.P. Portanto um sistema regional demograficamente muito expressivo.

Considerando o aspecto arbitrário da maioria das pesquisas a nível regional a maior parte das interpretações dos dados arqueológicos tem se limitado a estudos de áreas muito homogêneas, onde os resultados da adaptação ao meio ambiente são muito parecidos. Neste caso os “sambaquis”, os quais normalmente estão nas regiões estuarinas, definidas por baías, ou regiões lagunares, as quais sofrem influências das oscilações das marés, portanto, associadas a manguezais. Estes ambientes na verdade estão num dos extremos da diversidade ecológica que compõem uma unidade geomorfológica, neste caso, definida pelos vales dos rios que descem as encostas da serra em direção ao mar.

Os estudos regionais ainda falham em estabelecer as relações culturais, se é que há alguma, entre as diferentes zonas ecológicas do vale de um rio e as possíveis diferenças funcionais e adaptativas humanas resultantes desta variabilidade ambiental. Até o momento a maioria dos pesquisadores consideram a faixa litorânea como uma unidade de análise isolada do planalto pelas encostas das montanhas da Serra Geral e Serra do Mar. Por consequência isolada dos vales dos rios, e sua variabilidade ambiental, os quais formam os estuários onde a maioria dos estudos são realizados. Alguns pesquisadores (Barros Barreto, 1988, Lima, 1991) seguem o modelo de Yesner (1981) segundo o qual os vales das encostas da serra serão ocupados pelas populações costeiras quando os recursos costeiros tornarem-se exíguos, e a pressão populacional os impulsionar para o interior, como uma alternativa na busca de recursos de subsistência.

Em resumo os resultados das pesquisas até o momento em todo o litoral de Santa Catarina permitem reconstruir a pré-história com a existência de quatro tradições culturais arqueológicas. A primeira e mais antiga tradição de pescadores-coletores conhecidos pela construção dos sambaquis com datas desde 7500 A.P. Estes chegam a ter até 30 m de altura, e são considerados por alguns pesquisadores, como os maiores do mundo, particularmente aqueles localizados na região de Laguna no sul do estado (Trigger, 1989). A segunda tradição é a de caçadores coletores que ocupam o vales das encostas da Serra Geral ou da Serra do Mar, que vão dar no litoral, denominada de Tradição Umbú, caracterizada pela presença de pontas de projétil líticas e acampamentos temporários.

Provavelmente o grupo Indígena atual denominado de Xokleng esteja relacionado a esta tradição cultural arqueológica. A terceira tradição é de pescadores-coletores denominada Tradição Itararé, diferenciada do grupo mais antigo pela presença de

cerâmica Gê nos sítios arqueológicos da área costeira com datas ao redor de 1300 anos atrás. A quarta tradição cultural é a de grupos agricultores denominados de Tupiguaranis caracterizada pela presença de cerâmica nos sítios arqueológicos com uma decoração típica, os corrugados e unglados e as cerâmicas pintadas de origem amazônica, cujos povos falantes migraram para o sul, chegando na costa de Santa Catarina ao redor de 910 anos atrás.

A pesquisa que esta sendo apresentada neste artigo foi realizada em uma área de ampliação do aterro sanitário de Joinville que esta localizado em uma área geomorfológicamente definida como colinas costerias com cotas superiores a 100 m, circundadas por áreas baixas e planas isoladas do corpo principal das serras a oeste e leste. Durante o monitoramento arqueológico foram identificadas pontas de projétil e lascas de quartzo leitoso na superfície do topo de uma pequena colina com 43 m de altitude. Foi colocada uma malha de 200 m² na área de maior concentração de artefatos e durante o salvamento arqueológico foram escavadas 19 unidades de 1m² por níveis artificiais de 10 cm. (Figs. 01. 02)

METODOLOGIA

Na análise do material lítico as variáveis analisadas nos artefatos foram:

1) Tipo de matéria prima: basaltóides, granitóides, sílica microcristalina (ágatas e calcedônias), quartzo (leitoso, hialino) arenito silicificado (quartzito), arenito, siltito e zeolitas.

2) As lascas com ou sem córtex foram classificadas em lascas longitudinais onde o maior comprimento é paralelo ao eixo de propagação de força e lascas transversais onde o maior comprimento é transversal ao eixo de propagação de força. Ambas as categorias de lascas foram classificadas: quanto ao tamanho: >3 cm, > 2 cm, >0,5 cm > 0,2 cm; presença ou ausência de desgaste; presença ou ausência de retoque. Tipo de retoque: reto, denticulado, ponta, côncavo curvo e bifacial. Presença ou ausência de tratamento térmico e polimento. Peso (g).

3) Fragmentos com ou sem córtex. Quanto ao tamanho: >3 cm, > 2 cm, >0,5 cm > 0,2 cm. Fragmentos de que tipo de artefatos: lascas, bifaces, núcleos, polidores, etc. Peso (g).

4) Seixos com ou sem córtex. Quanto ao tamanho: >3 cm, > 2 cm, >0,5 cm > 0,2 cm. Peso em gramas.

5) Os bifaces foram classificados quanto ao tamanho através das medidas de seu comprimento, largura e espessura; o tipo de simetria: curva ou reta, a forma do gume ativo (reto, ponta, curvo) além das outras variáveis mencionadas

RESULTADOS

Foram analisados 3256 artefatos líticos categorizados em lascas (818), fragmentos (2421), seixos (13) e bifaces (2), quebra coquinho (1), polidor (1). As matérias primas utilizadas na produções dos artefatos foram: arenito (3), basalto (11), gnaisse (9), oxido de ferro (10), sílex (29), xisto (1) e quartzo leitoso (3193) (Fig. 03)

Entre as lascas predominam as lascas sem córtex (2386) sobre as lascas com cortex (35). E entre as lascas com e sem córtex a maioria são lascas transversais. (Figs. 04, 05). O tamanho predominante nas duas categorias é > 0,5 cm (Figs. 06,07)

A maioria das lascas com córtex não apresentam retoque (31) sendo apenas quatro com retoque entre eles um retoque reto e três bifaciais (Figs. 08, 09). Entre as lascas sem córtex aquelas sem retoque (2370), são predominantes, havendo apenas treze

destas com retoque (Fig. 10). Os tipos de retoque nas lascas sem cortes são: reto (1), ponta (1), curvo (3) e bifacial (9) (Fig. 11).

Entre os fragmentos, a maioria em quartzo leitoso, predominam os fragmentos de lascas (465), seguido por fragmentos indeterminados (324), fragmentos de bifaces (25), fragmentos de núcleos (3) e polidor (1) sendo a maioria sem córtex (785) (Figs. 12, 13). Entre os fragmentos com córtex (33) a maioria apresenta tamanho >3 cm e >2 cm, e a maioria dos fragmentos sem córtex apresentam tamanho entre $>0,5$ cm (471) e $>0,2$ cm (195) (Figs. 14, 15). Todos os seixos (13) apresentam córtex e predominam os tamanho $>3,0$ cm e $>2,0$ cm. O único biface inteiro foi produzido em sílex, sem córtex e tem tamanho >2 cm.

A maior quantidade de artefatos ocorre nos níveis 02 (689) e 03 (600) seguidos por nível 04 (435) e 05 (322) (Fig. 18). A maior quantidade de fragmentos de carvão ocorrem predominantemente, nos níveis 02 (703), 03 (348) e 04 (215) respectivamente diminuindo nos níveis mais profundos.(Fig. 19). Foram datadas pelo método de C14 no Laboratório Beta Analytic, Miami, US, amostras de carvão do nível 04 (Beta 284755) cal. 6480-6310 A.P. e nível 07 (Beta 289528) cal. 8620-8460 A.P.

DISCUSSÃO

Esta é a primeira vez que foi identificado um assentamento de caçadores coletores no litoral de Santa Catarina datados do início do Holoceno demonstrando que a planície costeira não foi exclusivamente ocupado por populações que faziam uso de recursos marinhos. Esse registro sugere portanto que o litoral foi ocupado caçadores coletores provavelmente já no final do Pleistoceno Superior e que, posteriormente, vão se adaptar ao ambiente marinho tendo os recursos marinhos como a base de sua alimentação. O assentamento pesquisado esta localizado, em uma colina costeira com 44 m de altitude, a uma distancia mínima da linha da costa atual de 10 km e, provavelmente, muito mais próximo na época da sua ocupação (menos de 2 km). Considerando o aspecto funcional do assentamento embora a maioria dos artefatos sejam resíduos de lascamento, provavelmente resultado do processo de redução de bifaces a existência de outros artefatos além de pontas de projétil como raspadores laterais, quebra coquinho, polidores e processadores sugere a possibilidade de que múltiplas atividades tenham sido realizadas no local, sugerindo o assentamento ser uma base residencial e não um acampamento onde a atividade específica seria a produção de pontas de projétil. O longo tempo de ocupação do assentamento de aproximadamente 2000 anos, corrobora essa hipótese. A predominância de lascas e fragmentos sem córtex de tamanho pequeno $>0,5$ cm (Figs 20, 21), sugere que o descorticamento da matéria prima inicial tenha ocorrido em outra localidade havendo apenas o lascamento de retoque neste assentamento. Contudo, encontramos seixos e blocos de quartzo leitoso (Figs. 22, 23, 24, 25) no local, que sugerem que, vez ou outra, toda a cadeia operatória aconteceu neste assentamento (Fig. 26). Ocorrem lascas com retoque lateral unifacial e bifacial (Figs. 27, 28), assim como pré formas bifaciais (Figs. 29, 30, 31, 32) entretanto o número maior de artefatos finalizados é de pequenos bifaces (pontas de projétil) (Figs. 33, 34, 35,36). Em menor número ocorre um fragmento de óxido de ferro com marcas de uso (Fig. 37) e um seixo tabular com superfície polida, provavelmente utilizado como processador (Fig. 38).

Com os dados obtidos até esse momento a distribuição vertical dos artefatos (Fig. 18) mostra uma ocupação esparsa nos níveis mais antigos (níveis 09, 08, 07 e 06), com uma intensificação a partir do nível 05. Atingindo a maior quantidade de artefatos no nível 02. A distribuição vertical dos carvões (Fig. 19) mostra o mesmo padrão apenas com uma pequena diferença, isto é, o inicio da intensificação na quantidade de carvões ocorre a

partir do nível 04. É possível sugerir portanto uma intensificação da ocupação do assentamento a partir dos níveis 05 e 06 com seu ápice nos níveis superiores (Nível 02), Como o número de quadrículas escavadas é muito pequeno (19), a distribuição espacial horizontal dos artefatos e dos carvões não permite definir áreas de atividades específicas durante a ocupação do assentamento através do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bandeira, D. R. 1992. *Mudança na estratégia de subsistência: o sítio Enseada – um estudo de caso*. Dissertação de mestrado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 145pp.
1997. Arqueologia pré-colonial do Litoral Norte de Santa Catarina. Balanço Preliminar da Produção Científica. *Anais da IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*.
2004. *Ceramistas pré-coloniais da baía da Babitonga, SC. Arqueologia e etnicidade*. Tese de Doutorado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Campinas.
- Bandeira, D., Melo Jr., J.C., Carelli, M.N. Schwarz, M., Koehntopp, P., Areas, P. 2017. *Da paisagem arqueológica as tramas urbanas da contemporaneidade Joinvillense. Memória social e cidade: práticas, representações e imaginários*. 1 ed. Canoas: Unilasalle Editora v.1 p.257-276.
- Bandeira, D.R.; Alves, C.M.; Almeida, G.T.; Sá, J.C.; Ferreira, J. Vieira, C.V.; Amarral, V.M.C.C.; Barts, M.C.; Melo Jr., J.C.F. 2018. Resultados preliminares da pesquisa no sambaqui sob rocha Casa de Pedra, São Francisco do Sul, Santa Catarina, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 13, n1, p.207--225.
- Barros Barreto, C.N.G. 1988. *A ocupação da Vale da Ribeira do Iguape, SP: os sítios concheiros do médio curso*. São Paulo: USP, Dissertação de mestrado.
- Beck, A. M. 1968. A variação do conteúdo cultural dos Sambaquis (Projeto de Pesquisa). In *Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata*, pp.77-87. IAP. São Leopoldo.
1970. Os sambaquis do Brasil Meridional Litoral de Santa Catarina. In *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, n3, pp. 57-70. Florianópolis.
1972. *A variação do conteúdo cultural dos Sambaquis do Litoral de Santa Catarina*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bigarella, J.J., Tuburtiu, G., & Sobanski, A. 1954. Contribuição ao estudo dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia IX*:99-140. Curitiba.
- De Blasis, P. & Gaspar, M.D. 2008/2009. Os Sambaquis do Sul Catarinense: retrospectiva e perspectiva de dez anos de pesquisas. *Especiaria, Cadernos de Ciências Humanas*, Ilhéus, 20/21(11/12)83-125.
- De Masi, M. A. N. 2019. *Relatório Projeto de Salvamento Arqueológico Duplicação Br-101 Trecho Sul Palhoça/SC a Passo de Torres/SC*. Superintendência do Iphan/SC, Florianópolis, SC.
- Duarte, G. M. 1972. Distribuição e localização de sítios arqueológicos do tipo sambaqui na ilha de Santa Catarina. In *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, n4, pp. 31-60. Florianópolis
- Fossari T. et al. 1987. *Projeto do Povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina*. Relatórios 1,2,3,4. Arquivos do Patrimônio Histórico Cultural e Histórico Nacional, Florianópolis, SC
- Fossile, T.; Ferreira, J.; Bandeira, D.R.; Figuti, L.; Silva, S.D.; Hausmann, N.; Robson, H.K.; Orton, D.; Colonese, A.C. 2019. Pre-Columbian fisheries catch reconstruction for a subtropical estuary in South America. *Fish and Fisheries*;00:1-14.

- Fossile, T.; Ferreira, J.; Bandeira, D.R.; Silva, S.D.; Colonese, A.C. 2019. Integrating zooarchaeology in the conservation of coastal-marine ecosystems in Brazil. *Quaternary International* 04.22.
- Giannini, P.C.F., Villagran, X.S., Fornari, M., Nascimento Junior, D.R.D., Menezes, P.M.L. Tanaka, A.P.B. & Amaral, P.G.C.D. 2010. Interações entre evolução sedimentare ocupação human pré-histórica na costa centro-sul de Santa Catarina, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 5, n1, p.105--128.
- Goulart, M. 1980. *Projeto tecnologia de padrões de subsistência de grupos Pescadores-coletores pré-históricos, habitantes do Sambaqui Morro do Ouro, Joinville, SC*. Relatório, UFSC,/FAPEU/PMJ, Florianópolis.
- Lima, T. A. 1991. *Dos mariscos aos peixes: um estudo zooarqueológico de mudança de subsistência na pré-história do Rio de Janeiro*, Tese de doutorado, USP.
- Oliveira, M. S. C. & Hoenicke, N. F. 1994. *Sítio arqueológico em Joinville, SC. Inventário descritivo básico*. Joinville:IPUJ/FCJ/MASJ.
- Piazza, Walter 1966. Estudos de Sambaquis. *Publicações avulsas Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis, Instituto de Antropologia. Série Arqueológica 1.
- 1966b. O Sambaqui de Espinheiros I (urna tentativa de salvamento, 1964) *Estudos de Sambaquis —Nota prévia. Série Arqueologia*. Florianópolis:IA/UFSC, 2:23-38, 1966b.
1974. Dados á arqueologia do litoral norte e do planalto de Canoinhas. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas 5, *Publicações Avulsas n.26*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi: 53-66.
- Prous, A. & Piazza, W. F. 1977. Documents pour la prehistorie du Brésil meridional 2- Léat de Santa Catarina. *Cahiers d'Amérique du Sud* 4. Paris.
- Rohr, João Alfredo 1984. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC* pp 77-174
- Trigger, Bruce. 1989. *A history of archaeological thought*. Cambridge University Press.
- Yesner, D. 1980. Maritime hunter-gatherers: ecology and prehistory. *Current Anthropology*, V.21, N°6, pp. 727-750.

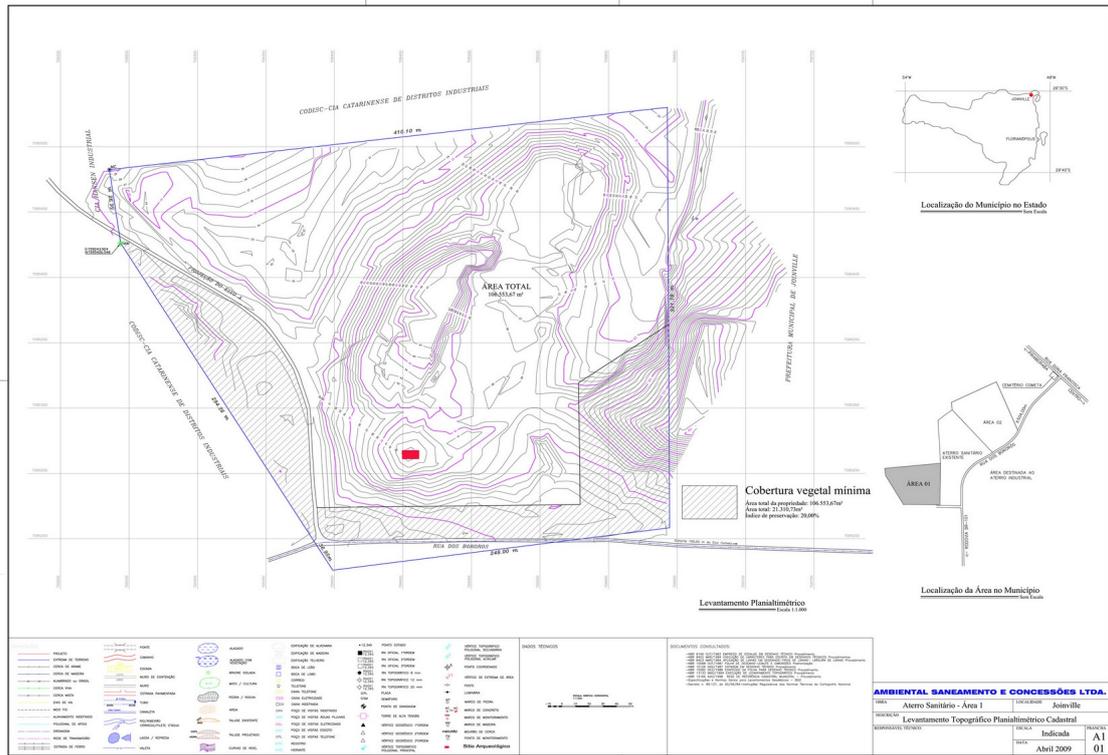


Figura 01: Localização do sítio arqueológico.

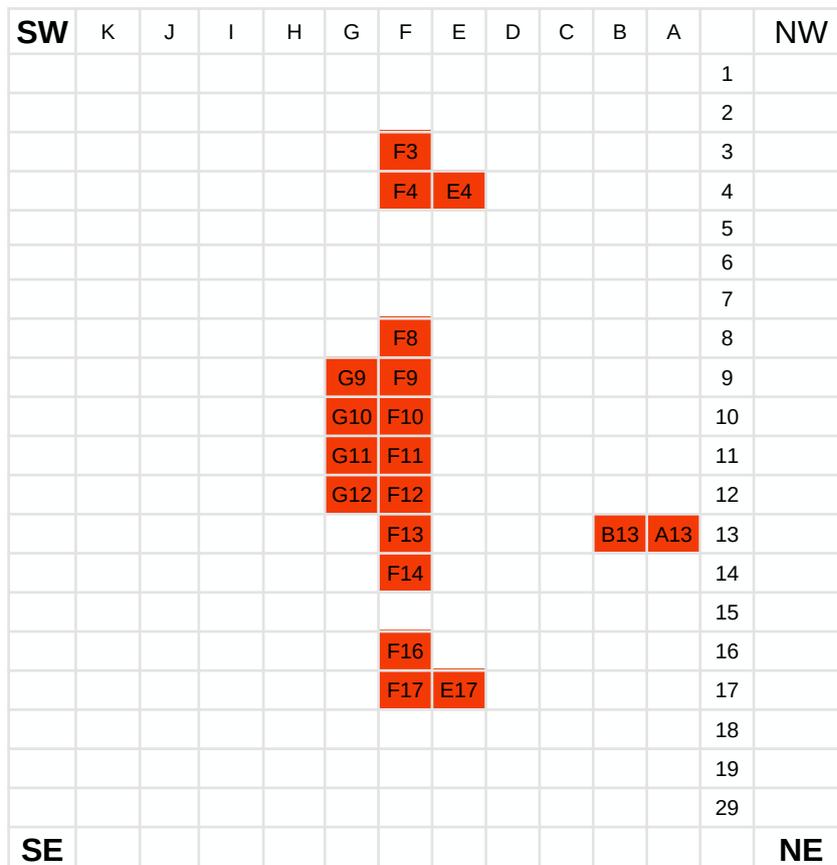


Figura 02: Malha de escavação com as quadriculas escavadas (vermelho).

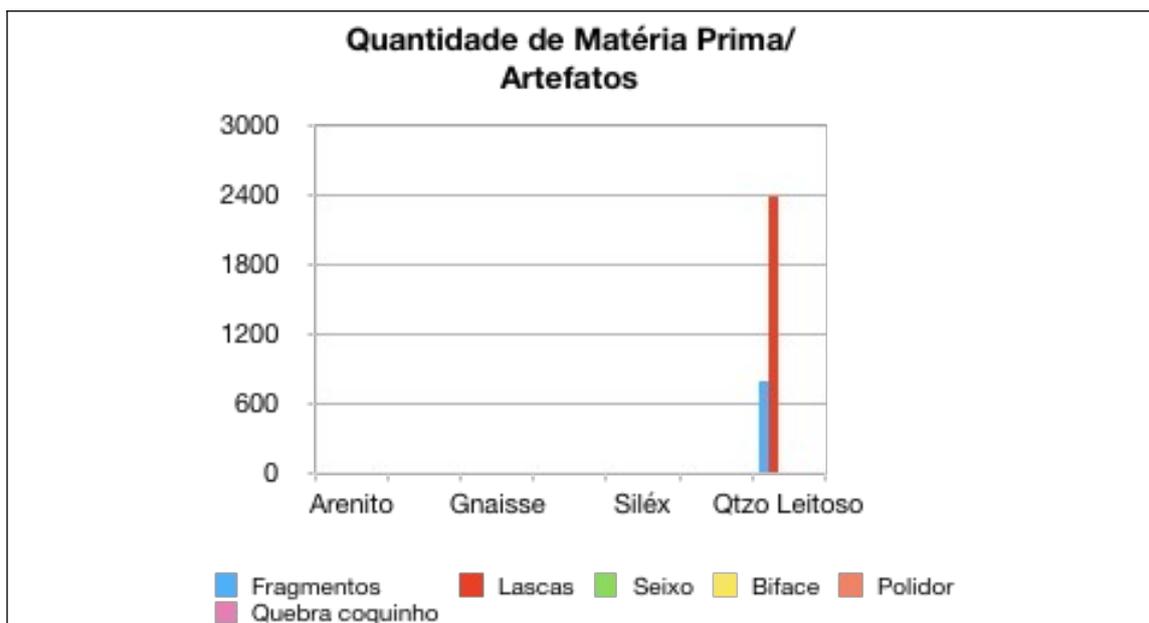


Figura. 03 - Quantidade de matéria prima utilizada por tipos de artefatos.

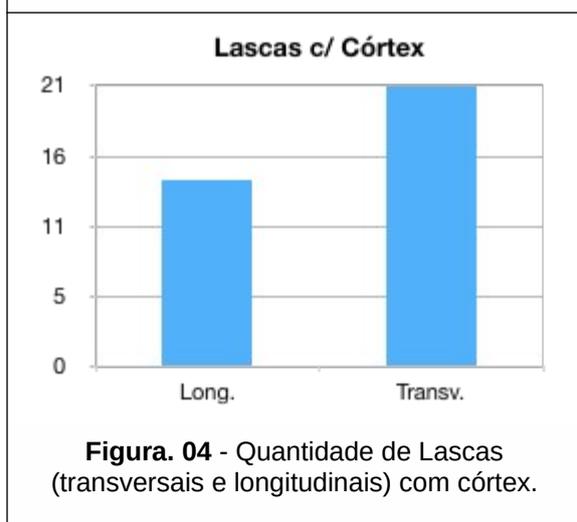


Figura. 04 - Quantidade de Lascas (transversais e longitudinais) com córtex.

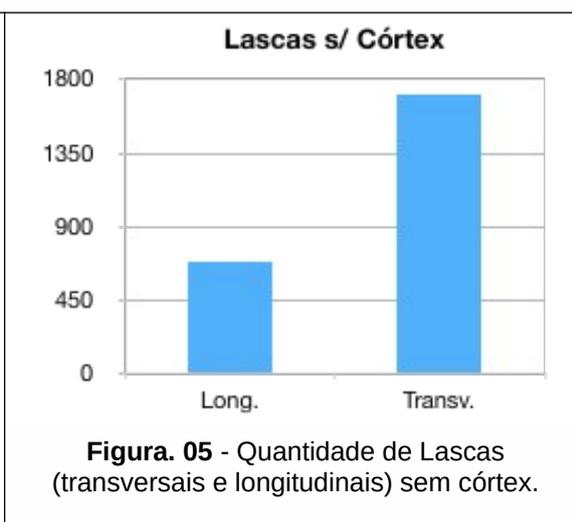


Figura. 05 - Quantidade de Lascas (transversais e longitudinais) sem córtex.

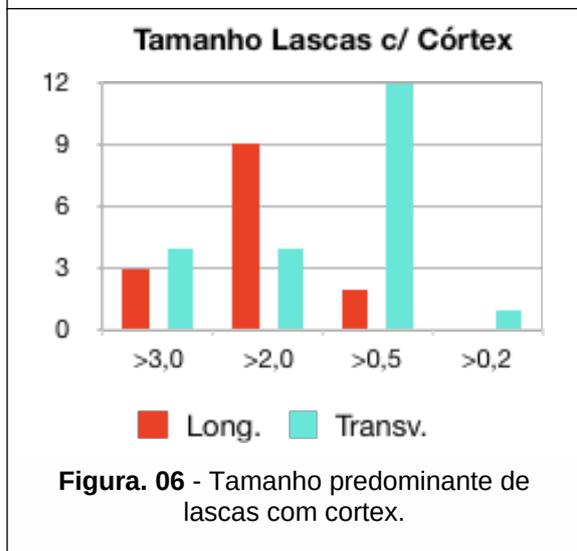


Figura. 06 - Tamanho predominante de lascas com cortex.

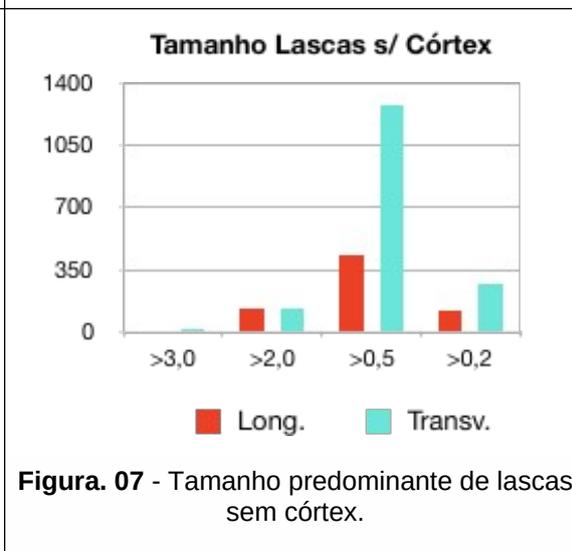
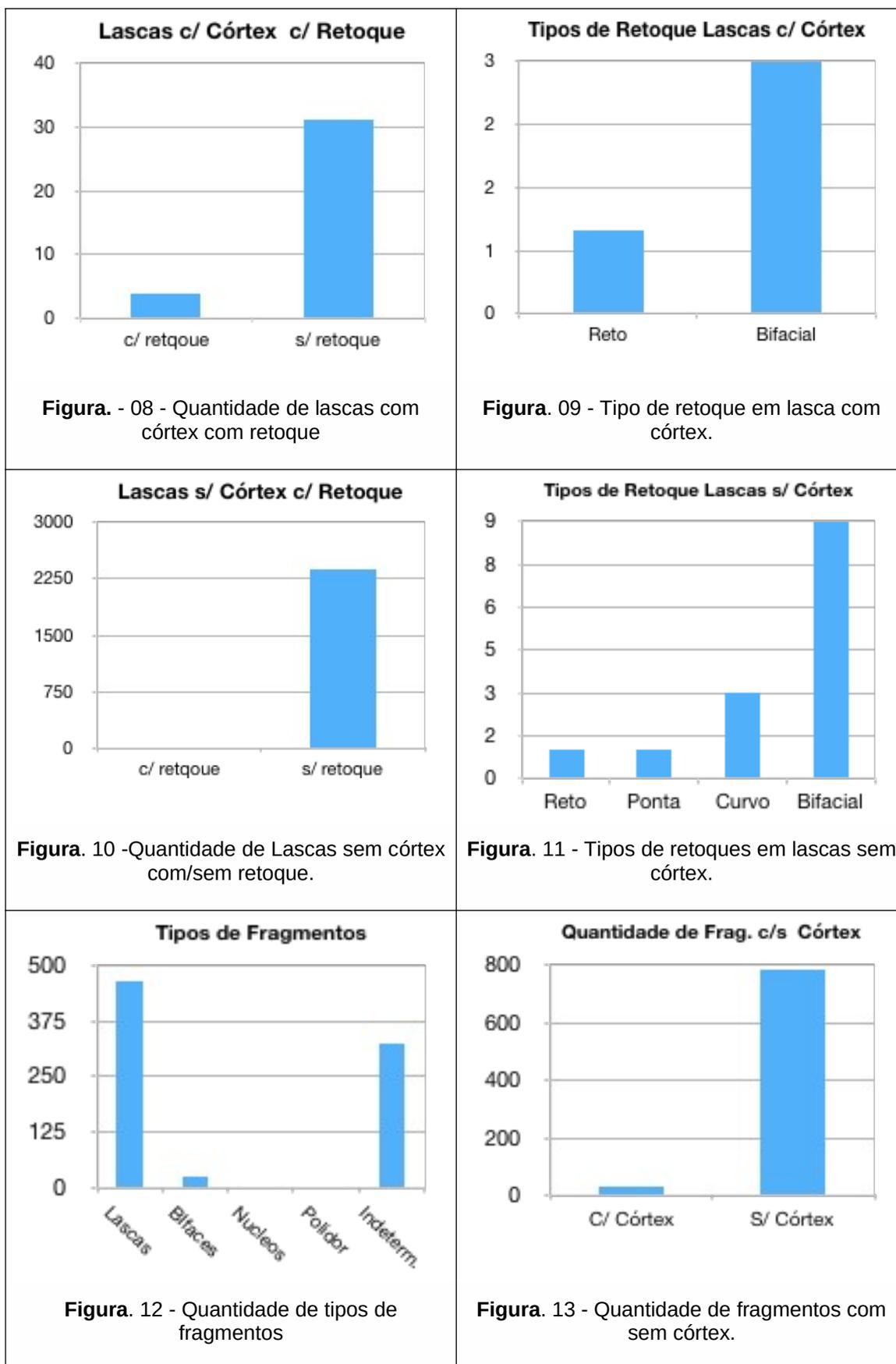
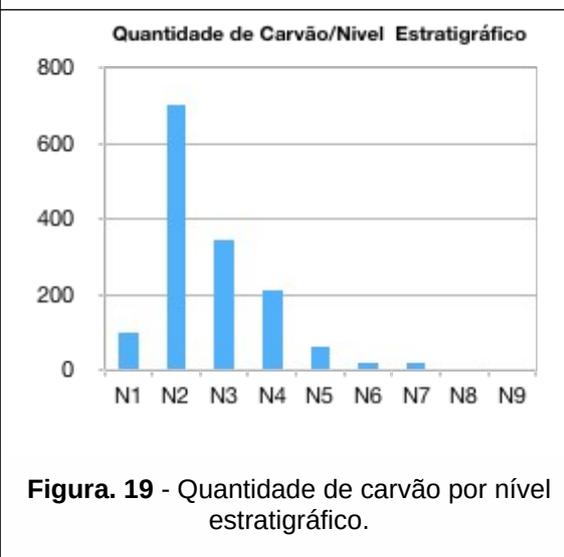
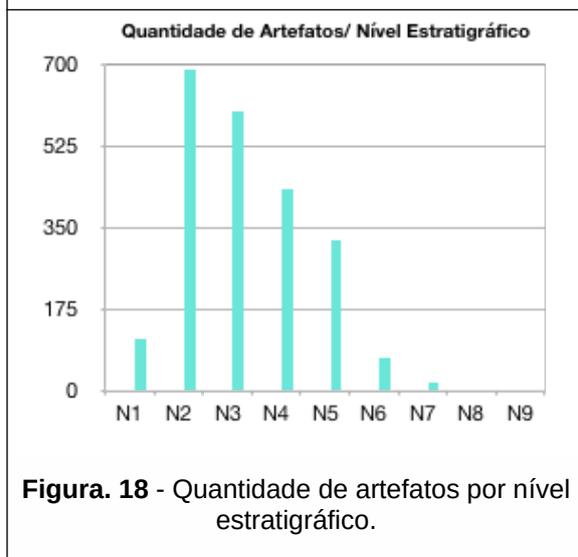
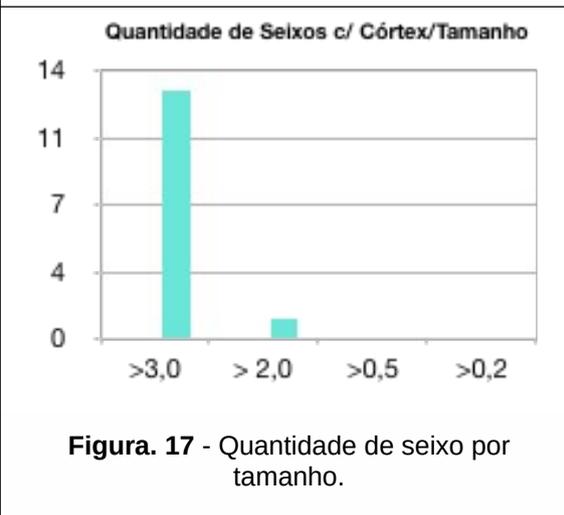
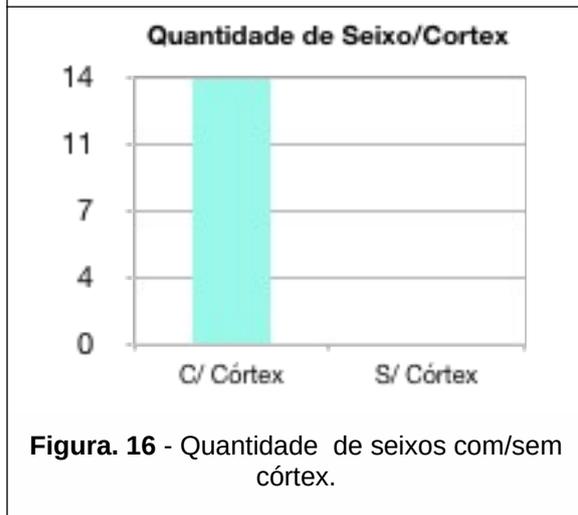
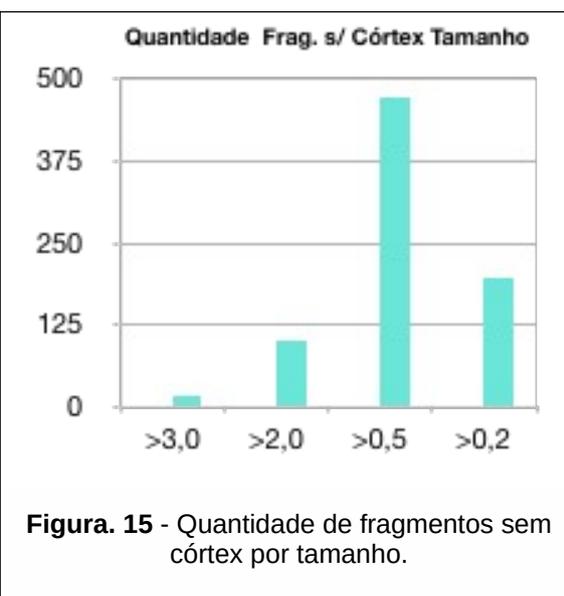
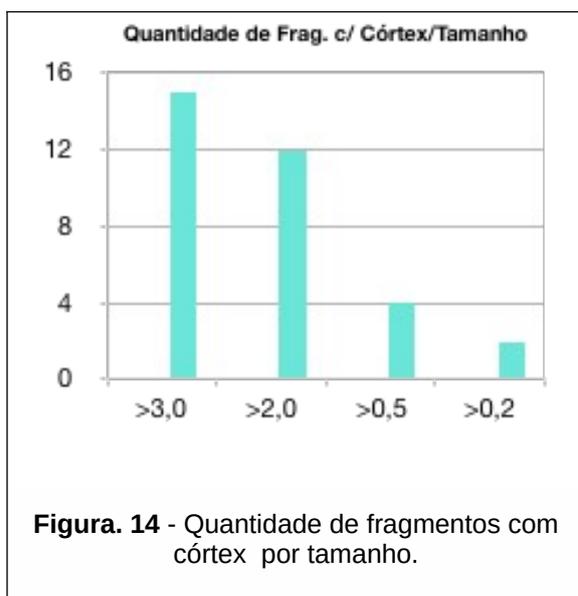


Figura. 07 - Tamanho predominante de lascas sem córtex.





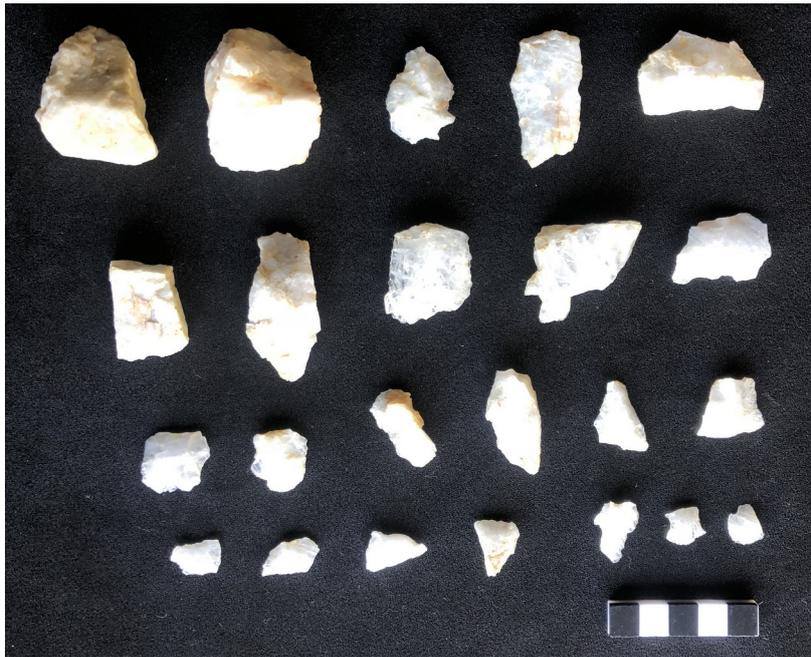


Figura. 20 - lascas longitudinais e transversais de quartzo leitoso

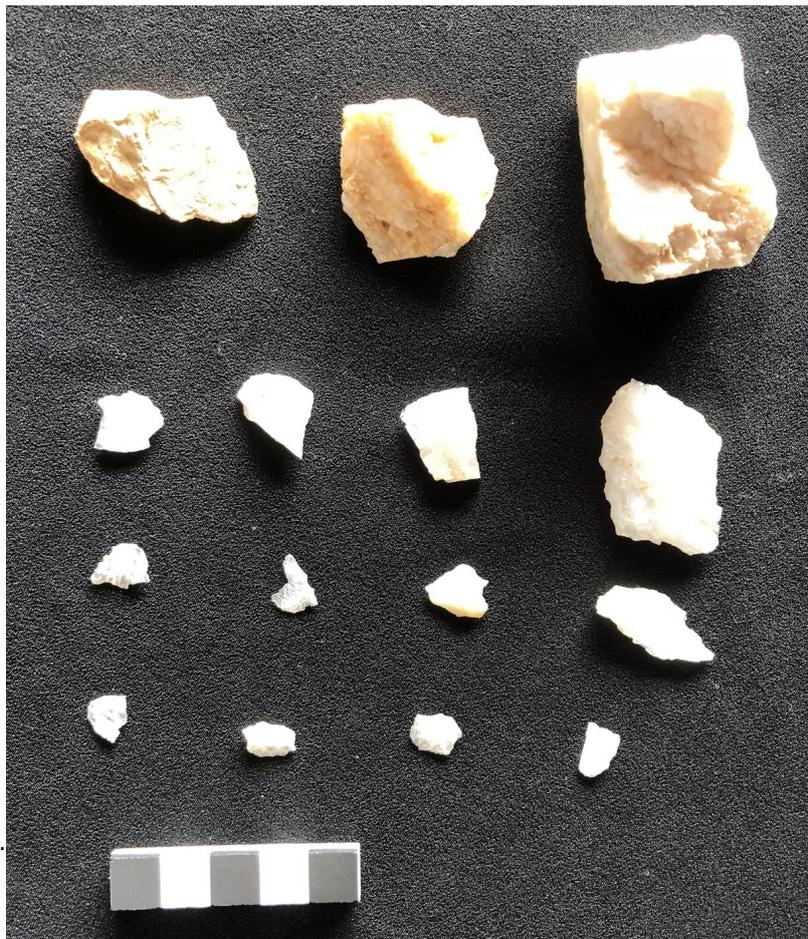


Figura. 21 - Fragmentos de quartzo leitoso.



Figura. 22 - Seixo de quartzo leitoso.



Figura. 23 - Seixo de basalto.



Figura. 24 - Seixo de quartzo leitoso.



Figura. 25 - Seixo de quartzo leitoso.



Figura, 26 - Cadeia operatório da produção de bifaces a partir de seixos.



Figura. 27 - Lasca com retoque unifacial (raspador lateral)



Figura. 28 - Lasca com retoque unifacial (raspador lateral)



Figura. 29 - Préforma de biface.



Figura. 30 - Préforma de biface.



Figura. 31 - Préforma de biface.

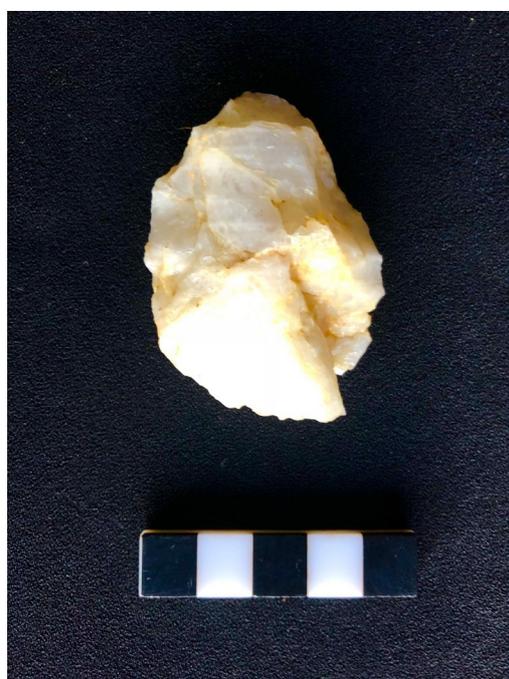


Figura. 32 - Préforma de biface.



Fig. 33 - Fragmento de ponta de projétil (Biface).



Fig. 34 - Fragmento de ponta de projétil (Biface).



Figura. 35 - Ponta de projétil (biface)



Figura. 36 - Ponta de projétil. (Biface)

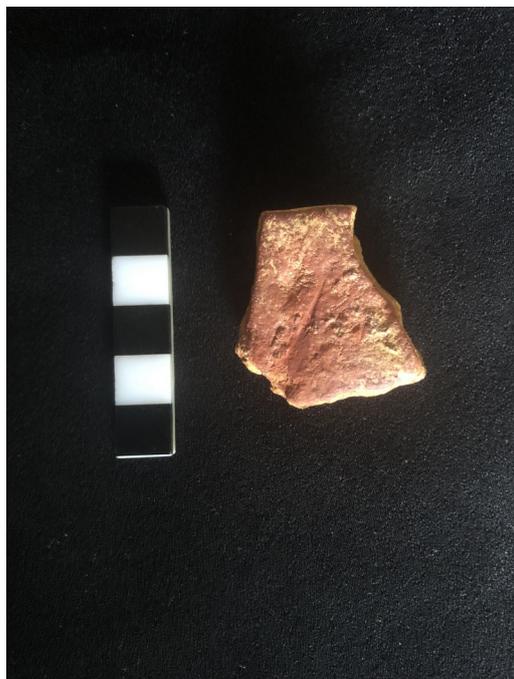


Figura. 37 - Fragmento de oxido de ferro com marcas de raspagem.



Figura. 38 - Seixo tabular com superfície polida (processador).

A VOLTA DOS TAPAYUNAS (KAJKWAKRATXI)

Aloir Pacini¹

RESUMO

A transferência dos *Kajkwakratxi* para o PIX em 1970 é mais um ato de violência contra os povos indígenas que marcou a política indigenista no governo militar. Os jesuítas da Prelazia de Diamantino já tinham conduzido cinco ações de “pacificação” devidamente registradas, entre os anos de 1958 a 1967, com a participação dos Padres Dornstauder, Adalberto Pereira, Antônio Iasi e outros, com certa tensão no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), utilizando-se os meios logísticos da CONOMALI, que atuava na região. O xeque-mate para a ação mais dramática sofrida pelos Tapayunas (Beißos de Pau) aconteceu quando uma epidemia de gripe assolou a etnia e estes se viram reduzidos a 41 sobreviventes, que foi o motivo alegado para uma viagem sem volta e para a distribuição do seu território tradicional para a colonização.

Palavras-Chaves: Povos Indígenas, Tapayunas, Política Indigenista.

ABSTRACT

Kajkwakratxi transfer to Xingu Indigenous Park (PIX) in 1970 is another violence against indigenous peoples that marked the military government politics. The Diamantino Jesuit Prelature had already carried out five duly registered “pacification” actions, between 1958 to 1967, with the participation of Fathers Dornstauder, Adalberto Pereira, Antônio Iasi and others, with some tension in the Indian Protection Service (SPI), using the logistical means of CONOMALI, which operated in the region. The checkmate for the most dramatic action suffered by the Tapayunas (Beißos de Pau) happened when a flu epidemic ravaged the ethnic group and they were reduced to 41 survivors, which was the alleged reason for a one-way trip and for the distribution of their traditional territory for colonization.

Keywords: Indigenous peoples, Tapayunas, Indigenous politics.

INTRODUÇÕES

Considerando a coetaneidade entre pesquisadores e pesquisados, este texto mostra o movimento epistemológico de acompanhar, etnografar (registrar) e analisar a situação dos Tapayunas que foram transferidos do Rio Arinos para o Parque Indígena do Xingu, em 1970. Para tanto, considero o passado como um problema etnográfico a fim de facilitar o acesso ao material dos arquivos da Operação Anchieta (OPAN), Missão Anchieta (MIA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Superintendência de Patrimônio da União (SPU) para compreender o processo de colonização do território Tapayuna e para sustentar os direitos tradicionais desta etnia. Por isso, a pesquisa quer, ao mesmo tempo em que analisa o presente, lembrar a dívida histórica sem precedentes, relacionada aos direitos tradicionais dos povos indígenas, assegurados na Constituição de 1988, mas negados na prática pela conjuntura atual.

Esta pesquisa acompanha o processo de *afirmação étnica* e de *ocupação dos territórios tradicionais* dos Tapayunas, de forma intensiva, desde quando a etnia começou a hostilizar os barcos que desciam o rio Arinos para explorar as seringueiras e/ou ocupar a Gleba Arinos, mas também depois que essa etnia foi transferida para o Parque

¹ Doutor em Antropologia pela UFRGS, professor da UFMT, email: aloirpacini@uol.com.br

Indígena do Xingu. A partir de etnografias diversas (registros) que são analisados na bacia do rio Arinos, é possível o mapeamento dos percursos indígenas nos processos jurídicos nos quais são envolvidos, e a sua análise através dos registros de suas performances diante dos conflitos entre os costumes tradicionais e outros, impostos pelo Estado, que envolveram de forma mais intrínseca a MIA, a Operação Amazônia Nativa² e a FUNAI. Trata-se também de uma demanda dos próprios indígenas por acesso ao material dos arquivos das instituições indigenistas.

Estou acompanhando os indígenas no processo de afirmação étnica, no cuidado do seu território tradicional e retomada de partes específicas destes territórios. É algo que estou fazendo mais intensamente desde que entrei na UFMT, em 2000.³ A articulação científica e a prática no processo de elaboração de uma consciência dos direitos indígenas permite viver de forma diferente e compreender o que significa estar no exílio ou na diáspora e na sua terra tradicional. O levantamento bibliográfico e documental a respeito dos Tapayunas envolvidos, especialmente dos argumentos que eles dão de forma muito simples e concreta, garantem seus direitos às terras tradicionais.

O estudo de comunidades indígenas e tradicionais no Mato Grosso, no viés das violências sofridas por estes coletivos diante das políticas públicas, ações afirmativas direcionadas a populações tradicionais, relações interétnicas e movimentos indígenas, diz respeito a conceitos que se desdobram no decorrer deste texto e dessa história etnografada na linha de pesquisa do PPGAS como *etnicidades, territorialidades e cosmologias*.

É possível analisar as performances específicas dos Tapayunas nos rituais públicos, na religiosidade manifestada no cotidiano e nos rituais mais privados dos pajés. Esta sensibilidade na leitura dos documentos é necessária, pois as agências indígenas são reais, mas muitas vezes escondidas, dada a dificuldade de diálogo com a etnia por causa de preconceitos de época e do sistema de colonização,⁴ mas também porque não era conhecida a língua desta etnia por parte dos que estavam em busca de diálogos com eles. Essa agência está fartamente mostrada adiante nas fotos em que os Beijos de Pau buscavam objetos e diálogo com os missionários, em que buscavam contatos amistosos, mas também nos constantes momentos em que atiravam flechas contra os barcos que subiam e desciam o rio Arinos.

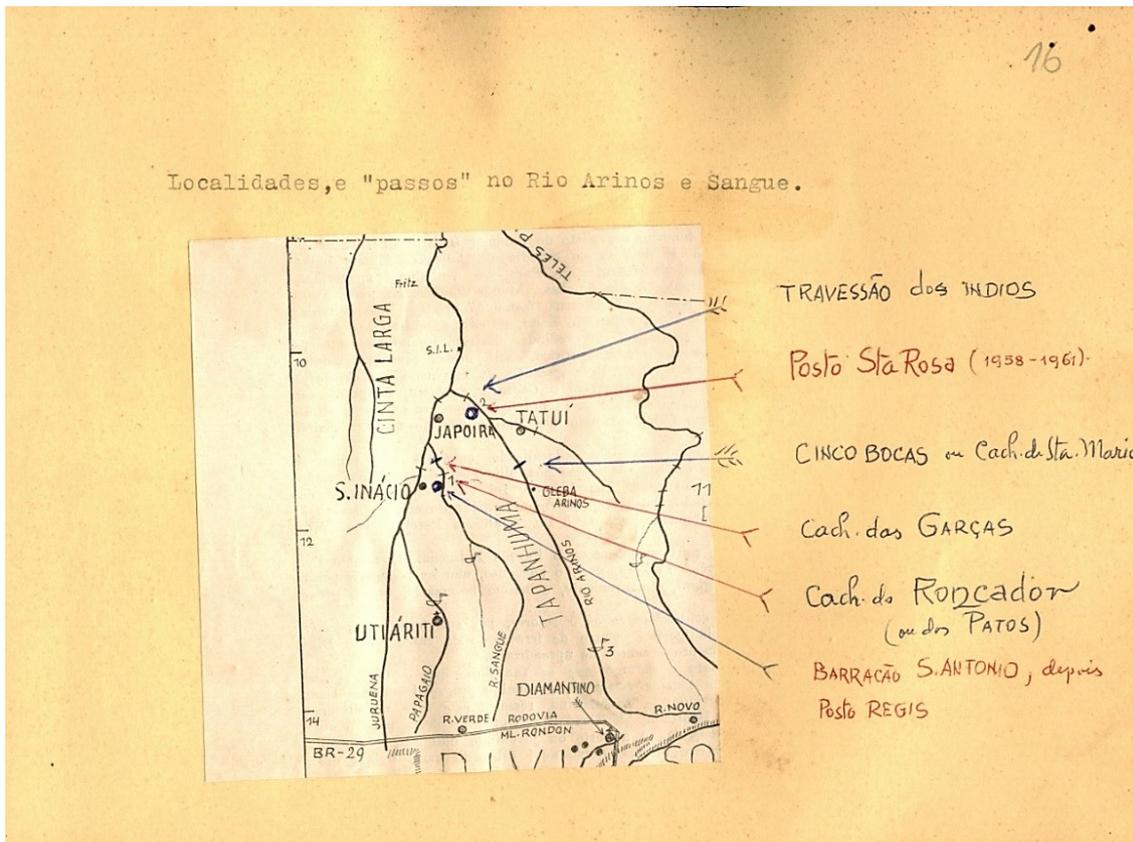
A elaboração de mapas de seus itinerários pelo Padre João Dornstauder auxilia como documentação que comprova a localização do território tradicional, e ajuda no preparo de material didático a respeito das suas histórias e dos traços de sua cultura para subsidiar suas demandas na relação com a sociedade que invadia seu território; isto é parte da etnografia que nos faz pensar e agir. Os mapas a seguir falam por si mesmos a respeito de uma presença indígena nestes territórios da Prelazia de Diamantino, no norte do Mato Grosso. Estão indicando principalmente o processo e aproximação dos

² A Operação Anchieta (OPAN), criada em 1969, na Assembleia de 1989 desvincula-se da herança na Missão jesuíta e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e se torna mais ecológica com a mesma sigla, contudo com outro nome subjacente: Operação Amazônia Nativa.

³ Na época, Darci Pivetta mostrou-me o material que tinha da Missão Anchieta sobre os Tapayuna e sugeriu que eu fizesse o Doutorado sobre essa situação de exílio vivida por eles. Depois, em outra ocasião, ao fazer um laudo sobre a Terra Indígena Wawi, encontrei uma senhora *Kajkwakratxi* que falava compulsivamente do processo vivido por eles e como a gripe era levada de uma aldeia para a outra quando estavam fugindo em visível emoção.

⁴ Observo que o aspecto das fronteiras e territórios não é somente geográfico, pois abrange também novos contextos de interação, conflitos interétnicos e usurpação de direitos tradicionais. Assim, esse esforço descolonizador da sensibilidade atual não desmerece os dados históricos, mas os leva a sério até as últimas consequências.

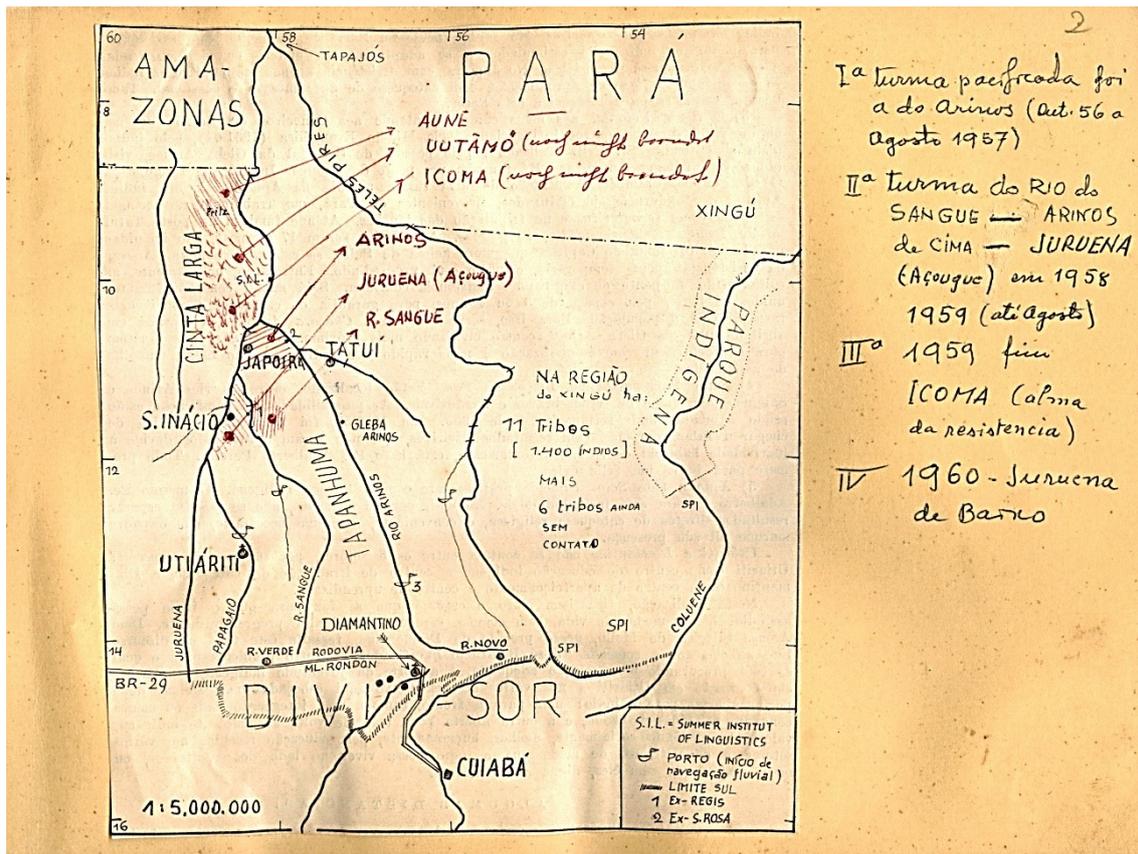
Rikbaktsa, mas trazem os *Tapanhuma* de forma explícita porque fazem parte dessa história.



Mapa 01: Prelazia de Diamantino, focando os locais de presença dos Rikbaktsa e dos Tapayuna (Fonte: Padre Dornstauder no Acervo da MIA).

As Ilustrações que trago para facilitar a compreensão são importantes porque os mapas, fotografias e croquis indicam o cuidado e a precisão relativa da visão geográfica do Padre João e de outros, principalmente quando a escala é muito grande. Um local de referência tornou-se a Terra Indígena Japuira, aqui no mapa mostrando dois lugares com presença mais intensa dos Rikbaktsa, um na margem do rio Arinos e o outro na margem do Juruena. Mais para o sul, os Rikbaktsa e os Manoki tinham fricções interétnicas com os Tapayunas dada a sua índole guerreira.

Contudo, o exercício de se aproximar e se distanciar auxilia a compreender o que aconteceu a partir da metade do século passado nesta região, que hoje é a Terra Indígena Japuira e que foi a Reserva Tapayuna.



Mapa 02: Cronologia de contato e locais de presença dos Rikbaktsa na Prelazia de Diamantino (Fonte: Padre Dornstauder no Acervo da MIA).

Observo que, nesse mapa, os *Tapanhuma* e o PIX (Parque Nacional do Xingu) estão localizados na mesma linha do paralelo 13, entre o Rio Arinos e o Rio do Sangue. Nos dois mapas são indicados os *Tapanhuma*, mesmo que se tratasse de uma etnia entre as 6 indicadas “sem contato” *pacífico*, o que quer dizer que aceitavam uma relação amistosa com a sociedade envolvente. Ou seja, o mapa acima traz as indicações mais precisas dos locais onde o Padre João Dornstauder encontrou os Rikbaktsa, entre 1957 e 1960. Os dois mapas também indicam os anos dos contatos pacíficos com cada um dos grupos de Rikbaktsa, ou seja, a primeira turma pacificada foi a do Arinos, em 1957.

A sensibilidade atual exige que se valorize a memória indígena, que se trate com os devidos cuidados os documentos deixados para podermos compreender o que se passou. Os textos científicos apresentados na academia formam opinião e fazem refletir a respeito dos indígenas no Brasil ainda sem a posse oficial de seu território tradicional. Por outro lado, os textos adaptados dos indígenas nas escolas e subsídios auxiliam a refletir a respeito da situação na qual vivem neste momento único de nossa história.

Na reunião de 27/11/2018 na sede da OPAN, em Cuiabá, eu encarreguei-me de elaborar um projeto de pesquisa pela UFMT, *A volta dos Tapayunas*, e de conseguir o arquivo da Reserva Tapayuna na SPU. Elias Bígio ficou de organizar e digitalizar o arquivo de documentação de Darcy Pivetta, a localização de documentação pertinente em arquivos na FUNAI e do Museu do Índio e localizar a minuta do decreto de criação da Reserva Tapayuna. Marcos Ramires ficou de verificar uma possível documentação no Museu de Porto dos Gaúchos e encontrou uma publicação da Gleba Arinos sem muita conexão com este texto.

Neste mapa amplo da Prelazia de Diamantino, com seu foco no trabalho com os indígenas, o Padre João deixou circulada a região onde os Tapayunas estavam sendo encontrados. Diamantino tem a influência direta de Cuiabá, por onde vinham os missionários, passando pelo Distrito da Guia e Rosário Oeste. Utiariti está colocado bem a oeste na Prelazia de Diamantino; antes a sede do trabalho com os indígenas estava ainda mais ao norte, no Mangabal do Juruena.

Por causa da política indigenista do Estado que desejava liberar as terras para a colonização (exploração do látex que se continuou com a exploração madeireira e agropecuária). Mesmo sabendo do peso e importância do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e da FUNAI que o substituiu a partir de 1968 na condução dos trabalhos com os povos indígenas, aqui o decisivo foi o auxílio da Prelazia de Diamantino para a sobrevivência dos povos mencionados. Outras circunstâncias equivocadas e tensas na intermediação da Igreja Católica local, através dos jesuítas e outros missionários, na segunda metade do século passado, aparecem nos documentos e podem despertar novos focos de pesquisas.

Aqui observo que os resultados práticos foram bem diferentes para estas duas etnias, uma que teve a oportunidade de acompanhar a FUNAI, indo para o PIX, e os Rikbaktsa que ficaram com os jesuítas e ficaram em parte de seu território de origem por causa da atuação da Missão Anchieta e, posteriormente, do CIMI/OPAN e, finalmente, também da FUNAI.

Os povos indígenas no Mato Grosso estavam, nas décadas de 1950 e 1960, sendo duramente pressionados pela invasão ocidental, o que os colocava em situação de extrema vulnerabilidade; isto nos leva a compreender os conflitos Inter étnicos e com a sociedade envolvente para a garantia dos direitos destas minorias.

A visibilização dos Tapayunas como atores políticos e sociais está se dando dentro de situações históricas específicas dos conflitos pela posse da terra, que se tornaram mais comuns entre os indígenas. O avanço da sociedade envolvente que chegava para a exploração da seringa e a distribuição das terras para a colonização é algo importante neste momento da história, pois uma comissão de Tapayunas veio ao Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia quando o PPGAS estava apresentando os trabalhos dos quadros do DAN-PPGAS na III Edição do Colóquio de Antropologia da UFMT, intitulada *Pós-Graduação em Campo: pesquisas recentes em Antropologia Social*. No dia 06 de novembro de 2018, no período vespertino, tivemos um diálogo no auditório do Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia da UFMT e os Tapayunas foram diretos nos seus objetivos depois da minha apresentação: queremos que vocês estudem a situação do nosso povo.

Observo que, historicamente, as instituições externas têm auxiliado nas divisões internas dos povos indígenas. Uma rápida leitura da história do Brasil permite ver que tanto franceses, holandeses, como portugueses e espanhóis se utilizavam das relações guerreiras das diferentes etnias para se aliar a uma ou outra, segundo os interesses da colonização (*civilizar*) e, assim, tomar os seus territórios tradicionais. As igrejas participavam desta dinâmica colonizadora de formas diferentes, mas sem sair do lugar cultural europeu da época, a fim de cristianizar (*catequisar e evangelizar*).

Depois de décadas de trabalho indigenista na Missão de Diamantino, iniciada em 1929, os jesuítas, inspirados no Concílio Vaticano II, perceberam que as Igrejas, cada uma das quais criava seus adeptos dentro das etnias, provocavam problemas sérios na dinâmica tradicional de as etnias se organizarem em vista do bem comum. Assim, aos poucos, amadureceu a criação da OPAN, do CIMI, do Grupo de Trabalho Missionário

Evangélico (GTME),⁵ e isso se deu no bojo da transferência dos Tapayunas para o PIX, o que serviu de aprendizado para ações posteriores.

Apesar da boa vontade dos jesuítas e da equipe missionária para conseguir que estes indígenas sobrevivessem, em aliança com a FUNAI, e a conivência do cacique que fora levado ao Xingu para negociar os detalhes dessa transferência, este cacique, provavelmente, não compreendeu a dinâmica colonizadora da época. Assim, numa falta de percepção dos direitos tradicionais de viver em seu território, todos participaram de uma ou de outra forma na transferência dos Tapayunas para o Xingu. As diversas formas de violência vão se mostrando aos poucos e, no Diário que analisaremos a seguir, conseguiremos compreender os meandros desta trama.

O certo é que os direitos dos Tapayunas não foram reconhecidos pelos que invadiram a região do Arinos, nem pelo Estado, nos seus diversos braços, especialmente a FUNAI, nem pela Igreja Católica e Luterana. As divisões internas entre as aldeias dos Tapayunas do Arinos aparecem no Diário quando todos os sobreviventes passaram a morar juntos no acampamento, motivo claro para compreender porque estavam espalhados em diversas aldeias neste território tradicional. Isso leva a pensar que as diferenças culturais existentes seriam muito maiores entre os Tapayunas e os Kĩsêdjê, seus anfitriões no PIX. Os motivos da separação num tempo remoto e o próprio tempo de separação que estas etnias experimentaram não são levadas em consideração para os transferir, somente o detalhe de compartilharem uma língua e cultura semelhantes. Para isso uma carta do Padre Iasi no momento de conhecimento desta etnia, é esclarecedora, especialmente na parte que destaco:

[...] a situação calamitosa em que ficaram os Beijo-de-pau me obrigou a assumir imediatamente o trabalho, uma vez que a expedição organizada pelo FNI abandonara, vergonhosamente, os índios no momento em que mais se fazia mister prestar assistência à saúde dos mesmos. (Carta do Padre Iasi, 05/11/1969).

Em seguida está a carta do Padre Iasi da qual foi tirada, para servir como uma espécie de epígrafe, uma chave de leitura para todo esse texto. Ela está falando do contágio dos Tapayunas, da necessidade de um indígena que pudesse servir de intérprete para o diálogo no momento do contágio de gripe que assolava a etnia e para se poder fazer um bom trabalho de salvamento dos sobreviventes da tragédia que os assolara. Observo que por um curto período de tempo o Padre Iasi aguentou como funcionário da Funai; o tom da carta mostra que teria muitos problemas.

⁵ Neste caso, a interferência da Igreja Luterana estava mais relacionada à fundação da colonização na Gleba Arinos, com o pioneiro Guilherme Meyer, que se tornou o município de Porto dos Gaúchos; mas a Igreja Católica através da Prelazia de Diamantino (jesuítas) atuou de forma intensa neste caso.

Rio Arinos, 5 /11/1969.

Ilmo.Sr.
Diretor de DAS
FUNAI - BRASÍLIA - DF.

Assunto:- Solicita índio Suyá

Há mais de um ano desde que descobri as afinidades dos índios Beigos-de-pau com os Suyá, solicitei ao DAS, por meio da 5a. DR, um índio desta tribo para servir de intérprete junto aos Beigos-de-pau.

Passaram-se quatro meses e não obtive resposta alguma a esse pedido.

Em dezembro do ano passado renovei o pedido, pessoalmente, ao Sr. Orlando Vilasboas, quando me encontrei com ele em S.Paulo. Disse-me ter recebido o pedido, mas que no momento não foi possível atendê-lo. De volta ao PIX, iria providenciar o envio de índio. Era só questão de haver um avião da FAB para Guaiabá.

Passaram-se mais cinco meses e não obtive resposta alguma.

Em maio deste ano, o Dr. Queirós Campos disse-me que só indo, pessoalmente, ao PIX eu conseguiria o índio que eu solicitava. Deu-me autorização por escrito a qual apresentei ao Sr. Orlando Vilasboas, que se encontrava em S.Paulo aguardando alta médica. Informou-me, não sem alguma razão, que eu não deveria ir ao PIX se não quando ele lá estivesse para escolhermos o índio mais indicado.

Esperei um mês em S.Paulo e o Sr. Orlando não viajou para o PIX.

Voltei a Mato Grosso na esperança de ir ao PIX depois do Simpósio de Brasília, mas, infelizmente, não pude tomar parte no referido Simpósio e a situação calamitosa em que ficaram os índios Beigos-de-pau me obrigou a reasumir imediatamente o trabalho, uma vez que a expedição organizada pela FNI abandonara, vergenhosamente, os índios no momento em que mais se fazia mister prestar assistência à saúde dos mesmos.

A 26/9/69 voltei a renovar o pedido feito há mais de um ano e com data de 27/10 recebo a seguinte comunicação da 5a. DR: M/m nº 335

"...administrador PIX lamenta não ser possível no momento, enviar índio Suyá, para trabalhos junto aos índios Beigos-de-pau, conforme rádio nº 284/DAS de 22/10/69."

A desculpa "no momento não é possível" se prolongou por mais de um ano.

Pergunto: até quando deve esperar que o dono dos índios do PIX ~~xxx~~ continue a usar essa desculpa esfarrada?

Mais. Não terá chegado o momento do DAS fazer com que o PIX seja um setor da FNI e colabore com os demais ~~edix~~ de ser um feudo de quem quer que seja?

Uma sugestão: na ajudância de S.Paulo há um índio Suyá - DEWONI - que poderia vir para cá.

Antecipadamente agradecido.

Carta do Padre Antonio Iasi Júnior (05/11/1969), no Acervo da MIA.

Na carta do Padre Iasi ao Presidente da FUNAI reproduzida acima, encontramos a reclamação pela falta de apoio dos Vilas Bôas (Parque Indígena do Xingu) em permitir que um índio Suyá se deslocasse para o Arinos para atuar como intérprete. Estava acompanhada de uma lista de palavras gravadas pelo Padre Iasi em janeiro de 1967, que serviria de comprovação de que eram etnias aparentadas, o que está também relacionado com o pequeno dicionário que o Padre Thomaz traz no final do Diário que a seguir será analisado.

A reflexividade dos processos vividos parece tardar, mas não falha, mesmo que tenham acontecido perdas inestimáveis de vidas humanas decorrentes deste processo avassalador da Marcha para Oeste e da liberação de grande parte do Mato Grosso para a colonização durante a ditadura militar. O movimento analítico dos resultados da transferência no grupo implicado, a partir da historicidade recente considera que a cultura da etnia continuou diferenciada, mesmo que aparentada aos Suyá ou Kĩsêdjê. Ou seja, não foi subsumida depois da transferência compulsória para o Xingu; ao contrário, na convivência sempre eram observados como estrangeiros no território que os deveria acolher.

Os temas da violência, emoção, memória e identidade constituem a realidade dos coletivos em questão, tanto os vinculados ao patrimônio territorial, quanto ao patrimônio simbólico e os identificam enquanto etnias diferentes dos Suyá do Xingu e dos demais tupis da região do rio Juruena. A transferência aparentemente era uma ação humanitária de salvar as pessoas numa situação de epidemia de gripe. Contudo, para quem observa os mapas que trarei do território tradicional da etnia, já todo recortado pelos interesses dos colonizadores, eles mostram as forças em jogo nesse tempo de expansão do capital ocidental sobre os territórios indígenas.

Apesar da divergência de percepções entre os agentes em tempos anteriores, foi somente a partir da Constituição Federal de 1988, que amadureceu o direito indígena aos seus territórios tradicionais, pois não seriam mais populações transitórias em *Reservas*. Por isso os contratos de posse de terras não são simplesmente *contratos de compra e venda*, mas acordos de licenciamentos mediados pela União, que desejava colonizar as terras tradicionais indígenas, mas que reconhece os direitos das populações originárias e designa a FUNAI (Ministério da Justiça) para as regularizar.

A RESERVA TAPAYUNA DE 1968

Ao acompanhar os programas do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA⁶) e o Serviço de Patrimônio da União (SPU), observo que são eles os grandes responsáveis pelo processo de regularização fundiária dos grandes latifúndios. Por isso, foi necessário compreender como atua o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) e fazer um levantamento acurado das propriedades, legais segundo a legislação vigente, nos arquivos do INCRA, para ver em que situação se encontram as terras tradicionais dos Tapayunas. Garimpar nestas instituições necessita paciência para encontrar as pessoas certas, de boa vontade para colaborar e dialogar no campo de disputa de interesses tão diversos.

Alguns efeitos e/ou causas perversas da regularização das terras para os fazendeiros, em detrimento dos direitos indígenas, é algo que aparece a olho nu. O contexto de descuido proposital com essa etnia parece que veio antes, pois a transferência forçada dos indígenas para o Xingu provavelmente era o que todos os colonizadores do Estado desejavam. E, neste caso ganham dimensões outras, também as doenças e os detalhes concretos do que adiante vamos mostrar no Diário de Thomaz Lisbôa e Vicente Cañas, ambos jesuítas, que foram chamados para o socorro pelo Padre Iasi. Observe como o Território tradicional dos Tapayunas já estava partilhado⁷ pela iniciativa privada quando foi criada a Reserva Indígena Tapayuna em 1968:

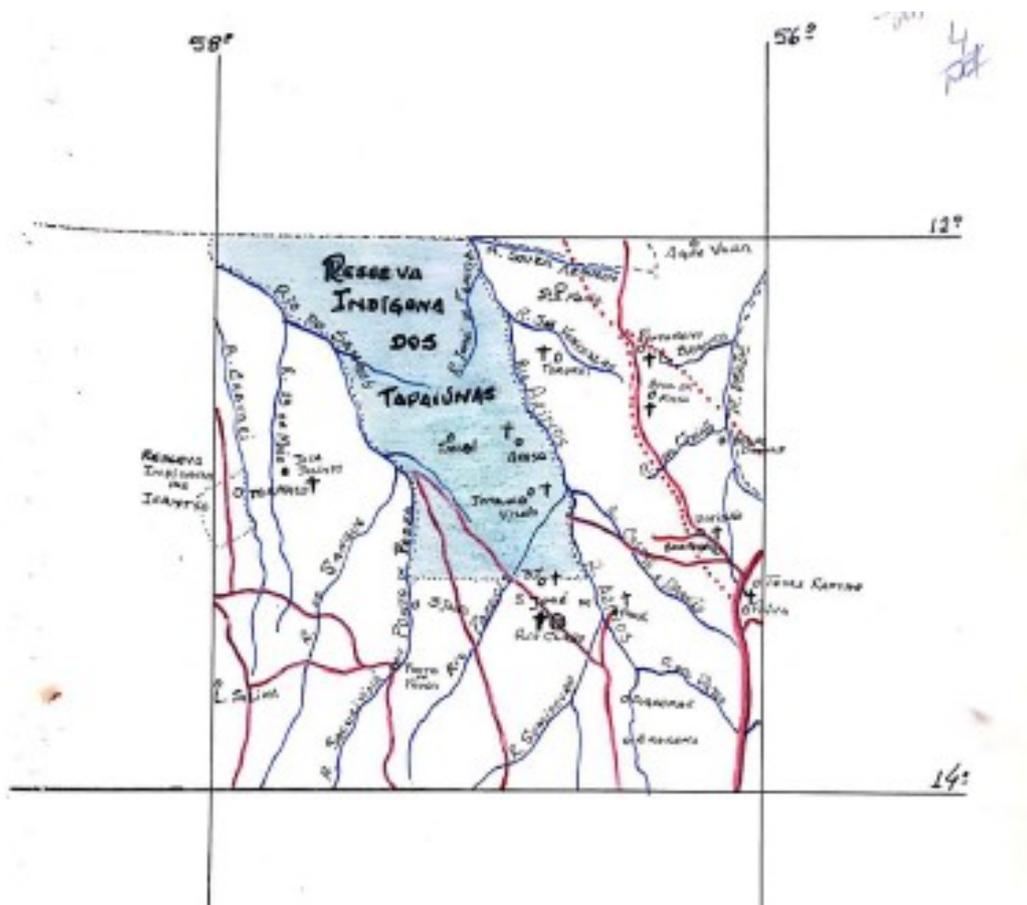
⁶ Criado pelo Decreto-lei N° 1.110/70, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) recebeu todos os direitos, competências e atribuições e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo de Reforma Agrária, extintos pelo referido Decreto-lei. Este órgão do Governo do Brasil passa a regularizar as terras para os fazendeiros do Mato Grosso, principalmente a partir de 1975.



Croqui da Reserva Indígena Tapayuna, 1968 (Fonte: Processo do Ministério da Fazenda n 0768.36.754 de 1977 no SPU/MT, p. 61).

Em 29 de abril de 2019 consegui junto à Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Mato Grosso, o acesso digital ao Processo do Ministério da Fazenda n. 0768.36.754 de 1977. O Decreto n. 63.368 de 08/10/1968 criou e delimitou a *Reserva Tapayuna* e o Decreto n. 77.790 de nove de junho de 1976 a extinguiu. Seus artigos 2 e 3 determinavam que o Serviço do Patrimônio da União (SPU) revertesse a área, a posse e o domínio para o Patrimônio da União e a registrasse. O Decreto n. 81.307 de 03/02/1978 revogou os artigos 2 e 3 do Decreto n. 77.790, que extinguiu a Reserva Tapayuna, de acordo com o teor do Processo Ministério da Fazenda n 0768.36.754 de 1977, e determinou que o SPU procedesse os "atos" que se fizessem necessários. Na página 84 está o Mapa indicando o local da Reserva Indígena Tapayuna com o detalhe da sede do município de São José do Rio Claro no Sul da Reserva e de que os rios estão correndo para o Norte, para cima no mapa. Os mapas da Reserva Indígena Tapayuna encontram-se registrados dentro da dinâmica de ocupação da região e o retorno da terra para os antigos proprietários pelo SPU que desfaz o Decreto de criação da Reserva em 1968.

⁷ Não é para assustar, pois os projetos de mineração em Terras Indígenas já têm todas partilhadas da mesma forma. E, enquanto preparo para a publicação esse texto, recebo a notícia que, enquanto no Brasil crassa a maior pandemia, na primeira reunião de Jair Bolsonaro com o novo presidente da Câmara, Arthur Lira, pediu prioridade na aprovação do PL que libera mineração em terras indígenas. E alguns detalhes devem ser lembrados para a posteridade. Lira recebeu R\$ 200 mil em 2014 da Rico Táxi Aéreo, empresa que, por décadas, atende a garimpeiros na Amazônia. Durante a campanha para a presidência da Câmara, Lira voou em jatinho da Rico. A empresa e o deputado são investigados por corrupção. A tendência é que o PL 191/2020 avance rapidamente no Congresso: <https://observatoriodaminerao.com.br/jair-bolsonaro-pede-a-arthur-lira-prioridade-na-aprovacao-do-pl-que-libera-mineracao-em-terras-indigenas/>



Mapa 04: Reserva Indígena Tapayuna na bacia hidrográfica do rio do Sangue e Arinos (Fonte: Processo do Ministério da Fazenda n 0768.36.754 de 1977. SPU/MT, p. 84).

Os documentos aqui arrolados (mapas, croqui etc.) da Reserva Indígena servem para comparação e análise de como a MIA, o SPU, o SPI e a Funai tratavam os territórios indígenas. Um detalhe importante nesse jogo de cartas marcadas é que o Decreto de criação da Terra Indígena Tapayuna saiu em 1968 e, em 1976 a Superintendência de Patrimônio da União (SPU) já estava distribuindo novamente as terras para os pretendentes antigos. O processo na SPU discute se estas terras eram da União ou estavam ainda disponíveis para o INTERMAT distribuir; por isso os antigos pretendentes voltam à baila neste momento em que seus títulos de propriedade poderiam voltar a ter validade. Foi necessário juntar informações nos arquivos disponíveis, e foi possível formar um banco de dados mais amplo que o existente na própria Funai, o qual se torna valioso para os pesquisadores e os próprios Tapayunas.

A questão de fundo é que os Tapayunas não se sentiram Kĩsêdjê e reforçaram suas diferenças na convivência diária quando para lá foram transferidos. Por isso intuem a necessidade de estudos acadêmicos para compreenderem sua dinâmica no tempo presente. É evidente que o fato de se configurarem como organização social própria por centenas de anos, com trajetórias históricas mais ou menos complexas, remete a estes registros documentais mais recentes, produzidos especialmente a partir da ocupação do Rio Arinos pelos seringueiros e colonizadores em geral. O grupo tem sua força cultural que não pode ser desmerecida. Ou seja, este texto quer mostrar dramaticamente as lutas nas fronteiras do Estado, e permitiu ressaltar suas formas de identificação cultural enquanto etnia diferenciada dos Suyá ou Kĩsêdjê.

Compreender as motivações dos Tapayunas nesta viagem de volta a seu nicho tradicional é compreender a vinculação profunda que os povos indígenas possuem com seus locais, algo que a etnologia tem demonstrado fartamente (ver trabalhos de Daniela Batista de Lima na bibliografia). As diversas dificuldades pelas quais passaram na região do Xingu por não ser ali o seu lugar de origem é algo recorrente historicamente para outras tentativas de transferência compulsória (Panará, Kayabi etc.⁸). Por isso a legislação vigente impede tamanha violência com os povos indígenas e quilombolas.

As informações que temos é que nem todos foram transferidos para o PIX. De diversas formas os seus parentes sempre remetem para a memória dos que ficaram, certamente a maioria falecidos e sepultados, mas também afirmam que outros ainda estão vivos nesse lugar de origem. O fato é que se sobrepôs uma ocupação alienígena intensa de migrantes nesses lugares tradicionais e ali também sofrem hostilizações, e os que se instalaram no local não querem que voltem. Apesar das pressões, muitos Tapayunas ainda permanecem afirmando que são os legítimos donos daqueles lugares. Ou seja, toda a região está dividida por causa da pressão dos fazendeiros que ocuparam grande parte do território tradicional Tapayuna; a floresta original que identifica parte desse patrimônio imemorial já está devastada em muitos lugares.

Por outro lado, os Tapayunas egressos do Arinos e que foram para o Xingu, estão espalhados por relações de casamento entre os Kĩsêdjê, também na T. I. Wawi, mas estão mais aglutinados na aldeia Kawêrêtikô no Kapoto-Jarina. As falas nativas captadas por Daniela Batista de Lima trazem para a etnografia uma densidade impressionante neste momento crucial, pois são eles que alimentam a esperança de retorno. É o acompanhamento da caminhada dos estudantes Tapayunas nas suas escolas, no que tange ao processo de elaboração de uma consciência étnica dos direitos do retorno dos mesmos para servir as suas comunidades. E é a análise das falas dos mais velhos das comunidades (líderes, "pajés") e mais jovens que estudam nas aldeias e cidades (UFMT) sobre as questões da violência e das suas identidades constituídas e em construção, vinculando-as à temática da memória e da construção de uma narrativa de si e do grupo, vinculada ao seu território tradicional.

Passei a estudar os documentos da MIA e da OPAN (Acervo Padre Thomaz de Aquino Lisbôa) deixados sobre o histórico de atuação destas ONGs na região e os desdobramentos da *afirmação territorial e desenvolvimento etnoambiental* dos Tapayunas. O laudo feito com os Manoki (Pacini, 2006) sobre o seu território tradicional e perceber que eles ainda tinham medo dos Tapayuna, auxilia a compreender a história e a cultura destas etnias, que eram inimigas num dado momento e que sabem fazer alianças estratégicas, pois são etnicamente diferenciados dentro do contexto nacional.

Os encaminhamentos junto à FUNAI, à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e à Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) para incrementar empreendimentos que reforcem a autoestima e a identidade étnica aconteceram nesse tempo de pandemia, mas são incipientes nas parcerias possíveis dentro da UFMT com o Programa de Inclusão Indígena (PROIND). O diálogo no Museu Rondon de Etnografia e Arqueologia abriu a possibilidade de um Tapayuna entrar no PPGAS da UFMT, mas a dificuldade de garantir bolsa no momento atual inviabilizou a vinda do interessado. Assim, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o CIMI, ONGs e outras instituições colaboram

⁸ Recuperar o processo de retorno dos Panará a Peixoto de Azevedo, ou mesmo do grupo de Kayabi que permaneceu no Rio dos Peixes com o Padre João, quando uma parte foi transferida também para o PIX, parece ser salutar para evitar problemas ocorridos por lá, dada a semelhança de situações, apesar de histórias diferentes e originais que marcam o país.

na manutenção dos trabalhos de forma articulada a fim de evitar ao máximo que fatores externos provoquem mais divisões entre os indígenas, já tão divididos tradicionalmente.

As assessorias a pessoas e Associações (do MDA, MMA, MinC etc.) foram buscadas, técnica e politicamente, tanto para a Terra Indígena Wawi quanto para seu território ancestral no Arinos para que se possam assumir projetos diversos e atuem em vista da preservação das florestas e dos mananciais que geram água potável para toda a região. Estes desafios estão sendo colocados para os indígenas a longo prazo, mas são necessários e urgentes dentro do contexto de Mato Grosso que perde rapidamente sua vegetação nativa e muitas áreas já estão sendo degradadas.

O governo atropela os processos locais e propõe como alternativas para à economia tradicional dos indígenas, o plantio de soja e outras atividades. Faz-se necessário reforçar os grupos de solidariedade indígena, interna e externa, com as lutas dos Tapayunas no contexto de um governo anti-indígena, para refletir com eles as articulações possíveis dentro das demandas pelo cuidado e posse das suas terras tradicionais. Assim as pesquisas dos modos tradicionais de organização social e de associativismo em comunidades indígenas e a formação de Associações oficializadas para a relação com a sociedade brasileira parecem ser importantes neste contexto em que vivem os Tapayunas.

Para compreender a complexidade do contexto atual de governo no Brasil é fundamental neste momento, compreender o que está acontecendo dentro das aldeias e nas viagens que os indígenas fazem para as cidades vizinhas, que são as que interagem intensamente com eles, e o que trazem desses coletivos em Congressos, Jornadas, assembleias e seminários; bem como detectar as diferentes formas de indigenismo praticadas pelos órgãos oficiais, mas também por ONGs e os fazendeiros ou políticos. O indigenismo é pensado como incorporação dos povos indígenas e de seus bens aos Estados Nacionais, o que teve como estratégia no passado a *integração*, mas atualmente beira à exclusão. O artigo 231 da Constituição de 1988 garante a cidadania aos povos indígenas e estes passam a reivindicar seus direitos, especialmente aqueles relacionados com a posse e uso do território tradicional, algo que está sendo negado de forma grosseira nesse caso.

Alguns aspectos do Estado Moderno foram geridos no espírito da colonização interna da formação do Brasil: uma língua, um território e uma religião, que trazem resquícios no modo como o governo age atualmente. Urgente se faz, agora, etnografar cuidadosamente as novas formas de violência contra os coletivos tradicionais, que se incorporam às formas já latentes de racismo e exclusão, depois da criação dos Estados Nacionais que “desmantelaram” as tradições e os saberes tradicionais dos povos indígenas. Aqui desejo tratar, mais acuradamente, das formas de invasão que privilegiaram as colonizações nos territórios indígenas a partir do caso Tapayuna, como um saber local que possui raízes invisíveis, dissimuladas e perversas. Penso que a demarcação de um território não se define apenas pela terra, mas pelo comportamento, pelos costumes, pela língua, pela produção de significados, gastronomia, festas, enfim, por todo o repertório que “*repatria*” indivíduos e grupos para dentro de um sistema de objetos que são valorizados pelos membros de uma dada etnia.

Outro traço peculiar deste coletivo em questão é o caminho das águas, pois, no passado, os meios de transporte pelas águas eram mais utilizados e o rio Arinos testemunha isso. Se antigamente os invasores chegaram pelos rios como mostram as fotos dos Tapayunas na beira do Arinos buscando, em alguns momentos, afastar os invasores e, em outros momentos, buscando o escambo, agora os rios tomaram outros sentidos e são utilizadas pelos indígenas para formar suas aldeias próximo dos contatos

possíveis com a sociedade envolvente, pois esta é a garantia de negociação com o inimigo onipresente e de uma sobrevivência em novos contextos. Isolados, certamente eles ficam mais frágeis diante de quem os quer ver longe ou exterminados. Contudo, isso não impede os percursos pelo território tradicional que acontecem tradicionalmente pelas trilhas de casa nas matas, que se tornam estradas, progressivamente, para os intercâmbios entre aldeias, quando assim o desejarem de forma mais secreta. Aqui estou pensando a complexidade que foi a transmissão da gripe pelos caminhos internos no território que levou à quase dizimação dos Tapayunas o que, de alguma forma, serve de alerta nesse tempo de pandemia do Covid-19. Trata-se de travessias que os aproximam no compromisso sagrado de suas identificações com o território tradicional e os tornam etnicamente capazes de se fazerem indígenas com direito à vida, à terra, à água, ao alimento, à família e à comunidade, ou seja, ao *bem viver e conviver*.

Certo é que nunca estiveram isolados, e as divisões internas em clãs para regular os casamentos devem ser melhor conhecidas para serem respeitadas. Ideal seria estar junto e participar dos rituais que tradicionalmente realizam, isso se convidados, mas o contexto pandêmico exige prudência. Alinhavamos assim nos documentos a busca do sentimento nativo, de suas lutas e temores, de suas crenças e mitologias (religiosidades), de sua língua e linguagens. Observar o trabalho interno de suas mãos e mentes – a produção de seus bens materiais e simbólicos – que definem suas características e identidades étnicas, que sustentam a posse de uma autoridade neste território tradicional é o que traz grande alegria de viver em tempos tão adversos. As habilidades nas atividades manuais levam a buscar o material necessário para sua ação, por isso possuem uma dimensão precisa dos seus territórios de referência, onde podem encontrar o material necessário. Os modos de construir suas casas, preparar suas comidas e fazer suas vestes são temáticas que mesclam elementos da natureza e motivos religiosos propriamente ditos de forma muito concreta.

Por isso recorri às técnicas de "estudos de caso", de "histórias de vida" vinculadas ao território tradicional, das "análises de conteúdo" dos documentos encontrados, pois esses tornaram-se contrapontos positivos do investimento etnográfico, compondo um panorama antropológico que congrega diversas metodologias; ou seja, a análise da constituição dos "sujeitos" ou "identidades" acontece sempre a partir de interlocutores definidos, singulares, que são limitados pela memória que foi possível acessar quanto à violência (conflitos) sofrida ou identidades construídas que geram emoções vividas no seu lugar tradicional. Também foi importante nesse caso mapear as redes de parentesco, o que permitirá compreender as fronteiras de identidade, e como vão se construindo as demandas pela demarcação das terras tradicionais, pelo atendimento à saúde e à educação diferenciados nos novos espaços vividos nesse histórico que passo a destrinchar num esforço de compreensão de como se chegou à situação atual.

DE TAPAYUNAS PARA BEIÇOS DE PAU E KAJKWAKRATXI!

No início do século XX não houve, por parte da Comissão Rondon, contato direto com os Tapayunas⁹ nem os viajantes dos séculos anteriores que desciam para o Tapajós pelo Arinos identificaram essa etnia; por isso as descrições dessa etnia com mais

⁹ Aqui vou usar o processo de nomenclatura dessa etnia para indicar como eram chamados inicialmente, *Tapayunas*; depois que foram conhecidos mais superficialmente passaram a ser chamados *Beijos de Pau* e, finalmente, com o trabalho antropológico de Daniela Batista de Lima, a auto-denominação passou a *Kajkwakratxi!* Claro, que no contexto do Xingu, inicialmente o nome *Beijos de Pau* não era distintivo, por isso lá voltam a ser chamados *Tapayunas*. Observo que faço o uso do plural na etnonímia quando não é auto-denominação.

detalhes começam a aparecer somente mais recentemente. Por vezes foram confundidos com os atuais Rikbaktsa, que também tinham botoques nos lóbulos das orelhas. A partir de 1953, com a fundação da Gleba Arinos, que se tornou a sede do município Porto dos Gaúchos, foram identificados com mais precisão, pois a empresa CONOMALI penetrava no coração do território Tapayuna e, aos poucos, os contatos se intensificam a tal ponto que eles não podiam mais esconder-se.

O site da CONOMALI¹⁰ informava que a Gleba Arinos era propriedade particular dos empreendedores, ou seja, não havia sido adquirida do Estado e, portanto, podia oferecer documentação legal para os que adquirissem uma terra no Mato Grosso. Seu *folder* mostrava a que veio: “Transformando matas virgens em terras produtivas”. Como era costume corrente na época invadir territórios indígenas, a empresa destaca que as terras vendidas não são dos índios, mas menciona a importância do Padre jesuíta João Evangelista Dornstauder, ligado à Prelazia de Diamantino, na “pacificação” dos povos indígenas Kayabis, Rikbaktsa e Tapayunas, a partir de 1955: “a Conomali prestou decidido apoio ao trabalho de catequese do Pe. João, buscando um relacionamento amistoso com as tribos, mesmo estas não habitando as terras da empresa”. (*Cronologia* 1956. Disponível em: <<http://www.conomali.com.br/>>).

Quando os jesuítas receberam a Missão Prelazia de Diamantino de Dom Aquino Corrêa, em 1929, tinham como foco o atendimento aos povos Paresis, Irantxes (Mÿky ou *Munku* e Manoki) e Nambikwara, por isso começaram o trabalho em Mangabal do Juruena, não indicado nos mapas acima, próximo de Utiariti, mas na margem do rio Juruena. Depois transferiram a sede da Missão indígena para o Utiariti,¹¹ em 1945, (fronteira entre os territórios Paresi e Nambikwara). Coube ao Padre João Evangelista Dornstauder a iniciativa da *missão volante* para tornar possível atender mais de perto aos indígenas em seus locais de moradia. Para o acesso a esses locais mais distantes, as linhas telegráficas auxiliavam nesse sertão, contudo os caminhos mais fáceis eram os rios. E o Padre João obteve o apoio de recursos da Conomali, especialmente podia viajar nos seus barcos pelo rio Arinos. Com a sede da Missão Anchieta em Utiariti, pelo fato de estarem mais próximos dos Irantxes (Manoki), ficaram sabendo detalhes dos ataques dos Tapayunas a essa etnia, aos seringueiros e aos colonos que estavam circulando pelo rio Arinos. Adalberto Holanda Pereira, Thomaz de Aquino Lisboa e Antônio Iasi foram nomes que se destacaram neste contexto da aproximação dos Tapayunas.

Segundo o Padre Adalberto (Pereira, 1975, p. 22), os Manoki (Irantxes) foram pedir em Utiariti, em 1946, ferramentas e proteção contra os ataques que sofriam dos Tapayunas, pois eram “acossados pelos Beijo de Pau”. Em maio de 1948, os *Munku* explicaram ao Padre Roberto Banwarth que foram atacados por índios que os flecharam e alguns comprovaram o dito mostrando as cicatrizes nos braços, no peito e no dorso. Pelo fato de terem matado umas dez pessoas e as cortarem em pedaços, assarem e devorarem, não fica claro se foram os *Orelhas de Pau*, *Beijos-furados* ou *Tapayunas*. A partir de 1954, os *Munku* foram se transferindo progressivamente para Utiariti devido aos ataques constantes dos Tapayunas, que, provavelmente, estavam entrando mais para

¹⁰ Em 1959, a CONOMALI abriu o seringal arrendado do Estado de Mato Grosso, com cerca de 100 km de extensão nas margens do rio Juruena, próximo ao município de Porto dos Gaúchos e vendia a borracha extraída ao Banco de Crédito da Amazônia, localizado em Cuiabá (*Cronologia* 1959. Disponível em: <<http://www.conomali.com.br/>>).

¹¹ Uma área de 8.200 hectares que estava localizada na margem esquerda do rio Papagaio, era um Posto das Linhas Telegráficas que tinha escola do SPI, cedida pelo governo do Mato Grosso à Prelazia de Diamantino, mais próximo da sede da Prelazia em Diamantino. O motivo dessa transferência foi a situação de grande penúria vivida nessa parte do sertão pelos jesuítas e Irmãzinhas da Imaculada Conceição e a resistência dos Nambikwara a esse trabalho, ali iniciado pela Missão.

dentro nos lugares tradicionais dos Manoki, devido à intensificação da invasão dos colonos no rio Arinos. Os Manoki já tinham se afastado de algumas aldeias mais próximas dos Tapayunas, e foram se localizando nas proximidades das aldeias do Cravari e do Paredão, nas margens do rio Cravari. Os missionários explicam que o Serviço de Proteção aos Índios buscava encontrar um local protegido dos Tapayunas ou Beijos de Pau no Posto Tolosa e determinou que os *Munku* fossem para lá, apesar destes quererem ficar em Utiariti. Um detalhe importante: “os Munku exigiram para si caminhão e arma de fogo, para se defenderem dos Beijo de Pau” (Pereira, 1975, p. 18). Com muitas dificuldades, os Manoki foram transferidos para o Posto Tolosa (do SPI), mas não ficaram muito tempo e retornaram para Utiariti e para o Cravari.

Vimos acima que os Tapayunas também preocupavam a CONOMALI, pois atacavam na margem do rio Arinos, onde os funcionários da empresa e os moradores da Gleba Arinos circulavam frequentemente. O transporte era de caminhão até a Cachoeira do Pau¹², relativamente próximo da Gleba Arinos e, provavelmente, dali para frente os Tapayunas, que estavam mais próximos da margem do rio Arinos e nas margens do Ribeirão Tomé de França, é que estavam incomodados com a invasão do seu território tradicional.

Esse trabalho mais sistemático de aproximação está vinculado ao Padre Adalberto Holanda Pereira, que menciona cinco tentativas de aproximação para chegar ao contato pacífico com os Tapayunas. A primeira iniciativa de pacificação dos Tapayuna aconteceu no ano de 1958, quando a Prelazia de Diamantino tomou a frente, representada pelos jesuítas Aldo Brito e João Evangelista Dornstauder, que chefiou a expedição; dois Manoki, Maurício Tupxi e Tomé; do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) José de Barros; e alguns voluntários, Fritz Tolksdorf e Roberto Newman, luteranos da CONOMALI. O relato do Padre Hasenack, que “avistou o Tapayuna” que atirou em direção à lancha onde estavam e que também foi aos locais de suas moradias é um dos primeiros dados precisos que temos:

Em cada rancho havia 6 camas o que provavelmente corresponde a 6 famílias, tendo 1 fogo ao lado de cada cama e na frente dos ranchos 1 abrigo menor. [...] Acharam bodoques de madeira, que colocam nos lábios, assim que de fato parecem ser beijos-de-pau (Hasenack, 1959. Arquivo da MIA).

¹² Neste lugar o rio Arinos torna-se navegável e até ali era trazida a seringa que seguia por estrada. Acima existe um lugar chamado Fervedouro, um bom lugar para banhar-se. E próximo dali entra o Rio Novo que vem da Terra Indígena Santana (Kurã-Bakairi). Para a localização de fatos históricos relevantes nessa região, a expedição de Langsdorf e Hercules Florence, no século XIX, foi ao porto do Rio Preto, que fica uns 20 km antes de esse rio chegar no Arinos, onde o Rio Preto também se tornava navegável por barcos pequenos; ali pegou malária.



Fotografia 01: Beijos de Pau buscando o contato na margem esquerda do rio Arinos (Fonte: Gunter Kroemer. Acervo da MIA).¹³

Com esse relato fica destacado que os Beijos de Pau não dormiam em redes e tinham hábitos culturais diferentes dos outros povos, como o uso dos botoques nos lábios. Trata-se do mesmo período de invasão do território dos Rikbaktsa, chamados na época Orelhas de Pau. Depois saberemos que as mulheres e homens Tapayunas também usavam botoques nos lóbulos das orelhas, algo raro para o caso das mulheres, talvez para destacar sua audição. Entre os Rikbaktsa, somente os homens usavam os botoques nas orelhas e eles me indicavam que o botoque auxiliava na audição. Assim, ainda que superficialmente, poderia dizer que as mulheres *Kajkwakratxi* com os lóbulos das orelhas alargadas estariam dando uma atenção especial à audição, são *mais ouvidos* e os homens são *mais palavras*, por causa dos *beijos de pau*.

¹³ As cinco fotografias que trago estão em diferentes Acervos, sinal de que foram reveladas e distribuídas. Não foi possível saber ao certo quem as fez, mas Ivar Buzatto pensa que sejam do Gunter Kroemer, apesar de não termos registrado que ele tivesse participado de alguma expedição de pacificação dos Beijo de Pau. Contudo, morou em Novo Horizonte, próximo da Gleba Arinos, antes de ir morar com os Zuruahá. Faleceu em Lajeado (RS) em 16 de julho de 2009.



Fotografia 02 e 03: Mulheres *Kajkwakratxi*, com os lóbulos das orelhas alargadas, na margem do rio Arinos (Fonte: Gunter Kroemer. Acervo da MIA).

A segunda tentativa de pacificação, em 1963, foi dirigida pelo Padre Adalberto Pereira que solicitou permissão do SPI em Cuiabá para acompanhar os trabalhadores da estrada que estava atravessando o território tradicional dos Tapayunas e utilizar o antigo método de deixar presentes como indicação de amizade. A equipe se instalou *no km 139* da estrada que estava sendo construída entre o rio do Sangue e o Arinos, onde havia um *trilho* dos Tapayunas. Quando encontraram os Beijos de Pau, o Padre Adalberto tentou comunicação na língua Gorotire e *Suyá*, mas não responderam. Depois encontrou outro Tapayuna armado com arco e flechas, nas proximidades de uma roça, mas não houve ataque e nem comunicação verbal. Somente dias depois, avistaram a aldeia, por isso esses novos detalhes são importantes e merecem ser reproduzidos:

Um dia apareceram os índios rondando o nosso acampamento. Interpelei-os em gorotire e *suyá* como fizera o Pe Dornstauder cinco anos antes. Não obtive resultado. Os índios afastaram-se pacificamente. Não ouviram nenhum tiro. No dia 16 de julho desci em direção ao Arinos, pelo trilho cortado pela estrada no km 139, em companhia de Carlos (Irantxe) e Joãozinho, empreiteiro da estrada. A 12 quilômetros da estrada demos com uma roça de seus 10 hectares, com mandioca, milho, batata doce, abacaxi, algodão, fava e cará. Não encontramos aldeia. Saímos da roça e seguimos adiante em direção ao Arinos. Daí a dois quilômetros demos com um Tapayuna. Trazia um grande molho de flechas debaixo do braço. Olhou-nos demoradamente. Tentei mais uma vez a fala. O índio nada disse. Voltou-se e se afastou sem correr. Deixei no local muitos presentes com a senha da pacificação e voltei para o nosso acampamento da estrada. Dez dias depois, tentamos outro encontro com os índios. Constatamos que haviam retirado os presentes. Avançamos mais supondo que a aldeia não estaria longe. Dali a um quilômetro vimos a aldeia fumegando. Depois de a queimarem, se haviam afastado. Pelo pátio, espalhados, muitos canecos de seringueiros, panelas de ferro, uma borduna velha e mais alguns objetos. Resolvi não insistir (Pereira, 1967, p. 220).

Os próprios Beiços de Pau queimarem sua aldeia, e o fato de irem para outro lugar mostra as dificuldades que tinham na relação com o invasor. Apesar disso os objetos levados dos seringueiros e outros para a aldeia eram visíveis e mostram que desejavam amansar esse invasor para terem os objetos como panelas de ferro, facão, machado etc. Outro contato com os Tapayunas, dirigido pelo Padre Adalberto Pereira, foi retomado dois meses após a segunda tentativa, antes das chuvas, ainda em 1963, com a companhia de dois Manoki e do jesuíta Claudio Hentz. Na terceira tentativa, a equipe retornou até a aldeia onde tinham chegado no encontro anterior e a proximidade física dos pacificadores com os índios era tamanha que em um dos episódios as crianças Tapayunas foram tomar banho no acampamento da equipe de pacificação. Ao avistar os brancos, uma das crianças comunicou aos parentes na aldeia, os quais foram ao acampamento e ameaçaram flechar Adalberto, pois não queriam a presença invasora, pois parece que eram eles que desejavam procurar os invasores quando lhes interessasse:

O homem, apenas a 10 metros de mim, colocou com certa calma a flecha no arco e ficou em posição de atirar. Joguei alguns presentes. Caíram perto de seus pés, sem que ele os apanhasse. Passou uns 8 minutos de flecha apontada para mim, sem arremessá-la. Em seguida, afastou-se sem correr (Pereira, 1967, p. 220).

O Padre Adalberto Pereira menciona a forma de se afastar sem correr, pois isso indica que os Tapayunas não tinham medo, ou não queriam demonstrar isso. Voltou ao mesmo local *no km 139* para visitar as roças e a aldeia, mas as roças tinham virado capoeira e a aldeia desaparecido nessa quarta tentativa de contato, em setembro de 1965. Sobrevoando depois, foi possível localizar outras aldeias, “uma nas vertentes do córrego do Barrinha, e outra maior nas cabeceiras do Tomé de França, distantes 16 e 18 quilômetros, respectivamente, do rio Arinos. A aldeia do Tomé de França tinha 17 roças grandes” (Pereira, 1967 p. 221). A dimensão da aldeia com 17 roças é algo a ser levado em consideração para termos uma ideia da quantidade de pessoas; parece que ao menos 17 famílias estariam naquela aldeia. Nesta quarta tentativa, estava na equipe João Takumã (Kayabi) e pararam no *acampamento do Caaró*, nome dado pelo Padre Dornstauder na primeira tentativa.

Numa breve exploração aos arredores encontramos várias canoas novas e um rancho de caça. Deixamos presentes juntamente com a mesma senha de 1958 e continuamos buscando a confluência do Barrinha, em cujas nascentes vira, de avião, uma aldeia. Localizamos por terra essa aldeia. Os índios não estavam presentes. Haviam se ausentado naquela manhã. Deixamos presentes e voltamos ao acampamento da barra do Barrinha, para observar a reação dos índios (Pereira, 1967, p. 221).

Aqui encontramos a menção de que havia canoas, o que indica que os Tapayunas também usavam canoas para atravessar o rio Arinos. Nesse ínterim, a lancha da CONOMALI passou ali no acampamento da equipe de pacificação, na confluência do rio Barrinha, para informar que os índios haviam novamente tentado flechar o barco da empresa, mas as flechas não alcançaram o barco, pois o piloto já andava sempre na margem direita do rio Arinos para evitar que acertassem. A equipe construiu um novo acampamento próximo ao rio Tomé da França. Primeiro encontraram uma mulher Tapayuna nas proximidades e Maurício Tupxi (Manoki) tentou estabelecer diálogo. Apareceram então alguns Beiços de Pau armados com flechas e, na tentativa de diálogo, Maurício Tupxi foi flechado na perna e o Padre Adalberto na costela:

Uma flecha veio por entre os galhos da árvore ponte e furou uma lata de conserva do saco que Maurício levava nas costas. Outra o atingiu na perna. Maurício caiu na água. Frente a frente

com os Tapayuna tentei falar-lhes em gorotire. Uma quarta flecha feriu-me levemente numa costela. Insisti numa fala amigável. João Pereira teria visto, nessa ocasião, um índio branco. Maurício, saindo da água, me advertiu que devíamos nos afastar: os Tapayuna nos estavam cercando. Começaram a gritar e parece que nos seguiram alguns quilômetros. De volta ao acampamento, paramos para deixar mais presentes (Pereira, 1967, p. 222).

Aqui temos um momento dramático em que as flechas vieram para acertar; estavam dando um recado certo de que essa presença não era desejável. Aqui mostra-se o benefício de os missionários estarem junto com indígenas e a percepção de Maurício Tupxi de que os Tapayunas estavam cercando o grupo e de que deviam retirar-se imediatamente para não serem massacrados. O acampamento do Barrinha foi destruído. Depois ainda o Padre Adalberto tentou mais uma vez um diálogo com um Tapayuna que falou por cerca de quarenta minutos e chegou até a imitar uma onça, provavelmente insistindo que se retirassem de seu território. A equipe recuou:

Quando o barco começou a se movimentar, uns dez homens, armados de arco e flecha e pintados de urucum, saíram abertamente na clareira do meu acampamento da margem esquerda. Endireitamos o barco para eles. Esconderam-se no mato. Quando nos afastamos, novamente saíram na margem do rio (Pereira, 1967, p. 223).

A Prelazia de Diamantino recebeu advertências do SPI, pois a pacificação não tinha sido ordenada pelo órgão indigenista oficial e as ações não estavam ocorrendo dentro dos “trâmites legais”, colocando em risco a todos. Em vista disso, deveriam ser suspensas, conforme carta do Superior Jesuíta, de 11 de janeiro de 1966:

Há um enguiço do SPI que não permite a pacificação dos índios Beijos de Pau, sem os trâmites legais do mesmo SPI e por isso veio uma proibição terminante. Deve por isso, imediatamente suspender a pacificação até a segunda ordem. Estamos lutando e quem sabe, irei à Brasília. Aguarde segunda ordem (Padre Henrique Froehlich, *in* Pereira, 1967, p. 223).

Depois disso, parece que o SPI tomou iniciativas para esse contato com os Tapayunas. Hélio Jorge Bucker, chefe do SPI de Cuiabá, mandou em julho de 1966 “expor no Cartório de Diamantino um edital interditando as terras tapayunas entre os córregos Miguel de Castro e Tomé de França, à penetração de elementos estranhos ao mesmo Serviço de Proteção aos Índios” (Pereira, 1967, p. 223). A área interditada era localizada das vertentes à foz, na margem esquerda do rio Arinos.¹⁴

O tempo crítico de tensões com os jesuítas passou e aconteceu uma quinta tentativa de contato pacífico, quando participaram os padres Adalberto Pereira, Antônio Iasi e Lino Araxi (Manoki). Realizada em 23 de maio de 1967, ficaram localizados na margem direita do rio Arinos, no mesmo local da tentativa anterior, e novamente foram hostilizados: tiveram seu rancho flechado e o Padre Antônio Iasi buscou diálogo em Kayapó e Suyá. Quando o Padre Adalberto falou na língua Kĩsêdjê, os Beijos de Pau responderam e até acharam graça.

Ao sair da lua, levas de flechas. Cinco entraram no rancho, pelas fendas do pau a pique. Uma roçou o joelho do Padre Antônio Iasi e foi furar o mosquitoireiro de sua rede. Procurei um diálogo amigável em gorotire e em suyá. Os índios responderam e até acharam graça. Nada entendemos durante 40 minutos. As duas da madrugada nosso cachorro foi atingido por uma flecha. Todo o resto da noite foi de calma. Pelas 4h da manhã, notamos a presença de outra turma na margem esquerda, observando os nossos movimentos facilmente, porque a casa era aberta para o lado do rio. Os da nossa margem recomeçaram o ataque, prolongando-o até as 9h e meia (Pereira, 1967 p. 224).

¹⁴ Em ofício de 21 de agosto de 1968, o então presidente da FUNAI, José de Queiroz Campos, responde a uma empresa interessada na área habitada pelos Tapayunas, “APASA” – Apolinário S/A. Agro-Pecuária, que o local estava interditado para os trabalhos de pacificação.

Na fotografia a seguir os 9 Tapayunas estão em diálogo com uma pessoa dentro de uma barca na margem do rio, em visível tentativa de troca de penas e outros objetos. Ao indicar um pedaço de roupa, parecem dizer que querem trocar as penas e outras coisas por roupas e outros objetos que tanto desejavam da nossa sociedade.



Fotografia 04: Beijos de Pau no escambo com os viajantes pelo rio Arinos (Fonte: Gunter Kroemer. Acervo da MIA).

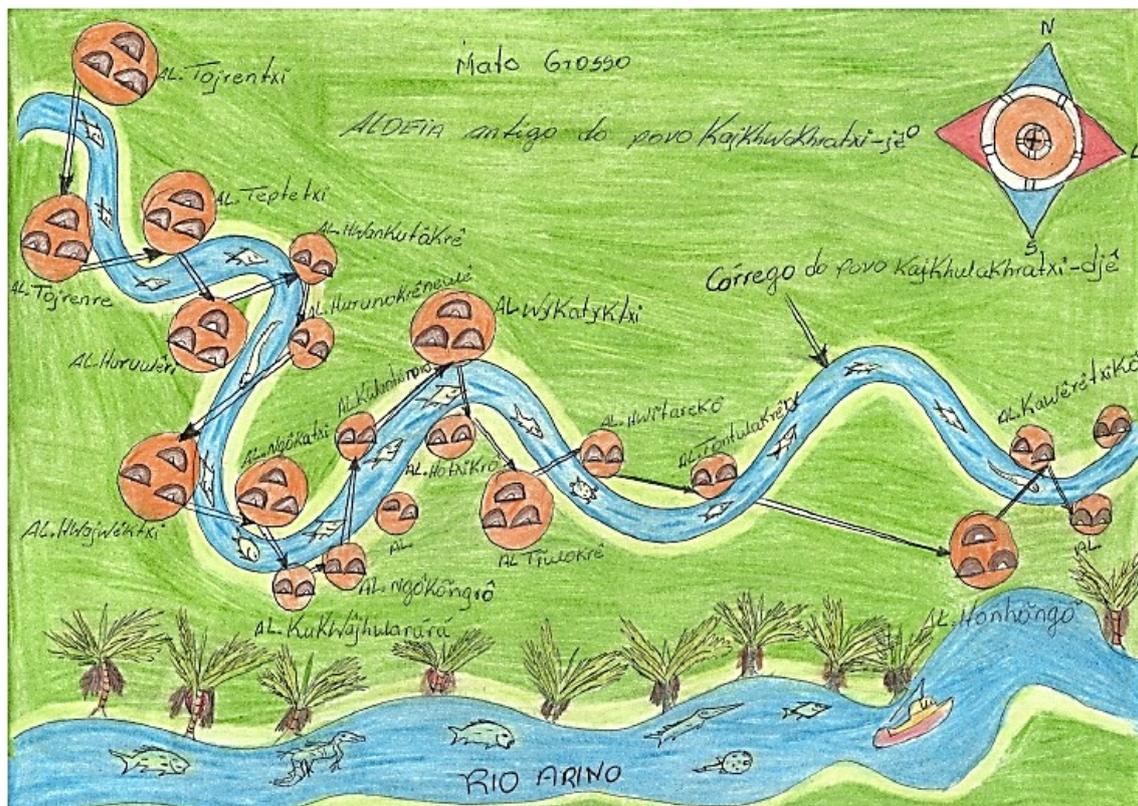
A insistência beira ao suicídio, pois a equipe decidiu levar presentes até a margem oposta do rio, o que parecia ser mais perigoso e insensato. Os missionários poderiam esperar que os próprios Tapayunas tomassem a iniciativa de irem até o acampamento em vez de quererem forçar o encontro pacífico. Foram recebidos com flechadas e, dessa vez as flechadas foram mais perigosas, ferindo duramente o Padre Adalberto, um indicativo claro de que não eram bem vindos.

Fiz depois outra travessia, para deixar junto com os machados as flechas jogadas contra nossa casa. Desta vez ia Lino Araxi no lugar de Luiz Carballo. Ao nos aproximarmos notei que os machados já haviam sido retirados. Dei ordem para nos afastarmos incontinenti. A fim de verificar se os machados não haviam caído do toco sem ser retirados, nos abeiramos da margem esquerda pela terceira vez. Levantei o molho de flechas e fiz um gesto de entregar, numa longínqua suposição de que pudessem estar ali. O Pe lasi desligou o motor. Na ribanceira puxamos alguns galhos. Foi quando recebi uma flechada na coxa direita, varandome de lado a lado. Pulei na água entrincheirei-me atrás do barco, temendo mais flechas. Veio outra, de farpa, com tanta violência, que não conseguimos arrancá-la do barco. Lino pulara n'água e saíra 20 metros mais abaixo e gritava "pega eu aqui". O Pe lasi bateu a correia do motor. O pino quebrou-se num pau. O remo do barco se tinha ido águas abaixo no salto do Lino. Remamos com uma tábua. Pegamos o Lino e entrei na embarcação. No acampamento submeti-me ao curativo. Salvou-me a competência do Pe lasi. Deitado, vi passar tranqüilo o resto do dia, a noite e todo o seguinte (Pereira, 1967, p. 224).

Agora podemos fazer um balanço e ver que as iniciativas de aproximação aos Tapayunas, tanto bélicas ou *de paz* são diversas. Ainda em 1967, Cândido Morimã (Apiaká), responsável pela lancha da empresa CONOMALI, em uma de suas viagens em

direção à sede da Gleba Arinos (hoje sede do município Porto dos Gaúchos), avistou um grupo de cerca de 20 Tapayunas e aproximou-se oferecendo presentes que foram recebidos e retribuídos. Esse gesto indica que o mencionado Cândido Apiaká já tinha uma relação de amizade e confiança com os Tapayunas. Esse relato e muitas histórias a esse respeito, recebi de seu meio irmão Álvaro, o cacique da aldeia Mayrob, quando lá estive em dezembro de 1987 e janeiro de 1988. O certo é que o avanço da colonização parece não parar, mesmo que os moradores originários desses rincões mostrem insistentemente que não desejam a presença dos seringueiros, dos trabalhadores da estrada, dos missionários, dos viajantes e colonos da Gleba Arinos.

Outros fatos estão documentados. Américo Peret, Fritz Tolksdorf e Cândido Morimã (Apiaká) foram em nome da FUNAI em direção aos Tapayunas. Quando a canoa se aproximou, cerca de 100 Tapayuna que queriam pegar seus chapéus e roupas pularam na água, puxaram o barco para a margem e retiraram os presentes que lá estavam (O Globo, 15/04/1968). A estratégia da equipe era conquistar a confiança de um número cada vez maior de Tapayunas com a intenção de visitar uma das onze aldeias localizadas durante o sobrevoo na área que havia sido interdita pela FUNAI, por meio do decreto 63.368, de 8 de outubro de 1968 (Fatos e Fotos, 26/07/1969). No mapa a seguir podem ser contadas 21 aldeias em torno do córrego Kajkwakratxi-djê, que deságua no rio Arinos (Mapa das aldeias Tapayunas na região do rio Arinos) desenho feito por um dos tradutores, Ropkrätsê Tapayuna, mais recentemente (figura 20, in Lima, 2012, p. 81). Observo a riqueza de dados no mapa, com os nomes das aldeias e os detalhes de duas ou três casas em cada uma, algo muito semelhante ao que foi encontrado entre os Rikbaktsa.



Mapa 05: Aldeias Tapayunas nas margens do córrego Kajkwakratxi-djê (Fonte: Ropkrätsê Tapayuna, in Lima, 2012, p. 81).

Era comum aparecerem colonizadores com títulos de propriedade irregulares na região do Arinos e a 5ª Delegacia da FUNAI em Cuiabá constatou áreas que foram vendidas até cinco vezes a pessoas diferentes (cf. *O Globo*, 15/04/1969). A fazenda ABC, que serviu de sede para a equipe nas suas tentativas de pacificação, foi desapropriada pela FUNAI que utilizou, para a realização da expedição, quatro cabanas, um barco com motor de popa, remédios, um aparelho de rádio transmissor receptor, um gerador e quatro funcionários que residiam na fazenda (*Fatos e Foto*, 22/06/1969). O Padre Antônio Iasi deu entrevista ao jornal *Estado de São Paulo*, informando que os Tapayunas estavam localizados entre os rios do Sangue e Arinos. Suas aldeias estavam próximas do Porto no Rio Claro, afluente na margem esquerda do rio Arinos. Observo que nesse período de contatos mais intensos os Tapayunas já evitavam construir as aldeias próximas das margens para se protegerem dos ataques dos não-indígenas (*Estado de São Paulo*, 22/5/1969).

Mas estamos chegando perto do acontecimento mais trágico. Os Tapayunas costumavam aparecer em frente da Ilha da Trincheira. A configuração natural dessa ilha facilitava o abrigo em caso de ataques, e também era estratégica para os “expedicionários” observarem se os índios haviam recolhido os presentes que seriam deixados (machados, facões, materiais de pesca, espelho e miçangas); por isso Américo Peret fez ali o acampamento da expedição (*Jornal do Brasil*, 18/04/1969).

Vimos que, numa trama de colonizadores da Gleba Arinos, de missionários, do SPI e da FUNAI, aconteceram diferentes tentativas de *pacificação* dos Tapayunas.¹⁵ Os agentes da colonização da Gleba Arinos, especialmente de Cândido Morimã (Apiaká), meio-irmão de saudoso Álvaro, que era o piloto de barco que levava mercadorias e pessoas da Cachoeira do Pau para o Porto dos Gaúchos, eram os maiores interessados.

Aumentavam as pressões dos não-índios sobre os jesuítas da Prelazia de Diamantino que se dedicavam aos indígenas a partir de Utiariti e sobre o órgão indigenista oficial exigindo providências quanto aos Tapayunas que apareciam jogando flechas na margem esquerda do rio Arinos. Para evitar os confrontos, a solução indicada por todas as instâncias do entorno, era a “pacificação”. Em substituição ao órgão indigenista oficial (SPI), acusado de graves problemas no controle dos impactos do contato dos índios com as frentes de expansão, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967, ainda vinculada aos militares. Esta resolveu divulgar seu modo de atuar, e para ganhar a simpatia nacional e internacional, o encontro pacífico com os Tapayunas.

Agora entra mais em cena o Padre Antônio Iasi, o jesuíta que foi *contratado* pela FUNAI e que prometia um trabalho mais consequente com os indígenas. Por isso exigia a criação de “Reservas” para a solução dos conflitos com esses povos. Essa vinculação mais institucional trouxe a criação de várias Terras Indígenas, um tanto apressadas e sem estudos antropológicos relevantes, pois estavam represadas as pendências de regularização fundiária na região norte do Mato Grosso. A “Reserva Indígena Tapayuna” foi delimitada por meio do decreto federal 63.368, de 8 de outubro de 1968.

Ato contínuo, o indigenista Américo Peret montou uma expedição ao território com um acampamento em uma fazenda na beira do rio Arinos. Os Tapayunas foram atraídos com presentes e o jornalista Hedyll Valle Júnior, que integrava a expedição para divulgar a ação de pacificação, autor da reportagem para *Fatos e Fotos* sobre a “expedição Peret”, estava gripado. O resultado foi a quase dizimação da população dos Beijos de Pau.

¹⁵ Os Tapayunas se autodenominam Kajkwakratxi e contam hoje com cerca de 200 pessoas vivendo em duas Terras Indígenas: *Capoto Jarina*, dos Mebêngôkre (Kayapó); e *Wawi*, dos Kĩsêdjê (Suyá).

Anthony Seeger (1974) fez uma estimativa de 400 pessoas os que morreram com essa epidemia, a partir de genealogias dos Tapayunas do PIX, descendentes que sofreram deslocamento compulsório em 1970. Contudo, os 41 sobreviventes da epidemia de gripe, reunidos pelos jesuítas, pouco tempo após a expedição de Peret, no acampamento próximo do afluente do Arinos, conhecido como rio Parecis, não necessariamente representam o total das redes de parentesco e os falecidos desde as primeiras entradas em 1953; especialmente as crianças órfãs, provavelmente não foram contabilizadas.¹⁶



Fotografia 05: Beijos de Pau no barco dos pacificadores pelo rio Arinos, sinal de confiança (Fonte: Gunter Kroemer. Acervo da MIA).

Assim os Beijos de Pau entraram na barca do processo colonizador e se tornaram reféns de um projeto de ocupação de seu território tradicional pelo Estado do Mato Grosso. Dados mais detalhados do período de recolhimento dos sobreviventes, do tratamento até a transferência num avião da FAB para o PIX, podem ser acessados no item adiante, a partir do Diário feito pelos missionários. O próprio Américo Peret relata que chorou ao visitar uma aldeia e ver os cadáveres de Tapayunas dizimados pela gripe no meio da floresta, as crianças mamando no seio de suas mães mortas (“Gripe matou mais de 20 índios nas aldeias dos Beijos de Pau”. *Jornal do Brasil*, 16/07/1969). Quando os Beijos de Pau fugiam do acampamento da FUNAI, na tentativa de escapar da doença, já estavam contaminados com o vírus da gripe e o levavam adiante para as aldeias seguintes. Três faleceram no acampamento da FUNAI e muitos dos que foram encontrados mortos na mata já tinham frequentado o barracão (*Jornal do Brasil*, 16/07/1969).

Para compreender mais dessa memória circunstancial, alguns detalhes foram coletados por Daniela Batista Lima em sua pesquisa de Mestrado, com Ngejwotxi Tapayuna: “O bebê chupava o peito da mãe morta, chorando, cheio de abelha no rosto,

¹⁶ Américo Peret calculou uma área de 1.200 mil hectares e cerca de 1.200 índios durante o sobrevoo que realizou, calculando o número de aldeias, o número de Tapayunas associado ao tamanho de cada roça de mandioca, medida para cada 50 pessoas.

nos olhos, entrando no nariz. Os meninos e meninas de 5 anos para cima seguiram, mas não chegaram na aldeia, não alcançaram o pessoal e foram morrendo no caminho” (2012, p. 105). Partes dos relatos de Ngejwotxi demonstram profunda angústia pelas perdas dos parentes e o cenário de calamidade no qual se encontravam os Beijos de Pau naqueles momentos, especialmente por causa das muitas mortes e de muitas crianças órfãs que morreram por falta de condições para serem cuidadas pelos poucos sobreviventes.

O pessoal foi chegando na casa e morrendo. E numa casa, vimos muita morte, tinha mulheres mortas, tinha homem que morreu agarrado com a esposa. A pessoa que sai pra fora cai na porta e a pessoa que aguenta andar morre no meio do pátio da aldeia. Tinha mulher com criança de colo e a mãe faleceu e a criança ficou sozinha; ficou tentando mamar no peito da mãe morta e morreu de calor e de fome. Ela tinha 5 ou 6 anos quando a mãe morreu e ficou ali sozinha, sentada no corpo da mãe, cheio de abelha, e morreu junto com a mãe (Lima, 2012, p. 133).

Aqui retornam os jesuítas ao campo, chamados pela FUNAI, para a “salvação” dos Beijos de Pau, como diziam. A junção dos 41 sobreviventes em torno do acampamento organizado pelos jesuítas poderia ter suscitado o reencontro com pessoas que haviam fugido da gripe e sobrevivido, porém, pode-se conjecturar que o cenário de desestabilização, aliado às condições logísticas das expedições feitas, não permitiram que outros sobreviventes fossem encontrados, tendo permanecido dispersos no território. O fato é que os Beijos de Pau que vivem na aldeia Kawêrêtxikô (Terra Indígena Capoto Jarina – MT) acreditam na sobrevivência e permanência de parentes seus ainda no território tradicional do Arinos.

Vimos que a ação do SPI, órgão indigenista oficial, se ocupava em mitigar os impactos da *Marcha para o Oeste* sobre os povos indígenas e os jesuítas estavam metidos nesse meio, mas com altruísmo perigoso para ambos os lados. A atuação de pacificação da FUNAI em relação aos Tapayunas foi, no mínimo, mal-conduzida, para não dizer criminosa, como poderia supor quem observasse a facilidade com que foi feita a reportagem levando uma pessoa infectada para o meio deles e a posterior remoção dos 41 sobreviventes Tapayunas para a aldeia dos Kĩsêdjê (Suyá), no PIX. A justificativa para essa transferência tem aparência de “proteção” dos índios frente à predação dos civilizados.

Aqui procuraremos compreender o ponto de vista dos Kajkwakratxi, que viram a catástrofe chegar com barcos grandes e pessoas estranhas. O mais dramático foram os vírus da gripe que eram invisíveis, como agora na pandemia do Covid-19 e que quase os arrasaram por completo. Em situação de extrema fragilidade, não conseguiram resistir à remoção forçada pela FUNAI. A possibilidade de transferência populacional de etnias indígenas é prevista apenas em caráter excepcional, uma vez provada a inexistência de alternativas, com a previsão do retorno quando possível e os ressarcimentos necessários para a sua sobrevivência. Na experiência traumática dos Kajkwakratxi (Tapayunas ou Beijos de Pau) vemos um silenciamento. Nesse contexto, como forma de auxílio à memória dos fatos, ganha relevância trazer detalhes de um momento preciso, através do *Diário* feito pelos jesuítas no trabalho que antecedeu a transferência.

O Padre Antônio Iasi chegou nas aldeias, a pedido da FUNAI, poucos dias depois de Américo Peret; contou 73 cadáveres e chamou os jesuítas para um trabalho de salvamento dos sobreviventes com o Irmão Vicente Cañas e o Padre Thomaz Lisbôa, autores do Diário que nos ocupa no córrego Parecis de agora em diante. Estes dois foram auxiliados pelo Irmão Fernandes e outros para construir cinco casas para as moradias dos Tapayunas, cozinha, enfermaria etc. Como sinal de luto, os Kajkwakratxi

havia queimado muitas de suas aldeias, jogaram fora suas armas e foram levados pelos missionários para esse novo local de alojamento na margem do córrego Paresi. O fato de ali plantarem também roças, indica que esse local fora pensado pelos Kajkwakratxi como uma aldeia, pois indicava certa estabilidade de moradia e a possibilidade de retomarem suas atividades tradicionais.

Mas, a FUNAI, contaminada pelos militares e os administradores do *Parque Indígena do Xingu (PIX)*, pressionada pelos invasores da região do Arinos, com certa conivência da Missão Anchieta e da sociedade envolvente em geral, como veremos adiante no *Diário*, deslocaram os 41 sobreviventes do Arinos para viverem com os Kĩsêdjê, etnia com características culturais, históricas e linguísticas semelhantes às dos Tapayunas.

O sertanista Antonio Campinas fez uma expedição com Tariri de volta ao território tradicional e este falou dos inimigos Rikbaktsa, “Kumen Kran Ianranti” (*homem grande do cabelo cortado*, conforme relatório da *Operação Tapayuna*). Antônio Campinas relata também a tristeza e o desespero de Tariri ao constatar os vestígios dos mortos e as aldeias queimadas:

[...] é pela segunda vez que vejo índios desesperados, em uma das vezes em que eu insistia com o índio Tariri, para irmos mais para frente, ele olhou para mim, sentou-se pôs as duas mãos na cabeça, depois bateu com a mão direita em cima do coração e nesta altura já estava chorando olhando para os ossos todos fuçados pelos porcos da mata, lembrando que no meio daqueles ossos, estavam os ossos da moça que ia ser sua esposa e falou as seguintes palavras em seu idioma que dias depois, com muito jeito fiz ele repetir as mesmas palavras; *karaitanaitinenvainekere, kettkuen*, que significa: vocês civilizados mataram todos, tudo acabado (Campinas, *Diário*, 1971).

Observo que esse deslocamento para o Xingu não correspondia aos anseios dos Tapayunas, pois desejavam permanecer no seu território tradicional¹⁷ como uma etnia “autônoma”, com direito a viver segundo seus usos e costumes. Este aspecto foi coletado por Daniela Batista Lima, no seu trabalho precioso de escuta de Ngejwotxi¹⁸, uma mulher de aproximadamente 65 anos, adulta na época do contato que descreveu suas memórias e que conheci por ocasião do laudo antropológico que garantiu aos Kĩsêdjê a ocupação definitiva da Terra Indígena Wawi (Pacini, 2005).

Wotká falou “nós estamos chegando”. Todo mundo foi na frente e viu as casas. Quando nós chegamos, todo mundo começou a chorar de saudade dos parentes. “Olha esse é o lugar que eu falei. Vocês vão morar aqui”. “Nossa, como eles fizeram esse acampamento para nós? Então nós vamos morar aqui. Os brancos vão cuidar da gente”; “É essa aldeia de vocês, vocês vão morar aqui”. Os grupos foram divididos para cada casa [eram cinco casas]. A gente ficou muito contente de morar na aldeia que já tinha construção de casa. [...] Todo mundo ficou animado. “Nossa, agora vamos morar aqui junto com branco. De agora em diante eles vão cuidar da gente. Eles fizeram aldeia boa para nós, construíram casas, então agora eles vão cuidar da gente.” À tarde, a gente começou a comemorar mesmo. Dançamos e brincamos durante esses dias. Chamamos seu avô [dirigindo-se ao tradutor] para ele dançar. Ele apresentou uma música e a gente foi dançando com ele (Lima, 2012, p. 100-101).

¹⁷ O órgão indigenista deveria cumprir com seu papel, assistir os indígenas e resguardar seu território dos invasores, pois já havia sido delimitado pela Funai por meio de decreto. Como a “Reserva Indígena Tapayuna” foi extinta por meio do decreto 77.790, de 9 de junho de 1976, os Tapayunas estão “proibidos” de voltarem ao seu território e encontrar possíveis sobreviventes que permaneceram no local, ou seja, estão impedidos até de revisitarem sua própria história ou cultivar os seus falecidos.

¹⁸ A partir dos relatos de Ngejwotxi Tapayuna (conhecida também como Ngajmotxi, versão Kĩsêdjê de seu nome), coletado na aldeia Ngôsoko, na Terra Indígena Wawi, em julho de 2011, conta a história dos primeiros contatos de Thótkákatá com os *khuwêkátxi* (brancos), focaliza os envenenamentos sofridos pelos Tapayunas que ingeriram açúcar com arsênico e carne de anta envenenada, e a epidemia de gripe.

Esse relato de Ngejwotxi demonstra que os “sobreviventes” estavam felizes com a possibilidade de permanecerem juntos no mesmo local preparado com carinho pelos jesuítas, esperançosos e confiantes no seu restabelecimento, pois a assistência dos missionários gerara uma expectativa de terem pessoas de confiança na relação com os brancos, como tinham os Rikbaktsa, os Kayabis e os Manoki nos seus devidos territórios tradicionais.

Contudo, devido à pressão do processo colonizador, das empresas e do próprio Estado tomado pelos militares, que visavam a desocupação da região pelos indígenas para disponibilizar esses territórios para a produção seringueira e agropecuária que gerasse dividendos ao sistema capitalista implantado, os indígenas eram um estorvo a ser afastado ou eliminado.

A etnografia das relações entre os Tapayunas e os Kĩsêdjê mostra que elas foram tensas e perpassadas por acusações recíprocas de feitiçaria e de agressões que desencadearam o assassinato de Tariri em meados de 1985, a liderança que intermediou e acompanhou as negociações da FUNAI no Parque Indígena do Xingu e o sertanista Antônio Campinas na expedição ao território tradicional. Os Kĩsêdjê justificaram essa represália pela feitiçaria Tapayuna que levou à morte um de seus especialistas de ritual. Esses conflitos levaram muitos Tapayunas a migrarem para Capoto Jarina, uma aliança que conseguiram estabelecer com o cacique Raoni dos Mebêngôkre (Kayapó).

Impressionante é a persistência étnica subjacente dos Tapayunas, pois, em 2008, criaram a aldeia própria, Kawêrêtxikô, e ali vivem um processo de valorização de sua história, sua cultura e sua língua, e puderam retomar rituais considerados tradicionais, sem constrangimentos. A luta política em torno da recuperação e retorno ao território tradicional parece sustentar todo o edifício, pois eu mesmo ouvi de Ngejwotxi que desejam encontrar os parentes. Insistem que muitos “ficaram quando foram removidos compulsoriamente do Arinos”. Os Tapayunas que eram casados com Kĩsêdjê também acabaram por mudar e viver em aldeia própria na Terra Indígena Wawi, uma outra forma de rearranjo étnico.

A Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai (CGIIRC) afirma que a extensão da “Reserva Indígena Tapayuna” foi retomada e o processo de ocupação ostensiva no noroeste do Mato Grosso exige justiça para essa etnia que não tem culpa de estar no caminho da *Marcha para Oeste*. A constituição da Comissão da Verdade, que mostra as violações que atingiram os Tapayunas pela Ditadura Militar, inclui a possibilidade de reestabelecer contatos com os que permaneceram no território tradicional.

O governo e o órgão indigenista oficial devem ser responsabilizados pelo projeto político do Estado que considerava a presença indígena empecilho ao processo colonizador, por isso imputaram aos Tapayunas várias formas de violência com muitas mortes, o que beirou ao genocídio e/ou ao etnocídio. O Estado retirou a vida de muitas pessoas, da etnia Tapayuna especialmente, o que é irreparável; atingiu efetivamente as formas de produção e reprodução da vida dessa etnia, pela remoção forçada, pelo aliciamento provocado e por meio da omissão na assistência. O deslocamento forçado implica em crime cuja resolução encontra-se ainda em aberto enquanto as vítimas estiverem submetidas às suas consequências. Ou seja, a medida reparativa para este tipo de ato seria a recuperação do território tradicional (das terras originárias) para os Tapayunas; por isso essa reconquista continua no horizonte da etnia. Para mostrar o colapso que essas situações provocam, o detalhe de não poderem nem cuidar e nem sepultar os falecidos é o mais dramático:

Mendeló foi visitar o túmulo de Thótkákatá e quando voltou para casa já tinha pego a doença. “Eu peguei doença também”, ele gritava. “Vem rezar, eu estou enfraquecendo”. O pessoal foi no mato e tirou casca de madeira para poder passar no corpo. “Ele [Mendeló] não demorou para morrer. Essa doença que o pessoal pegou mata rápido. Antes de todo mundo morrer, os outros parentes ajudavam a enterrar o pessoal. Enterraram, cavaram o buraco. Quando todo mundo pegou essa doença, ninguém mais cuidava dos outros. Os outros ficaram lá sozinhos gritando, morrendo. “Por que essa doença fez isso com a gente?” Todo mundo gritava. Ninguém escapava. (Lima, 2012, p. 98).

Como os *wajangas* (pajés) não conseguiram impedir a proliferação da *doença dos brancos* chamada gripe, os sobreviventes resolveram pedir auxílio ao Pará¹⁹ e a Tariri que parece já estava em negociações na FUNAI para leva-los ao Xingu. Essa ponte dos Tapayunas com a sociedade dos brancos não foi um acaso, Tariri era um Tapayuna que foi convidado pela FUNAI para ir ao Rio de Janeiro, ao Xingu e voltou deslumbrado com aquilo que viu. Wejtykarará estava convencido de que a melhor opção era ir atrás dos *khuwêkátxi* (brancos) para morar com eles. Mas a complexidade da situação mostra posturas diferentes entre os Tapayunas. Ngejwotxi narra que encontrou um grupo que afirmou que os brancos estavam muito bravos, passavam na beira do rio atirando e seguiram mata adentro, mas seu grupo preferiu ir para a beira do rio Arinos e partiu da aldeia Hotxikhrô ainda chorando pela morte de Thótkákatá:

A gente foi e no meio do caminho encontramos outro grupo. “Nós vamos morar com branco” Eles falaram “o branco está muito bravo, eles estavam até atirando na gente, por isso a gente veio embora. Seu tio [dirigindo-se ao tradutor] falou “e ai o que a gente faz?” “Ah, vamos assim mesmo, deixa eles nos matarem. Como é que a gente vai viver, as pessoas da aldeia estão todas morrendo. Não tem mais ninguém para gente morar”. “Vamos lá então”. Seguimos viagem para o acampamento dos brancos. Seguimos até chegar na beira do rio Arinos. A gente ficou lá na beira, “procura ai alguns brancos, se eles aparecerem a gente chama para eles trazerem alguma coisa, como arroz ou farinha, para a gente comer”. Ficamos esperando, mas não veio ninguém. A gente ficou por lá. (Lima, 2012, p. 98).

Wikendory chegara com o Padre Thomaz de Aquino Lisbôa, denominado pelos *Kajkhwokratxi Tahati*, que todos entendiam: vieram para atender os sobreviventes. No acampamento da FUNAI todos que buscaram socorro lá, estavam mortos. Wikendory buscou Werã e Hwajkurê, a “avó” de Ngejwotxi. Tariri informou ao grupo que o Padre tinha construído casas para os *Kajkhwokratxi* morarem, pouco acima de onde havia ocorrido o envenenamento dos Tapayunas com arsênico misturado com o açúcar.

A gente chegou lá e viu aquele acampamento muito triste, a gente ficou chorando, lá no acampamento onde aconteceu o envenenamento. Eu cheguei lá no acampamento e Tahati [Padre Thomaz] falou “olha vem ver foto aqui do parente de vocês”. A gente chegou lá, entrou na casa e tinha muita foto lá dentro. A gente pegou a foto chorando. (Lima, 2012, p. 99).

Os primeiros não-índios que buscaram os Tapayunas foram: o Padre *Tahati* que tinha um auxiliar chamado Gaúcho; Kambriô, Hwará e Tĭkarwâ, que auxiliou a construir as casas para os Tapayunas. “Eles foram chegando, tímidos. Trocados os primeiros presentes, ficaram desconfiados. Depois, aos poucos, começaram a jogar bola, a cantar e dormir nas malocas construídas perto de nós” (*O Cruzeiro*, 19 de junho de 1969). Lembram que o Padre Tahati (Thomaz) trouxe urucum para os rituais, e que cantaram e dançaram com algumas músicas dos *Witiwaia*.

Escutamos barulho. “Tahati está chegando”. Nós estávamos sempre atrás dele, quando ele chegava todo mundo juntava. O padre falou: “Vamos juntar aqui para gente escutar a música do Witiwaia”. E o padre chegou com gravador no meio de todo mundo. “Vocês estão

¹⁹ Pará era um Paresi, ajudante de Américo Peret, indigenista da FUNAI.

preparados?” “Estamos.” Enquanto tocava a música, o pessoal reparava a fala deles. Perceberam que era o mesmo som dos Kajkwakratxi-jê e todo mundo que estava sentado em volta começou a chorar. Eles ouviram que o som era parecido e por isso eles choraram, até as crianças estavam chorando. Nós perguntamos: “Quem são esses parentes?” “Esses são os Witiwaia.” “Acho que é um grupo nosso que está lá. Será que as pessoas que morreram aqui apareceram lá no Xingu?” O padre falou: “Não, é o Witiwaia. Amanhã ou depois de amanhã vocês vão embora daqui para outro lugar. Vocês vão chegar lá no Witiwaia. Quando vocês chegarem lá, eles vão chorar também.” Perguntaram de novo: “Será que não é nosso parente?” “Não, são outros índios, mas são parecidos com vocês.” Eles pediram para o padre tocar a música novamente. Todo mundo continuou chorando, crianças, mulheres, homens... Foi nesse lugar que a gente deixou todos os nossos produtos da roça. Nós achávamos que iríamos viver junto com os brancos nesse rio, mas Orlando e Claudio pediram para nos transferirem para o Xingu. E agora nós estamos aqui no Xingu, vivemos com outros parentes. (Relato de Ngajwotxi in Lima, 2012, p. 104-105).

Os irmãos Villas Boas estavam de acordo que os Kajkwakratxi fossem morar com os Witiwaia (Kĩsêdjê). A decisão final das negociações entre a FUNAI de Brasília e do Mato Grosso, o Parque do Xingu, Tariri e o Padre Antônio Iasi, para transferi-los para o Xingu não teve a participação efetiva de todos os Kajkwakratxi. Segundo o Diário, foi Tariri, que tinha ido ao Rio de Janeiro e ao PIX e fazia o meio de campo com a FUNAI que viera com a notícia da transferência para o Xingu.

Lembro que havia projetos diferentes no ar quando os Tapayunas se manifestavam. Quando os homens estavam querendo fazer a roça, o Padre Tahati falava: “Não, vocês não vão mais fazer a roça.” O Padre Tahati era o chefe local nesse *trabalho de salvamento* e, segundo o Diário, foram 5 meses somente atendendo ali. Quando saiu da aldeia onde os Kajkwakratxi estavam, deixou a equipe no local, e tentou evitar a transferência, segundo relato pessoal, mas a decisão já estava tomada. “Cadê o Tahati, será que ele foi embora mesmo?” (Lima, 2012, p. 113). O Padre Tahati e o Gaúcho voltaram de barco para a aldeia e reuniram as pessoas para avisá-las de que elas iriam ao encontro dos Witiwaia (Kĩsêdjê); na argumentação, usou de apelos fortes: comida e pinturas corporais de urucum. Daniela Batista de Lima conseguiu recolher os nomes de alguns que estavam presentes: Wikendory, Ngejwotxi, Wejtykararátxi, Hwajnkurê, Hrikhô, Khôkhôtxi, Tariri, Ngewerê, Nhikêtxi, entre outros.

“Vocês vão lá no Witiwaia.” Todo mundo ficou com medo. “Nós não vamos.” Perguntaram: “Onde fica esse povo? Fica longe?” “Vocês não vão ficar mais por aqui, vocês vão morar lá com o Witiwaia. Vocês vão pegar urucum para passar no corpo, na testa. Vocês vão comer trairão, macaco joão, jacaré, beiju, pamonha de milho, jaú, vários bichos. Chegando lá vocês vão ver. É lá no Xingu.” (Lima, 2012, p. 114).

Aqui vemos a força do carisma do Padre Tahiti, por isso se pintaram com urucum, reuniram as mulheres para a última dança antes de partir. E Tahiti colocou no aparelho novamente para tocar o choro e o canto dos Kĩsêdjê. Esse ritual os convenceu de “estarem indo ao encontro de seus parentes que acreditavam terem morrido e reaparecido em outro lugar” (Lima, 2012 p. 114). Ao se organizarem para saírem da aldeia, os Kajkwakratxi-jê levaram seus pertences: adornos, artefatos, facões, cabaças etc. Os não-índios chegaram com um barco levando várias roupas para serem distribuídas. O fato de o Olímpio Senra, então diretor do Parque Indígena do Xingu, trazer roupa e a dificuldade para se vestirem foi só mais um dos detalhes nessa tragédia.

Diante da falta de água e comida no primeiro momento da viagem, caminhando a pé, no sol, fez com que se dispersassem e foi difícil reunir os 41 novamente. Depois é que pegaram o caminhão para ir até Cuiabá. Daí veio o medo dos balanços nas estradas de chão esburacadas, que fez demorar muito a viagem. Pegar o avião da FAB em Cuiabá

para ir até o Xingu foi uma aventura muito comentada, jamais esquecida. Vim trazendo até aqui a complexidade do caso dos Tapayunas com os posicionamentos mais políticos, que mostram o que estava em jogo. Agora vamos aprofundar mais o caso, através de um documento *sui generis*, um Diário de Campo.

UM DIÁRIO QUE NÃO QUER FALAR: OS IVETIN VÃO AO PIX.

Uma observação preliminar é importante para que o leitor não busque aqui, nessa parte do texto, o que não é possível encontrar. Os autores deste *Diário* não se posicionam politicamente, de forma explícita, pois os meandros da transferência dos Tapayunas²⁰ para o Xingu não são objeto deste escrito, que tem por fim narrar os acontecimentos como se deram, sem fazer análises do processo colonizador, algo que era indicado como a objetividade de um Diário de campo “científico”, o máximo possível. Simplesmente se anotava o que acontecia no dia a dia; por exemplo, a quantidade de alimento que era distribuído para os indígenas. Claro, que cabe a nós leitores interpretar os dados e saber que esta distribuição de alimentos já era uma forma de acomodar os índios no lugar de quem recebe um tratamento circunstancial em vista de algo, um “presente de grego” que os indígenas não tinham condições de saber na sua complexidade e em todas as consequências. Aqui podemos cruzar as pontes ou as fronteiras e compreender melhor “o grande cerco de paz”, proposto por Rondon e analisado por Antônio Carlos de Souza Lima (1995), ou a *viagem da volta* de João Pacheco de Oliveira Filho (1999).

Impressiona também já naquele momento a presença das fazendas ao redor e a articulação que acontecia entre estes fazendeiros, os políticos e as instâncias que decidiram pela transferência para o Xingu. A *F.N.I.* aparece como uma agência “secreta” nunca revelada, e os narradores trazem um silêncio chocante em relação aos mentores da transferência. Na verdade este Diário assusta pela crueza da epidemia que dizimou grande parte dessa etnia e do assunto sério que estava por trás de uma transferência de uma etnia para o Parque do Xingu: a invasão do território tradicional dos Tapayunas. Com este dado, o que aparece bonito no cuidado diário e dedicado dos indígenas chega a ser suplantado. Talvez, por isso, nomearam-na *Missão Calada*.

Thomaz de Aquino Lisbôa, jesuíta que na época coordenava a Missão Indígena na Prelazia de Diamantino,²¹ tinha este *Diário* sob a guarda de Ivar Buzatto da Operação Anchieta, hoje Operação Amazônia Nativa. Diante do falecimento do Thomaz Lisbôa, este Diário ganha relevância ímpar de documento histórico, apesar de sempre estar aquém do que se procura. Não se fizeram mapas das aldeias Tapayunas como o faria o Padre Dornstauder, não se fez uma descrição destes locais tradicionais dos Tapayunas quando para lá voltavam para buscar o que tinha ficado. A informação era que os próprios Tapayunas não queriam ficar em suas aldeias, talvez por causa da fragilidade que sentiam diante das epidemias e de seus muitos mortos ali sepultados. Uma

²⁰ Os Tapayunas também foram nomeados por sua característica peculiar na região do Arinos, o beijo de pau; também foram chamados por Thomaz Lisbôa de *Ivetin*; é usando este etnônimo que este Diário foi escrito.

²¹ Thomaz, com outros jesuítas e leigos, fundaram a Operação Anchieta (OPAN), apoiaram a fundação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão foi criado anexo à CNBB. Thomaz recebeu o nome Jaúka dos Mýky, etnia com a qual fez os primeiros contatos pacíficos com o Irmão Vicente Cañas - *Kiwxi* (em 1971), enquanto vice-presidente do CIMI e, a partir da convivência nas aldeias, principalmente morando com os Mýky, favoreceu as assembleias dos caciques indígenas no tempo da ditadura militar, o que mudou radicalmente a direção do indigenismo no Brasil. Posteriormente, casou-se com Nankau Mýky. Faleceu no dia 22/03/2019, aos 82 anos de idade. Deixou a mulher, dois filhos, Tupy e Jemiú, e sete netos, todos vivendo na aldeia.

desestruturação social e cultural que estava em curso por causa da invasão implacável, em vista da expansão das fronteiras agrícolas do Brasil.

O Diário começa no dia 13/01/1970 com a letra de Thomaz de Aquino Lisbôa, o que indica que a disciplina pelo cuidado da escrita é dele, faz parte de uma iniciativa que lhe é própria. Entremeio aos escritos, por vezes a tarefa passa para o Irmão Vicente Cañas que também escreve, mas com mais dificuldade²². Mais adiante já se perceberá o estilo na escrita de cada um, não só na forma das letras do manuscrito, mas nas percepções diferentes, nas formas diferentes de ver o que acontece, algo inevitável pela prática e princípios de cada um, o que procurarei indicar fazendo destaques de uma e outra parte do Diário.

Por vezes os dois escrevem no mesmo dia, pois um participou de algumas atividades e viu coisas diferentes e o outro participou de outras, ambas interessantes. Importante é que chegou neste primeiro dia, pelo Projeto Rondon, um estudante jornalista, Paulo César, e outro argentino, estudante de medicina, Carlos Conforti, para atender casos de doença em auxílio ao enfermeiro jesuíta de Minas Gerais, o Irmão Fernandes. Assim, também fizeram parte da equipe da Missão Anchieta, os Padres Thomaz Lisbôa, Antônio Iasi e o Ir. Vicente Cañas e os dois que foram contratados para os serviços gerais, o Ramiro e o Ricardo.

Os índios ficaram no antigo acampamento e Ir. Vicente e Ramiro resolveram vir buscar o nosso barco a fim de descer até a aldeia antiga, acompanhando os índios que querem ir lá buscar milho e urucu. Talvez encontrem os índios ainda transviados e possam trazê-los. (15/01/1970)

No dia 18, Thomaz observa a distribuição de farinha²³, mas não é explícito quem da equipe está responsável para fazer este gesto. O curioso no estabelecimento de um novo lugar para recolher os Tapayunas que estavam de luto e doentes, é que fazia parte do processo de aproximação desta etnia pela FUNAI. Ali tinha se dado a reportagem para mostrar mais uma etnia “pacificada” no tempo militar. Pelas instalações já construídas para servir provisoriamente como Posto de Saúde no atendimento aos Tapayunas sabe-se que, anteriormente ao início do Diário, já esteve ali uma equipe de jesuítas com o auxílio de outros trabalhadores, que pensaram o local e construíram as casas.

Aos poucos o Diário mostra como se vão dando as relações entre a equipe e os que são atendidos. Dormir fora da casa também acontece: “Hoje, as duas famílias de VERÃ e IKENÓRI²⁴ vieram dormir fora, talvez devido aos muitos pernilongos”. A estrutura maior está sendo montada com rádio amador, para guardar os mantimentos e remédios e ter

²² Os jesuítas foram chamados pela FUNAI para atuar junto aos Tapayúnas, porque estes estavam sendo dizimados por uma epidemia de gripe levada por uma reportagem que queria registrar a ação pacificadora da FUNAI. O Irmão Vicente Cañas, espanhol radicado no Brasil, que recebeu o nome Kiwxí dos Mýky, atuou de forma decisiva com Thomaz para conseguir que sobrevivessem 41 Tapayúnas. Mas ficou conhecido pela sua atuação de contato pacífico com os Enawenenawe (1974) e posterior vivência com eles até ser assassinado em 06/04/1987.

²³ Como em outros dias, esta distribuição de alimentos é fundamental, mesmo a pesca e a caça que é abundante, pelos relatos, é distribuída entre todos junto com arroz, fubá, rapadura etc. Os índios coletam bastante mel. Menciona-se que no dia 28/03/70 foi repartido entre duas viúvas um rubafo e elas não gostaram. Buscavam milho nas aldeias antigas e traziam “batatas, mandioca e araruta de as suas plantação” (14/04/70).

²⁴ O fato de escrever os nomes indígenas em letras maiúsculas tem a ver com a dificuldade de soletrar os sons indígenas, o que facilita assim a transcrição. No entanto, a mudança na forma de escrever o nome vai acontecendo, pois somente aos poucos fica mais clara a fonética nativa mesmo dos nomes das pessoas. Por isso não vou transcrever em maiúsculo os nomes e vou padronizá-los para este trabalho quando houver várias formas de escrita dos mesmos no Diário.

lugar para acolher os visitantes. Abaixo já mostro que o rádio amador não funciona sempre e que o Thomaz possui uma escrita quase impecável, enquanto o Irmão Vicente Cañas possui o impasse da língua estrangeira, como mais abaixo fica evidente.

Amanheceu ótimo dia - PQI 32 não conseguiu copiar-nos; tentamos por mais de 20 minutos. Ramiro fez, pela manhã, o girau no 2º quarto da casa nova. Após o almoço Vicente, Ramiro, Ikenirren, Ikenori, Verã, Vinkuidá, Urká e Begroí desceram o rio no Kayapó [barco], a fim de tentar boa pesca. Interessante como, a um convite nosso, todos se animaram. Dormirão fora e voltarão amanhã. Pela noite vieram as mulheres e pediram para que eu gravasse seus cantos. Gravei. (21/01/1970).

A rádio para a comunicação que dava acesso a todos os outros locais onde os missionários estavam e o barco, ironicamente chamado Kayapó, mostram a estrutura montada para fazer a transferência dos indígenas das aldeias dizimadas para esse “campo de concentração”. Como Thomaz vai para a fazenda para cuidar da sua saúde, quem toma a função do Diário é o Irmão Vicente Cañas. Seu escrito é de um castelhano característico:

La noche estaba estrellada. Cuando los indios vieron la desintegración de una estrella, comenzaron a llorar diciendo que Adam y Sinari a otro día sedo volverían para matar a nosotros. Ellos comenzaron a llorar y hablar fuerte y por la noche lo mismo. (05/02/1970).

Não deixa de ser interessante também que é o Irmão Vicente quem observa as reações mais cosmológicas e alguns aspectos mais voltados para a compreensão das divisões entre os Tapayunas. Interessante também é notar que o diálogo entre Thomaz e Vicente e mesmo com a equipe, parece fluir, o que depois é registrado por Thomaz no dia 24/02/70:

Pelas 21 horas chovia e as famílias de Gaion e Adam vieram para dormir em nossa casa. Falavam assustados de *Kunheroo*. Entendemos que outros queriam flechá-los. Aos poucos vieram outras famílias e, por fim, estavam todos aqui alojados. Colocamos os cobertores no chão. Era tudo medo do tal *Kunheroo*, algum fantasma no qual acreditam e que poderia matá-los a todos. Choveu durante quase toda a noite.

Parece que o ocorrido na noite anterior tem a ver com a questão dos traumas sofridos com tantas mortes, o que é trabalhado dentro da cultura dos Tapayunas, algo próximo aos interditos para as mulheres de parte dos ritos de iniciação masculina dos Kurã-Bakairi (*Sadyry*). Isto fez que todos buscassem “socorro” na casa da equipe que estava ali para aglutinar os indígenas a fim de deportá-los do Arinos para o Xingu:

Pelas 22 hrs vieram novamente os índios gritando: *Kunheroo*, com muito medo. Abri a porta e logo entrou uma turma de índios. O mesmo instante ouviram-se fortes batidas no zinco da chalana. Ramiro foi com a lanterna até perto do porto a fim de verificar o que seria. Nisto Ikenori vinha de lá com o facão na mão. Ele é quem batera no zinco. Assim mesmo, desfeito o medo, Verã e família, Urká, Venturonti e esposa, Adam e Gaion dormiram aqui. (01/03/1970).

De alguma forma, este ritual estava relacionado também às chuvas que chegaram, como mencionado no dia 24/02. As tensões entre os indígenas e a “auto-denominação” *Ivetin* aparece no Diário. Thomaz faz questão de trazer e insistir que assim está correto, mesmo diante da autoridade de Ivar Buzatto, a quem preza muito, mas que menciona ser um equívoco de interpretação da experiência vivida naqueles momentos trágicos pela equipe:

Os índios chegaram emagrecidos, pálidos, com muita fome. O grupo que aqui estava, recebeu-os friamente, sem nenhum sinal de contentamento, antes pelo contrário. Isto é mais

um fator que vem reforçar a opinião de que se trata de dois grupos de Ivetin. As crianças recém-vindas mostraram-se logo satisfeitas por terem voltado. (14/03/1970).

Depois deste ritual próprio dos Tapayunas, anotado com o cuidado de dizer que os indígenas realmente estavam com medo, todos se sentiram abrigados na casa da equipe. Contudo, não aparece a palavra dos indígenas de forma mais clara, a qual poderia indicar o que de fato se estava passando para que eles não fossem acolhidos e quais os conflitos subjacentes a esses dois grupos. Talvez até a palavra Ivetin tenha a ver com um clã dessa etnia. O que pareceria ser o mais evidente nesta situação de crise tão grave, pela qual todos passavam, era que suportavam estarem juntos, mas eram provavelmente de aldeias diferentes que se separaram por conflitos internos. Adiante voltou o Irmão Vicente a escrever, agora já com o esforço de uma escrita mais aporuguesada:

Ricardo e Ramiro guardarão o feriado de São José. Fernandes regresó ao medio dia. Pe Thomaz fue para Utiariti, deo dos volta por aldea de Beijo de Pau de avião. A primeira maloca pasaron todo para a farmacia, esto aconteceo perla tarde, causas com medo do Beraque. Fernandes dormio em a cozinha e também Verã. Fernandes está arrumando e fazendo levantamento de a farmacia. Per la noite saíram a pescar Vicente e um indio, voltó sin nada. (19/03/70).

Vicente Cañas teria dificuldade de se colocar dentro do relato ou pensa que assim, mais objetivo, como um filador, vai dizendo o que aconteceu com foco nos aspectos religiosos e culturais. Isso também aparece no seu Diário quando passará anos entre os Enawenenawe. A vida cultural mostra também os detalhes da busca de milho e outros instrumentos na aldeia “antiga”, mas não tão antiga, pois ainda encontram os produtos de roça que foram plantados há pouco como o milho que não pode ser deixado na roça de um ano para o outro. Outros aspectos da vida indígena continuam a aparecer, pois parece que havia também uma perspectiva de que os Tapayunas retornassem para suas aldeias de forma definitiva, “de que os índios vão embora”. Talvez este fosse o desejo do que escreve, mas não se fala nada no Diário até agora da transferência para o Xingu e tudo parece que já está suposto. Parece que esse não é um assunto em que se possa opinar, ou mesmo questionar de forma tranquila:

Adam saiu para o mato, volto com umas lagartas. Ikem termino de tejer a estera. Todo o dia fez muito calor com o ceu profundamente azul. As crianças como otros dias brincando alegremente. Gaion tem uma parte da cara inflamada por causa de os dentes. (24/03/70).

Também nas entrelinhas fica claro que o comando local do empreendimento está nas mãos do Padre Thomaz Lisbôa, o *Padre Tahiti*, como vimos nos relatos dos sobreviventes no Xingu acima, ou *Tajajati*, abaixo no Diário. A alegria com a vinda do responsável estava associada aos recursos que trazia e isso era visível, tinha a ver com sua autoridade de ter com que manter essa nova aldeia, e não há questionamento a respeito. Os poderes estão estabelecidos entre os membros da equipe e os indígenas vão se adaptando a este novo momento com uma docilidade que eu diria que beira a inocência. Realmente estão conhecendo, de forma mais pacífica, uma outra face de relações com a sociedade, que os envolvia dramaticamente.

Fernandes fue para a fazenda pra tracer ao Pe Thomaz e regresó a uma e media da tarde com ele. Também trace tres sacos de farinha de mandioca e um de arroz, tres de fubá americano, dois maços de tacuara e bastantes penas. Também um poco de urucú e uma lata de açúcar preto. Os índios todos ficaram contentes com a vinda de Tajajati. Um poco mais tarde da vinda de Tajajati, lhegaram as três famílias que tinha ido apanhar urucú, que de facto não pasaram de a fazenda do Marape. Nota: os índios que tinham ido, todos voltaram doentes: gripe e

fuertes desinteria. Pe Thomaz repartio fubá, tacuara, urucú e as penas que tracia dadas por os Parecis. (26/03/70).

Os dados a respeito das doenças ou problemas de saúde são recorrentes e um motivo sério para a prostração dos Tapayunas depois de reagirem durante anos contra os invasores no rio Arinos. A mesma situação pode ser encontrada em muitos relatos no Diário do Padre Dornstauder. A observação e vigilância com as doenças era algo que o Irmão Vicente tinha como preocupação e era fundamental tratar logo para evitar mais mortes; isso de fato trouxe bons resultados, um bom trabalho que serviu de aprendizado para a vida. Quando o Padre Thomaz está neste local, que mais parece um acampamento de refugiados, ou algo que se assemelha aos Postos de Atração do SPI, ou os que o Padre Dornstauder criou para o atendimento da saúde dos Rikbaktsa, em 1957, também na bacia do Arinos, Sangue e Juruena. É ele quem escreve²⁵:

Domingo de Páscoa. Dia ensolarado – distribuição de arroz, açúcar preto e um pacotinho de balas para a criançada. Depois fechamos os caixotes com remédios, etc... e colocamos no Kayapó. Vicente, Ramiro e Ricardo almoçaram cedo e pelas 10 hrs partiram com o Kayapó sendo acompanhados por Venturonti, Adam, Verati, Verã, Bengroí, Gaionti e Kaivé²⁶; foram para buscar arcos e, talvez, milho. De tardezinha Fernandes deu uma volta com a chalana, levando a criançada para passear; Iken e Ikinori também foram. De noite Huiguriti, muito preocupada, andou muito tempo procurando sua filha Nikeni. Veio, depois, perguntar para mim; peguei a lanterna e fui procurá-la. No armazém = nada; na sua casa = nada. Estava na casa de Iken, na esteira deste. Iken quis tampá-la para que eu não a percebesse, mas vi que era ela. Foi uma brincadeira de mau gosto. Urká, desde hoje cedo, está com dor no estômago. Foi medicado e dormiu em nossa casa, na rede. (29/03/70).

E no dia seguinte foi anotado novamente algo dos conflitos entre os Tapayunas. Por causa disso e dos seus falecidos é compreendido pela equipe que Iken chorou: “Parece que bateu em Adam. Este falou que irá embora amanhã.” Não é fácil para esta etnia ver as suas estruturas vitais desfazerem-se tão rapidamente e encontrarem-se em estado de choque pela catástrofe acontecida na invasão do seu território tradicional, pela morte da maioria dos seus. Um efeito talvez da catástrofe, que reflete o drama social vivenciado, e que inspirava cuidados, eram os ataques, parecendo epiléticos, de Urká.

Repartição farinha e peixe. Adam ainda fala de ir embora mais de um tom menos violento. Thomaz, viendo a situação, decidiu ir com a canoa a mata; com ele a por arcos, às malocas de Tomé de França, a saída depois do café. Adam não quiere ir, quiere que também fasi[?] a Gaion, para matar saudade de suas terras e difuntos – não podia ir já que era para tracer arcos – então bem a confusão, da segunda maloca não quiere ir ninguém, cada um pone uma dificuldade. Pe Thomaz resolveo ir com Veraque e Iken, campanhando como piloto Ramiro. Adam, feis uma coroa [cocar] e poco a poco fue calmándose. Despues de Vicente, visitar a maloca várias veces, pelas doce horas já estaba todo bom. Adam pela tarde saiu a casar e voltó sin nada. Venturonti feis uma coroa e saiu com sua mulher para o mato tracendo uma boa porção de lagartas. Nanklatí teve um momento que se afogaba e espumando perla boca, ele vem a meu encontro sim poder falar e ficando rocho. Se fez a respiração artificial e pasó todo, voltando a seu estado normal. Verã, por iniciativa própria canto e danso perla tarde. (03/04/70).

²⁵ Como o escrito estava sendo feito antes da reforma ortográfica, não estou considerando os acentos nas palavras, quando estes foram abolidos na língua portuguesa e não dizem respeito ao estilo de escrita do autor.

²⁶ O Diário não traz dados mais precisos de que aldeia eram esses Tapayúnas e como chegaram até ali. Contudo, permitem entrever uma rede de relações e comunicações que ainda funcionavam, mesmo na precariedade da epidemia que grassava na região.

O Irmão Vicente Cañas mostra domínio nos processos de saúde pela tranquilidade com que narra as soluções encontradas para o caso da epilepsia. Mas também mostra com detalhes a complexidade das relações entre os indígenas e com a equipe. Thomaz retornou com a lancha e trouxeram do Tomé de França dez arcos grandes. Passaram na Fazenda Marape, na barra do Miguel de Castro e na Fazenda ABC que estavam instaladas no território Tapayuna. Assim passa o tempo de espera para a transferência entre as pescarias, caçadas e idas e vindas às fazendas. No dia 10/04/70 menciona-se pela primeira vez no Diário, e de relance, a viagem dos Tapayunas ao Xingu. Mas não aparece algum juízo de valor, somente a informação desta viagem que chega como um avião caindo do céu.

Aparece claro que a região já estava tomada pelos fazendeiros. E as participações das fazendas nesta trama regional, auxiliando com mantimentos e bananas “para os índios” não era tão gratuita. Aparece a indicação de que o esquema já estava montado com os Irmãos Vilas Bôas e os índios Kĩsêdjê (Suyá) lá no Xingu. Pelo que tudo indica, o processo já vinha sendo pensado a longo prazo, pois o jovem Tapayuna, chamado Tariri, tinha ido para visitar o Xingu, mas isso não é dito explicitamente porque parece suposto. Quem escreve o Diário não está pensando nas informações que o leitor não tem para compreender seus escritos. Não aparece questionamento em relação à decisão da viagem, pois parece fora de época, ou seja, até os Parecis²⁷ enviam auxílio aos índios que estão sendo preparados para serem transferidos.

Também o bispo de Diamantino, Dom Henrique Froehlich, e o Padre Antônio Iasi estavam envolvidos nesta empreitada da transferência, como se supõe nesta parte do Diário:

Perlas duas horas lhego Pe Thomaz e Tariri, para integrar a seu grupo. Tracia um documento da F. N. I. afirmando sua vinda para ficar. As tres mulheres da segunda maloca choraram de alegria. Todos ficaram contentes com a sua lhegada. (12/04/70).

Com este retorno de Tariri, parece que o diálogo com o mundo dos brancos se tornou mais intenso e as curiosidades se aguçaram. No dia seguinte, algo novo é narrado: “Durante a pescaria os índios asaltarão o barracão; levando farinha, asucar e feijão, mechendo em as malas, quebrando uma e parte de dineiro de Ramiro per o chão.” Entre os conflitos internos desse jovem que desponta como liderança e vai ao mundo do branco, quando retorna aos seus, traz a proposta da transferência para o PIX subjacente, mas sem pensar as consequências, pois fala em fazer roça ali. Uma observação do Irmão Vicente Cañas é importante nesse contexto:

Tariri não fala mais em portugues com seus patricios – dialoga muito com os homens e crianças, estas últimas brincam com ele. O Rapas mostra muita alegria e contentamiento, com simplicidad com os seos. Deo uma camisa a Ikem e outra a Ikinari e um facão a Venturenti. Também ele fala de hacer uma derrubada para facer rosa. Também fala de ayudar a os seus. (15/04/70).

Talvez o Irmão Vicente não tenha compreendido tudo, a aposta da etnia era uma incógnita. Thomaz Lisbôa também mostra interesse pelas culturas indígenas e possui algo semelhante ao que Michel Leiris (1901-1990) vivenciou na África e publicou com

²⁷ O que aparece na capa do Diário é demasiado estranho: *Diário da aldeia Pareci*. Inicialmente pensei que queria esconder do que se tratava no mesmo. Depois, salvando a proposição do próximo, pensei que os dois autores estavam numa aldeia Pareci quando assumiram este trabalho pontual por um semestre, o que de fato evitou que fossem dizimados pelas doenças. Finalmente soube que o nome dado à aldeia onde foram juntados os Tapayunas antes de ir para o PIX, chamava-se Pareci, por causa do córrego que a banhava.

grande criatividade (2007). No Diário consta que Thomaz foi acionado para uma atividade cultural um pouco descontextualizada, mas benéfica, para melhorar o bem-estar neste local depois de tanto luto. Isso trouxe alegria e risos a todos. Contudo, não quer se comprometer com a iniciativa de ter conduzido uma *dança Xavante* neste ambiente Tapayuna. Por isso faz questão de dizer, no Diário, que a iniciativa foi dos indígenas.

Nas lembranças dos sobreviventes no PIX, acima, mostrei como eles recordavam esse acontecimento o que mostra que ele foi relevante para eles. Lá eles falam que seria dos parentes de outro lugar e, automaticamente foi pensado que seriam os Kĩsêdjê. Aqui, no Diário, parece que remetem ao áudio de uma música Xavante. Isso não seria um problema cultural para os indígenas, que estavam comendo a comida dos brancos e estavam em diálogo com este mundo envolvente de modo muito intenso, naquele momento de sua história. Além do mais, a imitação de músicas e danças, ou mesmo instrumentos da cultura material entre os indígenas de diferentes etnias, é algo que sempre quiseram.

Contudo, é bom observar que esse momento cultural foi ocasião de descontração, aliviou o tempo de tristeza e luto. Os Tapayunas não teriam tomado esta iniciativa pois não sabiam dessa possibilidade; foi então Thomaz quem tomou essa iniciativa, pois ele tinha acesso ao ritual Xavante e, ao ter colocado o som com esta dança para eles escutarem, fez um bem a todos. Por outro lado, parece que os Tapayunas querem agradá-lo enquanto ele é o chefe do trabalho, que ali se realiza e isso os indígenas já *sacaram*. Talvez, por isso pedem também para que ele grave suas músicas.

Depois que o Irmão Vicente Cañas escreve neste dia um relato, o Padre Thomaz passa a escrever em terceira pessoa, como se não fosse o Irmão, contudo, sua letra é inconfundível:

P. Thomaz foi convidado pelos da 2ª maloca (maloca de Verã) para cantar e dançar com eles o canto Xavante. Tariri ajudou a convocar alguns que se mostravam retraídos. Primeiramente os homens e meninos dançaram e cantaram. Até o velho Ikentágoro entrou na roda. Depois as mulheres e meninas repetiram a cena. As mulheres foram pintadas com carvão e tudo por iniciativa deles.

Tariri foi convidado pelo P. Thomaz para dormir na casa grande dos índios; ele disse que não, pois não é casado e as mulheres o beliscam muito. Também os homens vieram dizer-me que ele devia continuar dormindo em nosso rancho.

Tariri, após os cantos, ficou longo tempo dialogando com os seus patrícios.

Iken e os de sua maloca, logo ao entardecer já foram dormir no mato. (16/04/70).

Aqui Tariri mostra que pertence à tradição Jê que possui a instituição da *casa dos homens* para os solteiros e viúvos, algo que foi culturalmente associado ao local da equipe que, coincidentemente era somente de homens, sem mulheres. Cômica é a observação de que as mulheres o *beliscariam* se ficasse.

Bom também é contextualizar a transferência dos Tapayunas para o Xingu, pois houve trocas de correspondências dos Padres Iasi e Thomaz com a FUNAI, na sede ou “Delegacia” de Cuiabá, para fazer os encaminhamentos necessários; estes momentos de combinação sem a devida participação dos Tapayunas. Com letra diferente, talvez por causa da emoção ou da circunstância tensa deste momento, na hora de escrever a respeito da partida do *Posto* para a *Divisão*, ou mesmo pelo uso de outra caneta, Thomaz Lisbôa registra a viagem de caminhão com os seus muitos percalços, para chegar ao Campo da Divisão, depois de 9 horas de viagem. Parece que não era para ir ou mesmo havia uma resistência interna neste indigenista missionário que sabia dos problemas que a etnia estava passando:

Após o almoço, Pe Thomaz e Vicente resolveram dar início à retirada dos índios. Toda a maloca de Iken (com exceção de Veráguene e família²⁸) mais a família de Verã, desceram no Kayapó até à faz. Marápe [...]. todos bem assentados, calmos, alegres. (20/04/70).

Eram 41 pessoas, dentre as quais a maioria eram crianças (24). Já no caminho, por ironia do destino, um caminhão levava 70 peões para a derrubada da mata e, depois, mais outro caminhão menor, também carregado de peões:

Todos ficaram curiosos para ver os índios. Iken desceu do caminhão, colocou-se entre alguns peões, e aceitou ou pediu um cigarro e começou a fumar... [...] Assim, após 9 hrs de viagem, os índios puderam descansar, sonhando com o avião grande que virá buscá-los.

Todos estavam na expectativa da viagem de avião, queriam conhecer o *kamri titá* mais de perto. Não se deram conta de que se tratava de uma deportação bastante ilusória, não uma viagem de passeio. Ficaram 10 dias à espera do “maldito avião”. E quando ele chegou, não deu para os indígenas subirem no dito *pássaro grande* porque a pista não estava compactada suficientemente. Quando tudo dá errado, penso que as forças cósmicas que eram contrárias estavam agindo. Parece que diziam para não irem ao Xingu, mas não se fez essa leitura na época e parecia inexorável a transferência. Somente seguiram uma maldita ideia fixa ou a determinação de forças “ocultas”.

Assim acabaram os *Beicho-de-Pau*, ou *Tapayuna* ou *Ivetin* indo de caminhão até Cuiabá e ali pegaram o *kamri titá* para o Xingu. Por isso o Irmão Vicente Cañas deixa registrada uma frase no final do Diário que mais parece uma incógnita. Como até homens iluminados, com intuição do que deve ou não ser feito, podem ser induzidos a fazer o que não querem? “Tem que notar que o índio ficou como bobo e sem minha iniciativa” (em 01/05/1970).

Mal sabiam os autores deste Diário que lançaríamos luz sobre seus escritos e a criticidade faz parte do processo de apropriação deste conhecimento que é objetivado através da escrita. Recordo que, depois de uma história muito particular, os Tapayunas se constituíram em aldeia autônoma no Xingu, pois as relações não foram fáceis com os Kĩsêdjê. Novos tempos apontariam uma viagem de volta à terra natal? Isso certamente não se daria sem grande esforço dos sobreviventes e sem conflito com quem se instalou em seu território tradicional.

CONCLUINDO PROVISORIAMENTE

Reitero a importância da documentação encontrada para a compreensão da ação indigenista do Estado e da Missão Anchieta neste momento da história e registro que parte dos Tapayunas transferidos para o Xingu, em 1970, vivem hoje na Terra Indígena Capoto/Jarina. Reflexões mais sistemáticas em relação aos aspectos culturais, com trabalho de campo entre eles, permitiriam uma etnografia dessa etnia tão necessária neste contexto de exclusão social e econômica que viveram no Xingu.

Soube que as Escolas de formação básica e média, responsáveis pela educação escolar nas aldeias, se tornam espaços de afirmação étnica também aqui na nova terra ocupada. As pressões sofridas nas fazendas é um aspecto que pode ser melhor conhecido, pois os Kajkwakratxi, Rikbaktsa e Manoki estão mostrando os efeitos

²⁸ Fica a pergunta: onde foi parar esta família? Por isso que alguns Tapayunas ainda hoje falam que alguns de seus parentes ficaram no Arinos. Muita história não foi contada ou registrada, por isso aqui deixo um gesto de gratidão pela iniciativa deste Diário. Claro que também é uma forma de se expor e as críticas por vezes aparecem para quem teve a coragem de mostrar-se. E os muitos outros personagens que se esconderam neste processo, mas estiveram presentes de forma muito mais decisiva, não serão criticados porque não sabemos deles.

desastrosos para o equilíbrio do meio-ambiente com a ocupação intensiva dos seus territórios tradicionais pelo gado e a soja. Por isso um trabalho sistemático e constante de recolhimento de dados se faz necessário para compreender em profundidade a complexidade dos movimentos humanos em todos os contextos. Existem questões de fundo que provocam as tensões nas relações de alianças entre os políticos, fazendeiros e outras pessoas da sociedade envolvente que os “nativos” terão que trabalhar pois se trata de um plano de vivência enquanto vizinhos, sem limites no tempo.

A territorialidade tradicional dos Kajkwakratxi acontece com uma criatividade que permitiu sua sobrevivência em situações adversas. Para aprofundar estas questões e fazer a itinerância pelas aldeias, o ideal seria a articulação dos estudantes destas etnias que poderiam vir para a UFMT e eles mesmos pensarem academicamente seu processo de retorno ao Arinos. Contudo, não foi possível integrar um Kajkwakratxi no PPGAS no contexto de pandemia atual. As atividades que acompanham os programas de aulas para os professores e estudantes e o aproveitamento de reuniões periódicas para refletirmos a respeito das relações interétnicas e culturais dos coletivos pesquisados permitem que o trabalho seja feito.

Um mestrando do PPGAS, Edinei Stetiski, aceitou o desafio de se engajar voluntariamente na pesquisa documental abundante, sem ajuda de custo. Os limites que temos é que a pesquisa seguirá no ritmo das atividades possíveis, também das aulas dos pesquisadores. Temos o objetivo de avaliar o trabalho periodicamente com os estudantes e outros que estão em Cuiabá, em reuniões sistemáticas com os que estão envolvidos na pesquisa de campo, grandemente prejudicada pela pandemia, para dirimir dificuldades e motivar os colaboradores.

A contrapartida dos pesquisadores, como assessoria nos processos de afirmação étnica e retomada de partes específicas do seu território, parece fundamental. Documentar os modos como vivem com ou sem a propriedade do seu território tradicional mostra que as fronteiras aparecem aos olhos de quem vê as cercas da propriedade privada, dos latifúndios e dos Estados Nacionais, mas também as estradas, as plantações e casas, as vilas e cidades que se estabelecem nos mais diferentes lugares.

Os movimentos cotidianos que delimitam as ações Kajkwakratxi, o contexto em que vivem e suas manifestações mais básicas ou sagradas são, por si só, uma denúncia de falta de cidadania para estes indígenas que foram arrancados do seu território tradicional por um projeto de desenvolvimento militarizado no Brasil. Para que o Brasil consiga viver em paz e constituir-se como nação, o reconhecimento dos direitos dos povos originários faz-se necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGUSTO, L. 1865. Breve Memória relativa a Chorographia da Província de Mato Grosso. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro.
- BADARIOTTI, N. 1898. *Exploração no norte do Mato Grosso, região do Alto Paraguay e planalto dos Parecis. Apontamentos de História Natural. Ethnographia e impressões pelo padre salesiano*. São Paulo: [s.n.]
- BARUZZI R. G.; JUNQUEIRA C. 2005. *Parque Indígena do Xingu: saúde, cultura e história*. São Paulo: Terra Virgem.
- BORGES, F. T. D. M. 2001. *Do extrativismo a pecuária: Algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. São Paulo: Scortecci.

- BOSSI, B. 1863. *Viaje pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, Sn. Lorenzo, Cuyabá y el Arino tributário Del grande Amazonas, cón la description de la provincia de Mato Grosso bajo su aspecto físico, geográfico, mineraloy[?]co y sus producciones naturales*. Paris: [s.n.].
- BUCHILLET, D. 2002. Contas de vidro, enfeites de branco e “potes de malária. Epidemiologia e representações de doenças infecciosas entre os Desana do alto Rio Negro. In: B. A.; A. R. (Orgs.) *Pacificando o branco. Cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: UNESP, p.113-136.
- CAMARGO, N. D. S. 2008. *Elaboração de um Dicionário Bilíngue Tapajúna – Português*. Estudos Linguísticos. São Paulo: [s.n.], p. 73-82.
- CAMARGO, N. S. 2008. Elaboração de um dicionário bilíngüe Tapayúna-Português. Estudos Linguísticos. Franca: *Revista do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL)*. v. 37, p. 73-82.
- CAMARGO, N. D. S. 2010. *Língua Tapayúna: aspectos sociolinguísticos e uma análise fonológica preliminar*. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado).
- CAMARGO, N. S. 2015. *Tapayuna (Jê): aspectos morfossintáticos, históricos e sociolinguísticos*. Tese (Doutorado) Unicamp. Campinas, [s.n.].
- CAMARGO, N. S.; FERREIRA, M. N. O. 2004. *Montagem de um banco de dados da língua Tapayúna: termos da fauna e da flora*. In: VIII Jornada de Estudos Linguísticos e Literários, Belém. Anais do VIII Jornada de Estudos Linguísticos. Belém: EDUFPA.
- CAMARGO, Nayara da Silva; TRINDADE, Nilson Santos. 2017. Aspectos Históricos, Socioculturais e Sociolinguísticos do povo Tapayuna. *Revista ESPACIOS*, vol. 38, n. 57, p. 18ss, ISSN 0798 1015.
- CASTELNAU, F. D. 2000. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, [1850-59].
- CASTRO, E. Viveiros de. 2002. Atualização e contra-efetuação do virtual: o processo do parentesco. In: CASTRO, E. Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 401-455.
- CASTRO, M. J. D.; FRANÇA, A. T. D. 1868. Abertura de Comunicação Commercial entre o districto de Cuyabá e a cidade do Pará por meio da navegação dos rios Arinos e Tapajós, emprehendida em setembro de 1812 e realisada em 1813. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro: [s.n.].
- CÉSAR, J. V. 1969. *Os índios Beijos de Pau do Mato Grosso*. Congresso Internacional de Americanistas München. Verhandlungen des XXXVIII Internationalen Amerikanistenkongresses. München: Kommissionsverlag Klaus Renner. [S.l.]: [s.n.], p. 47-51.
- CHANDLESS, W. 1862. Notes on the River Arinos, Juruena, and Tapajós. *The Journal of the Royal Geographic Society, Londres: Royal Geographic Society*, n. 32, p. 268-80. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 08 de março de 2012.
- CLASTRES, P. 1982. *Arqueologia da violência: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. 1994, *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Edição da Fundação Júlio Campos, 741 p. (Coleção Memórias Históricas, Vol. 4).
- COUDREAU, H. A. (1897) 1977. *Viagem ao Tapajós*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. Coleção Reconquista do Brasil.
- CUNHA, E. S. 1969. Os beijo-de-Pau: Deformações dentarias tegumentares e afecções alvéolo-dentárias. *Jornada Fluminense de Odontologia. Anais. Fac. de Odontologia*, Niterói, p. 20-25.

- CUNHA, Manuela Carneiro da. 1978. *Os mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahô*. São Paulo: Hucitec.
- CUNHA, M. C. da. (Org.). 1992. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. 2009. Escatologia entre os Krahô: reflexão, fabulação. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 5976.
- DAVIS, I. 1966. Comparative Jê Phonology. Estudos Lingüísticos. *Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. I, n. 2, p. 10-24.
- DAVIS, S. H. 1978. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DOMINGUES, C. M. 2010. *A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste*. XIV Encontro Regional da ANPUH - Rio Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro: [s.n.]. 19 a 23 de julho de 2010.
- DORNSTAUDER, João Evangelista. 1975. *Como pacifiquei os Rikbaktsa*. Instituto Anchietano de Pesquisas: São Leopoldo.
- FRANCHETTO, B. 1987. *Os Tapaiuna (Suyá Ocidentais)*. In: FRANCHETTO, B. Laudo antropológico: a ocupação indígena da região dos formadores e do alto curso do rio Xingu (Parque Indígena do Xingu). Abril de 1987.²⁹
- FUERST, R.; LÉRY, J. D. 1993. *Indiens d'Amazonie: ressemblances et dissemblances. Texte et images de René Fuerst avec une illustration et des extraits du texte de Jean de Léry*. Genève: Georg,
- GORDON, C. 2006. *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin Mebêngôkre*. São Paulo/Rio de Janeiro: UNESP: Instituto Socioambiental.
- GRÜNBERG, Georg. 1966. Urgent Research in Northwest Mato Grosso. In: *Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research*. Vienna I, Austria.
- GUIMARÃES, J. D. S. (1844) 1865. Memórias sobre os usos, costumes e linguagem dos Apiaccás, e descobrimento de novas minas na Província de Mato Grosso. *Revista Trimensal de História e Geografia*, Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.
- HAESBAERT, Rogério. 2001. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de & GOMES, Paulo C. da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 165-205.
- HALL, Stuart. 2005. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª Ed. Rio de Janeiro. DP&A.
- HASENACK, Johannes Friedrich. 1959. "Tribus indígenas na região do Arinos-Juruena" (Reprodução do Geographical Journal, Vol CXXVI, Junho de 1960). Disponível em: < <http://www.coomali.com.br/> > Acesso em: 23 março 2012.

²⁹ FRANCHETTO, B. "A pacificação dos beijos-de-pau II: A difícil comunicação com o civilizado". (04/06/1969). Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tapayuna/2257>. Acesso em: 13 de agosto de 2011.

FRANCHETTO, B. "A pacificação dos beijos-de-pau III: A boa vizinhança de um rápido contato". (05/06/1969). Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tapayuna/2257>. Acesso em: 13 de agosto de 2011.

FRANCHETTO, B. O que se sabe sobre as línguas indígenas no Brasil. In: Povos indígenas no Brasil. RICARDO, C. A. (org.). São Paulo, Instituto Socioambiental, 2000. p.84-88. JORNAL DO BRASIL. "A pacificação dos beijos-de-pau I: Canibais que gostam de conversar". (03/06/1969). Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tapayuna/2257>. Acesso em: 13 de agosto de 2011.

- HIGA, Tereza Cristina C. de Souza. 2000-2001. Políticas Regionais: Produção do espaço e alterações de unidades de Paisagens na Amazônia Mato-grossense. *Revista Mato-grossense de Geografia*. Departamento de Geografia. Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, nº 04/05, p. 61-78.
- HOWARD, C. V. 2002. A domesticação das mercadorias: Estratégias Waiwai. In: A.B.; A. R (ORGS). *Pacificando o branco. Cosmologias do contato no norte amazônico*. São Paulo: UNESP, p. 25-55.
- LAS CASAS, R. D. D. 1964. Índios e Brasileiros no Vale do rio Tapajós. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia*, Belém, n. 23. p. 1-31.
- LEA, V. R. 1997. *Parque Indígena do Xingu*: Laudo antropológico. Campinas: Unicamp,
- LEA, Vanessa R. *Kapoto*. 1997. *Laudo Antropológico*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- LEIRIS, Michel. 2997[1934]. *A África Fantasma*. Trad. André Pinto Pacheco. Ed. Cosacnaify, 684 p.
- LIMA, Daniela Batista de. 2012. “Vamos amansar um branco para pegar as coisas”: *Elementos da Etnohistória Kajkwakratxi-jê (Tapayuna)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB.
- LIMA, Daniela Batista de. 2017. *Nota técnica sobre os Tapayuna (Kajkwakratxi)*. Brasília. Dezembro.
- LIMA, Daniela Batista de et BECHELANY, Fabiano Campelo. 2017. O descaso induzido: o desterro dos Tapayuna e dos Panará. In: Dossiê - Remoções forçadas de grupos indígenas no Brasil republicano. *Mediações*, Universidade Estadual de Londrina, v. 22 n. 2, p. 179-203, jul./dez. DOI: 10.5433/2176-6665.2017.2v22n2p179
- MACHADO, Maria Fátima Roberto. 2002. *Que história é essa? Que barulho é esse? Uma introdução ao debate sobre a Antropologia Histórica e a História Cultural*. In: *Série Ensaios Antropológicos* 6, EdUFMT, p. 13-40.
- MELATTI, Júlio Cezar. 1970. *Índios do Brasil*. Brasília, Editora de Brasília.
- MENENDÉZ, M. 1981/1982. Uma contribuição para a etnohistória da área Tapajó-Madeira. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, V. 28, p. 289-388.
- MOORE, GALUCIO, GABAS Jr. 2008. *O desafio de Documentar e Preservar as Línguas Amazônicas*. *Revista Scientific American*, volume 3.
- NIMUENDAJU, C. (1948) 1963. The Cayabi, Tapayuna and Apiacá. In: STEWARD, J. *Handbook of South American Indians*. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, v. Vol 3: The Tropical Forest Tribes.
- NIMUENDAJÚ, C. 1981. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (Org.) 1999. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- OLIVEIRA, B. J. J. M. 1856. Nova Navegação do Rio Arinos - Até a Villa de Santarém, Estado no Grão Pará. *Revista Trimensal Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro.
- PACINI, Aloir. 1999. *Pacificar: relações interétnicas e territorialização dos Rikbaktsa*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 201 p.
- PACINI, Aloir. 2005. *Sem os Suyá no Wawi não há Água Potável*. Laudo Antropológico para a Justiça Federal do Mato Grosso.

- PACINI, Aloir. 2006. *Os Manoki na sombra do huhukey (Cambará)*. Laudo Antropológico para a Justiça Federal do Mato Grosso.
- PACINI, Aloir. 2012. *Identidade étnica e território chiquitano na fronteira (Brasil-Bolívia)*. Tese de Doutorado em 6/03/2012 no PPGAS - UFGRS.
- PEREIRA, Adalberto Holanda. 1967\1968. A pacificação dos Tapayuna. *Revista de Antropologia*. São Paulo, vol. 15-16. p. 216-227.
- PEREIRA, Adalberto Holanda. 1975. *História dos Mùnkù (Iránxe)*. Pesquisas, Antropologia, São Leopoldo, n. 28.
- PIVETTA, Darci Luiz. 1997. *Laudo antropológico sobre a Área Indígena do Japuira*. Poder Judiciário Federal. Secção Judiciária da 1ª vara. Cuiabá, 19/11/97.
- RIBEIRO, E. R. 2006. *Macro-Jê*. In: K. B. (editor-in-chief) *Encyclopedia of Language & Linguistics*. Oxford: Elsevier, v. 7, p. 422-426.
- RODRIGUES, A. 1986. *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- RODRIGUES, C. K. C.; FERREIRA, M. N. O. 2007. *Algumas considerações sobre a reconstrução da língua Tapayúna: uma discussão sob o ponto de vista da Lingüística Histórica*. CIELLA (Congresso Internacional de Estudos Lingüísticos e Literários na Amazônia), I Anais do I Congresso de Linguística e Literatura da Amazônia, Belém, vol. 1, p. 1.
- SÁ, Joseph Barboza de. 1975. *Relação das povoações do Cuyaba e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Edições da UFMT: Secretaria de Educação e Cultura (Coleção Ouro ou Mel).
- SAHLINS, M. 2008. *Metáforas históricas e realidades míticas. Estruturas nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SCHWARTZMAN, S. 1988. *The Panara of the Xingu National Park: The Transformation of a Society*. PhD thesis. Department of Anthropology, University of Chicago.
- SEEGER, A. 1974. *Nature and Culture and Their Transformations in the Cosmology and Social Organization of the Suyá, a Ge-Speaking Tribe of Central Brazil*. Chicago: University of Chicago.
- SEEGER, A. 1981. *Nature and Society in Central Brazil. The Suyá Indians of Mato Grosso*. Cambridge: Harvard University Press.
- SEEGER, A. 1981. *Nature and Society in Central Brazil. The Suyá Indians of Mato Grosso*. Cambridge: Harvard University Press.
- SEEGER, A. 1983. *Bentugaruru tells how members of his village were treacherously poisoned by Whites*. [S.l.]: [s.n.], 03 de janeiro de 1983.
- SEEGER, A. (1987) 2004. *Why Suyá Sing: a musical anthropology of an Amazonian people*. Urbana & Chicago: University of Illinois Press.
- SEEGER, A. 1993. Ladrões, mitos e história: Karl von den Steinen entre os Suyá: 3 a 6 de setembro de 1884. In: V. P. C. (ED.) *Karl von den Steinen: Um Século de Antropologia no Xingu*. São Paulo: Edusp, p. 431-443.
- SEKI, L. 1989. Evidências de Relações Genéticas na Família Jê. *Estudos Lingüísticos XVIII 36º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo*. Lorena: [s.n.], p. 604-611.
- SILVA, José de Moura e. s.d. *Municípios de Mato Grosso: São José do Rio Claro. Várzea Grande - MT: Fundação Júlio Campos, 1 vol.*

- SILVA, L. A. L. da. 2016. Justiça de transição aos Avá Guarani: a necessária política de reparações e restituição de terras pelas violações cometidas durante a ditadura militar. In: C.F. M.S. F (Coord.); D.O.M; M.M. C; R.C. B (Orgs.) *Os Avá-guarani no oeste do Paraná: (re) existência em Tekoha Guasu Guavira*. Curitiba: Letra da Lei.
- SOUZA, M. Coelho de. 2001. Nós os vivos: “construção da pessoa” e “construção do parentesco” entre alguns grupos Jê. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16 (46), p. 69-96.
- SOUZA, M. Coelho de. 2010. *A vida material das coisas intangíveis*. In: Conhecimento e Cultura: Práticas de transformação no mundo indígena. Brasília: Athalaia, p. 205-228.
- SOUZA, M. Coelho de. 2011. *True endogamy or the outcest taboo (for the Kĩsêdjê): how kinship (under) determines humans*. Trabalho apresentado no seminário Antropologia da Raposa: Pensando com Roy Wagner. Florianópolis: [s.n.]. 8-11 de agosto de 2011.
- TEMPESTA, G. A. 2009. *Travessia de Banzeiros. Historicidade e organização política apiaká*. Brasília: Universidade de Brasília (Tese de doutorado).
- VALENTE, R. 2017. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras.
- VELTHEM, L. H. V. 2002. “Feitos por inimigos”. Os brancos e seus bens nas representações Wayana do contato. In: B. A.; A. R. (Orgs.) *Pacificando o branco. Cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: UNESP, p. 61-78.
- VILAÇA, A. 2002. Making kin out of others in Amazonia. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 8, n. 2. p. 347-365.
- WILBERT, J.; SIMONEAU, K. 1984. *Folk literature of the Gê indians*, Los Angeles, v. 2.
- ZWETSCH, Roberto Ervino. 1993. *Com as melhores intenções. Trajetórias missionárias luteranas diante do desafio das comunidades indígenas. 1960-1990*. Mestrado em Missiologia. Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. São Paulo (A respeito dos Rikbaktsa, p. 134-190).

NOTÍCIAS DOS TAPAYUNAS EM JORNAIS E REVISTAS NÃO CIENTÍFICAS

- ALENCAR, M. *Sertanista denuncia novo massacre de índios de Mato Grosso a metralhadora*. **Jornal do Brasil**, 28 de abril. 1968.
- BALTAR, T; BARBOSA, R. *FUNAI deseja amansar beijos-de-pau com apitinhos e espelhos*. **Jornal do Brasil**, 18 de maio. 1968.
- BALTAR, T; BARBOSA. *A pacificação dos Beijo-de-Pau (I). Canibais que gostam de conversar*. **Jornal do Brasil**, 03 de junho. 1969.
- BALTAR, T; BARBOSA. *A pacificação dos Beijo-de-Pau (III). A boa vizinhança de um rápido contato*. **Jornal do Brasil**, 05 de junho. 1969.
- BASTOS, Sebastião. *De volta ao inferno Verde. Fatos e Fotos*. Julho. 1969.
- FERRARI, T. *A missão dos beijos-de-pau*. **Folha da Tarde**, 19 de julho. 1969.
- IASI, Antônio. *Em busca dos "Beijos-de-Pau"*. **Ave Maria** – Revista para a Família Cristã, 1968, p. 176-177.
- IASI, Antônio. *Meu encontro com os Beijo-de-Pau*. in: **Seleção Missionária**. 10 (61), p. 16-23. São Paulo, 1967.
- IASI, Antônio. *Um povo com os dias contados*. in: **Jesuítas**. Anuário da Companhia de Jesus. Roma, 1971-2, p. 93-97.
- JARDIM, G. V. *Os guerreiros já não cantam mais. Beijo-de-Pau não atira para matar*. **Correio da Manhã**, 05 de outubro. 1967, p. 11.

NELSON, Francisco. *Na terra onde o tempo não passa*. **O Cruzeiro**. 19 junho. 1969. [**O CRUZEIRO**. *Viagem do homem branco ao encontro dos Beijos-de-Pau – os antropófagos dos confins de Mato Grosso. Na terra onde o tempo não passa. (19/06/1969)*. Disponível em: <http://www.pib.sociambiental.org/pt/povo/tapayuna/2257>]. Acesso em: 13 de agosto de 2011.

NOVITSKI, J. *Brazil Indian tribe was poisoned by rubber tappers, prist says*. **WP**, 31 de janeiro. 1966.

VALLE, Hedly. *Na terra dos Beijo-de-Pau*. **Fatos e Fotos**. 26 junho. 1969.

A vaidade dos Tapaiúna. **Correio do Povo**, 30 de julho. 1969.

Denúncia de massacres movimenta o SPI para defesa dos indígenas. **Jornal do dia**, 29 de janeiro. 1966.

Expedição da FUNAI vai entrar em contato com os índios Beijo de Pau. **Correio do Povo**, Rio de Janeiro, 18 de abril. 1969.

Estamos entrando na aldeia dos Beijo-de-Pau. **O Estado de São Paulo**, 14 de fevereiro. 1970, p.13.

Gripe matou em dois meses 20 índios nas aldeias dos beijos-de-pau. **Jornal do Brasil**, 16 de julho. 1969.

Há 4 anos jesuíta alertava FUNAI. **O Estado de São Paulo**, 22 de janeiro. 1974.

Índios se entusiasma com mulheres e perdem a calma com fotógrafos. **Jornal do Brasil**. 15 de julho. 1969.

Missão Anchieta insistirá na pacificação dos índios da tribo beijo de pau. **Jornal do Brasil**, Brasília, 20 de novembro. 1967, p. 22.

Missão da FUNAI tentará pacificar beijos-de-pau. **O Globo**, 15 de abril. 1969.

Na terra distante dos beijos-de-pau. **Jornal da Tarde**, 12 de março. 1971.

Os beijos-de-pau ouvem as próprias vozes, gravadas pelo padre Iasi. **O Estado de São Paulo**, 22 de maio. 1969, p. 1-7.

Pastor revela extermínio de índios a tiros e com açúcar contaminado. **Jornal do Brasil**, 12 de abril. 1968.

Pastor retorna aos EUA sem depor sobre matança de índios. **Jornal do Brasil**, 04 de junho. 1968

Peret prepara expedição crente que contato com os beijos de pau será fácil. **Jornal do Brasil**, 22 de abril. 1969.

Queirós Campos não crê que Peret tenha falado em pedir tropa contra beijos-de-pau. **Jornal do Brasil**, 19 de abril. 1969, p. 1-14.

Sertanista vai 2ª feira a M. Grosso entrar em contato com os índios beijos-de-pau. **Jornal do Brasil**, 18 de abril. 1969.

SPI quer que padre formalize denúncia. **Folha da Tarde**, 29 de janeiro. 1966.

Todos os meios foram lícitos para liquidar índios. **Jornal do Brasil**, 05 de maio. 1968.

m padre que cuida dos Beijo de Pau. **Folha da Tarde**, 22 de junho. 1969, p.30.

DOCUMENTOS AVULSOS

AMORIM, Fabrício et KATUKINA, Veri et LIMA, Daniela Batista de. *Viagem ao rio Arinos e rio dos Peixes – Mato Grosso*. Brasília, setembro de 2017.

- AMORIM, Fabrício et KATUKINA, Veri. *Qualificação de informações sobre a presença de povos indígenas isolados no interflúvio dos rios Arinos e Sangue – MT*. Fundação Nacional do Índio. Brasília, 2017.
- ANONBY, S. *A Report on the Irantxe and Myky*. [S.l.]: SIL International, 2009.
- CAMPINAS, Antônio de Souza. *Relatório da expedição Tapaiuna ou Beijo de Pau*. [S.l.]. Funai - Cuiabá, 18 de novembro de 1971.
- CNV [Comissão Nacional da Verdade]. Texto 5: *Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas. Expulsão, Remoção e Intrusão de Territórios Indígenas*. In: Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. Vol. II, p.208-217. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_fnal/Relatorio_Final_CNV_Volume_II.pdf.
- FUNAI. fax/gab/aer/colider nº 078/2004
- FUNAI. *Informes sobre os trabalhos de pacificação dos Tapayuna*. Rio de Janeiro: Minter - FUNAI, 1969. Acervo Instituto Socioambiental (SP).
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Grupo de trabalho INCRA – FUNAI: primeiro relatório geral (GT - PORT. 724/76). Brasília: INCRA, 1978. 228 p. Ilust. - 480/2010.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LIMA, Daniela Batista de et AMORIM, Fabrício. *Referências de isolados em território tapayuna e adjacências*. Agosto/2018.
- LISBÔA, Thomaz Aquino; CÃNAS, Vicente. *Diário da aldeia Pareci. Janeiro a Abril de 1970*. Acervo Operação Amazônia Nativa.
- LISBÔA, Thomaz Aquino. *Os últimos Ivétin (Beijo de Pau). Diário pessoal, 1970*. Acervo Operação Amazônia Nativa.
- OIT. Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais. DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm. Acesso em: 03 de dezembro de 2017.
- OLIVEIRA, Macário. *Missionário jesuíta é cacique indígena no Alto Xingu*, s.d. 1 vol.
- PLANO para a atração dos "Beijo de Pau" da Cachoeira Von Martius. São Paulo-SP: s.d. 3 p. Acervo Instituto Socioambiental (SP)
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasil. Decreto n. 77.790, de 09/06/76 [extingue a reserva indígena Tapayuna, no município de Diamantino-MT]. DOU, Brasília: DOU, p. 8207-2, 10 jun, 1976. Acervo Instituto Socioambiental (SP)
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasil. Decreto n. 77.790, de 09/06/76 [extingue a reserva indígena Tapayuna, no município de Diamantino-MT]. DOU, Brasília: DOU, p. 8207-2, 10 jun, 1976. Acervo Instituto Socioambiental (SP)
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasil. Decreto n. 81.307, de 03/02/78 [revoga dispositivos do Dec. n. 77.790, de 09/06/76 referente reserva indígena Tapayuna]. DOU, Brasil: DOU, 1 p. 1978. Acervo Instituto Socioambiental (SP)
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasil. Decreto n. 81.307, de 03/02/78 [revoga dispositivos do Dec. n. 77.790, de 09/06/76 referente reserva indígena Tapayuna]. DOU, Brasil: DOU, 1 p. 1978. Acervo Instituto Socioambiental (SP)

SAMPAIO, Enoque. *Relatório de Expedição*. Encaminhado pelo Memorando nº 61/PIN Kokraimoro de 04/11/2004, com o conteúdo "Através do presente, encaminho a Vossa Senhoria, relatório sobre expedição tapayuna, ocorrido às margens do rio Arinos. Funai, 2004.

SOUZA, Edison de. *Informe sobre índios isolados na região noroeste do MT*. Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Correio eletrônico enviado no dia 28 de julho de 2016.

SOUZA, Edison de. *Informação sobre casal de índios Tapayuna em fazenda na região de Diamantino-MT*. Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Cuiabá, 24 de outubro de 2016.

AMORIM FF; KATIKUNA, V. Qualificação de informações sobre a presença de povos indígenas isolados no interflúvio dos rios Arinos e Sangue – MT. Fundação Nacional do Índio. Brasília, 2017.

LISBÔA, Thomaz de Aquino. Manuscrito. "Eles me evangelizaram" 10/08/2008. Acervo Operação Amazônia Nativa.

DOCUMENTOS MICROFILMADOS

ARAÚJO, João Clímaco de [Telegrama referente a índios rondando]. Barão de Capanema (MT), 14 out. 1948. 01fl. Acervo Museu do Índio (RJ).

Posto Indígena São Lourenço. Telegrama solicitando informações sobre índios. Santo Antônio de Leverger (MT), 15 fev. 1950. 01 fl. Acervo Museu do Índio (RJ).

Posto Indígena Vilhena. Relatório das atividades do Posto Indígena Vilhena. Vilhena (MT), 1966. Acervo Museu do Índio (RJ).

Serviço de Proteção aos Índios. Dossiê, 1963-1964. Filme 235. Fot.1651-1666. Acervo Museu do Índio (RJ).

Serviço de Proteção aos Índios. Documentos avulsos, 1965-1966. Filme 236. Fot.11421217. Acervo Museu do Índio (RJ).

6ª Inspetoria Regional do SPI. Circular sobre pacificação indígena. Rio de Janeiro (RJ), 10 jan.1950. Acervo Museu do Índio (RJ).

6ª Inspetoria Regional do SPI. Guia de remessa de material enviado aos índios e trabalhadores dos postos indígenas. Cuiabá (MT), 1965. Acervo Museu do Índio (RJ).

6ª Inspetoria Regional do SPI. Radio telegrama sobre pacificação dos índios Tapayuna. Rio de Janeiro (RJ), 07 mar. 1951. 01fl. Acervo Museu do Índio (RJ).

6ª Inspetoria Regional do SPI. CLIMACO, João. Circular sobre localização de índios. Ponte de Pedra (MT), 15 fev.1950. Acervo Museu do Índio (RJ).

6ª Inspetoria Regional do SPI. Telegrama referente ao deslocamento de índios e servidores da IR6. Cuiabá (MT), 1958. Acervo Museu do Índio (RJ).

WEBSITES

<http://www.conomali.com.br/> } <http://clubegeogeo.blogspot.com.br>

<http://www.ferias.tur.br/informacoes/4445/porto-dos-gauchos-mt.html>

<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>

<http://www.jstor.org>

www.socioambiental.org [ALMANAQUE SOCIOAMBIENTAL PARQUE INDÍGENA DO XINGU. 50 anos. Instituto Socioambiental (ISA). São Paulo. Instituto Socioambiental, 2011; ARRUDA, R. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/iranxe-manoki>, 2003. Instituto

Socioambiental. Acesso em: 16 março 2012; SEEGER, A. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kisedje>. Instituto Socioambiental, 2003. Acesso em: 20 março 2012]; <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tapayuna>; <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/iranxe-manoki>; <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kisedje>; <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaiabi>; <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/rikbaktsa...>

<http://www.sudam.gov.br>

http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N1_07.pdf

